

**Luiz Bresser Pereira**

**Pactos Políticos**  
**do populismo**  
**à redemocratização**

**brasiliense**  
**B**  
1985

*Copyright* © Luiz Bresser Pereira

*Capa:*

Solange Salva

*Revisão:*

José W. S. Moraes



**Editora Brasiliense S.A.**

R. General Jardim, 160

01223 — São Paulo — SP

Fone (011) 231-1422

# Índice

---

Prefácio .....	7
----------------	---

## Primeira Parte INTERPRETAÇÕES GERAIS

Capítulo 1	
Seis interpretações sobre o Brasil .....	13
Capítulo 2	
As duas crises da América Latina .....	47

## Segunda Parte DO POPULISMO À REDEMOCRATIZAÇÃO

Capítulo 3	
O rompimento da aliança com os empresários industriais ...	57
Capítulo 4	
Após a previsível redemocratização .....	84
Capítulo 5	
A dialética da redemocratização e da “abertura” .....	101
Capítulo 6	
Os limites da “abertura” e a sociedade civil .....	124
Capítulo 7	
Da união nacional à incerteza .....	151
Capítulo 8	
Os pactos políticos possíveis depois da redemocratização ...	194
Obras citadas .....	214

# Prefácio

---

Neste livro reúno uma série de ensaios que escrevi sobre os pactos políticos no Brasil. Pactos políticos são alianças de classes ou de frações de classes que se formam para o exercício efetivo do poder político. As classes sociais, definidas por sua inserção nas relações de produção, não têm um comportamento político e ideológico homogêneo, muito menos monolítico. É freqüente que, em uma formação social capitalista como a brasileira, se dividam e que as diversas frações formem alianças.

A análise destas alianças e, em consequência, dos pactos políticos que se formam, é uma tarefa fundamental dos cientistas políticos. Mas é também uma tarefa cheia de riscos e incertezas, já que não existem métodos de pesquisa científica adequados para avaliar o comportamento político das classes sociais. Desde o clássico *18 Brumário de Napoleão Bonaparte*, Marx estabeleceu o padrão para esse tipo de análise. Gramsci, com seu conceito de bloco histórico, avançou no plano teórico. Isto não impediu, entretanto, que os cientistas políticos, nesse tipo de trabalho, ficassem sempre sujeitos aos erros derivados, de um lado, dos condicionantes ideológicos do analista e, de outro, do caráter exploratório e intuitivo das análises macropolíticas envolvidas no estudo dos pactos políticos, por mais que se procure fundamentá-las com elementos empíricos e ampará-las em conceitos e modelos da ciência política.

Os conceitos e a terminologia no campo das ciências sociais são sempre imprecisos. Muitas vezes, por exemplo, pacto político é confundido com pacto social, quando convém distinguir os dois

conceitos. Os pactos políticos organizam as classes e frações de classes em torno de partidos ou alianças de partidos em função do exercício do poder político. Já os pactos sociais podem ser entendidos como um tipo de acordo entre os trabalhadores e a burguesia com vistas à manutenção da ordem social e econômica. O pacto social supõe que há duas grandes classes em confronto — a burguesia e os trabalhadores — sendo necessário, para que a sociedade capitalista funcione, que haja um acordo informal ou um acordo formal (tipo pacto de Moncloa) que estabeleça concessões mútuas. Já o pacto político pressupõe a existência de um pacto social e admite, adicionalmente, que as classes sociais não são monolíticas mas tendem a dividir-se, em função da disputa objetiva do poder do Estado. Aqui tratarei de pactos políticos mais do que de pactos sociais, embora ambos os fenômenos estejam interligados.

A primeira parte deste livro tem caráter introdutório. O primeiro capítulo, “Seis interpretações sobre o Brasil”, é uma tentativa de redução do pensamento intelectual brasileiro a seis grandes interpretações, duas anteriores a 1964 e quatro posteriores. Os pactos políticos são um elemento central dessa análise. O segundo capítulo, “As duas crises da América Latina”, é uma tentativa de capturar, a partir de uma perspectiva histórica muito geral, a crise dos anos sessenta e a crise atual, dos anos oitenta, dos países latino-americanos.

Na segunda parte do livro, “Do populismo à redemocratização”, examino no terceiro capítulo a ruptura do pacto populista, no final dos anos cinqüenta; mais extensamente, em vários capítulos faço a análise do colapso do pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático, a partir de meados dos anos setenta. O último capítulo é uma tentativa de analisar os pactos políticos possíveis depois da redemocratização — a partir de 1985, portanto.

Meu interesse pessoal pelo tema dos pactos políticos é antigo. Data de minhas leituras, em 1954 e 1955, dos notáveis trabalhos de Hélio Jaguaribe nos *Cadernos de Nosso Tempo*. O primeiro ensaio que escrevi sobre o assunto, “O rompimento da aliança com os empresários industriais”, constitui o terceiro capítulo deste livro. É um reflexo dessas leituras à luz dos fatos históricos novos que ocorrem durante o governo Kubitschek. Hélio Jaguaribe foi o mais importante analista — e defensor — do pacto populista, ou seja, da aliança da burguesia industrial com os trabalhadores e a tecnoburocracia estatal, nos anos cinqüenta. Este pacto político entra em crise no final dos anos cinqüenta. Em 1960, quando estudava nos

Estados Unidos, escrevi uma carta a um amigo analisando as eleições de outubro daquele ano que deram a vitória a Jânio Quadros contra o candidato do pacto populista, general Lott. Na carta enumerei os “fatos novos” que inviabilizaram e levaram à crise o pacto populista. Transformei essa análise em um artigo publicado em 1963, na *Revista de Administração de Empresas*, “O empresário industrial e a Revolução Brasileira”. Ampliei, em seguida, a análise em um artigo para a *Revista de Ciência Política*, de Belo Horizonte, que não pôde ser publicado porque a revista foi suspensa com o golpe de estado que depois se transformaria na revolução conservadora de 1964. Afinal, com ligeiras atualizações, publiquei esse artigo como o capítulo V de *Desenvolvimento e crise no Brasil, 1930-1967*.

Essa análise acabou ignorada pela comunidade acadêmica brasileira, que, após 1964, ao invés de tentar analisar os fatos novos que haviam inviabilizado o pacto populista, decidiu criticar os erros — que de fato ocorreram — dos participantes e analistas teóricos do pacto, ou então simplesmente negar sua existência e pretender que o pacto populista tenha sido uma invenção de analistas comprometidos. Para isso desenvolveram uma interpretação sobre o Brasil que, no primeiro ensaio deste livro, “Seis interpretações sobre o Brasil”, chamei de “interpretação funcional-capitalista”. É uma interpretação ressentida que, na sua versão mais extremada, torna o Brasil capitalista desde Martim Afonso de Souza, negando qualquer conflito de interesses econômicos e políticos entre a burguesia industrial nascente nos anos trinta, quarenta e cinquenta, e a burguesia agrário-mercantil cafeeira, que dominara o Brasil até então. Dessa forma o pacto populista, baseado no surgimento de uma burguesia “nacional”, com interesses conflitantes com os da burguesia agrário-mercantil, que alguns analistas chamavam de pré-capitalista ou semifeudal, tornava-se uma impossibilidade teórica, embora tenha, na verdade, e apesar dos pesares, existido. Em todas as versões a importância da Revolução de 1930 era minimizada e a burguesia era vista como uma classe sempre unida e homogeneamente capitalista pelo menos desde o século XIX.

Não há em “O rompimento da aliança com os empresários industriais” uma crítica a esse tipo de interpretação — essa crítica está presente nas “Seis interpretações sobre o Brasil” —, mas examinei ali os fatos novos que levaram à crise do pacto populista. A partir desses fatos novos não apenas é possível entender a crise do populismo, mas também resgatar a grande contribuição — apesar

de todos os erros — representada pelas análises do grupo dos *Cadernos de Nosso Tempo* que depois se reuniu no ISEB.

Os capítulos 4 a 7 deste livro são uma análise do colapso do pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático que se instala no Brasil em 1964. “Após a redemocratização” reúne e desenvolve dois artigos que escrevi em 1977 e publiquei na *Folha de S. Paulo*. A coletânea completa desses artigos, na qual imagino estar contida uma teoria sobre o processo de redemocratização que então se iniciava no Brasil, foi publicada como livro, *O Colapso de uma Aliança de Classes*, pela Editora Brasiliense, em 1978. O capítulo 5, “A dialética da ‘abertura’ e da redemocratização”, é uma tentativa de interpretação teórica global do processo de redemocratização. O capítulo 6, “A sociedade civil e os limites da ‘abertura’”, retoma o tema a partir dos acontecimentos após as eleições de novembro de 1982. O capítulo 7, “Da união nacional à incerteza”, é uma coletânea de artigos jornalísticos selecionados, que cobre o período entre julho de 1983, quando escrevi o capítulo 6, e a morte de Tancredo Neves. O livro termina com um ensaio escrito especialmente para ele, “Os pactos políticos possíveis depois da redemocratização”, cujo título é auto-explicativo. Vejo a possibilidade de formação de dois pactos políticos alternativos, um pacto popular democrático ou um pacto liberal burguês, que substituiriam a transitória união nacional estabelecida por Tancredo Neves durante sua campanha para a Presidência.

Para escrever os ensaios deste livro foi essencial para mim o convívio e o debate com muita gente. Destaco aqui alguns que, em um momento ou em outro, ajudaram-me a pensar sobre os temas aqui tratados: Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Antonio de Almeida Eça, Octávio Frias, Adroaldo Moura da Silva, João Manoel Cardoso de Mello, Ronald Chilcote, José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Almeida, Lourdes Sola, Alkimar Moura, Bolívar Lamounier, Gabriel Cohn, Guido Mantega, David Fleischer, Eli Diniz, Leôncio Martins Rodrigues, Sérgio Abranches, Plínio Augusto Dentzien, Phillippe Faucher e Marcos Faria de Figueiredo. Meu agradecimento especial, entretanto, é dirigido a Maria Christina Dias, minha secretária acadêmica, que se encarregou de organizar e revisar este livro.

# Capítulo 1

## Seis interpretações sobre o Brasil\*

---

A produção intelectual e o desenvolvimento da formação social brasileira são naturalmente dois fenômenos profundamente interligados. Os intelectuais tentam analisar (e orientar) a sociedade, a qual, por sua vez, os condiciona. E este condicionamento reflete de um lado o imperativo da própria realidade em mudança, de outro os comprometimentos de classe e as opções ideológicas.

A proposta deste artigo é fazer uma análise centrada não no desenvolvimento da formação social brasileira, mas na evolução das interpretações fundamentais sobre essa realidade. Em vez de examinarmos a liquidação da sociedade agrário-mercantil, o período populista e sua crise, a aliança tecnoburocrático-capitalista autoritária e seu colapso, e as perspectivas que se abrem para a sociedade brasileira atual, tentarei analisar as interpretações intelectuais ligadas a essas realidades e suas transformações.

Qualquer classificação das interpretações ou teorias sobre a sociedade brasileira é naturalmente arbitrária. Reconhecendo este fato, creio entretanto ser possível tentar essa classificação na medida em que o debate intelectual no Brasil tem sido bastante rico, expressando bem as contradições existentes na sociedade brasileira. Vejo nos últimos cinquenta anos seis ou sete interpretações conflitarem e se sucederem no cenário intelectual brasileiro. Inicialmente temos (1) a interpretação da vocação agrária, em conflito nos anos

(\*) Publicado na revista *Dados*, vol. 25, nº 3, 1983.



quarenta e cinquenta com (2) a interpretação nacional-burguesa. Esse conflito é superado por uma série de fatos novos que ocorrem nos anos cinquenta e se esgota na Revolução de 1964. Surgem então, de um lado (3) a interpretação autoritário-modernizante própria do novo sistema de dominação, enquanto que os intelectuais de esquerda irão se dividir em três posições nem sempre claramente distintas: (4) a interpretação funcional capitalista, (5) a interpretação da superexploração imperialista, e (6) a interpretação da nova dependência. Finalmente, quando o regime de 1964 entra em crise, a partir de meados dos anos setenta, começa a delinear-se a interpretação do projeto de hegemonia burguesa industrial.

## Os atores

Estas interpretações estão evidentemente relacionadas com as classes e frações de classe em conflito e em associação na sociedade brasileira. Em um primeiro momento é a burguesia mercantil que se divide em um setor exportador e um substituidor de importações. A burguesia mercantil exportadora conflita com a pequena burguesia urbana. Desta nascem, nos anos trinta, a burguesia industrial e a classe “média” tecnoburocrática no quadro da industrialização substitutiva de importações e do crescimento do aparelho burocrático estatal. O populismo é o resultado da aliança destas novas classes com os trabalhadores urbanos, sob a égide do latifúndio voltado para o mercado interno. A crise do populismo e o rearranjo das alianças de classe, excluindo os trabalhadores e fortalecendo os tecnoburocratas militares e os civis planejadores, é a etapa seguinte, marcada pela Revolução de 1964. Esta etapa, afinal, entra em colapso na segunda metade dos anos setenta.

Em todo esse processo temos como atores as classes sociais. É a burguesia mercantil especulativa, a pequena burguesia industrial, a média tecnoburocracia civil e militar, freqüentemente chamada de “classe média”, os trabalhadores urbanos e, como não-atores, os trabalhadores rurais e os marginais urbanos.

Entre esses atores, talvez o mais complexo e mais dividido seja a tecnoburocracia, que faz o seu primeiro ato de presença na história nos anos trinta, mas que somente constituir-se-á em uma classe política e historicamente significativa nos anos cinquenta e principalmente nos anos sessenta. Sua característica comum reside no fato de seus membros não serem proprietários (burgueses), nem

trabalhadores autônomos proprietários (pequeno-burgueses), nem trabalhadores operativos assalariados (proletários), mas serem trabalhadores coordenativos que recebem um ordenado em grandes organizações. São uma classe social na medida em que assumem ou tendem a assumir a propriedade da organização burocrática, definindo-se assim a relação de produção tecnoburocrática organizacional.

Definidos genericamente nestes termos, estes novos atores da história, detentores não apenas de relações de produção mas de uma ideologia própria, os tecnoburocratas ou intelectuais em sentido amplo, incluindo técnicos e administradores, subdividem-se em tecnoburocratas públicos e privados, ou então, segundo outro critério, em civis e militares. Nem todos os intelectuais são tecnoburocratas porque ainda existem intelectuais pequeno-burgueses, que trabalham por conta própria.

Em relação aos demais atores é importante distinguir com clareza a pequena burguesia, relacionada com a pequena produção mercantil, da burguesia. O pequeno-burguês, que existe na sociedade brasileira desde sua formação, participa diretamente da produção e eventualmente emprega trabalhadores assalariados. É o caso do artesão, do pequeno produtor agrícola, do pequeno comerciante e do profissional liberal. O burguês, ao contrário, não participa diretamente da produção. Comanda trabalhadores e uma massa de capital, se for empresário, ou vive de dividendos, juros e aluguéis, se for rentista.

A burguesia, que também existiu no Brasil desde os primórdios da colonização, é a burguesia mercantil especulativa. É a burguesia que se apropria do excedente econômico via especulação, monopólio, favores do Estado, exploração de trabalho escravo, expropriação de camponeses (posseiros). É tanto a burguesia canieira quanto a burguesia do café, ainda que esta represente um estágio mais avançado de desenvolvimento das forças produtivas. É a burguesia ainda dominante no Nordeste brasileiro e no Centro-Oeste, que serviu de base política para a UDN e o PSD no período 1945-64. É a burguesia que começa a perder poder com a Revolução de 1930, mas que, aliada à burguesia industrial e à tecnoburocracia, a partir de 1964, afinal se conserva no poder até hoje, servindo, especialmente no Nordeste, de base política para a Arena e depois para o PDS. É a burguesia que comanda o capital mercantil, o qual inclui o capital latifundiário, o capital comercial e o capital bancário.

Poderíamos ser tentados a considerar uma burguesia financeira e um capital financeiro no Brasil como um estágio além do capitalismo industrial, mas na verdade o que temos é apenas uma burguesia bancária, cujo capital tem essencialmente a mesma natureza do capital latifundiário e do capital comercial: é acumulado através do processo da acumulação primitiva e não da mais-valia relativa, entendida a acumulação primitiva como o conjunto de mecanismos autoritários e especulativos de apropriação do excedente exceto o mecanismo de mais-valia.

A burguesia industrial, finalmente, é a classe que se apropria do excedente via mais-valia relativa, ou seja, através de trabalho assalariado e de troca de equivalentes. O capital industrial gera a mais-valia através do aumento da produtividade e da exploração dos trabalhadores, aos quais, entretanto, é pago um salário equivalente ao valor da força de trabalho que vendem. Para a burguesia industrial, a violência necessária para a apropriação do excedente é a de assegurar que a força de trabalho seja considerada como uma mercadoria como qualquer outra.

A burguesia industrial começa a ser significativa nos anos trinta no Brasil, mas sempre em uma posição claramente subordinada. No período populista, entre 1930 e 1964, ela está aliada e subordinada às frações não-cafeeiras, orientada para o mercado interno da velha burguesia mercantil. A partir de 1964, quando toda a burguesia se une e se alia à tecnoburocracia, a burguesia industrial é apenas um dos componentes do pacto político autoritário então constituído contra os trabalhadores e as frações progressistas da tecnoburocracia. Só a partir de meados dos anos setenta, depois de um contínuo e explosivo aumento do poder material da burguesia industrial, esta inicia um projeto de hegemonia política.

É claro que a distinção entre o capital mercantil e o capital industrial não é absoluta. Existem muitas áreas cinzentas. Por outro lado, é preciso entender que o que distingue essencialmente um capital do outro não é a área funcional de atividade exercida. Esta é uma classificação histórico-econômica, não uma classificação funcional. Nesse sentido, a agricultura latifundiária de exportação, o grande comércio exportador e importador e sistema bancário eram capital mercantil, mas nem toda empresa agrícola, comercial ou bancária necessita integrar o capital mercantil. Quando a produtividade ou a incorporação de progresso técnico tornam-se atividades dominantes, seu capital passa a ser industrial ou produtivo, em vez de especulativo ou mercantil.

Burguesia mercantil, burguesia industrial, tecnoburocracia e trabalhadores urbanos são os atores das interpretações sobre o Brasil; os intelectuais são seus autores. Como cheguei aos 20 anos na primeira metade dos anos cinquenta, participei, às vezes apaixonadamente, de todo o debate sobre essas interpretações. Por isso não pretendo a neutralidade ideológica ou a isenção emocional, embora não tenha desistido de procurar a objetividade.

## **A interpretação da vocação agrária**

Dois grandes interpretações antagônicas sobre a sociedade brasileira conflitam nos anos quarenta e cinquenta. De um lado temos a interpretação hegemônica da vocação agrária do Brasil, de outro, a interpretação nacional-burguesa.

A interpretação da vocação agrária da sociedade brasileira corresponde à hegemonia da burguesia agrário-mercantil, tranqüila no Brasil até os anos vinte e sob permanente contestação a partir de então. Mas ainda nos anos quarenta e cinquenta era a interpretação ideologicamente hegemônica, apesar do fato de a burguesia agrário-mercantil não controlar mais o Estado com exclusividade desde 1930.

Para essa interpretação o Brasil é o país essencialmente agrícola, é o país cheio de riquezas naturais e de cordialidade, mas tropical e mestiço, portanto, inferior. É o país que Oliveira Vianna vê embranquecer-se (1922). É o país triste e melancólico em uma terra radiosa de Paulo Prado (1928). É o Brasil macunaímico de Mário de Andrade e da pré-revolução burguesa representada pela Semana de Arte Moderna. É o Brasil moderno porque cafeeiro e paulista, autoritário e corrupto mas recuperável através de uma democracia das elites, segundo a visão da família Mesquita, no comando do jornal *O Estado de S. Paulo*, e de Paulo Duarte. É o Brasil ufanista de Afonso Celso. É o Brasil maravilhoso da casa-grande e da senzala, do sobrado e do mocambo de Gilberto Freyre. É o Brasil essencialmente agrícola de Murтинho e de Eugênio Gudín.

A interpretação da vocação agrária, produto de longa dominação agrário-mercantil, cobre um amplo período de tempo, é extremamente variada, constituindo uma violência teórica querer reduzi-la a algumas características essenciais, porque existem pensadores significativos e inovadores, inclusive entre os já citados, e porque surge então toda uma série de pioneiros de uma análise mais

crítica do Brasil, a partir de Euclides da Cunha, de Alberto Torres, de Sílvio Romero e José Veríssimo.

De qualquer maneira, de acordo com a interpretação da vocação agrária, o Brasil não é visto como um país subdesenvolvido, mas como um país rico e cheio de futuro, com uma vocação agrícola definitiva. No plano político o Brasil é visto como uma democracia presidencialista no estilo norte-americano, embora não passe de um regime oligárquico. No plano social é visto como uma sociedade sem conflitos sociais e raciais, embora só a repressão reduza o conflito. No plano cultural, a interpretação da vocação agrária ignora que a cultura brasileira de então de um lado era uma mera cultura ornamental, de salão, desligada do desenvolvimento das forças produtivas; de outro era uma cultura transplantada sem capacidade de formulação teórica original ou crítica.<sup>1</sup>

### **A interpretação nacional-burguesa**

A interpretação nacional-burguesa, que surge nos anos quarenta e alcança pleno desenvolvimento nos anos cinquenta, reflete as mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil principalmente a partir de 1930. É a interpretação do Partido Comunista, e será principalmente a interpretação do Grupo de Itatiaia, que publica entre 1953 e 1955 a revista *Cadernos do Nosso Tempo*, e afinal se reúne no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que, depois de diversos conflitos internos, é liquidado pela Revolução de 1964. Será também, embora em menor grau, a interpretação dos economistas da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina, da ONU).

O Grupo do ISEB tem algumas figuras exponenciais. Hélio Jaguaribe (1956, 1958a, 1958b, 1962) é o principal cientista político, senão o principal formulador teórico do grupo, mas Ignácio Rangel, economista (1957a, 1957b, 1960, 1963), Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo (1954, 1958, 1960), são também figuras fundamentais. São ainda personagens significativos Roland Corbisier (1958), Cândido Mendes de Almeida (1963), Álvaro Vieira Pinto (1957, 1960) e Ewaldo Correa Lima (1956).

(1) Sobre a interpretação oligárquico-mercantil ver, aqui tratada muito sumariamente, entre outros, Roland Corbisier (1958); Alberto Guerreiro Ramos (1954); João Cruz Costa (1956); Sergio Miceli (1979); Wanderley Guilherme dos Santos (1978: 15-57).

Nenhum desses autores é marxista, embora as influências de Marx sejam claras, especialmente no pensamento de Ignácio Rangel, notável e criativo pensador que monta um modelo particularmente original e dialético do desenvolvimento brasileiro a partir dos conceitos de dualidade básica, ciclos longos, recursos ociosos e inflação de custos. Marxista e indiretamente pertencente ao grupo é Nelson Werneck Sodré, principal intelectual do Partido Comunista Brasileiro, que publica diversos trabalhos através do ISEB (1957a, 1957b, 1959, 1961). Na mesma linha Alberto Passos Guimarães (1963, 1964) faz a análise do caráter latifundiário e monopolista da economia brasileira.

A interpretação nacional-burguesa começa por uma crítica radical da interpretação da vocação agrária. A cultura brasileira é então definida como alienada, heterônoma, transplantada, amorfa, inautêntica, ornamental, marcada pelo complexo de inferioridade colonial. A partir dessa crítica sem dúvida extremamente aguda da cultura oligárquica e semicolonial que dominava o país, os novos intérpretes propõem-se a formular um projeto nacional para o Brasil: um projeto de industrialização e independência política.

Para formular esse projeto parte-se de uma interpretação simplificada e ideologicamente comprometida mas basicamente correta do processo histórico brasileiro até então. A sociedade é dividida em dois grandes blocos. De um lado, a oligarquia agrário-mercantil dominante, aliada ao imperialismo, opõe-se à industrialização brasileira e busca manter o *status quo* semicolonial, semifeudal e primário exportador. De outro lado, sob a liderança de Getúlio Vargas e depois de Juscelino Kubitschek, temos o grupo modernizante: a burguesia industrial nacional, as classes médias técnicas (os tecnoburocratas) e os trabalhadores urbanos, além de frações não exportadoras da velha oligarquia. A liderança desse grupo deveria naturalmente caber, segundo a interpretação nacional-burguesa, à burguesia industrial nascente, que tem como protótipo as figuras de Roberto Simonsen e, em menor grau, de Ewaldo Lodi. É a “burguesia nacional”, uma construção mental com uma certa base na realidade, que, segundo a interpretação nacional-burguesa, seria nacionalista, industrializante, moderna socialmente progressista, enquanto a burguesia agrário-mercantil seria tradicional, agriculturista, colonial, antiindustrializante.

Ao realizarem esta análise, os formuladores da interpretação nacional-burguesa estavam ao mesmo tempo constatando e analisando uma realidade, que depois seria chamada de pacto populista,

e de outro lado estavam formulando um desejo ou sendo instrumentos de uma ideologia burguesa. A “burguesia nacional” em conflito com o imperialismo e especialmente o caráter “feudal” da sociedade brasileira até 1930 eram construções ideológicas insustentáveis às quais o Partido Comunista em especial aderiu de maneira decidida nessa época, transpondo assim para o Brasil, de forma mecânica, as etapas da história do marxismo vulgar ou stalinista.

A ideologia nacional-burguesa, entretanto, não era apenas burguesa. Era também uma primeira manifestação da ideologia modernizadora, desenvolvimentista e eficientista, da tecnoburocracia nascente no aparelho do Estado. Os intelectuais que a formulavam, aos quais deveriam ser somados homens como Jesus Soares Pereira, Rômulo de Almeida, Santiago Dantas e também Roberto Campos, eram membros da tecnoburocracia que assumira o comando do desenvolvimento no seio do Estado populista.<sup>2</sup>

É preciso, entretanto, observar que essa descrição de interpretação nacional-burguesa, aliás como a das demais interpretações, é uma generalização que ignora uma série enorme de particularidades. O ISEB, por exemplo, entra em crise e se divide em 1958, a partir da posição crítica e independente de Alberto Guerreiro Ramos, notável sociólogo que adota uma posição de esquerda não-marxista e passa a fazer a crítica do próprio ISEB (do qual, por outros motivos, também se desliga Hélio Jaguaribe), em processo de radicalização política, e do PCB (1961, 1963). Posição até certo ponto semelhante é a de Wanderley Guilherme dos Santos (1963).

Esta interpretação, por outro lado, é contemporânea à análise de dois grandes pensadores brasileiros. São Caio Prado Jr., que faz a interpretação definitiva do Brasil colonial (1933, 1942, 1945), e Celso Furtado (1949, 1954, 1959a, 1961, 1962, 1964), que traz para o Brasil a crítica da CEPAL à teoria neoclássica sobre o desenvolvimento e em especial sobre a lei das vantagens comparativas do comércio internacional, faz a análise ao modelo primário-exportador e mais genericamente do subdesenvolvimento brasileiro, e propõe a industrialização via substituição de importações e planejamento econômico.

As análises de Caio Prado Jr. e de Celso Furtado da economia brasileira, pela sua originalidade e profundidade, constituem-se em

(2) Examinei o aspecto também tecnoburocrático do pacto populista em um trabalho anterior (1977a: 189-193).

paradigmas que não podem ser reduzidos a uma interpretação genérica. A posição de Caio Prado Jr., além de isolada, é antagônica à dos seus contemporâneos, e lhe permitirá depois de 1964 estabelecer as bases de uma nova interpretação sobre o Brasil. Já as contribuições de Celso Furtado, que, inclusive, publicou dois trabalhos pelo ISEB (1958, 1959b), tiveram uma importância decisiva para a interpretação nacional-burguesa. Merece ainda ser citado como uma contribuição isolada da época o trabalho hoje clássico de Raymundo Faoro, de matriz weberiana, *Os Donos do Poder* (1957).

Da mesma forma que o grupo do ISEB, a preocupação de Celso Furtado era a de criticar as teorias desenvolvidas nos países centrais e construir uma teoria alternativa capaz de explicar a realidade brasileira ou latino-americana. Furtado e o grupo da CEPAL foram mais bem-sucedidos inclusive porque menos comprometidos ideologicamente com a burguesia. Mas não há dúvida de que o projeto de industrialização da CEPAL e o projeto de construção nacional sob a liderança da burguesia nacional e do Estado possuíam muitos pontos em comum. As idéias de planejamento e a de industrialização substitutiva de importações eram centrais em ambas.

### **A interpretação autoritário-modernizante**

A interpretação nacional-burguesa praticamente liquidava a interpretação colonial-mercantil na medida em que a industrialização torna-se vitoriosa e definitiva no Brasil dos anos cinqüenta. A crise política do início dos anos sessenta e a conseqüente Revolução de 1964, por sua vez, encarregar-se-ão de liquidar com a interpretação nacional-burguesa. De fato, estes dois fenômenos são fatos históricos novos que condicionarão todo o pensamento político e econômico brasileiro subsequente. É claro que as quatro interpretações que vamos analisar em seguida já começavam a se definir antes de 1964, mas é um engano pensar que o debate nas ciências sociais se resolve no campo puro das idéias ou ideologias. Geralmente são os fatos históricos novos que atropelam as idéias e as reorientam, não obstante, o imobilismo do pensamento de tantos cientistas sociais.

A liquidação da interpretação nacional-burguesa era automática, na medida que sua proposta política principal era a aliança da



burguesia com o proletariado sob a égide da tecnoburocracia estatal, contra a burguesia agrário-mercantil e o imperialismo. A Revolução de 1964 representa o rompimento definitivo dessa aliança e a unificação da burguesia industrial e mercantil sob o comando político da tecnoburocracia estatal e sob a proteção do imperialismo multinacional. Falar ainda de revolução burguesa, burguesia nacional, aliança da esquerda com a burguesia depois da violenta repressão burguesa contra a esquerda e os trabalhadores era impossível.

Surgem, todavia, novas interpretações a partir de 1964. Ao nível das classes dominantes, a interpretação autoritário-modernizante substitui-se à interpretação agrário-mercantil enquanto interpretação hegemônica. Mas distingue-se claramente dessa interpretação na medida em que é industrializante e planejadora como a interpretação nacional-burguesa.

Esta nova interpretação hegemônica está baseada em duas idéias-chave, desenvolvimento econômico e segurança nacional, e em uma aliança política entre a burguesia local, agora unificada, a tecnoburocracia estatal e as empresas multinacionais. Em última análise, o golpe militar de 1964 é fruto da crise do populismo que a unificação da burguesia agrário-mercantil com a industrial propicia. Esta unificação, por sua vez, estabelece uma nova clivagem (mas não um novo conflito) no seio da burguesia, na medida em que é o capital monopolista, tanto industrial quanto mercantil e bancário, que se torna hegemônico em detrimento do capital competitivo.

No momento em que a unificação da burguesia ocorre, ao mesmo tempo que as multinacionais industriais estão entrando em massa na economia brasileira, não resta outra alternativa à tecnoburocracia estatal, para que ela possa realizar o seu projeto desenvolvimentista de Brasil-potência, senão aliar-se à burguesia monopolista e às multinacionais.

Por isso a interpretação autoritário-modernizante, além de seu caráter essencialmente burguês, na medida em que defende enfaticamente a "livre empresa", é uma interpretação tecnoburocrática, que privilegia o planejamento econômico e a intervenção direta do Estado na economia não apenas como regulador mas também como produtor de bens e serviços. O projeto industrializante, modernizador, burguês e tecnoburocrático da interpretação nacional-burguesa reaparece na interpretação autoritário-modernizadora. O que desaparece são o discurso nacionalista e o discurso popular ou populista. O discurso nacionalista desaparece porque a

industrialização consolidara-se através da proteção alfandegária (Lei de Tarifas de 1958) e da aliança da burguesia local com as novas empresas multinacionais industriais. O discurso popular torna-se desnecessário, já que os trabalhadores foram excluídos do pacto social. Ao invés de aliança com os trabalhadores, fala-se agora em segurança nacional, que, no contexto de 1964, significará repressão policial contra os trabalhadores e a esquerda.

Sob um certo ângulo, é possível dizer que a hegemonia ao nível das classes dominantes da interpretação autoritário-modernizante representa a vitória da Escola Superior de Guerra — agente ideológico fundamental dessa nova interpretação — sobre o ISEB, o Partido Comunista e a CEPAL, agentes básicos da interpretação nacional-burguesa. Representa também a vitória do imperialismo norte-americano, que, de um lado, através do treinamento sistemático de militares e policiais brasileiros, e de outro através da penetração das multinacionais industrializantes, logra impor aos militares brasileiros uma “doutrina de segurança nacional” apoiada na guerra-fria e definida por um anticomunismo irracional.

A interpretação autoritário-modernizante tem naturalmente origens anteriores a 1964. Não cabendo aqui uma análise exaustiva do problema, citaremos apenas seus dois formuladores fundamentais: o general Golbery do Couto e Silva, que já em 1952 escreve *Aspectos Geopolíticos do Brasil*, onde as bases da doutrina da segurança nacional são definidas (1967: 19-64), e Roberto de Oliveira Campos, que já em 1953, na Escola Superior de Guerra, buscava “a área possível de conciliação entre uma *ideologia de desenvolvimento* e uma *ideologia de segurança*” (1963a: 59).

Roberto Campos, que nos anos cinquenta surge como um dos mais brilhantes tecnoburocratas brasileiros, é provavelmente o principal formulador dessa nova interpretação do Brasil, especialmente sob o ponto de vista econômico. Da mesma forma que o general Golbery diagnosticava em 1958 a dependência política essencial e necessária do Brasil em relação aos Estados Unidos (1967: 223-259), concluindo por uma ideologia autoritária de segurança nacional, Roberto Campos define a dependência econômica essencial e necessária do Brasil em relação às empresas multinacionais. Percebendo que as empresas multinacionais passavam a investir pesadamente na indústria e a comprometer-se, portanto, com a industrialização brasileira, ele se torna seu mais articulado defensor (1963b, 1968, 1969). Não se trata de defender as empresas multinacionais nos quadros da divisão internacional do trabalho em que ao

Brasil restaria a função primário-exportadora. Esta é a visão de Eugênio Gudín, preocupado em criticar a tese de Prebisch contra a lei das vantagens comparativas do comércio internacional e as teorias da CEPAL. A esse respeito, Roberto Campos, embora discípulo de Eugênio Gudín, dele se distingue claramente.

E também Campos, geralmente considerado um simples economista neoclássico, distingue-se com toda a clareza dos neoclássicos na sua defesa do planejamento econômico (1963b, 1967) e da tecnocracia enquanto agente do planejamento. O planejamento é justificado em função da “debilidade da iniciativa privada”, da “faculdade telescópica” ou visão a longo prazo que o Estado possui e a burguesia não, e de capacidade de “concentração de recursos” do Estado (1963b: 114-116). Por outro lado, referindo-se ao período em que foi ministro do Planejamento (1964-1966), escreve um artigo, “Em Defesa dos Tecnocratas”, com os quais se identifica, afirmando: “Entre o *imobilismo perfeccionista* e a *experimentação modernizante*, a atitude dos tecnocratas parece ter sido a mais produtiva” (1968: 136). Nesses termos, defendendo o planejamento e a tecnoburocracia, mas ao mesmo tempo defendendo o capitalismo local e multinacional e utilizando um instrumental monetarista para combater a inflação, Roberto Campos realiza no plano econômico a cooptação da análise neoclássica pela perspectiva tecnoburocrática do planejamento econômico. E essa será uma característica econômica essencial da interpretação autoritário-modernizante.

## **A interpretação funcional-capitalista**

Enquanto a interpretação autoritário-modernizante permanece hegemônica ao nível das classes dominantes até meados dos anos setenta, ao nível da esquerda surgem três interpretações alternativas: a interpretação funcional-capitalista, a interpretação da superexploração capitalista e a interpretação da nova dependência.

A interpretação funcional-capitalista irá dominar grande parte do pensamento brasileiro de esquerda durante a segunda metade dos anos sessenta. Seu postulado básico é o de que o Brasil sempre foi um país capitalista ou então que o eventual pré-capitalismo aqui existente sempre foi funcional para a acumulação capitalista. Seu problema fundamental é o de reinterpretar a realidade brasileira a partir da crítica da interpretação nacional-burguesa.

Esta fora “a grande culpada” da Revolução de 1964 e da decorrente derrota das esquerdas devido à sua proposta de modernização e de aliança proletário-burguesa. Era preciso fazer o julgamento dessa interpretação, e colocar no pelourinho seus principais responsáveis: o Partido Comunista e o grupo do ISEB.

Nesse sentido, para negar a validade da interpretação nacional-burguesa, era preciso negar o caráter pré-capitalista (ou mesmo capitalista mercantil) da sociedade brasileira anterior a 1930, criticar qualquer teoria dualista, afirmar a continuidade e perfeita unidade da classe dominante brasileira, negar origens étnicas sociais diferentes para os empresários industriais em relação à burguesia agrário-mercantil. Ora, ao pretender realizar essa negação radical de toda a interpretação nacional-burguesa, ao invés de limitar-se à crítica dos seus exageros especialmente enquanto proposta ideológica, esta interpretação assume um caráter ressentido, emocional, que é ao mesmo tempo seu grande trunfo, na medida em que aguça a capacidade crítica, e sua grande limitação, já que se torna incapaz de compreender ou analisar corretamente os fatos novos que haviam tornado superada a interpretação nacional-burguesa.

A interpretação funcional-capitalista será formulada de maneira extraordinariamente brilhante por Caio Prado Jr., que, em 1966, publica um livro fundamental para a compreensão de todo o pensamento brasileiro posterior: *A Revolução Brasileira*. Trata-se de uma análise apaixonada, crítica e autocrítica das relações de produção brasileiras. Uma análise equivocada porque ressentida. Mas ao mesmo tempo uma análise pioneira, corajosa, indignada e coerente com suas análises anteriores sobre o caráter mercantil da colonização brasileira (1942, 1945) e sobre a natureza da questão agrária (1960). É equivocada porque afirma uma continuidade capitalista para o Brasil inaceitável, porque não se interessa em distinguir com clareza a burguesia mercantil da industrial, porque afirma que a burguesia industrial teve origem na oligarquia cafeeira,<sup>3</sup> porque nega que durante um certo momento da história essas duas burguesias hajam realmente entrado em conflito. É pioneira porque já percebe o caráter industrializante do novo imperia-

(3) Vale observar pesquisa de caráter histórico por mim realizada sobre as origens étnicas e sociais do empresário brasileiro, que demonstrou que 85% dos fundadores ou principais responsáveis pelo desenvolvimento das empresas industriais paulistas eram de origem imigrante, e que apenas 3,9% tinham origem na burguesia cafeeira (1964).

lismo, porque identifica o “capitalismo burocrático” e percebe o Estado burocrático posto a serviço da acumulação capitalista, porque denuncia a permanente exploração dos camponeses e dos trabalhadores rurais brasileiros, porque discute as relações de produção no campo e procura demonstrar que muitos daqueles que se entendem por camponeses no Brasil (os meeiros, por exemplo) são, na verdade, trabalhadores assalariados.

O caráter crítico em busca de culpados da contribuição de Caio Prado Jr. é por ele confirmado em um artigo em que responde às críticas de Assis Tavares, afirmando: “*A Revolução Brasileira* o que precisamente procura, certa ou erradamente (e é isto que Assis Tavares deveria indagar e não indaga), é buscar para as esquerdas uma posição ‘qualitativamente diferente’ que lhes abra novas perspectivas, e que se livre do oportunismo e seguidismo que vem há muito em boa parte esterilizando e inutilizando seus esforços — como entre outros aqueles que deram oportunidade ao golpe contra-revolucionário de 1º de abril. O principal responsável por aquela ineficiência das esquerdas (e é o que se afirma e se procurou sustentar em *A Revolução Brasileira*) foi uma base teórica errônea”. (1967: 57)

Outro trabalho básico nesta linha crítica que marcou época e influenciou decisivamente toda uma geração, é o clássico artigo de Rodolfo Steinhilber, “Sete Teses Equivocadas sobre a América Latina” (1965). As teses equivocadas são: 1) dualismo; 2) desenvolvimento via difusão do industrialismo para áreas tradicionais; 3) as zonas tradicionais são um obstáculo ao capitalismo progressista; 4) a burguesia nacional tem interesse em romper o domínio da oligarquia latifundiária; 5) o desenvolvimento depende de uma classe média nacionalista e progressista; 6) a integração nacional da América Latina depende da miscigenação; 7) há uma identidade de interesses entre camponeses e operários. Em síntese, e excluídas as duas últimas teses, o que Steinhilber faz é uma crítica decisiva e radical às concepções modernizantes implícitas na interpretação nacional-burguesa.

A interpretação funcional-capitalista tem uma série de outros nomes altamente significativos. Fernando Novas (1973) faz a análise clássica do período colonial brasileiro na linha proposta inicialmente por Caio Prado Jr. Nega qualquer caráter pré-capitalista para o período colonial, que é visto exclusivamente como um episódio do processo de acumulação primitiva mercantil.

João Manoel Cardoso de Mello, em *O Capitalismo Tardio*

(1975), prossegue a análise de Fernando Novaes até o presente. Sua análise histórica o situa na interpretação funcional-capitalista porque minimiza a importância da Revolução de 1930; afirma que “a burguesia cafeeira foi a matriz da burguesia industrial” (1975: 103); critica, da mesma forma que Robert Cajado Nicol (1974) e Warren Dean (1971) a oposição ou a contradição detectada por Furtado entre a industrialização e a expansão cafeeira. Esta é vista exclusivamente como um fenômeno positivo para a industrialização.<sup>4</sup>

O trabalho de Cardoso de Mello, entretanto, tem grande importância inclusive porque, depois da *Histórica Econômica do Brasil*, de Caio Prado Jr., é a primeira interpretação significativa da história econômica brasileira em termos marxistas não ortodoxos. Propõe-se, mesmo, a oferecer uma alternativa à periodização das fases da economia brasileira adotada pela interpretação nacional-burguesa: Colonial-Mercantil até 1808, Semicolonial Agrário-Mercantil Primário-Exportadora até 1930, Industrial Substitutiva de Importações a partir de então. Em seu lugar propõe (1975: 195): Mercantil-Escravista Colonial até 1808; Mercantil-Escravista Nacional até 1888; Exportadora-Capitalista-Retardatária a partir de então. Esta fase, por sua vez, divide-se em: nascimento e consolidação do capital industrial (1888-1933), industrialização restringida (1933-1956); industrialização pesada (1956...).

Vale observar, porém, que, ao examinar especialmente a industrialização pesada, Cardoso de Mello já está ultrapassando a análise funcional-capitalista. Por outro lado, embora preocupado em descaracterizar a importância da ruptura de 1930, não há dúvida de que sua periodização reconhece a mudança fundamental do capital mercantil para o industrial. Apenas a coloca no final do século passado, ao invés de colocá-la neste século.

Outra contribuição significativa é a de Bóris Fausto com *A Revolução de 1930*, na qual, já nos dois primeiros parágrafos da introdução, informa que seu trabalho “procura mostrar a inconsistência de um modelo corrente” segundo o qual, “na formação social do país, existiria uma contradição básica entre o setor agrário-exportador, representado pelo latifúndio semifeudal, associado ao imperialismo, e os interesses voltados para o mercado interno,

(4) A solução teórica para este problema foi afinal dada por Sérgio Silva (1973), que demonstrou a natureza contraditória, ao invés de linearmente favorável ou contrária, das relações entre o café e a industrialização. Ver também a contribuição de Wilson Cano (1977).

representados pela 'burguesia'" (1972: 9). O trabalho é uma importante contribuição para a análise da revolução de 1930, mas desde o início é marcado pelo ponto de vista interpretação funcional-capitalista, que reduz a interpretação nacional-burguesa a um modelo simplificado para em seguida negar-lhe qualquer validade. Na mesma linha um artigo pioneiro, criticando especificamente a obra de um dos expoentes da interpretação nacional-burguesa, Nelson Werneck Sodré, é escrito por Paula Beiguelman, que afirma: "Não há, pois, como interpretar a agitação da década de 1920 e na revolução de 1930 em termos de um conflito entre o setor interno e o agrário, ou, na expressão do autor (N. W. S.), como uma luta entre burguesia e latifúndio". (1966: 262)

Outro trabalho marcante nesta mesma linha é o de Francisco de Oliveira, *A Crítica da Razão Dualista* (1972). Como o trabalho de Cardoso de Mello, trata-se também e principalmente de uma crítica a Celso Furtado, na medida em que ele teria adotado uma visão dualista e modernizante da economia brasileira. O caráter pré-capitalista da formação social brasileira anterior não é negado. O que se nega é qualquer contradição entre o Brasil pré-capitalista e o Brasil capitalista. Pelo contrário, a agricultura pré-capitalista assim como a marginalidade urbana seriam funcionais para a acumulação capitalista na medida em que rebaixassem o custo de reprodução da mão-de-obra. Pela riqueza de suas sugestões, entretanto, expostas sempre em termos de um marxismo efetivamente dialético e aberto, este trabalho de Francisco de Oliveira exercerá uma grande influência sobre o pensamento da esquerda democrática no Brasil. Sua análise do mecanismo de acumulação primitiva ainda em ação no país, sua proposta de internalização do problema do subdesenvolvimento e sua discussão sobre a "inchação" do terciário, entre outras, são contribuições extremamente estimulantes do debate e da pesquisa.

Na mesma linha temos outras contribuições de alguns pesquisadores do CEBRAP, que se torna então um centro fundamental do pensamento brasileiro, ao lado da Universidade de São Paulo. Na verdade, dentro do CEBRAP vão conviver e muitas vezes se misturar (porque nem sempre é fácil distinguir a interpretação funcional-capitalista da interpretação da nova dependência, dado o fato de que alguns autores transitam de uma para outra) representantes das duas interpretações.

Na linha extremamente criativa aberta por Francisco de Oliveira são especialmente significativos os trabalhos de Lúcio

Kowarick (1973, 1979), responsável por uma análise brilhante das relações funcionais entre marginalidade e dependência no contexto das sociedades dependentes, de Manoel Berlinck (1977), e também a obra coletiva do CEBRAP, coordenada por Lúcio Kowarick e Vinícius Caldeira Brant, *São Paulo 1975, Crescimento e Pobreza* (1976), uma extraordinária análise do processo de acumulação e da pauperização da população paulista.<sup>5</sup>

Um último<sup>6</sup> representante fundamental da interpretação funcional-capitalista é Luciano Martins, que sintetiza seu pensamento em *Pouvoir et Developpement Economique* (1976). Em sua análise da Revolução de 1930 há a preocupação permanente de reduzir o seu significado histórico a um episódio de “modernização conservadora”, nos termos da conceituação de Barrington Moore (1967) através do qual novas elites substituem ou se justapõem às antigas. Luciano Martins reconhece o caráter de luta de classes da Revolução de 1930, mas o define “em um sentido bem preciso como uma luta de classes *preventiva*, desencadeada por iniciativa da classe dominante” (1976: 120). E preocupa-se em demonstrar e documentar que não havia conflito entre a oligarquia agrária e os industriais, já que em um movimento tipicamente oligárquico como foi a Revolução de 1932, “a documentação sobre a participação da Federação das Indústrias de São Paulo no conflito é abundante” (1966: 133). Estas considerações, entretanto, não pretendem negar a grande contribuição de Luciano Martins, como aliás dos demais representantes da interpretação funcional-capitalista aqui citados. A análise de Luciano Martins é especialmente importante não apenas na análise da Revolução de 1930, mas principalmente na pesquisa sobre a emergência da tecnoburocracia e dos processos decisórios dos quais ela participa ativamente para implantar a indústria pesada no Brasil.

A interpretação funcional-capitalista é importante na medida em que permite às esquerdas uma análise autônoma ao invés de

(5) *São Paulo 1975, Crescimento e Pobreza* foi escrito coletivamente, constando entre seus colaboradores Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Frederico Mazzuchelli, José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Paul Singer, mas a coordenação dos trabalhos coube a Lúcio Kowarick e Vinícius Caldeira Brant, cuja marca sobre o todo, afinal, deve ter sido decisiva, fazendo-nos incluir esta obra na interpretação funcional-capitalista.

(6) É claro que muitos outros trabalhos incluem-se nesta linha de interpretações. Veja-se, por exemplo, a crítica radical do ISEB realizada por Caio Navarro de Toledo (1977) e Maria Sílvia Carvalho Franco (1978). Por outro lado, veja-se o depoimento sobre o ISEB realizado por Hélio Jaguaribe (1979).



subordinada à burguesia (como era a interpretação nacional-burguesa) da realidade brasileira. Por outro lado, sua fundamentação marxista não-stalinista lhe permite um aprofundamento crítico do debate sobre as relações entre a economia e a política e sob a forma de dominação burguesa no Brasil que antes só fora realizado de um ponto de vista marxista por Caio Prado Jr. Trata-se, entretanto, de uma interpretação limitada devido ao seu caráter excessivamente crítico. Preocupada em negar de maneira radical toda a interpretação nacional-burguesa, ignora que esta, sem dúvida, cometera graves erros, mas que a superação de sua análise devia-se menos a esses erros e mais aos fatos novos ocorridos nos anos cinquenta. Esta limitação, aliás, explica por que muitos dos seus autores tendem a transitar para a interpretação nova dependência, quando está se tornando hegemônica entre as esquerdas no Brasil.

Neste quadro, Luiz Pereira surge como uma figura isolada apenas indiretamente ligada à interpretação funcional-capitalista, da qual, entretanto, é um dos pioneiros. Escrevendo em uma época de transição *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, sua contribuição nem sempre é clara, mas sem dúvida é rica de sugestões, especialmente sua reinterpretação da Revolução de 1930 e sua crítica à teoria sobre o dualismo estrutural, pois, a seu ver, o que existe no Brasil é a coexistência de capitalismo “dinamizados” e “sufocados” (1965: 87-97 e 119).

## **A interpretação da superexploração imperialista**

A dificuldade em ver para em seguida poder interpretar os fatos novos aplica-se também à interpretação da superexploração imperialista. Esta é também uma interpretação ressentida da derrota representada pela Revolução de 1964, mas é uma interpretação muito mais radical. Sua proposta não é apenas a de criticar a interpretação nacional-burguesa e os decorrentes desvios da esquerda, mas a de construir uma nova interpretação não apenas para o Brasil mas para a América Latina de um modo geral a partir do conceito leninista de imperialismo e do conceito trotskista da perda de dinamismo do capitalismo central. Da mesma forma que a interpretação nacional-burguesa, o imperialismo é o grande culpado do subdesenvolvimento. Mas diferentemente daquela interpretação, não existe divisão na burguesia interna entre uma burguesia agrário-mercantil aliada ao imperialismo e uma burguesia industrial: a

burguesia está solidamente unida e subordinada ao imperialismo. E também não existe nenhuma proposta “nacionalista” que sirva de amortecedor da luta de classes.

O imperialismo extrai praticamente todo o excedente dos países subdesenvolvidos. É o obstáculo fundamental a qualquer processo real de desenvolvimento. A burguesia local, por sua vez, está integralmente subordinada ao imperialismo. Como este explora os trabalhadores locais através do comércio internacional e das empresas multinacionais, não resta outra alternativa à burguesia local para poder se apropriar também ela do excedente senão superexplorá-los. E para superexplorar os trabalhadores é necessário recorrer à violência. Por isso as burguesias locais são necessariamente autoritárias, senão fascistas. Em conclusão a alternativa para o Brasil assim como para os demais povos latino-americanos é o socialismo ou o fascismo, já que o capitalismo dependente seria necessariamente fascista.

Estas teses têm como uma de suas bases os trabalhos de Andrew Gunder-Frank que, em um artigo clássico, “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento” (1966) e em uma série de livros (a partir de *Capitalism and Underdevelopment in Latin America* (1969)), procura demonstrar a tese radical de que a América Latina sempre foi capitalista, jamais tendo apresentado características pré-capitalistas. A colonização européia teria sido puramente mercantil e portanto essencialmente capitalista. Implantando-se na América Latina um modelo capitalista exportador de produtos primários, teriam sido o capitalismo e imperialismo as causas básicas do subdesenvolvimento, tanto assim que as zonas mais subdesenvolvidas do continente foram aquelas que tiveram um grande auge exportador mercantil.

Em uma linha muito semelhante, Ruy Mauro Marini (1969, 1973) desenvolve a “teoria da superexploração”. É curioso que Marini reconhece que durante um certo período houve interesses comuns entre a burguesia e o proletariado, tendo isto “conduzido a vanguarda pequeno-burguesa ao reformismo e à política de colaboração de classes” (1969: 151), mas “o pronunciamento militar de 1964 assestou um golpe mortal na corrente reformista”. A interpretação nacional-burguesa, portanto, é identificada com o reformismo, embora se admita que ela tenha tido certa validade durante algum tempo.

O reformismo fracassou porque o desenvolvimento do Brasil estaria baseado essencialmente na superexploração dos trabalha-

dores, definida pelo fato de que os trabalhadores recebem um salário inferior ao nível de subsistência, além de terem sua jornada de trabalho e a intensidade de seu trabalho aumentadas. Esta superexploração seria uma tendência normal nos países capitalistas que se acentuaria nos países dependentes ou periféricos, já que estão submetidos ao imperialismo dos países capitalistas centrais, que lhes extrai parte da mais-valia através da troca desigual de mercadorias no mercado internacional. Em consequência, “as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam especialmente corrigir os desequilíbrios entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas sim tentam compensar a perda das rendas geradas no comércio internacional através da superexploração dos trabalhadores” (1973: 37). Ora, a superexploração implica o rompimento da troca de equivalentes. O trabalho deixa de ser pago de acordo com seu valor. Para lograr esse resultado a burguesia é obrigada a recorrer a métodos autoritários, que seriam, assim, inerentes às burguesias periféricas, como a brasileira. Além disso, no caso do Brasil, a burguesia recorria ao subimperialismo, via exportação de seus produtos manufaturados a países ainda menos desenvolvidos, nos quadros de uma nova divisão internacional do trabalho, já que a superexploração impedia a formação de um mercado interno.

Na mesma linha, Theotônio dos Santos (1967, 1970, 1973) deixa muito claro, inclusive no título de um de seus livros, que a alternativa para o Brasil e a América Latina é o socialismo ou o fascismo.<sup>7</sup> Sua análise não se limita apenas a este aspecto, e, como no caso de Ruy Mauro Marini, constitui-se em uma importante contribuição crítica radical ao modelo latino-americano e brasileiro, subdesenvolvido, dependente e autoritário.

No plano da dependência, Theotônio dos Santos identifica três formas históricas: 1) a dependência colonial, comercial-exportadora; 2) a dependência financeiro-industrial que se consolida no final do século XIX; 3) a dependência tecnológico-industrial do período do pós-guerra exercida através das empresas multinacionais (1970: 55). Este último tipo de dependência dá origem a um tipo de desenvolvimento “desigual e combinado”, na medida em que o subdesenvolvimento é caracterizado por desigualdades pro-

(7) *Socialismo y Facismo, El Nuevo Caracter de la Dependencia y el Dilema Latinoamericano* (1973).

fundas, relacionadas com a superexploração da mão-de-obra. Por outro lado, como essa superexploração está ligada à transferência de excedentes para os países imperialistas, a desigualdade torna-se um elemento estrutural da economia mundial. Por isso o desenvolvimento latino-americano, além de desigual, é combinado.

Na verdade, embora Theotônio dos Santos faça, já em 1973, uma análise importante e relativamente pioneira do fato novo representado pelas empresas multinacionais manufactureiras a partir dos anos cinqüenta, ele não consegue perceber que não é apenas a natureza da dependência que muda. O grau de exploração também muda, na medida em que as multinacionais tornam-se diretamente envolvidas no processo de industrialização brasileiro.

Por outro lado, na medida em que o imperialismo externo e a superexploração interna, ambos estritamente relacionados, agudizariam a luta de classes de maneira insustentável, Theotônio dos Santos conclui de forma radical pelo caráter intrinsecamente fascista da burguesia latino-americana e afirma: “Tudo indica que o que nos espera é um longo processo de profundos enfrentamentos políticos e militares, de radicalização social profunda que leva estas sociedades a um dilema entre governos de força que tendem a abrir caminho para o fascismo e governos revolucionários populares que tendem a abrir caminho para o socialismo”. (1970: 68)

Finalmente, devemos fazer uma referência imprescindível a Florestan Fernandes. É extremamente difícil classificar o notável sociólogo, verdadeiro fundador da escola moderna de sociologia de São Paulo. Seu pensamento independente e complexo impossibilita as classificações simplistas. Sua análise indignada da Revolução de 1964, que (1) frustra a revolução burguesa, (2) neutraliza os militares como fatores de equilíbrio político, e (3) mostra definitivamente que nada mais se pode esperar das nossas classes conservadoras (1968: 181) nos levariam a situá-lo na interpretação funcional-capitalista. Da mesma forma, sua análise da evolução social e política brasileira centrada em dois ciclos revolucionários que têm como data inicial 1808 e 1888 levaria na mesma direção (1968: 172).

Por outro lado, ao fazer a distinção entre uma revolução burguesa clássica, que levaria o desenvolvimento brasileiro a um padrão de capitalismo auto-suficiente e autônomo, e uma revolução burguesa dependente, por ele detectada no Brasil e que apenas marcaria a passagem do capitalismo comercial e financeiro para o industrial, Florestan Fernandes está em conflito tanto com a inter-

pretação funcional-capitalista quanto com a interpretação da superexploração imperialista, na medida em que essa distinção salienta a passagem do capitalismo mercantil para o industrial (da qual a Revolução de 1930 será o marco) e mostra que, afinal, a burguesia brasileira não é tão coesa como se pretende.

Mas se formos considerar sua posição radical em relação ao autoritarismo burguês, considerado intrínseco às burguesias dependentes como a brasileira, sua análise se aproxima muito da interpretação da superexploração imperialista. Florestan Fernandes conserva uma visão histórica em que a burguesia em um determinado momento defendeu as posições democráticas ou nacionais, mas conclui pelo seu inerente autoritarismo. Em suas palavras: "De classes patronizadoras da revolução democrático-burguesa nacional passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo da 'democracia' e da 'civilização cristã'... No fundo, a referida reviravolta confere novos fundamentos psicológicos, morais e políticos ao enriquecimento da dominação burguesa e à sua transfiguração numa força social especificamente autoritária e totalitária". (1974: 316) De qualquer forma, parece-me essencial considerar Florestan Fernandes como uma figura à parte neste quadro que estamos tentando delinear das interpretações sobre o Brasil.

## **A interpretação da nova dependência**

Em contraposição à interpretação funcional-capitalista e à interpretação da superexploração imperialista temos, finalmente, no campo das esquerdas a interpretação da nova dependência.<sup>8</sup>

Esta interpretação, ainda que compartilhe com a interpretação funcional-capitalista e com a interpretação da superexploração imperialista da crítica à interpretação nacional-burguesa, é muito menos radical nessa crítica. Não porque não veja erros e comprometimento ideológico nessa interpretação, mas porque distingue os erros de interpretação e o comprometimento ideológico da supe-

(8) Para uma crítica da interpretação da superexploração imperialista realizada por representantes da interpretação da nova dependência, ver Fernando Henrique Cardoso (1977), José Serra (1979) e Serra e Cardoso (1979). É significativo que não há críticas à interpretação funcional-capitalista, pretendendo-se assim uma unidade de pontos de vista com a interpretação da nova dependência que de fato não existe, embora os pontos comuns e as áreas cinzentas sejam muitos.

ração dessa interpretação pelos fatos novos que acontecem durante os anos cinqüenta no Brasil.

A utilização do conceito de “fato novo” é essencial para essa interpretação. No plano político, uma série de fatos novos, ocorridos principalmente durante o governo Kubitschek eliminam as razões para o conflito entre a burguesia industrial e a burguesia agrário-mercantil e para uma possível posição nacionalista da burguesia. Por outro lado, liquidam a aliança dos trabalhadores com a burguesia que o pacto populista refletia e a interpretação nacional-burguesa não apenas constatava mas propunha.

Estes fatos novos, que examinei em um trabalho de 1963,<sup>9</sup> são os seguintes: 1) consolidação da indústria nacional, que, a partir de então, não pode mais ser considerada “artificial” em um “país essencialmente agrário”; 2) decadência definitiva da agricultura exportadora de café com a queda dos preços internacionais, tornando inviável a transferência de renda do setor exportador para a indústria (estes dois fatos novos liquidam a relativa divisão no seio da burguesia brasileira); 3) entrada em massa das empresas multinacionais associadas indiretamente com a burguesia local; 4) aprovação, em 1958, da Lei de Tarifas, que protege definitivamente a indústria nacional da importação de similares estrangeiros (estes dois fatos novos liquidam com o “nacionalismo” da burguesia local, já que esse nacionalismo limitou-se sempre ao protecionismo e jamais se opôs à penetração das multinacionais); 5) revigoreamento da atividade sindical durante os anos cinqüenta através da formação de diversos pactos intersetoriais de unidade sindical; 6) Revolução de Cuba, em 1959, que apavorou a burguesia local. Estes dois últimos fatos novos foram diretamente responsáveis pela liquidação do pacto populista e pela radicalização do início dos anos sessenta, quando a esquerda formula pela primeira vez (mas de forma imatura) um projeto político autônomo. De um modo geral, entretanto, os seis fatos novos explicam a união da burguesia industrial e agrário-mercantil, sua associação com as multinacio-

(9) “O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira” (1963: 20-25). Ver também *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968: 112-113), onde voltei a examinar o problema. Os fatos novos examinados neste artigo de 1963 pretendiam explicar por que a interpretação nacional-burguesa perdesse validade e por que o modelo político desenvolvimentista entrara em crise, na medida em que aqueles fatos novos levaram ao colapso da aliança entre a burguesia industrial e os trabalhadores, sob a égide de Getúlio Vargas e, portanto, de setores do latifúndio voltados para o mercado interno.

nais e seu rompimento com os trabalhadores e a esquerda. A Revolução de 1964 será a trágica culminação desse processo.

A contribuição fundamental à interpretação da nova dependência, entretanto, será realizada por Fernando Henrique Cardoso. Em 1967 circula de forma mimeografada um livro escrito em colaboração com Enzo Faletto, que irá marcar todo o pensamento brasileiro e latino-americano posterior: *Dependência e Desenvolvimento da América Latina* (1970).

A partir desse livro constitui-se o que seria chamado de “teoria da dependência”,<sup>10</sup> baseada em uma crítica, de um lado, às teorias de modernização e de etapas do desenvolvimento e, de outro, à teoria da superexploração imperialista. A proposta mais geral do conceito de dependência consiste em demonstrar que os determinantes externos (imperialismo) da situação de dependência estão relacionados aos determinantes internos (estrutura de classes), que são fundamentais e tendiam a ser minimizados na interpretação nacional-burguesa. “Nesta perspectiva, a análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma ‘variável externa’, mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito das nações dependentes.” (1970: 31)

O essencial na interpretação da nova dependência, entretanto, não está nesse conceito teórico de dependência, mas na análise da nova dependência que se configura na América Latina e particularmente no Brasil, com a entrada em massa das empresas multinacionais industriais.

Ao contrário da interpretação funcional-capitalista, não se nega toda validade à interpretação nacional-burguesa e reconhece-se que houve um pacto populista e nacionalista entre a burguesia industrial, os setores urbanos populares e o latifúndio não exportador (1970: 36, 103-108, 115), ao mesmo tempo que se admite que a “industrialização, de caráter substitutivo, alcançou-se, por um lado, através da ação direta do Estado e, por outro, pelo impulso de uma ‘burguesia industrial’ em grande medida desvinculada do setor agro-importador” (1970: 103-104).

O importante é menos negar a interpretação anterior e mais reconhecer o fato novo — os investimentos estrangeiros realizados pelas corporações industriais multinacionais — que determina uma

(10) Prefiro a denominação “nova dependência” porque, realmente, o essencial é a definição dos fatos novos que mudam o caráter da dependência.

nova forma de dependência, desenvolvimentista (ao contrário do que imaginava a interpretação nacional-burguesa, que identificava imperialismo com estagnação), mas excludente. A nova dependência, finalmente, caracteriza-se, segundo Cardoso e Faletto, nesse trabalho extraordinariamente pioneiro, pela associação da burguesia local com as empresas multinacionais industriais e com uma tecnoburocracia estatal, civil e militar (1970: 122-125 e 134-135). Fernando Henrique Cardoso volta a examinar o problema do novo tipo de imperialismo e do novo modelo de desenvolvimento associado em uma série de ensaios reunidos em livros (1972, 1975, 1980), que aprofundam e ampliam as idéias básicas desenvolvidas inicialmente no Chile, em 1966 e 1967.

No plano econômico, entretanto, era necessário reinterpretar também a nova dependência. Celso Furtado dá um primeiro passo, mas incompleto, com um ensaio fundamental, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966), em que a análise do novo modelo de desenvolvimento, baseada nas empresas multinacionais e na indústria capital-intensiva e tecnologicamente sofisticada já está claramente definida. Mas Furtado ainda não vê com clareza o novo processo de expansão econômica, que ainda não começara, e fala na tendência à estagnação. Mas nesse mesmo trabalho ele já sugere que a estagnação poderia ser superada, especialmente no Brasil (e mais dificilmente na Argentina), através de um novo processo de concentração de renda. Novo passo é dado com *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967), uma reformulação e ampliação de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, em que as novas bases da teoria de dependência são delineadas. Carlos Lessa escreve o estudo clássico *15 Anos de Política Econômica* (1975) em meados dos anos 70, mais ou menos na mesma época em que Maria da Conceição Tavares escreve seu trabalho fundamental sobre o modelo de substituição de importações. Meu *Desenvolvimento e Crise no Brasil* é de 1968.

As primeiras tentativas de definir um novo modelo de desenvolvimento são realizadas por Antônio Barros de Castro (1969: 142-143), Maria da Conceição Tavares e José Serra (1971). Por outro lado, publico em 1970 um trabalho, "Dividir ou Multiplicar: A Distribuição da Renda e a Recuperação da Economia Brasileira", onde já relaciono com clareza o novo ciclo de expansão que ocorria no Brasil desde 1967 com a concentração de renda da classe média para cima. Ficava, assim, definida a característica fundamental do "novo modelo brasileiro de desenvolvimento" baseado



na concentração de renda das camadas médias para cima, as quais serviam como mercado para as indústrias dinâmicas do período, ou seja, as indústrias de bens de consumo duráveis e especialmente para a indústria automobilística.

Os dois trabalhos marcantes sobre o novo modelo brasileiro de desenvolvimento, entretanto, serão o ensaio “Além da Estagnação”, escrito por Maria da Conceição Tavares e José Serra (1971) e o livro *Análise do Modelo Brasileiro*, de Celso Furtado (1972). A análise parte, de um lado, da heterogeneidade tecnológica estrutural que caracterizaria a industrialização latino-americana, já sugerida para a América Latina por Aníbal Pinto (1970), desde os primeiros anos da década de sessenta.<sup>11</sup> Esta heterogeneidade estrutural implica a existência de um setor moderno ou monopolista, em que se realiza a aliança do Estado, das empresas multinacionais industriais e do grande capital local, e por um outro setor tradicional ou competitivo, que inclui a velha indústria substitutiva de importações. A esse novo dualismo soma-se um processo de reconcentração de renda das classes médias para cima que viabiliza em termos de mercado a implantação das indústrias modernas, monopolistas e tecnologicamente sofisticadas. Define-se, então, uma nova estratégia de desenvolvimento, em que Estado, empresas multinacionais e empresas locais ocupam áreas complementares (ao invés de competitivas) no aparelho produtivo. Este tipo de crescimento, entretanto, está sujeito a crises de realização não apenas devido a problemas de desproporção, mas especialmente devido à “necessidade de mudanças permanentes e descontínuas na forma de assiguação de recursos (geração, apropriação e utilização do excedente), explicadas pelo caráter solidário da economia com os esquemas renovados de divisão internacional do trabalho” (Tavares e Serra, 1971: 949).

Na mesma linha, Paul Singer, que examinara pioneiramente as crises de conjuntura no Brasil (1965), faz a análise do “milagre” brasileiro em 1972 e prevê de forma notável seu colapso (1973). Seus ensaios são reunidos no livro *A Crise do “Milagre”* (1976). Francisco de Oliveira e Fred Mazzuchelli, por sua vez, fazem uma contribuição decisiva para a compreensão do novo padrão de

(11) Aníbal Pinto, aliás, é reconhecido tanto por Maria da Conceição Tavares quanto por Fernando Henrique Cardoso como o primeiro formulador do novo modelo latino-americano de subdesenvolvimento industrializado, baseado na “heterogeneidade estrutural”.

acumulação implantado no Brasil em “Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil” (1977). Neste ensaio os autores põem em segundo plano o caráter funcionalista das formações pré-capitalistas no Brasil e preocupam-se em definir o novo padrão de acumulação que se implanta a partir dos anos cinqüenta, seu êxtase e sua agonia, utilizando com inteligência o instrumental marxista, a análise do processo de acumulação ocorrido no Brasil que, quando aborda os últimos trinta anos, é ao mesmo tempo apaixonada e esclarecedora. São ainda importantes para a análise do novo padrão de acumulação brasileiro e do respectivo modelo político autoritário, ainda que pertencendo a matrizes teóricas diversas, os trabalhos: 1) no plano econômico, de Pedro Malan e John Wells (1972), Maria da Conceição Tavares (1974, 1978), Regis Bonelli e Pedro Malan (1976), Décio Saes (1976), Luciano Coutinho e Henri Philippe Reichstul (1977), Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (1977), João Manoel Cardoso de Mello (1977), Carlos A. Afonso e Herbet de Souza (1977), Eduardo Matarazzo Suplicy (1977), Ignácio Rangel (1978), Peter Evans (1978), Carlos Lessa (1979) e Guido Mantega e Maria Moraes (1980); 2) no plano político, Alfred Stepan (1971), Celso Lafer (1975), Simon Schwartzman (1975), Octávio Guilherme Velho (1976), Carlos Estevam Martins (1977), Gláucio Soares (1978), Sérgio Abranches (1978), Philippe Faucher (1981), Maria Hermínia Tavares de Almeida (1981).

Em meus trabalhos sobre o novo modelo de desenvolvimento, prossigo a análise de 1970 na terceira edição de *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1972),<sup>12</sup> em artigos de 1973 e 1976, e principalmente no livro *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977a). Minha preocupação, além de formalizar o modelo e de examinar mais detidamente seus aspectos políticos, é o de aprofundar a análise do Estado e da tecnoburocracia civil e militar que o dirige com relativa autonomia em relação ao capitalismo local e às empresas multinacionais. Preocupação até um certo ponto semelhante encontra-se em Leôncio Martins Rodrigues (1973) e nos trabalhos de Edmar Bacha. Este publica alguns trabalhos muito significativos sobre o novo modelo brasileiro e sobre a hierarquia gerencial como determinante dos altos salários (ordenados na minha terminologia)

(12) A primeira edição desse livro (1968) continha uma ruptura apenas parcial com a interpretação nacional-burguesa, sob a qual me formara intelectualmente. Esse rompimento limitava-se à análise dos fatos novos que haviam tornado superada aquela interpretação. Só a partir dos trabalhos de 1970 e 1972 é que passo definitivamente para a nova interpretação.

e dos tecnoburocratas (1973, 1974) e os reúne em um livro básico, *Os Mitos de uma Década* (1976).

Todos esses trabalhos de análise econômica, ainda que possam apresentar divergências importantes de orientação, inscrevem-se na linha da interpretação da nova dependência na medida em que buscam compreender a realidade brasileira a partir dos fatos novos que a modificaram profundamente durante os anos cinquenta. Nesse sentido, além das contribuições já assinaladas, Celso Furtado continuará a ter um papel decisivo na análise do processo econômico em marcha no Brasil nos quadros da nova dependência através de seus livros *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974) e *O Brasil Pós-Milagre* (1981).

Voltando ao plano político e social, podemos ainda citar, nos quadros gerais da interpretação da nova dependência, embora constituam na verdade abordagens paralelas ou relativamente independentes, as notáveis contribuições de Francisco Weffort (1965, 1966, 1968, 1978) e de Octávio Ianni (1968, 1975), sobre o populismo; e a análise do desenvolvimento capitalista no Brasil realizada por Juarez Brandão Lopes (1967, 1976) e Octávio Ianni (1970, 1971, 1976) sobre a formação da sociedade industrial e do capitalismo no Brasil. É significativo, aliás, observar que nas obras destes dois autores sobre o capitalismo no campo, ambas de 1976, a ênfase está na penetração recente (nos últimos cinquenta anos) do capitalismo no campo, constituindo-se em um desmentido indireto à interpretação funcional-capitalista, que pretendia o Brasil capitalista desde o início da colonização.

É importante ainda assinalar as contribuições recentes para o estudo dos empresários brasileiros realizado por Eli Diniz e Renato Raul Boschi (1978, 1979), em que o problema da burguesia nacional e do seu autoritarismo são examinados. Há também uma grande bibliografia sobre a agricultura e os sindicatos e a classe operária, mas deixo de citar novas contribuições para não fugir ao objetivo da análise. Hélio Jaguaribe, por sua vez, procura rever e atualizar sua posição original, mas mantém sua esperança em uma aliança política com a burguesia (1974).

Cabe finalmente uma breve referência à obra de Darcy Ribeiro (1970, 1971, 1972, 1978). Sua macrovisão do processo civilizatório escapa ao âmbito deste artigo. Em relação ao Brasil, um dos "povos novos" que sofre um rápido e traumático processo de "atualização histórica", observa-se em sua obra uma forte influência da interpretação nacional-burguesa. Por isso ele não pode ser

classificado na interpretação funcional-capitalista ou na sua superexploração imperialista. Desta última, entretanto, ele se aproxima devido ao forte conteúdo nacionalista de sua análise. Ele reconhece a importância fundamental da Revolução de 1930, assinala a mudança fundamental no tipo de dependência ocorrido durante o período do Plano de Metas do presidente Kubitschek, mas não consegue perceber que essa mudança passa a exigir uma renovação de todo o instrumental analítico, nas linhas propostas pela interpretação da nova dependência. Ao invés, insiste em ver as multinacionais como meras bombas de sucção de divisas (1970: 308). Este fato, entretanto, não tira a grande importância de sua análise, especialmente no nível macro-histórico, a qual revela uma criatividade e uma lucidez que mostram que o Brasil já possui intelectuais que pensam e escrevem não apenas sobre o Brasil e a América Latina, mas sobre o mundo em que vivemos. Este é o caso, entre outros, de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Fernando Henrique Cardoso e o próprio Darcy Ribeiro.

### **Interpretação do projeto de hegemonia do capital industrial**

Os trabalhos extremamente estimulantes de Eli Diniz e Renato Boschi, embora se inscrevendo na interpretação de nova dependência, insistem no caráter basicamente autoritário dos empresários brasileiros. Embora eles estejam corretos quando afirmam que a visão autoritária dos empresários transparece na ênfase na ordem e na estabilidade contra o conflito, no privilégio dos aspectos técnicos em relação aos políticos, e na idéia do Estado como “campo privativo das elites” (1978: 193-195),<sup>13</sup> este tipo de análise impediu — e de um modo geral impediu toda a intelectualidade brasileira — de perceber os fatos novos que minavam esse autoritarismo (que teve o seu auge no período 1964-1974) e direcionavam a burguesia industrial brasileira no sentido de uma posição relativamente senão democrática, pelo menos liberal.

(13) Segundo Diniz e Boschi, baseados em uma pesquisa realizada em 1974-1975, “esperar que um projeto de maior liberalização do regime possa partir da burguesia ou que esta possa pressionar no sentido de reativação dos mecanismos da sociedade civil é, quando muito, apenas conjunturalmente viável, para não dizer mesmo impossível!” (1978: 199).

Só a partir da interpretação da nova dependência seria possível compreender o processo de redemocratização que tem início no Brasil a partir de 1975 e principalmente a partir de 1977. Mas mesmo a interpretação da nova dependência é insuficiente, porque agora é preciso considerar outros fatos novos, que têm lugar não mais nos anos cinqüenta, mas nos anos sessenta e especialmente setenta.

A rigor, a análise desse processo de democratização parcial, controlado e retardado pelo próprio governo através da estratégia da "abertura", exigiria uma nova interpretação para o Brasil: a interpretação do projeto de hegemonia do capital industrial. Mas dado o caráter limitado da bibliografia ainda existente sobre o assunto, parece mais adequado apenas sugerir as linhas gerais da nova interpretação.

O processo de democratização inicia-se no Brasil no final de 1974, imediatamente após a derrota do governo nas eleições de novembro e quando o processo de expansão de 1967-73 já se esgotara. Publico então na *Folha de S. Paulo* uma série de artigos (entre 1976 e 1978) sobre a crise econômica, sobre a redução relativa do excedente disponível, sobre a campanha contra a estatização como um processo de redefinição do modelo político, sobre a ruptura parcial mas decisiva da aliança política entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal, sobre o novo projeto político de hegemonia burguesa e sobre o novo papel das esquerdas, que são depois publicados em *O Colapso de uma Aliança de Classes* (1978).

O que se pretende através destes trabalhos é demonstrar que o Brasil caminhava para um processo de redemocratização necessário, devido a fatos novos não apenas conjunturais (a crise econômica, a derrota do governo nas eleições majoritárias de 1974) mas também por motivos estruturais.

Na verdade, a burguesia industrial, que emerge timidamente como força econômica e política no Brasil a partir de 1930,<sup>14</sup> só começa a se tornar hegemônica no Brasil, no seio da burguesia em geral, a partir do processo recente de redemocratização. É sabido

(14) A análise clássica sobre o caráter postiço, tradicionalista da ideologia burguesa industrial, revelando falsa consciência de classe dos empresários brasileiros nessa fase, foi realizada por Fernando Henrique Cardoso (1964). Além dos trabalhos de Eli Diniz e Renato Boschi já citados, é importante assinalar os trabalhos de Luciano Martins (1968), de Fernando Prestes Motta (1979) e os meus (1963, 1968, 1974). O que é preciso assinalar, entretanto, é a mudança em marcha na ideologia burguesa, na medida em que o capital industrial torna-se dominante.

que a Revolução de 1930 marca a decadência da burguesia agrário-mercantil. Mas, na nova composição de forças que se estabelece então, a burguesia é ainda um sócio menor. O latifúndio substituidor de importações (ao invés de exportador) assume o comando político nacional.<sup>15</sup> A Revolução de 1964 não altera esse quadro. O latifúndio e o capitalismo mercantil, especulativo, comercial e bancário continuam dominantes; a burguesia industrial permanece como sócio menor. As grandes mudanças de 1964 consistem na unidade da burguesia sob a égide do capital monopolista, na exclusão dos trabalhadores e na incorporação da tecnoburocracia estatal no pacto político.

Mas a burguesia industrial crescia, acumulava capital, a uma taxa muito maior do que as outras burguesias, durante todo o período, desde 1930, passando por 1964. O capital industrial tornava-se dominante economicamente; podia agora pretender a hegemonia política. E em 1973-74, quando o regime capitalista-tecnoburocrático entra em crise econômica, a crise política subsequente e o processo de democratização derivam, portanto, de um projeto burguês (industrial) de hegemonia política. Trabalhadores, intelectuais de esquerda, estudantes, Igreja há muito lutavam pelo restabelecimento da democracia no Brasil. O fato novo que vem alterar o equilíbrio de força é a adesão do capital industrial e particularmente do capital industrial competitivo ao projeto democrático. Nesse momento a burguesia, que já era ideologicamente hegemônica, passa também a pretender a hegemonia política. Além de classe dominante, pretende também transformar-se em classe dirigente, e assim sacudir a tutela tecnoburocrático-militar.<sup>16</sup>

O fato estrutural novo reside exatamente neste caráter dominante do capital industrial. A burguesia industrial apropria-se do excedente econômico através da mais-valia relativa, ou seja, através de troca de equivalentes no mercado (força de trabalho por mercadorias), e pode assim realizar lucros sem recorrer diretamente à força. Por isso, e desde que se sinta politicamente segura, ela pode, ao contrário da burguesia mercantil, dispensar o uso direto da

(15) Ver a respeito a contribuição fundamental e ousada de Ignácio Rangel (1981).

(16) Luciano Martins também parte da constatação da hegemonia burguesa no Brasil para afirmar: "Se o regime autoritário (assim como o 'modelo' econômico) foi instrumental para a implementação e generalização dessa ordem capitalista, ele tende agora a tornar-se, e cada vez mais, uma ameaça à segurança dela". (1981)

força estatal. Pode, portanto, ser razoavelmente democrática. E pode propor, como de fato propôs a partir de 1977, um pacto social democrático aos trabalhadores. O recurso ao autoritarismo, que foi funcional para a burguesia brasileira a partir de 1964 em função da instabilidade política então vigente e da necessidade típica dos países retardatários de aumentar a taxa de acumulação, deixou de sê-lo. O capital industrial não apenas alcançou uma taxa de acumulação "satisfatória" (mais de 20% do produto), mas também já consegue se reproduzir através do mecanismo clássico da mais-valia relativa, tornando insubsistentes as teorias que atribuem ao capitalismo brasileiro um caráter autoritário por ser retardatário.<sup>17</sup>

Isto não significa, entretanto, que a burguesia industrial brasileira seja necessariamente democrática. Ela o seria se a apropriação do excedente se realizasse exclusivamente pelo mecanismo da mais-valia. No Brasil, entretanto, este não é o caso, dada a enorme participação do Estado na economia. Esta participação está próxima a 50% do PIB, considerados inclusive os estados, os municípios e as empresas públicas.<sup>18</sup> Ora, neste caso as formas de apropriação do excedente via acumulação primitiva (subsídios e favores de todos os tipos) continuam essenciais, e conduzem uma parte da própria burguesia industrial a se manter autoritária para poder gozar desses favores sem maiores controles.

Estabelece-se, assim, um curioso paradoxo. Essa burguesia costuma acusar a tecnoburocracia estatal de estatizante e autoritária, mas na verdade é a dimensão do aparelho econômico estatal e a possibilidade que tem esse Estado de dividir o excedente em favor da alta burguesia e portanto do capital monopolista que tende a torná-la autoritária.

Diante desse raciocínio conclui-se que a burguesia industrial não diretamente ligada ao aparelho do Estado tende a ser democrática; esta corresponde à média burguesia ou à burguesia competitiva. Em contraposição, a grande burguesia ou a burguesia mono-

(17) Observe-se que essa interpretação não apenas se choca frontalmente com a interpretação da superexploração imperialista, mas também é incompatível com a estimulante análise de Octávio Guilherme Velho (1976), que atribui ao capitalismo brasileiro um caráter autoritário, porque aqui não se realizou uma verdadeira revolução burguesa. Esta teoria tem como ponto de referência o caráter autoritário das revoluções capitalistas tardias. O que é preciso assinalar, entretanto, é que esse autoritarismo é historicamente transitório.

(18) Segundo cálculos de Baer, Kerstenetzky e Villela (1973: 905), a produção estatal corresponde a 50% do PIB. Carlos von Doellinger calculou essa porcentagem em 46% (1981).

polista, na medida em que depende de encomendas, incentivos e subsídios do Estado, tende ao autoritarismo. O grande Estado tecnoburocrático-capitalista torna assim uma parte da burguesia autoritária. E a tecnoburocracia militar e civil, neste caso, transforma-se em instrumento desse autoritarismo da alta burguesia monopolista, ao invés de agente autônomo do autoritarismo, como pretende a ideologia burguesa.

Se esta análise for correta, o que resta saber é qual burguesia é hegemônica ideologicamente no Brasil. Provavelmente esta hegemonia, apesar do grande peso econômico do Estado, cabe à média burguesia competitiva e aos setores da grande burguesia não dependentes do Estado. Compreende-se, assim, a nítida tendência da burguesia brasileira em direção à democracia, verificada a partir de 1975 e principalmente de 1977, quando se estabelece o que estou denominando de “pacto social-democrático de 1977”. Mas é preciso admitir que essa tendência não está plenamente assegurada.<sup>19</sup>

Esse pacto social, estabelecido em 1977, logo após o golpe autoritário representado pelo “pacote de abril”, está ainda em vigor. Não foi escrito. Poucos têm clara consciência dele. Mas está baseado não em uma aliança política entre a burguesia industrial e os trabalhadores (isto constituiria uma reedição do pacto populista) mas na aceitação de três idéias-chave por ambas as partes: 1) democracia, que interessa a todos; 2) manutenção do capitalismo, que é fundamental para a burguesia; 3) distribuição moderada da renda, que interessa aos trabalhadores.<sup>20</sup> É um pacto que não impede a luta de classes, que não inviabiliza nem é contraditória com partidos puramente trabalhadores, como o PT, mas que estabelece as bases reais, embora ainda inseguras, de uma democracia burguesa no Brasil semelhante à existente nos países capitalistas centrais, em que a luta de classes é travada dentro de um quadro institucional relativamente estável.

## Conclusão

Estas seis interpretações sobre o Brasil não pretendem exaurir a enorme riqueza de estudos e interpretações que foram realizados

(19) Bolivar Lamounier, que vem procurando analisar o processo de abertura política através de diversos trabalhos (1979, 1981), fez uma crítica significativa desta interpretação, procurando estabelecer seus limites teóricos (1980).

(20) Ver, a respeito, Bresser Pereira (1981a e 1981b).



sobre o Brasil nos últimos anos. Entre as três interpretações de esquerda, excluída a última, ainda em embrião, a da superexploração imperialista é a mais de esquerda e a menos plausível; a funcional-capitalista fica no meio-termo ideológico, prejudicada pelo caráter emocional de sua colocação inicial; já a interpretação da nova dependência inclui socialistas democratas e social-democratas ao mesmo tempo que apresenta uma análise mais realista do Brasil. As duas primeiras são basicamente marxistas. A terceira tem fortes influências marxistas, mas inclui autores não-marxistas como Celso Furtado. Todas são profundamente críticas da interpretação autoritário-modernizante.

Por outro lado, nenhuma delas, muito menos a autoritário-modernizante, se aproxima de uma interpretação liberal. Na verdade e significativamente não existe uma interpretação liberal no Brasil. A burguesia industrial às vezes tenta caminhar nessa direção mas até agora não foi bem-sucedida nesse intento. Existem interpretações democráticas, como é o caso da funcional-capitalista e da nova dependência. Mas essas interpretações não são liberais porque não confundem democracia com liberalismo. Esta é uma confusão que os defensores vulgares do capitalismo costumam fazer, mas que no Brasil não chega a se constituir em uma interpretação liberal-burguesa, dada a sua indigência teórica e a falta de intelectuais com capacidade de formulá-la.

A interpretação do projeto de hegemonia do capital industrial, por outro lado, é uma interpretação de base marxista, que busca detectar as novas tendências do capitalismo no Brasil, em um momento em que a sua integração com o capital internacional através da inclusão do Brasil como um parceiro ainda que menor entre os países industriais centrais parece em estágio adiantado. Isso não impede que o Brasil permaneça subdesenvolvido, dependente, marcado por profundos desequilíbrios estruturais. Mas, transformado em um dos grandes países exportadores dos produtos manufaturados do mundo, o Brasil tende a ser admitido no clube dos países capitalistas centrais, sob a égide do capital industrial local e do capital multinacional. É provavelmente dentro de um quadro desse tipo que deverá se travar a luta de classes no Brasil, e que se poderá caminhar, a médio prazo, para um socialismo democrático e autogestionário.

# Capítulo 2

## As duas crises da América Latina\*

---

A partir da Segunda Guerra Mundial, ou mesmo a partir dos anos 30, podemos ver na América Latina, apesar da extrema diversidade dos países que a compõem, dois grandes períodos de expansão econômica e duas formas de dominação política seguidos de dois momentos de crise.

Entre os anos 30 e o início dos anos 60, temos o primeiro período de expansão. No plano econômico, esse período corresponde ao processo de industrialização substitutiva de importações, que já foi exaustivamente estudado. No plano político, ao pacto populista, que representava a substituição das velhas oligarquias exportadoras por setores agrários e indústrias mais voltadas para o mercado interno.

Em meados dos anos 60, coincidindo aproximadamente com o momento em que a economia capitalista central enfrenta sua primeira recessão importante do pós-guerra (1965), as economias latino-americanas entram em crise. Este fato é particularmente válido para o Brasil, mas, como Celso Furtado observou em um livro publicado em 1966, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, a crise econômica era um processo generalizado na América Latina.

(\*) Comunicação apresentada no seminário "Perspectivas da América Latina", patrocinado pelo Conjunto Universitário Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 31 de março de 1984, quando da visita do presidente do México, Miguel de la Madrid, ao Brasil.

O resultado da crise foi, de um lado, a superação do modelo de industrialização substitutiva de importações e a abertura das economias latino-americanas para um mercado internacional em grande expansão. Essa abertura, entretanto, não se realizava mais sob a égide da oligarquia primário-exportadora, mas sob a égide das empresas multinacionais manufatureiras, que haviam entrado em massa em alguns países detentores dos maiores mercados internos, como é o caso do Brasil, do México e da Argentina.

Essas empresas multinacionais aliam-se então ao capital industrial local, nos países em que a industrialização substitutiva de importações aprofundara-se mais, como é o caso do Brasil e do México; ou ao velho capital mercantil exportador, como é o caso da Argentina e do Chile; e sempre a uma tecnoburocracia estatal, civil e militar, modernizante e autoritária.

Temos, então, em substituição ao pacto populista dos anos 40 e 50, o pacto autoritário tecnoburocrático-capitalista dos anos 70, cujo "modelo" é estabelecido pelo golpe militar de 1964 no Brasil, depois transformado em uma efetiva revolução conservadora, porque contribuiu para alterações profundas na estrutura produtiva do país, porque consolidou o capitalismo oligopolista no Brasil, porque abriu espaço político e econômico para uma nova classe média tecnoburocrática civil e militar modernizante, e porque estabeleceu um novo pacto de poder.

Ambos os pactos políticos estão voltados para a acumulação capitalista, mas o pacto populista é mais claramente industrializante do que o tecnoburocrático-capitalista. Este chegou a tornar-se antiindustrializante em países em que a associação da tecnoburocracia militar e das empresas multinacionais ocorreu preferencialmente com o capital mercantil, como foi o caso da Argentina e do Chile. Não foi esse, entretanto, o caso do Brasil, onde a aliança continuou basicamente com o capital industrial. Não foi nem é também o caso do México, onde ocorre uma maior continuidade do sistema de alianças políticas, sob a égide do Partido Revolucionário Institucional. Não obstante, nesse país — como na Argentina e no Chile —, ocorreu um certo processo de desindustrialização. A causa básica, porém, ao invés de serem as políticas econômicas monetaristas, foi o crescimento explosivo da produção e das exportações de petróleo, que acabou subordinando a economia mexicana a essa atividade com prejuízo das demais.

Tanto o pacto populista quanto o pacto tecnoburocrático-capitalista foram formas de atrelamento do capitalismo industrial

emergente na América Latina ao capitalismo moderno dos Estados Unidos, mas no pacto populista há uma retórica nacionalista que está ausente do segundo pacto. Não obstante, graças principalmente à ação das tecnoburocracias estatais, certas áreas da acumulação de capital continuam a ser reservadas para o capital nacional, privado ou estatal, em nome do desenvolvimento econômico e da segurança nacional — segurança esta que, em contrapartida, justificaria as maiores violências autoritárias contra os direitos humanos.

Nesse sentido, o pacto populista foi mais democrático do que o tecnoburocrático-capitalista, apesar de todos os pecados autoritários que cometeu, porque abriu o sistema político para uma relativa participação popular, e porque, ao colocar em segundo plano o risco de uma eventual subversão comunista — que a rigor jamais chegou a ser realidade nos principais países latino-americanos — cometeu menos violências contra os direitos humanos.

Os dois pactos, entretanto, implicaram uma forte concentração de renda, na medida em que se baseavam em projetos substituidores de importação altamente capital-intensivos. Dessa forma, o capitalismo que se consolidou através desses dois pactos políticos não logrou sequer encaminhar o problema do excesso estrutural de mão-de-obra existente na América Latina.

## **A crise dos anos 80**

Quando os sistemas econômicos dos países latino-americanos entraram em crise, nos anos 60, ao mesmo tempo que as taxas de inflação aumentavam e que se agravavam os desequilíbrios nos balanços de pagamentos, aos líderes populistas e a sua “demagogia” foi atribuída toda a culpa da crise.

No entanto, depois de mais de uma década de domínio do pacto tecnoburocrático-capitalista, do qual as forças populares emergentes e os líderes populistas foram excluídos, a América Latina, no início dos anos 80, entra novamente em uma crise, cuja principal diferença em relação à dos anos 60 é a de que é muito mais profunda. Caracterizam-na, primeiro, gravíssimo desequilíbrio no balanço de pagamentos, resultando em dívidas externas jamais imaginadas; segundo, taxas de inflação batendo todos os recordes em diversas partes, principalmente no México, Brasil e Argentina; terceiro, forte redução, não apenas da renda *per capita*,

mas do próprio produto interno bruto. Em 1983, quando chegamos ao fundo da crise, o produto interno bruto da América Latina caiu 3% e a renda *per capita*, 6%. Ao mesmo tempo e em grande parte por essa razão (recessão generalizada), a América Latina, que no período anterior recebera recursos reais dos países desenvolvidos, passa a transferi-los. De um déficit comercial de cerca de 2 bilhões de dólares em 1981, passa para um superávit de oito bilhões de dólares em 1982 e de aproximadamente 30 bilhões em 1983.

É interessante assinalar, entretanto, que esta crise atingiu praticamente todos os países da América Latina. Atingiu tanto os países ditatoriais, como a Argentina e o Chile, como países democráticos, como a Venezuela, a Costa Rica e o México. Tanto países que adotaram o estrito receituário econômico monetarista, como a Argentina e o Chile, como países que sempre o recusaram, como é o caso do México. E países que tanto em matéria de regime político como em matéria de política econômica adotaram posições intermediárias. Este é o caso do Brasil, que no plano político transita lentamente para a democracia e no plano econômico, embora submetido à política do Fundo Monetário Internacional, jamais adotou o monetarismo ortodoxo que prevalecia há pouco na Argentina e ainda hoje prevalece no Chile.

### **As causas da crise**

Se praticamente todos os países, independentemente de seu regime político, de sua política econômica e também de sua dimensão e de seu estágio de desenvolvimento, foram atingidos pela crise, parece importante procurar descobrir quais são as causas mais profundas e mais gerais dessa crise, que certamente não pode ser atribuída a erros de política econômica.

A causa mais geral para a crise atual e para a sua gravidade sem precedentes foi a tentativa realizada pelos países latino-americanos, apoiados no sistema bancário internacional, de evitar ou adiar nos seus países a crise desencadeada em 1973 no capitalismo mundial. Por trás dessa tentativa havia a crença tecnoburocrática de que ou o capitalismo não é necessariamente cíclico ou ele é cíclico mas os ciclos podem ser anulados — especialmente os períodos de retração econômica — se uma correta política econômica foi adotada.

Esse voluntarismo tecnoburocrático latino-americano foi via-

bilizado por dois fatores: de um lado, os países latino-americanos, aparentemente — e apenas aparentemente — protegidos pela inconversibilidade de suas moedas, pelo controle do fluxo de capitais para fora do país e pelo relativo fechamento de suas fronteiras à entrada de mercadorias do exterior através de elevadas tarifas alfandegárias, imaginaram que poderiam realizar políticas fiscais, monetárias e cambiais que os isolassem da crise mundial e das exigências de equilíbrio de balanço de pagamentos a que estão sujeitos os países capitalistas centrais. De outro lado, esse voluntarismo foi tornado possível pelo aumento da liquidez financeira internacional e pela disposição de emprestar dos bancos internacionais, naturalmente em troca de elevados *spreads* dos países latino-americanos.

A segunda causa básica dessa crise está relacionada com três choques externos: a segunda elevação dos preços do petróleo, em 1979, a profunda recessão da economia norte-americana entre 1979 e 1982 e a elevação sem precedentes da taxa de juros internacional em termos reais também em 1979. A recessão mundial, desencadeada pela política conservadora-monetarista do Federal Reserve Bank, contribuiu para a deterioração dos termos de intercâmbio da América Latina, tornando o problema de sua dívida externa, que já era grave no início de 1979, muito mais grave. Segundo cálculos realizados, pouco menos da metade da dívida externa latino-americana atual é devida ao aumento da taxa de juros e à perda nos termos de intercâmbio desde 1979.

A terceira causa da crise latino-americana é a própria instabilidade do sistema financeiro internacional e sua tendência em ver a América Latina como um todo, apesar da diversidade dos países. Quando se desencadeia a crise financeira, em agosto de 1982, todos os países, com exceção da Colômbia, tiveram seus créditos subitamente suspensos e foram obrigados a renegociar sua dívida. A própria Colômbia, apesar de apresentar uma situação externa equilibrada, perde dia a dia o apoio dos bancos internacionais, e é bem provável que acabará sendo obrigada a renegociar sua dívida também.

Com a renegociação, realizada sempre sob os auspícios do Fundo Monetário Internacional, surge uma quarta causa para a crise. Os programas de ajustamento exigidos pelo Fundo são sempre extremamente rigorosos, além de basicamente equivocados sobre uma série de mecanismos de funcionamento das economias latino-americanas, especialmente sobre a inflação. O resultado são políticas econômicas excessivas e muitas vezes desnecessariamente

recessivas, que logram um maior equilíbrio externo principalmente devido a violentos cortes nas importações, tornados possíveis graças à recessão.

## **Perspectiva de pacto político**

Essa crise econômica talvez tenha atingido seu ponto mais baixo em 1983. Tudo indica, entretanto, que 1984 será ainda um ano de recessão e que a recuperação, a partir de 1985, será lenta, insuficiente para absorver o excesso estrutural de população existente na América Latina.

Diante desse quadro, é interessante perguntarmos-nos que novo pacto político emergirá desta crise.

Nesse período o capital industrial, multinacional e local consolidou sua posição. O mesmo ocorreu com a tecnoburocracia estatal. Por isso é razoável esperar que estas venham a ser as duas classes dominantes do novo pacto social em gestação.

Até aí não há diferença essencial com o pacto tecnoburocrático-capitalista em crise. A diferença aparece, entretanto, se admitirmos que nestes últimos 20 ou nestes últimos 50 anos, apesar dos recorrentes períodos de ditadura, houve um crescimento real da participação dos trabalhadores e das classes médias assalariadas ou tecnoburocráticas no processo político. Isto significa que houve um processo de democratização interna da sociedade civil.

Por outro lado, da mesma forma que a sociedade cansou-se dos líderes populistas, decepcionou-se também com as tecnoburocracias estatais modernizantes e autoritárias.

Tudo indica, portanto, que do novo pacto político deverão participar, ainda que como sócios de segunda classe, os trabalhadores e as classes médias assalariadas. E que, portanto, caminharemos na direção de uma crescente democratização da sociedade, nos quadros de um capitalismo oligopolista e tecnoburocrático.

Para que daí se possa partir para um modelo capitalista social-democrático, próprio de um número crescente de países centrais, entretanto, será necessário ainda resolver o problema maior do excedente estrutural de mão-de-obra, que implica a marginalização de amplos setores da sociedade.

A contradição fundamental existente na América Latina está no fato de o capitalismo estar consolidado na grande maioria de seus países, mas não ter sido capaz de resolver adequadamente o

problema da desigualdade e da miséria. O estatismo cubano ou a tentativa da Nicarágua de uma terceira via constituem experiências isoladas, não apresentando perspectivas de reprodução. Será preciso, portanto, procurar verificar como o capitalismo latino-americano conseguirá retomar o crescimento econômico sem recorrer a um violento processo de concentração de renda, como aconteceu até agora. O maior poder de reivindicação dos trabalhadores nos quadros de regimes que aos poucos se tornam democráticos, de um lado, e a decisão, agora que os grandes projetos substituidores de importação já foram realizados em muitos países, de aproveitar melhor sua mão-de-obra para dar ênfase a projetos industriais trabalho-intensivos não apenas para o mercado interno mas também para a exportação, de outro lado, poderão indicar a saída para o impasse. De qualquer forma, o que é preciso assinalar é que tanto o pacto populista quanto o pacto tecnoburocrático-autoritário são modelos políticos superados. Será, portanto, necessário encontrar novas fórmulas de convivência entre as classes sociais.



# Capítulo 3

## O rompimento da aliança com os empresários industriais\*

---

Se desejássemos compreender as linhas gerais da política brasileira, se partíssemos em busca de uma explicação para o processo político brasileiro, poderíamos adotar vários tipos de abordagem do problema. Poderíamos tentar uma abordagem personalista, explicando os acontecimentos políticos através da análise da personalidade de seus principais líderes. Outra alternativa seria a de uma abordagem estrutural. Buscaríamos então essa explicação através da análise da atual estrutura econômica e social do país. Focalizaremos nossa atenção especialmente no exame dos interesses dos diversos grupos sócio-econômicos e na análise das ideologias que expressam, em termos de valor, esses interesses. A abordagem estrutural poderia ser completada se a transformássemos em uma abordagem histórico-estrutural. Iríamos então procurar as causas básicas do processo político brasileiro em uma estrutura social e econômica vista em termos dinâmicos, na qual cada momento histórico poderia ser compreendido em termos do desenvolvimento histórico anterior.

Neste trabalho procuraremos analisar o processo político brasileiro recente através de uma abordagem histórico-estrutural. Não deixaremos, no entanto, a abordagem personalista totalmente

(\*) Este artigo baseia-se em "O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira" (1963), onde examino os fatos históricos novos ocorridos nos anos cinquenta, os quais determinaram a crise da aliança da burguesia industrial com a esquerda. Publicado em Bresser Pereira (1968).

esquecida. Na análise política a curto prazo, especialmente, ela é absolutamente essencial. E mesmo nas análises a longo prazo, quando surgem indivíduos excepcionais que conseguem deixar a marca de sua personalidade na história, a abordagem personalista será essencial para completar a de caráter histórico-estrutural.

Definiremos inicialmente, em breves termos, o quadro geral no qual o processo histórico brasileiro se vem desenvolvendo desde 30. Trata-se da Revolução Nacional Brasileira. Examinaremos a seguir as principais lutas ideológicas que marcaram a primeira fase da Revolução Brasileira, e os principais grupos sócio-econômicos que estavam por trás dessas ideologias. Examinaremos em seguida a série de fatos novos que, no fim dos anos cinqüenta, vieram causar transformações estruturais na política brasileira, dando início ao que chamamos de a segunda fase da Revolução Brasileira. Veremos, então, a superação ou a transformação das ideologias em conflito, veremos também o processo de consolidação do poder da burguesia industrial no seio das classes produtoras e a emergência das esquerdas como uma força política autônoma. Finalmente, analisaremos os resultados mais recentes dessas transformações estruturais na política brasileira. Estudaremos então o processo de crescente radicalização que ocorreu no país desde as eleições presidenciais de 60, e o papel do alarmismo como instrumento a serviço do radicalismo da direita e da esquerda.

### **As lutas ideológicas**

O quadro geral que nos permitirá compreender o processo político e social brasileiro dos últimos anos é o da Revolução Industrial Brasileira, ou seja, esse processo radical, embora pacífico, de transformação econômica, social, política e cultural por que passou o Brasil entre 30 e 61.

Durante a Revolução Nacional Brasileira, que vai estender-se até o fim dos anos cinqüenta, temos três lutas ideológicas fundamentais:

industrialismo	×	agriculturalismo
nacionalismo	×	cosmopolitismo
intervencionismo/		
desenvolvimentista	×	liberalismo.

A primeira luta ideológica, a do industrialismo contra o agriculturalismo, já era travada em meados do século XIX. Em torno da tarifa Alves Branco, por exemplo, travou-se longo debate a respeito. Mas a luta não tinha maior expressão, dada a fraqueza dos defensores do industrialismo. A aristocracia rural dominava o país, e foi bem naquela época que a produção e as exportações de café se transformaram no fenômeno dominante da economia brasileira, fortalecendo a posição política dos grandes fazendeiros e a ideologia do agriculturalismo. É só a partir dos anos trinta, com a crise das exportações de café, e principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando já ocorrera um desenvolvimento industrial relativamente grande no país, que o industrialismo ganha força e a disputa se torna realmente significativa dentro do quadro político brasileiro.

O agriculturalismo afirmava que o Brasil era e, por muito tempo, se não indefinidamente, deveria continuar a ser, um país essencialmente agrícola. Não haveria condições para a indústria no Brasil. Esta seria sempre uma indústria artificial, produzindo a altos custos e só sobrevivendo graças à proteção que lhe concedia o governo. E, além disso, não haveria nenhuma vantagem em o país industrializar-se. Nada impedia que a produtividade da agricultura fosse tão grande ou maior do que a da indústria. Na verdade, seria através da agricultura, e não da indústria, que o país teria condições de se desenvolver economicamente com rapidez. E, neste ponto do debate, o agriculturalismo oferecia o argumento que pretendia ser definitivo, cientificamente provado: a lei das vantagens comparativas do comércio internacional.

Já o industrialismo afirmava exatamente o oposto. O Brasil não só poderia, mas deveria tornar-se um país industrial. Talvez em termos teóricos abstratos fosse possível imaginar o Brasil um país altamente desenvolvido sem industrializar-se, mas em termos práticos isto seria impossível. A curto prazo, os custos de produção da indústria nacional poderiam ser altos, tornando necessária a proteção governamental, mas a longo prazo o problema se resolveria. E em qualquer hipótese, mesmo que certos custos de produção industrial permanecessem permanentemente mais altos do que os verificados no exterior, ainda seria aconselhável proteger essas indústrias. Quando o Brasil estivesse em pé de igualdade com os países industrializados, desenvolvidos, então nos poderíamos guiar pela lei das vantagens comparativas. Nas relações de troca entre os países industrializados e os agrícolas, porém, a famosa lei de

Ricardo não poderia ser aplicada. E a disputa entre o industrialismo e o agriculturalismo continuava nesses termos, constituindo-se um interminável debate, a expressar os interesses em jogo, debate esse que teria seu desfecho no fim dos anos cinqüenta.

A segunda luta ideológica, a do nacionalismo contra o cosmopolitismo,<sup>1</sup> tem também origens no século passado. O nacionalismo, no entanto, confundia-se naquela época com o nativismo ou com o patriotismo. É só após o início da Revolução Industrial Brasileira, e particularmente é a partir dos anos cinqüenta, quando o processo de industrialização brasileira já deixava de ser um projeto para transformar-se em uma realidade, quando os empresários industriais já se constituíam um grupo suficientemente forte para sustentar uma ideologia que sensibilizaria todo o país, é a partir desse momento que a luta entre o nacionalismo e o cosmopolitismo eclode.

O nacionalismo pretende ser uma ideologia global, incluindo o industrialismo e o intervencionismo. Sua tese central é a que o Brasil, que até 30 fora um país semicolonial inteiramente dominado pela aristocracia local, a qual estava aliada servilmente ao capitalismo internacional, encontrava agora condições para se tornar um país independente, uma verdadeira nação.

Quais eram essas condições? Fundamentalmente, a industrialização que já vinha ocorrendo, e que agora deveria ser acelerada. Através da industrialização, o país não só deixaria sua situação de país exportador de produtos primários, não só se desenvolveria economicamente, mas surgiriam, entre os empresários industriais, a nova classe média e, eventualmente, entre os operários industriais, os quadros habilitados a dirigir o país de acordo com os interesses do povo brasileiro. Em outras palavras, a industrialização provocaria o que Celso Furtado chama de "a transferência dos centros de decisão"<sup>2</sup> de fora para dentro do país. Da mesma forma, a industrialização permitiria o desenvolvimento de uma cultura nacional autêntica, provocaria a diversificação da estrutura social do país, excluiria definitivamente a aristocracia rural do governo. O nacionalismo, portanto, englobava o industrialismo, mas colocava uma ressalva: a industrialização deve ser realizada através de uma burguesia nacional. O desenvolvimento industrial através do inves-

(1) Preferimos essa expressão, em lugar de "entreguismo", que possui uma conotação valorativa evidente. Hélio Jaguaribe (1958a) já a usa.

(2) Celso Furtado (1961), p. 243.

timento estrangeiro é de um modo geral considerado impossível pelo nacionalismo. Mas, mesmo que ele fosse possível, ainda assim seria desinteressante por razões de ordem política. Controlando a indústria nacional, o capitalismo internacional continuaria a dominar politicamente o país, que continuaria semicolonial. A diferença seria que esse domínio, em vez de se exercer através da aristocracia rural e do alto comércio importador e exportador, seria exercido diretamente.

O projeto fundamental do nacionalismo era, portanto, o de transformar um país semicolonial em uma verdadeira nação independente (o neutralismo de muitos dos nacionalistas seria uma decorrência desse projeto). A industrialização seria o meio fundamental de se levar a cabo essa transformação. Restava saber como promover a industrialização do país. O industrialismo afirmava que o Brasil podia e devia industrializar-se. O intervencionismo desenvolvimentista nos diria como proteger a indústria nacional, promovendo seu desenvolvimento.

Contra o nacionalismo levanta-se o cosmopolitismo, que, naturalmente, negava todas as teses da primeira ideologia, a começar pela de que o Brasil era um país semicolonial. Negava-as formalmente, ou então simplesmente as ignorava. Ideologia tipicamente de defesa, que se completava com o agriculturalismo e o liberalismo, o cosmopolitismo não chegava a organizar perfeitamente suas idéias. Apenas em um ponto elas alcançavam um vigor e uma concatenação maiores. Referimo-nos ao momento em que defendiam o capital estrangeiro, que o nacionalismo mais exaltado (é claro que em todas essas ideologias há diversos graus de radicalismo) condenava quase totalmente. Esse era provavelmente o ponto mais vulnerável do nacionalismo. Ora, o cosmopolitismo, ao contrário do nacionalismo, partia de uma atitude de descrença em relação às potencialidades do Brasil. Afirmava, direta ou indiretamente, que as condições de clima e de raça não permitiam o desenvolvimento de uma grande civilização no Brasil, participando, portanto, do chamado "complexo de inferioridade colonial".

Coerente com essa linha de idéias, o cosmopolitismo negava qualquer possibilidade de o Brasil desenvolver-se economicamente com rapidez sem a participação de investimentos diretos estrangeiros. E, neste ponto, da mesma forma que o caso da lei das vantagens comparativas no comércio internacional, a teoria econômica ortodoxa lhe dava maior cobertura do que ao nacionalismo em geral e particularmente aos nacionalistas mais extremados. Era

natural, portanto, que o cosmopolitismo quisesse concentrar a discussão nesse ponto, deixando estrategicamente de lado a maioria das demais teses nacionalistas.

A terceira principal luta ideológica da primeira fase da Revolução Nacional Brasileira foi a do intervencionismo desenvolvimentista contra o liberalismo. O intervencionismo desenvolvimentista não deve ser confundido com o socialismo ou o comunismo. Trata-se de uma ideologia que, na forma pela qual foi apresentada e discutida no Brasil, não tem o caráter radical do comunismo. O intervencionismo desenvolvimentista é uma ideologia moderada, que funciona como um complemento do industrialismo e do nacionalismo. Tem como objeto a determinação dos meios através dos quais se deverá promover a industrialização brasileira. Sua tese fundamental é a de que a intervenção do Estado na economia é condição para um desenvolvimento econômico rápido. Sem essa intervenção, deixando-se a economia ao sabor das leis do mercado, como quer o liberalismo, ou a economia permaneceria estagnada ou se desenvolveria a uma taxa muito pequena. É certo que alguns países, como a Inglaterra e os Estados Unidos, haviam-se desenvolvido sem maior intervenção do Estado, mas esses países constituíam exceção, havendo-se beneficiado de uma conjugação extremamente feliz de recursos naturais e humanos, aos quais se somava uma situação de mercado interno e internacional particularmente favorável. Outros países capitalistas, como a França, a Alemanha, o Japão, só haviam conseguido desenvolver-se graças a uma intervenção maior do Estado. No Brasil, em meados do século XX, não se verificava aquela conjugação de fatores favoráveis. Por outro lado, as técnicas de planejamento, de administração nacional de uma economia, haviam-se aperfeiçoado grandemente, graças ao desenvolvimento da teoria econômica e das técnicas de elaboração da contabilidade nacional. Deveria, portanto, caber ao Estado um papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico do país, devendo seu esforço dirigir-se particularmente no sentido da proteção e do estímulo à indústria nacional.

A intervenção do Estado deveria ser exercida através de duas formas que se complementaríamos: através do planejamento econômico e dos investimentos diretos. O planejamento econômico, usando da política fiscal, monetária, creditícia, cambial (esta última seria a que mais polêmicas levantou), deveria racionalizar o processo de investimento público e privado, através de um bem equilibrado sistema de estímulos aos investimentos considerados

mais ou menos interessantes para o desenvolvimento do país. Através de investimentos diretos, o Estado deveria controlar certos setores básicos da economia, como os serviços públicos, os transportes, a indústria do petróleo, do aço, a petroquímica, seja em caráter monopolístico, seja em concorrência com a iniciativa privada. Esses investimentos diretos seriam necessários, segundo o intervencionismo desenvolvimentista, não só devido à impossibilidade de a iniciativa particular realizar os investimentos necessários nesses setores, como também porque, sem o controle desses setores por parte do Estado, o planejamento econômico tornar-se-ia quase impraticável.

Contra o intervencionismo desenvolvimentista levantava-se o liberalismo. Não é preciso lembrar aqui as teses fundamentais dessa ideologia nascida na Europa para dar cobertura valorativa à emergência da burguesia como classe dominante e, em seguida, transplantada para o Brasil. O único aspecto curioso a observar é o seguinte: enquanto na Europa o liberalismo constituiu-se uma ideologia essencialmente burguesa, um instrumento de luta dos comerciantes e industriais contra os privilégios concedidos à aristocracia de base rural, no Brasil ocorreu o oposto, transformando-se o liberalismo em uma arma ideológica da aristocracia rural brasileira. Tal fato pode parecer paradoxal, mas, na verdade, é perfeitamente compreensível. Embora tipicamente burguês, o liberalismo não era, necessariamente, uma ideologia a serviço apenas da burguesia. Em seu aspecto puramente econômico, o liberalismo afirmava a superioridade da economia de mercado, regulada pelo mecanismo de preços, sobre qualquer outro sistema que importasse em intervenção do Estado na economia. Não deveria haver qualquer tipo de proteção a quem quer que fosse. Era preciso deixar à concorrência a tarefa de controlar o sistema econômico, punindo os menos eficientes. Ora, colocado nesses termos, o liberalismo econômico transformava-se em uma arma daqueles grupos, daqueles setores da economia que a curto prazo fossem mais eficientes e tivessem condições para concorrer tanto no mercado interno quanto no mercado externo. Dessa forma, enquanto na Europa os mais capazes de competir, os mais eficientes, eram os industriais e comerciantes burgueses que então surgiam, no Brasil, a curto prazo, apenas as culturas agrícolas tropicais e semitropicais tinham condições de concorrer nos termos propostos pelo liberalismo. O liberalismo transformava-se, assim, em uma arma ideológica dos grandes fazendeiros e do alto comércio importador e exportador brasileiro,

ideologia essa que se vai opor em termos práticos à emergência de uma classe de empresários industriais no Brasil. E então, desde o começo do século passado, quando D. João VI se propõe a proteger e incentivar, ainda que timidamente, o desenvolvimento industrial do país, vemos surgirem críticas acerbas, que vão todas se inspirar no credo liberal.

## **Os grupos sócio-econômicos e a luta ideológica**

Feita esta análise sucinta das três principais lutas ideológicas que marcaram a Revolução Nacional Brasileira, não é difícil descobrir quais os grupos sócio-econômicos que estavam por trás delas. O industrialismo, o nacionalismo e o intervencionismo desenvolvimentista eram claramente a expressão política dos novos grupos sociais que surgiam. Na medida, no entanto, em que a Revolução Nacional Brasileira tinha toda a sua ênfase colocada no processo de industrialização, elas eram, antes de mais nada, representativas dos interesses da classe emergente dos empresários industriais. Isso é evidente em relação ao industrialismo. Essa ideologia vinha atender diretamente às necessidades dos empresários industriais brasileiros.

Da mesma forma, o nacionalismo, que alcançou sua maior repercussão nos anos cinquenta, caracterizou-se essencialmente como uma ideologia burguesa. É certo que o nacionalismo dos industriais era moderado. Mais do que isso, tinha objetivos mais restritos do que o nacionalismo mais exaltado de certos grupos de esquerda. Sob muitos aspectos, esse nacionalismo quase que se identifica com o industrialismo. O industrial era nacionalista na medida em que se tratasse de proteger sua empresa contra a concorrência seja de produtos importados, seja de produtos fabricados no Brasil por empresas estrangeiras. Vimos que a tese central do nacionalismo era a de que o Brasil só superaria sua fase semicolonial através da criação de uma indústria nacional. Com isso, concordava a maioria dos empresários industriais brasileiros. Assim, quando se tratava de dar proteção cambial ou tarifária à indústria nacional, de conceder facilidades especiais na importação de equipamento, de transferir a renda da agricultura de exportação para a indústria, de se impedir a entrada no país de certas empresas estrangeiras, nesses momentos os empresários industriais se identificavam com as teses nacionalistas. O nacionalismo estava posto diretamente a seu serviço. Interessavam-se menos, porém, quando se



falava em controle das remessas de lucros, *royalties* ou, então, na nacionalização de empresas estrangeiras já aqui instaladas.

O apoio dos empresários industriais ao intervencionismo desenvolvimentista decorre naturalmente do que acabou de ser dito. Todas as medidas de proteção preconizadas pelo nacionalismo só poderiam ser efetivadas através da intervenção do Estado. Além disso, os industriais verificavam que para o desenvolvimento de suas próprias indústrias seria necessário que o Estado investisse diretamente em certos setores da economia, como o do aço, por exemplo.

A defesa das três ideologias contrárias, do agriculturalismo, do cosmopolitismo e do liberalismo, ficava, naturalmente, a cargo da classe média tradicional e, mais particularmente, da aristocracia rural e do alto comércio importador e exportador, cujos interesses eram ameaçados pelo desenvolvimento industrial. Esse desenvolvimento industrial vinha pôr em jogo o domínio tranqüilo sobre o país, que a aristocracia rural e o alto comércio vinham exercendo desde a Independência, em perfeita consonância com os interesses dos países industrializados e sob a égide do liberalismo econômico. A esses países interessava manter o país como uma economia complementar, de base agrícola. Esse mesmo objetivo era compartilhado pela velha classe dominante brasileira, que via na industrialização uma ameaça a suas posições. É certo que a industrialização beneficiaria a agricultura, mas o setor beneficiado seria o da produção de produtos agrícolas de consumo interno, enquanto a velha classe dominante brasileira estava toda ela ligada à produção e à comercialização de produtos de exportação. Ora, o mercado externo não seria aumentado de forma significativa com a industrialização, já que o objetivo principal do desenvolvimento industrial brasileiro era substituir importações. Por outro lado, a velha aristocracia brasileira, que sofrera um rude golpe político com a Revolução de 30, percebera claramente que o desenvolvimento industrial só ocorreria no país com a proteção do governo. Ora, qualquer tipo de proteção importaria, imediatamente, em um processo de transferência de renda em benefício da indústria e, provavelmente, em prejuízo da agricultura de exportação. Esse foi o caso, por exemplo, do “confisco cambial”.

Vemos, portanto, que a aristocracia rural e o alto comércio exportador de produtos agrícolas e importador de produtos manufaturados tinham uma série de razões para defender o agriculturalismo, o cosmopolitismo e o liberalismo; sua posição política e

social ficaria ameaçada com a emergência de um novo grupo sócio-econômico, o dos empresários industriais; a industrialização não aumentaria os mercados para os produtos de exportação; a importação de produtos manufaturados tradicionais seria suspensa ou reduzida grandemente; e a proteção que o governo daria à indústria importaria em transferência de renda, com prejuízo da agricultura tradicional de exportação.

## **O papel das esquerdas**

As lutas políticas que se travaram a partir de 30 até o governo Juscelino Kubitschek, ou seja, durante a Revolução Nacional Brasileira, têm, portanto, como principais interessados: de um lado, a classe de empresários industriais; de outro, a velha classe dominante composta de grandes fazendeiros e comerciantes ligados ao comércio externo. Tínhamos, pois, uma luta entre dois grupos pertencentes à classe alta. De um lado, a nova burguesia, a nova classe capitalista de empresários industriais, cujas origens poderiam ser encontradas nos diversos escalões da classe média; de outro, a velha oligarquia agrário-comercial, os "paulistas de 400 anos" ligados ao café, em São Paulo, os senhores de engenho, no Nordeste, enfim, todos aqueles elementos incluídos na chamada aristocracia rural brasileira.

Pergunta-se, então: qual o papel dos demais grupos sócio-econômicos no debate político? Mais particularmente, qual o papel dos grupos de esquerda? A luta se travava entre dois grupos sócio-econômicos que geralmente pertencem às forças de centro ou de direita dentro do processo político. Estaria, então, a esquerda, estariam os operários mais politizados, os estudantes, os militares e os intelectuais de esquerda alienados da grande batalha política da Revolução Nacional Brasileira?

Antes de responder a essa pergunta é preciso saber, em primeiro lugar, o que entendemos por esquerda. Neste livro, incluiremos na esquerda aqueles grupos políticos que visam, através de reformas ou da revolução, paulatinamente ou radicalmente, a instaurar no país um sistema socialista qualquer, em que, pelo menos nos setores básicos da economia, a propriedade privada seja substituída por um sistema de propriedade coletiva ou estatal. Esta é uma definição bastante flexível, de forma a incluir na esquerda e, por oposição, na direita toda uma gama de idéias e objetivos políticos.

Em segundo lugar, é preciso saber desde quando a esquerda, entendida nesses termos, pode ser considerada uma realidade política significativa dentro do Brasil.

Acreditamos que as esquerdas só começam a surgir no Brasil como uma realidade política significativa a partir do início da Revolução Nacional Brasileira e, particularmente, após a Segunda Guerra Mundial. Antes disso, certamente já havia esquerda no Brasil, já existiam organizações socialistas, comunistas, trabalhistas. Em outras palavras, tínhamos desde grupos de esquerda os mais moderados até os mais radicais. Mas não eram grupos políticos significativos. Restringiam-se, geralmente, a um grupo pequeno de intelectuais e, eventualmente, de alguns líderes sem maior expressão. Não tinham quaisquer condições de sensibilizar uma fração ponderável da população brasileira. Em 35, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro tentou atingir o poder através de um golpe, não através de uma revolução em que o povo estivesse envolvido. Predizivelmente a tentativa falhou, demonstrando a falta de representatividade política dessa corrente radical da esquerda.

Após a Segunda Guerra Mundial, porém, uma esquerda mais autêntica, mais representativa das aspirações de certos setores da população começava a surgir. O comunismo continua a ser uma ideologia completamente estranha dentro do país. Contraditório, orientado de fora do país, jamais consegue transformar-se em uma força política ponderável dentro do Brasil. Grupos de esquerda mais moderados, porém, começam a se constituir força política dentro do país. Em todos os partidos, e particularmente no Partido Trabalhista Brasileiro, surgem grupos de esquerda. No Congresso, forma-se a Frente Parlamentar Nacionalista. O controle de grande número de organizações estudantis e sindicais passa para a esquerda. Enfim, nos anos cinquenta já se podia afirmar a existência, no Brasil, de uma esquerda com significativa expressão política.

Mas quais eram os objetivos políticos, quais eram as ideologias das esquerdas nessa época?

Pretendiam as esquerdas transformar o Brasil a curto prazo em um país socialista? Não. Esse objetivo era afastado pela grande maioria, por ser considerado impraticável. O socialismo ou mesmo o reformismo social não eram, portanto, as ideologias típicas, principais, dos grupos de esquerda no país. Existiam, mas em estado latente. Quais eram, então, as ideologias da esquerda no Brasil? Simplesmente, o nacionalismo, o industrialismo e o intervencio-

nismo desenvolvimentista. Em suma, as ideologias da esquerda eram as mesmas defendidas pelos elementos mais representativos do grupo sócio-econômico emergente dos empresários industriais.

É certo que o nacionalismo da esquerda era mais radical do que o dos empresários industriais. Alguns grupos de esquerda chegavam, por exemplo, a negar a utilidade de todo e qualquer investimento estrangeiro no país, e a recomendar a nacionalização de quase todas as empresas estrangeiras aqui instaladas. Tais idéias não foram partilhadas pelos industriais, assim como por grupos nacionalistas menos exaltados. O intervencionismo desenvolvimentista, que era moderado entre os industriais, era bem mais radical entre certos setores esquerdistas. Apenas em relação ao industrialismo havia plena identidade entre os objetivos da esquerda e da burguesia industrial.

Mas, se havia divergências, estas, pelo menos entre os empresários industriais e os elementos de esquerda mais representativos, eram divergências menores. Muito mais importante do que as possíveis divergências era a identidade de pontos de vista na luta comum contra o cosmopolitismo, o agriculturalismo e o liberalismo. E, assim, não é de causar surpresa que um grupo de intelectuais de esquerda, como o chamado "grupo de Itatiaia", que publicaria de 53 a 56 os *Cadernos de Nosso Tempo*, e depois se reuniria no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), viesse a se transformar, em grande parte, em ideólogos da burguesia industrial brasileira na primeira fase da história desse Instituto.<sup>3</sup> Não é de espantar, também, que o PTB, que, mal ou bem, era a manifestação política das esquerdas, se aliasse ao Partido Social Democrático, no qual, entre muitos outros, estavam representados os interesses de boa parte da burguesia industrial brasileira.

Ora, que conclusão tirar dessa identidade de ideologias entre as esquerdas e a classe de empresários industriais? Já vimos que, em seu cerne, o nacionalismo brasileiro dos anos cinquenta era uma ideologia essencialmente burguesa. Na verdade, o nacionalismo, que era a ideologia básica, e o industrialismo e o intervencionismo desenvolvimentista, que funcionavam como meios de realização

(3) Este fato ficou particularmente patente em relação a um dos mais brilhantes representantes do grupo, Hélio Jaguaribe. A respeito, ver Simon Schwartzman (1963). Em fins dos anos cinquenta, esse grupo entraria em desagregação, talvez como um reflexo das transformações estruturais a que nos vamos referir logo adiante, e o ISEB passaria para o controle de grupos mais radicais, resultando daí seu fechamento pela Revolução de 1964.

dos objetivos do nacionalismo, eram ideologias a serviço, antes de mais nada, da burguesia industrial emergente. O objetivo geral a que se propunha o processo geral de transformação que chamamos de Revolução Nacional Brasileira era, naquela época, o de fazer do Brasil uma verdadeira nação independente. A industrialização, a ser realizada pelos empresários industriais, com o auxílio do governo, seria o meio por excelência de se atingir aquele objetivo. O grupo sócio-econômico mais beneficiado pela Revolução Nacional Brasileira era, portanto, o dos empresários industriais.

A conclusão importante a ser tirada deste fato é que o papel da esquerda, na primeira fase da Revolução Nacional Brasileira, era o de força política auxiliar da burguesia industrial. Em outras palavras, a esquerda, que estava naquela época ganhando expressão política, não alcançara ainda autonomia política. Adotando as mesmas ideologias que os empresários industriais, transforma-se em força política auxiliar destes.

### **Fatos novos provocam modificações estruturais**

Era este, portanto, o esquema político que caracterizou a Revolução Nacional Brasileira: de um lado, as velhas forças que dominavam o Brasil desde sua Independência; de outro lado, a burguesia industrial, à qual se aliavam, às vezes explícita, às vezes tacitamente, os grupos de esquerda que surgiam à medida que a industrialização ganhava ímpeto. É claro que este é um esquema muito simplificado, um modelo simples para a compreensão de uma realidade muito mais complexa. Certamente, havia muitos empresários industriais que não tomavam consciência da luta que travavam com a velha aristocracia rural. Da mesma forma, havia elementos da esquerda que não percebiam ou não queriam admitir o papel de força auxiliar da burguesia industrial que lhes fora atribuído. Mas essa aliança, cujas bases Getúlio Vargas estabelecera ainda em seu primeiro período de governo, e que teve confirmação plena nas eleições presidenciais de 55, quando as esquerdas apoiaram um representante típico da burguesia industrial como o sr. Juscelino Kubitschek, essa aliança — a tentativa de uma Frente Única — foi sem dúvida a característica política mais significativa da primeira fase da Revolução Nacional Brasileira.

A partir das eleições presidenciais de 55, porém, uma série de fatos novos iria ocorrer, os quais provocariam modificações estru-

turais na política brasileira. Vejamos quais foram esses fatos e suas conseqüências mais diretas.

O primeiro e mais importante fato novo foi o da consolidação da industrialização brasileira. Durante o governo Juscelino Kubitschek ocorreu um extraordinário desenvolvimento industrial no país. Hélio Jaguaribe, usando o modelo de Rostow, afirma que nesse período ocorreu a decolagem do desenvolvimento brasileiro.<sup>4</sup> Não concordamos. Essa decolagem, ou, se preferirmos uma terminologia mais tradicional, o início da Revolução Industrial Brasileira, da transformação acelerada do país em economia industrial, ocorrera nos anos trinta e particularmente nos anos quarenta. Nesses anos desenvolvemos nossa indústria de bens de consumo e estabelecemos os fundamentos de nossa indústria de base, com a usina siderúrgica de Volta Redonda, por exemplo. É no governo Kubitschek, porém, que se instala definitivamente no Brasil a indústria pesada, com a indústria automobilística, a indústria de equipamentos industriais, a indústria naval, ao mesmo tempo que a indústria de base ganhava novo impulso, com a instalação da indústria petroquímica, com a construção de novas usinas siderúrgicas, etc. Em outras palavras, nesse período não ocorre a decolagem, mas a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro.

A conseqüência mais direta deste fato novo é a vitória e a subsequente perda de importância, como ideologia, do industrialismo. Depois de todos os grandes investimentos industriais realizados no transcorrer dos anos cinquenta, especialmente em sua segunda metade, já não tinha mais sentido discutir se o Brasil poderia ou não, deveria ou não, tornar-se um país industrial. São Paulo já era estado industrial. A realidade havia negado as velhas teses de que o Brasil não poderia industrializar-se, que nossas condições naturais e étnicas não nos permitiriam criar uma indústria poderosa, semelhante à existente nos países desenvolvidos. Por outro lado, do ponto de vista teórico, cada vez ficava mais claro, mais indiscutível, que o desenvolvimento econômico não seria possível sem a industrialização, que a agricultura só atingiria altos níveis de produtividade se o país se industrializasse. Economistas, sociólogos, quase todos os cientistas sociais interessados no desenvolvimento econômico eram obrigados a chegar à mesma conclusão. Esses dois fatores, e principalmente o primeiro, a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro, tornaram o agriculturalismo

(4) Hélio Jaguaribe (1962), p. 184.

anacrônico. Estava vencida a batalha para o industrialismo, que deixava de ser uma ideologia deste ou daquele grupo sócio-econômico, da esquerda ou da direita, para se transformar em uma idéia geralmente aceita no país.

Um segundo fato novo foi o da crise de superprodução de café. Este fato veio provocar outro sério abalo no sistema de poder da velha aristocracia rural. Dizemos outro sério abalo porque, desde 30, a agricultura de exportação e particularmente a agricultura do café vinha sofrendo uma série de reveses.

Com o café em crise, ao mesmo tempo que se reduzia o poder dos grandes fazendeiros, crescia o dos empresários industriais. Por outro lado, o grande motivo de luta por parte dos grandes fazendeiros, o chamado "confisco cambial", através do qual o governo transferia a renda da agricultura de exportação para os demais setores da economia, e particularmente para a indústria, com a crise de superprodução de café perdia importância. O confisco continuaria, mas seria em grande parte compensado pela compra dos excedentes, dentro da política de sustentação dos preços do café. Os grupos ligados ao café continuariam a protestar contra o confisco, mas sem a mesma energia, sem a mesma violência.

Esses dois fatos novos, somados, têm uma consequência de importância capital. O empresário industrial fortalecido com sua posição consolidada, a aristocracia rural e o alto comércio importador e exportador enfraquecidos, não havia mais razão para luta. O empresário industrial é finalmente aceito como membro da classe capitalista. E assume imediatamente uma posição de liderança, particularmente nas regiões mais industrializadas, como São Paulo. Até há pouco, a burguesia industrial era uma classe em ascensão, usando de ideologias progressistas para facilitar sua subida ao poder. Agora, chegando ao topo, começa a abandonar as ideologias que levavam o processo social a um estado de contínua transformação. Aliando-se aos demais setores da classe capitalista, preocupa-se agora em conservar as vantagens conseguidas. Em outras palavras, os empresários industriais, que já não tinham no industrialismo uma ideologia avançada, progressista, para defender, começam a caminhar para a direita, rompendo a aliança com a débil esquerda.

Outra consequência da consolidação do desenvolvimento industrial e da crise do café é o início da perda de importância do nacionalismo dentro do cenário político brasileiro. Com o nacionalismo acontece algo semelhante ao sucedido ao industrialismo:

tornando-se ideologia vitoriosa, começa a perder sua força como instrumento político. A diferença é que, enquanto a vitória do industrialismo foi praticamente total, o mesmo não ocorreu com o nacionalismo, permitindo que o mesmo sobrevivesse como ideologia de luta. Com a consolidação da industrialização brasileira, que era a principal tese do nacionalismo, este começa a esvaziar-se. Ainda havia muito por realizar em matéria de industrialização, mas o arranque inicial já fora dado, a indústria já era um fato definitivo no Brasil.

O esvaziamento do nacionalismo se acentua com a aprovação da Lei de Tarifas pelo Congresso, em 58. Este é o terceiro fato novo que vem provocar modificações estruturais na política brasileira. Antes da Lei de Tarifas a proteção à indústria nacional era realizada através de instrumentos administrativos, como o sistema de licenças de importação, e de medidas cambiais, como os leilões de câmbios estabelecidos no Brasil com a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito. Essas medidas de proteção eram instáveis, estavam sob constante ameaça de revogação por um simples ato administrativo do governo. Sofriam, pois, constante ataque dos adversários de um sistema de proteção à indústria nacional. Com a aprovação da Lei de Tarifas, porém, o nacionalismo alcança uma grande vitória. A proteção à indústria nacional deixava de ser algo eventual, provisório, instável. Agora uma lei, não um simples ato administrativo, assegurava o desenvolvimento industrial brasileiro. À medida, porém, que esta vitória era alcançada, à medida que os empresários industriais se tornavam seguros de suas posições adquiridas, perdia também maior razão de ser seu nacionalismo, pelo menos o nacionalismo como eles entendiam.

À aprovação da Lei de Tarifas adiciona-se um quarto fato novo, que afasta ainda mais os industriais do nacionalismo. Ao contrário dos fatos anteriores, porém, este não tem o efeito de também esvaziar o nacionalismo defendido pelos diversos grupos de esquerda. Pelo contrário, fortalece-o. Referimo-nos à Instrução 113 da SUMOC, que dá às empresas nacionais condições desvantajosas em relação às empresas estrangeiras no que diz respeito à entrada de equipamentos industriais no país. Este fato provoca, inicialmente, reação de diversos empresários nacionais. Mas, face ao desatendimento de suas reivindicações, muitos deles decidem pela solução mais fácil, que melhor atende a seus interesses econômicos: aliam-se às empresas estrangeiras que podem fazer entrar no país equipamentos sem cobertura cambial. Por outro lado, devido



ao sistema de proteção à indústria brasileira que fora organizado, as empresas estrangeiras não tinham condições mais de exportar para o Brasil. A única forma de não perder o mercado era investindo diretamente no país. Ao interesse dos empresários nacionais em associar-se com empresas estrangeiras somava-se, portanto, o interesse dessas empresas em entrar no Brasil. Vemos, então, ocorrer uma grande quantidade de investimentos conjuntos, em que empresas nacionais e estrangeiras se associavam. É claro que, à medida que isto ocorria, os interesses de ambos os lados tendiam a identificar-se. O nacionalismo dos empresários industriais perdia vigor. Um novo nacionalismo, com características diferentes, começava a surgir, não mais para atender diretamente aos interesses da burguesia empresarial, mas como instrumento das esquerdas. Esse novo nacionalismo não teria o mesmo impacto que o primeiro. Sua ênfase principal passaria, da proteção à indústria nacional, ao combate às empresas estrangeiras instaladas ou por se instalar no país, do apoio à industrialização realizada por empresários nacionais à tese da nacionalização das empresas estrangeiras e ao controle das remessas de lucros, chegando os mais radicais a propor a total congelamento das remessas. Mas estamos-nos adiantando. Examinemos os outros fatos novos que vêm provocar profundas modificações na política brasileira.

Em quinto lugar, temos o aumento de poder do sindicalismo durante os anos cinqüenta. É em 53 que temos a primeira greve dos marítimos. É também nos anos cinqüenta que surge o primeiro acordo intersindical de importância no Brasil — o Pacto da Unidade Sindical. Surgiram, depois, muitos outros. Durante esse período o sindicalismo se organizava, abandonava a tutela governamental que o criara nos anos trinta; o “peleguismo” perdia força, líderes mais autênticos, embora ainda representando uma pequena parcela dos operários da classe, assumiam o controle das organizações sindicais, tanto das regulamentadas quanto das não-regulamentadas por lei.

Esse aumento do poder das organizações sindicais, controladas em sua maioria por líderes com posições nitidamente de esquerda, havendo entre eles diversos líderes comunistas, tem duas consequências básicas. De um lado, aumentando o poder de reivindicação dos movimentos operários, leva os empresários industriais a caminhar mais em direção à direita, adotando uma atitude de resistência. De outro lado, tal fato aumenta a força das esquerdas, que passam a ter no movimento sindical um de seus pontos de apoio.

Em sexto lugar, verifica-se nos anos cinquenta uma aceleração no processo de participação política do povo brasileiro. Diz Guerreiro Ramos: “O cardinal fato político da vida brasileira nos dias de hoje é a existência de povo (...) como protagonista eminente do processo político”.<sup>5</sup> Durante toda a história pregressa do Brasil não podíamos falar na existência de um “povo”, ou seja, de uma parcela ponderável da população brasileira que participasse em termos mínimos do processo político do país. Nos primeiros tempos, antes da Independência e muitos anos depois desta, o controle político ficaria a cargo de uma pequena classe dominante de senhores de terra em aliança com a metrópole portuguesa e mais tarde inglesa. Nos fins do século passado, com o desenvolvimento de um incipiente mercado interno e, depois da Guerra do Paraguai, com a crescente importância do Exército, começa a surgir a classe média como força política. Toma o poder com a Proclamação da República, perde-o logo em seguida, com a eleição de Prudente de Moraes, recupera-o mais tarde com a Revolução de 30. Depois disso, a velha classe dominante volta a partilhar do poder, mas da classe média emerge um novo setor da classe alta — o setor dos empresários industriais — e, de qualquer forma, a partir de 30, a participação da classe média no processo político brasileiro e em seus postos de comando estava assegurada. O resto da população, os trabalhadores rurais, os operários, e mesmo grandes parcelas da classe média inferior permaneciam ainda, como no Império e na Primeira República, completamente alheios ao processo político. Com a Revolução Industrial Brasileira, esta situação começa a mudar. A crescente importância dos operários industriais como grupo sócio-econômico, a difusão dos meios de comunicação em massa, particularmente do rádio, entre outros fatores, provocam um crescente interesse da população pelos destinos políticos do país. Os líderes populistas, que surgem especialmente no pós-guerra, aproveitam-se desse clima de interesse para se elegerem. Observe-se, porém, que o populismo, apesar de seu caráter demagógico, já representava um progresso em relação à política de clientela, em que os “coronéis” manipulavam as eleições. Agora já era preciso convencer o eleitorado. E nas eleições de 60, como, mas em menor grau, já havia acontecido com as duas eleições presidenciais anteriores, pode-se observar uma manifestação clara da vontade

(5) Alberto Guerreiro Ramos (1961), p. 42.

popular. Depois dessas eleições, já era possível falar-se na existência de povo no Brasil. Pelo menos em relação às eleições para os cargos executivos e particularmente para a presidência da República verificara-se uma dedicada participação da população no processo político.

### **Rompimento da aliança entre a esquerda e os empresários industriais**

Em resumo, tivemos seis fatos novos da maior importância no cenário político brasileiro: a consolidação do desenvolvimento industrial; a crise de superprodução do café com a subsequente perda de importância da questão cambial, que servia de divisor de águas entre os interesses da indústria, de um lado, e da agricultura e do alto comércio, do outro; a aprovação da Lei de Tarifas, que viria proteger em termos estáveis a indústria nacional contra a importação de artigos estrangeiros; a Instrução 113 da SUMOC e o sistema de proteção tarifária, que levariam a um grande número de associações entre empresas nacionais e estrangeiras; o aumento do poder do sindicalismo através, principalmente, dos acordos intersindicais; e, por fim, a crescente participação do povo no processo político, particularmente nas eleições presidenciais e nas demais eleições majoritárias.

Já vimos, isoladamente, as conseqüências, as profundas modificações por que passou a política brasileira devido a esses fatos novos. Vimos que o industrialismo se tornou uma ideologia vitoriosa, deixando, assim, de ser um instrumento de luta, que o nacionalismo perdeu grande parte de sua substância e sofreu modificações à medida que deixava de ser uma ideologia da burguesia industrial para se tornar uma ideologia das esquerdas. Vimos também que, ao passo que esses fatos novos ocorriam, a burguesia industrial cada vez mais se unia a seus antigos opositores — à aristocracia rural, ao alto comércio, às empresas estrangeiras — e com eles se confundia. Vimos ainda, que, devido ao aumento do poder do sindicalismo e até certo ponto devido à crescente participação do povo no processo político, as esquerdas se fortaleciam (dizemos “até certo ponto” porque esse fenômeno beneficiou também correntes políticas não-esquerdas).

Estas duas últimas conseqüências, a união da burguesia industrial aos demais setores capitalistas e o fortalecimento relativo

das esquerdas, são de importância capital para a compreensão da evolução política do Brasil depois de 60. De um lado, víamos os empresários industriais, à medida que a industrialização brasileira se tornava um fato consumado, abandonar, paulatinamente, as ideologias progressistas, próprias de um grupo sócio-econômico em ascensão, que necessita de novas ideologias, de novos sistemas de valores para apoiar sua subida ao poder. De outro lado, as esquerdas se fortaleciam, à medida que passávamos de uma política de clientela para uma política populista, e desta para uma política ideológica. Não é preciso maior tirocínio para concluir qual seria o principal resultado desses dois acontecimentos. A antiga aliança política entre os empresários industriais e as esquerdas rompia-se. As esquerdas deixavam de ser uma força política auxiliar da burguesia industrial. Ganhavam autonomia. Na verdade, pela primeira vez na história do Brasil podia-se falar na existência de uma esquerda autônoma e com razoável significado político.

É claro que nem todos os empresários industriais e nem todos os elementos de esquerda desejavam esse rompimento. Em particular os industriais mais progressistas, aqueles que viam que a Revolução Nacional Brasileira, esse processo de transformação econômica, social, política e cultural, não estava, de fato, terminado, e a esquerda mais moderada, esses dois grupos sentiam prematuro, desnecessário esse rompimento. Mas o processo de radicalização política pelo qual passaria o Brasil, especialmente após a renúncia do sr. Jânio Quadros, enfraqueceria a posição desses elementos. Veremos esse problema da radicalização um pouco mais adiante.

## **Reformismo × conservadorismo**

Com a consolidação do desenvolvimento industrial, a vitória do industrialismo, o esvaziamento e transformações do nacionalismo, o rompimento da aliança entre os empresários industriais e a esquerda em concomitante autonomização desta última, terminava também a primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, aquela fase em que toda a ênfase da luta política dos novos grupos que surgiam fora colocada a serviço da industrialização. Agora começaria uma nova fase, em que, ao lado do desenvolvimento econômico através da industrialização, ganharia importância a exigência de reformas das estruturas econômicas sociais com o objetivo de

não só facilitar o desenvolvimento econômico, mas também melhor distribuir a renda. O termo "reformas de base" entra em voga. Começam a ser discutidas em todo o país as principais reformas preconizadas, a reforma agrária, a reforma fiscal, a reforma bancária, etc. Na verdade, tinha início no Brasil uma nova luta ideológica, que deveria caracterizar esse período, a luta entre o reformismo e o conservadorismo.

O reformismo surge com todo o vigor após as eleições presidenciais de 60. Era a ideologia das esquerdas, dos seus setores moderados e de boa parte de seus setores hoje considerados extremados. A tese fundamental do reformismo era que as estruturas jurídicas brasileiras, que regulavam as relações econômicas, sociais e políticas no Brasil, eram arcaicas; correspondiam, em grande parte, à fase semicolonial e semifeudal do Brasil. Segundo o reformismo, essas estruturas, entre as quais era dada especial ênfase à estrutura da propriedade agrária (observe-se que a velha aristocracia rural continuava a ser o principal alvo das esquerdas), representariam a institucionalização do privilégio, dificultando o progresso econômico e social do Brasil. Era preciso, portanto, reformar essas estruturas, eliminar os privilégios, melhorar a curto prazo o baixíssimo padrão de vida da população brasileira, não só através do desenvolvimento econômico e o decorrente aumento geral da renda, mas também através de melhor distribuição da renda presentemente auferida. E para reformar as estruturas não seria preciso revolução. As reformas seriam feitas pacificamente.

Observe-se, ainda, em relação ao reformismo, que essa ideologia englobava o nacionalismo. Mas agora o nacionalismo entrava como componente subsidiário. O capitalismo internacional continuava ainda a ser considerado pelas esquerdas um inimigo, um explorador em busca de lucros fáceis, mas não era mais o principal inimigo. Este estaria dentro do próprio Brasil, seria constituído pelos grupos capitalistas e semifeudais mais retrógrados, que agora se haviam fortalecido com a adesão de grande parte dos industriais.

Já o conservadorismo negava a necessidade de reformas, ou pelo menos de reformas com a profundidade demandada pelos reformistas. A maioria das reformas exigidas pelos reformistas não chegavam a ser radicais, não pretendiam transformar a estrutura social do Brasil do dia para a noite, não pretendiam, por exemplo, abolir a propriedade privada dos bens de produção e instaurar um regime socialista. Representavam, no entanto, uma tendência a longo prazo nesse sentido. Os conservadores não aceitavam a

necessidade dessas reformas. Segundo eles, o que o Brasil necessitaria, realmente, seria mais educação, mais moralidade administrativa, maior desenvolvimento econômico. A justiça social se faria naturalmente, através do simples processo de desenvolvimento e de algumas medidas legislativas oportunas.

Este era o quadro político que, a partir das eleições presidenciais de 60, começa a se definir no Brasil. As duas novas ideologias em choque traduziam o rompimento da aliança da esquerda com a burguesia industrial e o realinhamento que vinha ocorrendo no Brasil desde meados dos anos cinquenta. É curioso, porém, observar como as forças políticas perceberam com atraso essas transformações. As próprias eleições presidenciais de 60 são um exemplo disso. O *New York Times*, em notícia publicada algumas semanas antes das eleições, afirmava que no Brasil o candidato pessoalmente de direita era apoiado pelas forças de esquerda, enquanto o candidato com tendências de esquerda era apoiado pela direita... A afirmação era paradoxal, mas não deixava de ter grande fundo de verdade. Esse fato era uma decorrência da grande confusão política que aquela série de fatos novos a que nos referimos trouxera. As esquerdas, principalmente, continuavam a pensar nos termos ideológicos dos anos cinquenta. Para elas, um candidato adequado deveria ser nacionalista e industrialista. Ora, o general Henrique Teixeira Lott era ambas as coisas, embora fosse pessoalmente um homem de direita, um conservador. Enquanto isso, o sr. Jânio Quadros, apesar de todas as suas contradições pessoais, era um reformista. Mas, na medida em que ele nunca se definira muito particularmente em termos nacionalistas e jamais se aliara aos grupos políticos que haviam tradicionalmente permanecido no poder durante a primeira fase da Revolução Brasileira, estava em condições de obter o apoio das forças de direita.

## **O alarmismo e o radicalismo**

A razão pela qual a luta ideológica por excelência desta fase seria o reformismo contra o conservadorismo e não, em lugar do reformismo, uma ideologia mais radical, como o comunismo ou o socialismo, é simples. Muitos dos grupos de esquerda no Brasil não chegavam a ter como objetivo a curto prazo socializar o país. Por outro lado, aqueles que tinham esse objetivo viam claramente que no Brasil, dado o relativo êxito do capitalismo, que, através da

industrialização, elevava o padrão de vida de amplos setores da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que permitira o desenvolvimento de um grupo empresarial e de uma classe média poderosos, no Brasil, dizíamos, não havia condições para uma revolução socialista.

Dessa forma, era de se prever que a luta ideológica que deveria dominar todas as demais, pelo menos durante vários anos, seria a do reformismo contra o conservadorismo. A partir da renúncia do sr. Jânio Quadros, no entanto, e mais ainda a partir do começo de 63, quando o sr. João Goulart propôs algumas reformas de base, começa a verificar-se no Brasil um processo de radicalização política. Com o reformismo e o conservadorismo era possível ainda o diálogo, o compromisso, o processo de barganha, através do qual os grupos sócio-econômicos resolveriam os conflitos por meio de concessões mútuas. Com a radicalização das posições, porém, esse diálogo foi-se tornando cada vez mais difícil. Muitos dos reformistas se transformam em revolucionários, desanimados de transformar a sociedade por meios pacíficos; muitos dos conservadores transformam-se em imobilistas, decididos a nada ceder, dentro da racionalidade de que qualquer concessão será uma derrota e um degrau para as esquerdas se apoiarem e pedirem mais. Conservadores que, antes da Convenção da União Democrática Nacional em Curitiba, no início de 63, aceitavam uma reforma agrária com emenda constitucional, deixam de aceitá-la. Por outro lado, reformistas que concordavam em obter uma reforma agrária moderada só se contentam com uma reforma mais radical.

Perguntava-se, então: por que essa radicalização? Cremos que suas bases estão nas modificações estruturais a que nos referimos anteriormente. Essas modificações uniram as forças de direita e fortaleceram, tornando independentes, as forças de esquerda. Era de esperar, portanto, que os elementos extremados das duas forças políticas não se contentassem com ideologias moderadas, como o reformismo e o conservadorismo, e decidissem experimentar suas forças através da pregação da revolução e do imobilismo.

A causa básica da radicalização que, de meados para fins de 63, chegava a grandes extremos, resultando afinal na Revolução de 64, tem portanto raízes nas transformações estruturais pelas quais a política brasileira acabava de passar. Os grupos de esquerda, apesar de sua relativa fraqueza dentro do cenário político brasileiro (a política ideológica estava apenas começando), ganharam autonomia, fortaleceram-se em relação ao que eram antes, e os esquer-

distas mais extremados, baseados nesse aumento relativo de poder, baseados nas vitórias dos grupos de esquerda, nos sindicatos, nos meios estudantis, entre os sargentos, entre os trabalhadores rurais das ligas camponesas, passaram a acreditar que possuíam uma grande força política no Brasil. O caminho para a radicalização das esquerdas estava, evidentemente, aberto.

Por outro lado, a direita começa a verificar que pela primeira vez na história do Brasil grupos de esquerda com certa expressão política estavam tentando alcançar o poder. Antes a luta pelo poder travava-se entre subgrupos dentro da própria classe dominante. No máximo, tivemos lutas entre a classe média ascendente e a velha aristocracia rural. Agora, porém, eram grupos de esquerda, cujo objetivo, pelo menos a longo prazo, era acabar com o sistema capitalista, eram grupos dessa natureza que surgiam na arena política para disputar o poder. Estava assim aberto o caminho para o alarmismo, e, através dele, o radicalismo da direita tinha um meio favorável onde se desenvolver.

O alarmismo vai ser, pois, o grande instrumento da radicalização a serviço dos líderes mais extremados da direita. Servirá também aos radicais de esquerda, mas com menor eficiência. A forma pela qual a direita usava do alarmismo para obter radicalização é simples. Espalhavam-se, inicialmente, afirmações de cunho aparentemente derrotista, como por exemplo: "A revolução comunista está às portas"; "Não dou um ano para uma revolução comunista no Brasil"; "Vamos aproveitar os últimos momentos do conforto burguês"... A última frase tinha um tom de brincadeira, mas seu efeito é o mesmo que o obtido com as outras frases: alarmavam, atemorizavam. Eram frases, evidentemente, sem fundamento real. O comunismo, no Brasil, jamais teve maior expressão política. E as próprias forças de esquerda não-comunista eram ainda demasiadamente fracas para realizar uma revolução armada no país. Mas eram frases que, por traduzirem aquela emergência das esquerdas como força política autônoma, encontravam ressonância. Começavam a ser repetidas. Ora, concluíam os alarmistas da direita, se a revolução comunista está às portas, é preciso que nos unamos para resistir, é preciso que não cedamos nada, é preciso voltarmos todas as nossas forças contra os comunistas. Em outras palavras, é preciso que nos radicalizemos. E assim, um grande número de pessoas, que até havia pouco não eram radicais, que tinham tendências conservadoras mas não imobilistas, subitamente se radicalizam em direção à direita, sem saberem que estavam sendo vítimas de um



processo de manipulação política por parte dos líderes radicais, que se beneficiavam grandemente dessas circunstâncias.

A radicalização da direita foi aprovada pelos grupos radicais da esquerda para também transformar esquerdistas moderados em esquerdistas radicais. "O reformismo não resolverá nossos problemas", diziam eles. "O Brasil precisa das reformas, mas não será possível obtê-las em termos pacíficos. A direita domina a imprensa, domina o Congresso e não está disposta a ceder em nada. Só através da revolução poderemos transformar este país." E à medida que estas afirmações se confirmavam com a radicalização da direita, as esquerdas radicais iam também ganhando um maior número de adeptos.

Sem dúvida, para completar esta análise seria necessário agora examinar os fatores de ordem personalista que vinham contribuindo para este processo de radicalização do Brasil, além de assinalar a importância da inflação, cujo aceleração, a partir de 61, trouxe maior instabilidade econômica e política, favorecendo as posições políticas extremadas. Em relação aos fatores personalistas, porém, queremos fazer referência apenas ao processo de frustração da direita e da esquerda que a renúncia do sr. Jânio Quadros e a presença do sr. João Goulart na presidência da República provocaram.

Em relação à renúncia do sr. Jânio Quadros, a frustração foi particularmente da direita. Esta acreditava ter obtido uma vitória política em 60. Durante seu curto governo, porém, o sr. Jânio Quadros já causa uma série de frustrações para a direita, especialmente quando realiza uma política internacional independente. Se não bastasse isso, porém, o sr. Jânio Quadros renuncia, entregando o poder a um inimigo histórico das direitas no Brasil, o sr. João Goulart. É claro que isto frustra a direita, levando para um tipo de agressão política que é a radicalização.

A presença do sr. João Goulart na presidência frustrava particularmente a esquerda. Com sua subida ao poder, acreditava a esquerda que afinal o Brasil tinha um presidente que realizaria uma política de esquerda. O sr. João Goulart, porém, devido às características pessoais de sua personalidade, e devido, principalmente, ao fato de que as esquerdas não eram, politicamente, suficientemente fortes para mantê-lo no poder, não realiza o governo desejado pela esquerda. A frustração deste grupo é profunda. Por outro lado, a direita se frustra também, porque o sr. João Goulart não podia realizar uma política de direita. Se o fizesse, estaria em condições

políticas insustentáveis, já que perderia todo e qualquer apoio da esquerda, sem jamais conseguir a confiança da direita.

Esse processo de frustração tanto da esquerda quanto da direita, somado à inflação e principalmente às modificações estruturais que haviam realinhado as forças políticas e transformado as ideologias em luta no Brasil, levou o Brasil a um radicalismo cada vez maior, à total supressão do diálogo político, à recusa tanto da direita radical quanto da esquerda radical de participarem de um processo de barganha, em que concessões mútuas fossem realizadas. Ficamos dentro de um impasse, uns pregando a revolução, outros o imobilismo, quando nenhuma das duas soluções tinha condição de vitória no Brasil. O resultado foi a Revolução de 64, que marcaria a previsível vitória da direita ante uma esquerda imatura, e representaria a consolidação do sistema capitalista no Brasil.

## Conclusão

Em resumo, ocorreu no Brasil um processo de transformação econômica, social, política e cultural que chamamos de primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, ou Revolução Nacional Brasileira, e que teve como ênfase a industrialização. As principais ideologias em luta, o nacionalismo contra o cosmopolitismo, o industrialismo contra o agriculturalismo, o intervencionismo desenvolvimentista contra o liberalismo, traduziam o conflito entre os novos grupos sociais, e particularmente dos empresários industriais contra a velha oligarquia agrário-comercial, que desejava manter o país em seu estágio agrícola. Nesse conflito, as esquerdas tinham o papel de força auxiliar dos empresários industriais. A partir de fins dos anos 50, porém, uma série de fatos novos, a consolidação do desenvolvimento industrial, a crise de superprodução do café, a Lei de Tarifas, as associações entre capitais nacionais e estrangeiros, o aumento de poder do sindicalismo e a crescente participação do povo no processo político brasileiro, vêm causar modificações estruturais na política brasileira, dando início à segunda fase, fase essa que, além da industrialização, teria como ênfase melhor distribuição da renda. As conseqüências principais daqueles fatos novos são a vitória do industrialismo, a definitiva aceitação dos empresários industriais entre as classes produtoras, o desaparecimento do conflito entre a indústria e a agricultura de exportação, o rompimento da aliança entre as esquerdas e os

empresários industriais, o aumento relativo da força política da esquerda e sua autonomia em relação aos empresários industriais, o esvaziamento e transformação do nacionalismo, e, finalmente, o aparecimento de uma nova luta ideológica: o reformismo contra o conservadorismo.

Uma série de fatores, porém, entre os quais se destacam essas transformações estruturais, e particularmente a autonomização das esquerdas, de um lado, e a união das direitas, do outro, provocou um movimento de radicalização política. Esse movimento, que beneficiaria politicamente os líderes mais radicais, tanto da direita quanto da esquerda, encontrou um instrumento extremamente útil no alarmismo, desencadeando-se, assim, em forma de círculo vicioso, um processo de radicalização no qual, quanto mais um lado se radicalizava, tanto mais o outro lado encontrava razões para se radicalizar. Com a radicalização, suprimia-se o diálogo, aumentava-se a insegurança política, o desenvolvimento social tendia a estancar-se e o econômico a reduzir seu ritmo. O resultado final desse processo foi a tomada do poder pelos militares, com amplo apoio da direita, na Revolução de 64.

## Capítulo 4

# Após a previsível redemocratização\*

---

**T**orna-se hoje cada vez mais importante uma definição a mais precisa possível da posição política de cada um e sua inserção nos diversos grupos políticos provavelmente em formação. Inclusive para os socialistas esta se torna uma tarefa prioritária. Se a redemocratização está à vista, é preciso preparar-se para ela.

Em maio deste ano já estava claro que a fissura no modelo político brasileiro baseado na aliança da burguesia com a tecnoburocracia estatal transformava-se em uma profunda brecha. Esta fissura começara a se definir em fins de 1974, quando a derrota nas eleições nacionais se somam a redução na taxa de crescimento econômico, o recrudescimento da inflação, a crise do balanço de pagamentos e a nova política salarial decorrente do revés eleitoral. Todos esses fatores levam a uma redução na taxa geral de lucros, e ao mesmo tempo tornam cada vez mais claro para a burguesia o caráter arbitrário através do qual a alta tecnoburocracia estatal divide o excedente econômico entre as diversas frações e grupos das classes dominantes.

Seria, entretanto, um economicismo indesculpável pretendermos atribuir a crise política apenas a fatores econômicos e mais especificamente à redução relativa do excedente — definida pela

(\*) Publicado em *Contexto*, n.º 4, nov. de 1977.

redução na taxa de concentração da renda a partir do momento em que, momentaneamente, reduzem-se lucros e aumentam salários. É óbvio que a crise deve ter-se desencadeado por razões de ordem econômica. Mas, em seguida, os desacertos políticos do governo, provenientes de seu autoritarismo e desorientação, e os protestos de faixas cada vez mais simples da população, desde os setores dominados até os dominantes, fazem com que a crise política ganhe autonomia, assuma força própria.

Neste trabalho faço uma análise da ruptura da aliança política entre a burguesia e em seguida já procuro indagar sobre as perspectivas políticas que as mudanças à vista no sentido da redemocratização prenunciam. Coerente com a postulação inicial de que a crise é antes de mais nada caracterizada pela insatisfação da classe dominante, prevejo que esta classe tem amplas condições de se manter politicamente hegemônica no futuro sistema. Aparecerão novos partidos, pelo menos um partido socialista orientado para uma política de massas deverá surgir, mas não é difícil concluir que a alta e média burguesia, apoiada por uma tecnoburocracia enfraquecida, mas ainda e sempre atuante, deverá, não apenas manter o controle das forças produtivas, mas assumir mais diretamente o controle político da sociedade.

Neste momento surge um segundo problema. Valeria a pena a redemocratização se é para manter o padrão de acumulação capitalista? Esta pergunta, naturalmente, só tem sentido para quem parte de uma perspectiva socialista. Aceito o pressuposto de que a democracia e a justiça social só podem ser alcançadas em um regime socialista. Alguns mais radicais afirmam que só valerá a pena participar da luta pela redemocratização se, em seguida e a curto prazo, caminharos para o socialismo. Já outros, que podem ser distribuídos em uma escala que vai do socialismo democrático à social-democracia, pretendem que primeiro é necessária uma frente ampla em torno da redemocratização, e só depois deve-se pensar em definições ideológicas mais precisas. Examinaremos este problema no final do artigo, depois de analisarmos a ruptura da aliança política e as perspectivas reais que se abrem logo em seguida à redemocratização. Deixamos de examinar como ocorrerá o processo de redemocratização, porque as possibilidades são muitas. O casuismo das alternativas é tão grande que mesmo uma análise estritamente conjuntural do problema poderia perder-se em especulações estéreis.

## **A ruptura de uma aliança política<sup>1</sup>**

A característica fundamental da crise política brasileira atual é a ruptura da burguesia com o Estado, ou melhor, com a tecnoburocracia estatal que o dirige. Este é o fato novo, que provavelmente tornará esta crise historicamente significativa. Não é a oposição e a crítica dos estudantes, dos trabalhadores, dos intelectuais ao governo autoritário instalado no Brasil desde 1964 que torna esta crise decisiva, já que esses setores jamais apoiaram o governo. É a crescente oposição da burguesia, da classe empresarial, em todos os seus níveis, desde a pequena e média até frações cada vez maiores da alta burguesia, que coloca hoje em jogo o modelo político instalado em 1964 e consolidado em 1968, quando os ideais liberais do movimento inicial foram definitivamente postos de lado.

A crise política brasileira aprofundou-se nos últimos meses de forma decisiva. As causas dessa crise são múltiplas, mas a sua caracterização é uma só: o modelo político implantado no Brasil em 1964, para substituir o pacto populista, entrou em colapso. Esse modelo político estava baseado na aliança da tecnoburocracia civil e militar, que controla diretamente os aparelhos do Estado, com a burguesia e as empresas multinacionais. Era o modelo do tripé, em que os trabalhadores, os estudantes, os intelectuais e, de modo geral, as esquerdas eram totalmente excluídos do sistema de poder. A crise do modelo define-se pelo rompimento cada vez mais nítido daquela aliança.

Esse rompimento ocorre a partir do momento em que a burguesia local vai-se tornando crescentemente insatisfeita com os seus aliados tecnoburocratas estatais, e em conseqüência vai retirando seu apoio ao sistema. Nesse momento, o modelo do tripé entra em colapso. E mais do que isso, todo o sistema político está fadado a sofrer transformações profundas.

O Brasil viveu estes últimos 13 anos sob a égide de um regime militar. O Estado foi firmemente controlado por uma força pública coesa e ideologicamente bem armada. Esta tecnoburocracia militar chamou para auxiliá-la uma tecnoburocracia civil técnica e organizacionalmente bem equipada. Os dois grupos em conjunto adotaram a ideologia tecnoburocrática baseada na racionalidade técnica e organizacional, que se expressa na eficiência ou no crescimento

(1) Este trecho foi publicado na *Folha de S. Paulo*, com o mesmo título, em maio de 1977.

da produção por habitante, e, especialmente entre 1967 e 1973, obtiveram êxito em sua política desenvolvimentista, ainda que à custa de um acentuado processo de concentração de renda, com graves prejuízos para os trabalhadores.

Ao falarmos de burguesia e de tecnoburocracia não estamos falando de estratos sociais definidos por níveis de renda e de prestígio, mas de classes sociais, na medida em que sua posição na estrutura social é determinada por sua inserção nas relações de produção e pela decorrente, ainda que nem sempre muito clara, consciência de classê. A burguesia é constituída pela classe proprietária de meios de produção que emprega trabalhadores assalariados e obtém lucros. A classe tecnoburocrática é formada pelos burocratas, incluindo-se nela os funcionários, os técnicos e os administradores, que trabalham em organizações burocráticas públicas ou privadas, civis ou militares, e recebem ordenados. Esta é uma nova classe, em plena formação, que muitas vezes se confunde por origem e por hábitos com a média burguesia, mas dela deve ser distinguida para que qualquer análise econômica e política faça hoje sentido. Ao mesmo tempo que a tecnoburocracia, instalada nos pontos-chave do governo, adotava sua própria ideologia eficientista, conservava os principais elementos da ideologia burguesa, facilitando assim sua aliança política com a classe capitalista. Os anos áureos do "milagre", em que ordenados e lucros cresciam de forma ilimitada, pareciam indicar que esta aliança era eterna.

A burguesia sentira-se profundamente insegura em 1963 e início de 1964. A revolução que então ocorre é realizada com todo seu apoio. E em seguida a burguesia entrega-se inteiramente nos braços da tecnoburocracia estatal. Em consequência, os militares dão a muitos a impressão de se terem transformado em senhores todo-poderosos. O poder parece ser exclusivamente militar, autonomamente militar. O poder das forças armadas parece derivar exclusivamente de seu controle de armas e soldados e de sua capacidade de organização.

Ora, semelhante hipótese só pode ser atribuída a uma leitura apressada das teorias sobre a emergência da tecnoburocracia no Brasil ou nos países periféricos em geral. Pessoalmente tenho procurado estudar o mais possível este fenômeno fundamental do nosso tempo que é o da burocratização e estatização da sociedade. Mas isto não nos pode levar a esquecer que o Brasil é ainda uma formação social predominantemente capitalista. O capital, ou seja, a propriedade privada dos instrumentos de produção pela burgue-

sia, é ainda a relação de produção que controla maior volume de riqueza no Brasil. A propriedade estatal de meios de produção, embora crescente, é ainda secundária. É certo que a acumulação de "capital", usada essa expressão em sentido amplo, já é hoje realizada de forma predominante pelo Estado. Mas o estoque de capital ainda é predominantemente privado. O lucro privado é ainda a forma dominante de apropriação do excedente, embora o volume de ordenados dos tecnoburocratas tenda a crescer exponencialmente. A coordenação da economia ainda é feita principalmente pelo mercado, embora o planejamento e a política econômica estatais tenham uma influência crescente na coordenação do sistema e na distribuição do excedente econômico. A ideologia burguesa ainda é hegemônica, embora a ideologia tecnoburocrática faça avanços em todas as frentes.

Em outras palavras, o Brasil é ainda uma formação social essencialmente capitalista, embora crescentemente tecnoburocrática ou estatal. Em consequência, a classe dominante no Brasil é a burguesia e não a tecnoburocracia militar. Estes possuem um certo grau de poder autônomo, na medida em que controlam diretamente o aparelho repressivo do Estado, mas sua autonomia é necessariamente limitada. Ela só parece plena nos momentos em que os militares contam com o apoio da burguesia. Quando esse apoio é retirado, o poder econômico e a hegemonia ideológica da burguesia levam a tecnoburocracia a fazer aflorar suas próprias contradições e a perder a coesão e o poder.

É por isso que a crescente retirada de apoio da burguesia à tecnoburocracia estatal representa um golpe decisivo não apenas no modelo político do tripé, mas na própria continuidade do atual regime.

Os sintomas dessa ruptura tornam-se visíveis a partir do final de 1974. O rompimento tem início com a grande campanha contra a estatização; prossegue através da crítica às mordomias, ou seja, a crítica aos altos ordenados diretos e indiretos dos tecnoburocratas; aprofunda-se com o desencanto em relação à política econômica, à medida que esta vai-se tornando cada vez mais insegura, contraditória e ineficaz; agrava-se com a denúncia da corrupção estatal, que em grande parte se confunde com a concessão de favores do Estado a grupos econômicos pouco idôneos. Hoje a ruptura é clara. Desde a pequena até a média e a alta burguesia, a insatisfação com o sintoma é geral. Pode ser observada nas mais diversas circunstâncias: nas reuniões sociais, nos encontros de empresários com os repre-



sentantes do governo, nos editoriais de imprensa controlada pela burguesia, na quase unanimidade das manifestações estudantis e no apoio generalizado que elas vêm recebendo. Provavelmente, neste momento, só a burguesia subsidiada, que recebe diretamente os favores do governo, e uma parte dos representantes oficiais da classe empresarial, ainda apóiam o atual sistema autoritário. Os primeiros por interesses óbvios e os segundos devido à dependência em que se encontram as entidades que dirigem em relação ao Estado.

As causas desta crise de legitimidade sem precedentes podem ser encontradas originalmente na redução relativa do excedente econômico, que tem lugar no país a partir de 1974. Desta data em diante termina o “milagre”, o índice de crescimento da produtividade ou de renda por habitante cai, ao mesmo tempo que os salários param de cair e chegam mesmo a crescer em 1975, como uma resposta do governo à derrota eleitoral de novembro de 1974. Nesse momento, quando se reduz o índice de crescimento do excedente, quando o fim do milagre leva a tecnoburocracia estatal e a burguesia a encarar novamente as duas realidades da escassez — nesse momento torna-se patente a arbitrariedade do Estado autoritário no seu processo de dividir o excedente econômico. Pedem-se sacrifícios, mas esses sacrifícios obviamente não são iguais para todos. Seja em função de puro favoritismo, seja para obedecer à escala de prioridades estabelecida pelo planejamento estatal — o fato é que em um momento de redução relativa dos lucros gerados pelos sistemas, uns poucos continuam altamente beneficiados.

A burguesia vai, assim, sentindo-se ameaçada. A revolução fora feita em seu nome, mas os tecnoburocratas estatais agora parecem pretender alcançar uma autonomia que não estava prevista inicialmente. E utilizam esta autonomia em seu próprio benefício, como os casos dos altos ordenados e da corrupção deixam entrever, ou então em benefício de um pequeno número de favoritos.

Por outro lado e concomitantemente, os membros do governo vão sendo atingidos por uma profunda crise de credibilidade. As declarações otimistas do presidente e dos ministros são desmentidas no dia seguinte, pelos fatos ou por eles próprios.

Nesse momento, a crise política ganha autonomia, desloca-se de suas bases econômicas para explicar-se pela própria dinâmica dos fatos políticos. O governo, desorientado, sentindo-se sem apoio, em total contradição com a sociedade civil, toma medidas

impensadas que culminam com o fechamento do Congresso e o “pacote” constitucional em abril. Nesse momento, o presidente compromete todo o sistema militar que representa com uma manobra eleitoral em benefício de seu partido — a Arena. O casuísmo das medidas, sua arbitrariedade e contingencialidade são gritantes. Para evitar a provável vitória do partido da oposição, o MDB, são tomadas medidas que violentam o senso jurídico da sociedade civil. Ora, o MDB já deu ampla demonstração de que é um partido de centro, com algumas tendências para a social-democracia. Uma vitória sua não põe, portanto, em risco a burguesia. E a burguesia brasileira hoje está consciente desse fato. É óbvio que nesse momento a crise política torna-se generalizada.

A constatação dessa ruptura entre a burguesia e o sistema e da conseqüente precariedade em que este hoje se encontra não é, entretanto, óbvia. Depois de treze anos de domínio militar, somos facilmente tentados a acreditar na inexpugnabilidade desse domínio. E usamos para isso os mais variados raciocínios. Argumentamos, por exemplo, que os princípios democráticos da burguesia não são muito profundos — o que é correto. Nesses termos seria fácil à tecnoburocracia estatal recuperar o apoio da burguesia, comprando-a novamente através de medidas favoráveis à elevação da taxa de lucros. Ora, os dirigentes governamentais da área econômica não vêm tentando fazer outra coisa há dois anos, e no entanto sem êxito. Quando a redução relativa do excedente econômico tornar-se embutida no modelo econômico, recuperar o apoio da burguesia torna-se muito difícil. O problema se agrava através da perda de credibilidade do governo. E a crise ganha, então, força própria, cuja gravidade só uma crença sem limites na autonomia da tecnoburocracia militar pode negar.

Vivemos, portanto, um momento de grave crise de legitimidade. Esta crise teve início, no plano político, com o “não” que os trabalhadores e as camadas médias deram à política autoritária e concentradora de renda do Estado, nas eleições de 1974. Ganhou profundidade quando a burguesia rompeu politicamente com a tecnoburocracia estatal, levando ao colapso o modelo de tripé, e deixando perplexos seus associados multinacionais, que nesse momento não sabem por que lado optar.

As conseqüências dessa crise de legitimidade não são previsíveis. Não há dúvida, entretanto, de que hoje toda a sociedade civil aspira por liberdades democráticas. Este não é apenas um *slogan* das manifestações estudantis, mas uma aspiração profunda da

grande maioria dos que participam do processo político brasileiro, ou seja, da sociedade civil. E quando a sociedade civil, da qual a burguesia é o elemento dominante, une-se em torno da idéia de redemocratização, torna-se difícil imaginar que essa redemocratização não venha. Essa redemocratização só não virá se estivermos enganados em relação à posição que a burguesia vem assumindo nestes últimos dois ou três anos e principalmente nestes últimos meses, ou se a burguesia não for mais a classe dominante. Ora, não creio que esteja muito enganado em relação à ruptura; e não tenho dúvida alguma sobre qual seja a classe dominante neste país.

### **Perspectivas após a redemocratização<sup>2</sup>**

Não há muita dúvida sobre a eminência histórica do processo de redemocratização do país. A partir do momento em que, para a grande maioria da burguesia brasileira, a aliança com a tecnoburocracia estatal em torno de uma proposta autoritária de governo deixou de ser política e economicamente justificada, acelerou-se o processo de perda de legitimidade do sistema vigente. Para a classe empresarial torna-se hoje cada vez mais urgente a restauração de um sistema democrático, em que se institucionalizem os sistemas de acesso ao poder e de tomada de decisão, em que a arbitrariedade e o favoritismo da distribuição de um excedente econômico escasso possam ser criticados e modificados. Não é difícil, portanto, prever que esta classe, que não apenas detém o poder econômico mas também a hegemonia ideológica, tenda a se unir às demais forças democráticas do país para reconduzi-lo para o estado de direito.

Há muitas dúvidas, entretanto, sobre como será o processo de transição para a democracia, e, em seguida, como se desenvolverá politicamente o novo regime. Prefiro agora deixar o problema da transição de lado. Há muitas propostas e especulações a respeito, entre as quais a convocação de uma constituinte é a única em princípio aceitável, já que não se pode pensar em implantar a democracia por meios ditatoriais. Há também muitas especulações a respeito de um maior endurecimento do atual sistema, mas qualquer tentativa de radicalização parece hoje claramente fadada ao insucesso. Ultrapassada a fase da transição, porém, a qual, dependendo

(2) Este trecho foi publicado na *Folha de S. Paulo*, em 5.7.1977, com o título "Do que ter medo".

da habilidade das lideranças políticas e militares, poderá transcorrer sem maiores traumas, cabe perguntar que tipo de modelo político podemos esperar.

A burguesia e amplos setores da tecnoburocracia civil e militar ainda não se lançaram inteiramente no projeto de redemocratização por não saberem o que substituirá o atual regime. Há ainda um temor difuso e irracional de se mudar para pior. Mas se perguntarmos se o temor é o da tomada do poder por comunistas ou por grupos radicais de esquerda, a resposta será obviamente negativa. E mesmo uma vitória nas eleições de um partido socialista democrático parece pouco provável. Basta examinar os nomes e as tendências ideológicas dos principais líderes do MDB para que as classes dominantes percebam que mesmo esta alternativa é ainda pouco realista para o Brasil. A hegemonia política e ideológica da burguesia é ainda clara. Restabelecida sua aliança em novas bases com a classe tecnoburocrática, a burguesia, que ainda é o elemento dominante de todo o sistema de ensino e de comunicação do país, tem amplas condições de eleger um parlamento dominado pelas posições de centro-direita.

Se não há razão para a burguesia temer a tomada do poder pela esquerda, poderia ainda temer o retorno a um período de conturbação política do tipo ocorrido no Brasil entre 1961 e 1964 ou do ocorrido em Portugal entre 1974 e 1976. Ambas as situações, entretanto, são muito diversas daquela que se pode antever para o Brasil em um futuro próximo. O Brasil do início dos anos sessenta vivia o momento do colapso de um modelo político: o populismo. Era o momento de um grande vazio de poder, na medida em que não havia mais condições de manter o pacto político formulado por Getúlio Vargas e mantido até o governo de Kubitschek. A burguesia havia resolvido sua principal contradição interna, traduzida no antigo conflito burguesia industrial *versus* burguesia agroindustrial, e agora fazia frente única contra as aspirações da classe trabalhadora e das forças de esquerda, que então ensaiavam seus primeiros passos autônomos. Estávamos, então, diante de um modelo político em decomposição e não da montagem de um novo, como será o caso da redemocratização brasileira prevista.

A analogia com Portugal é também inteiramente impropriedade. Aquele país saía de quarenta anos de ditadura, contra treze no nosso caso. A revolução portuguesa foi liderada por um grupo de militares de esquerda, sem apoio da burguesia, enquanto que aqui se prevê a redemocratização nos quadros da democracia bur-

guesa. A esquerda em Portugal, com base em uma elite militar de capitães e coronéis e em um Partido Comunista de orientação stalinista, imaginou em um determinado momento que poderia assumir o poder. No Brasil as Forças Armadas não se encontram dilaceradas por uma guerra colonial inglória, e a esquerda, com exceção de alguns setores radicais pouco expressivos, têm hoje muito mais maturidade e experiência para não incorrer em erros grosseiros como os cometidos por Vasco Gonçalves ou por Álvaro Cunhal em Portugal. A moderação dos estudantes e a serenidade da liderança do MDB em toda essa crise são uma indicação clara deste fato.

Haveria ainda um temor por parte das classes dominantes: a da volta ao populismo, ainda que sem caos. Mas esta é definitivamente uma perspectiva muito pouco provável, não apenas porque a burguesia tem meios de evitá-la, mas também porque nada repugna mais à própria esquerda do que a volta a um esquema populista, em que o debate ideológico seja substituído por um equivocado conceito de nacionalismo desenvolvimentista.

A análise nos leva, então, à conclusão de que a redemocratização do país poderá nos levar, sem traumas mais profundos, à implantação de um sistema democrático, de base parlamentar, em que as forças políticas se distribuem por faixas ideológicas que deverão cobrir, da esquerda para a direita, um ou dois partidos socialistas, um partido liberal de centro, um partido de centro-direita e um partido de direita. É claro que o centro propriamente não existe, e que mesmo no partido socialista deverá haver setores reformistas muito moderados. Da ala moderada do partido socialista em diante, portanto, passando pelo centro e pela centro-direita, serão todos partidos burgueses ou, no máximo, burgueses-tecnoburocratas.

Este espectro de forças políticas nascerá inicialmente de um grande pacto político — o pacto político democrático, que hoje está sendo formulado em todos os níveis da sociedade brasileira. Em seguida à redemocratização, esse pacto perderá razão de ser. Em seu lugar surgirão as definições ideológicas. E estas deverão expressar os interesses dos diversos grupos e classes sociais, permitindo a formação de pactos políticos parciais. Os partidos de centro e de direita disputarão os votos da pequena e média burguesia, e o amplo setor da tecnoburocracia. São as chamadas classes ou camadas médias. Poderão ainda contar com os votos de trabalhadores rurais não politizados e de uma parcela dos trabalhadores urbanos. Estes trabalhadores urbanos mais as faixas mais intelectualizadas

das camadas médias e uma parte dos trabalhadores rurais constituirão a base eleitoral do partido socialista democrático.

Constituir-se-ão, portanto, pactos políticos, mas esses pactos não terão, provavelmente, as características dos blocos históricos monolíticos, do tipo formado entre 1964 e 1974 pela burguesia e pela tecnoburocracia no Brasil. Pactos sociais desse tipo são típicos dos regimes autoritários, cuja legitimidade independe de um sistema eleitoral e parlamentar. As classes dominantes só podem dispensar a legitimidade democrática do parlamento e de eleições livres quando estão politicamente unidas de forma muito sólida. Em um sistema democrático, os pactos políticos são menos importantes inclusive porque as próprias classes dominantes tendem a resolver suas contradições internas e atender aos múltiplos interesses de seus membros através dos mecanismos institucionais do sistema parlamentar.

Não há dúvida de que o Brasil já alcançou um grau de maturidade política que nos permite uma visão otimista a respeito da replantação da democracia no país, agora em nível mais avançado, na medida em que o populismo seja substituído pelo debate ideológico. Isto não significa que estejamos prevendo um mundo idílico, sem conflitos nem dificuldades. Esta é uma perspectiva onipotente e fantasiosa, que só pode ser adotada por personalidades autoritárias, que imaginam poder resolver todos os problemas do país e da humanidade com a força de sua mente iluminada. Os problemas de base da economia brasileira — a distribuição de renda injusta, o subdesenvolvimento, a inflação, o endividamento externo — continuam presentes, como continuarão presentes os conflitos de classe e de grupos em torno da solução desses problemas. Ninguém e nenhum grupo têm a solução pronta para eles. As medidas a serem tomadas exigirão coragem e sacrifícios. Provocarão conflitos e protestos. Mas dispomos de uma instituição capaz de veicular o debate e a solução desses problemas. Esta instituição é a democracia, que surgiu na história moderna como um instrumento da burguesia, mas que hoje, embora muitas vezes servindo a burguesia, transformou-se na conquista política mais importante da humanidade. É esta instituição — suprimida por uma crise política que durou até 1968 e em seguida mantida em recesso por um “milagre” econômico entre 1968 e 1974 — que agora toda a nação quer ver restabelecida. Não há por que temê-la. Muito mais amedrontador é um Estado autoritário, fechado em si mesmo, que deriva o poder de si próprio, e que procura subordinar e esvaziar a sociedade

civil para aumentar o seu próprio poder. Diz o poeta: “É preciso estar atento e forte. Não temos tempo de temer a morte”. Talvez porque quem vive com medo da morte já não vive mais — entregou-se a uma opressão muito mais mortal.

## **Perspectiva socialista**

A redemocratização do país não terá caráter revolucionário na medida em que a liderança do processo político couber à burguesia e aos setores mais moderados da tecnoburocracia. A participação dos trabalhadores, estudantes, intelectuais e políticos de esquerda provavelmente não retirará o comando das classes dominantes, aliadas ao capitalismo internacional. Não há, portanto, por que prever uma mudança radical no padrão de acumulação capitalista vigente no Brasil. O ritmo de concentração de renda poderá e deverá reduzir-se. A taxa de concentração, medida pela relação entre o excedente (lucros mais ordenados) e os salários, provavelmente estabilizar-se-á ou sofrerá uma pequena redução. Dependendo da força política que os trabalhadores venham a adquirir, essas modificações poderão com o tempo vir a ser substanciais. Mas não serão radicais. Enquanto a acumulação de capital depender de forma significativa dos lucros privados, não é possível prever um processo mais significativo de desconcentração da renda. A acumulação privada já é minoritária no Brasil em relação à estatal, mas ainda corresponde a aproximadamente quarenta por cento do total. Nestas condições e mantendo-se a burguesia no controle da grande maioria da riqueza ou estoque de capital existente no país, ela manterá sua condição de classe dominante e reterá os privilégios na repartição da renda correspondentes.

A partir dessas previsões e no âmbito de uma perspectiva socialista cabe a pergunta: valerá a pena lutar pela redemocratização nesses termos? Até que ponto, perguntam os socialistas radicais, será legítima a estratégia de participar com a burguesia de uma frente ampla em nome da democracia? Esta frente, que obviamente está em plena formação, abrange desde conservadores de direita até a esquerda radical. No meio temos os conservadores liberais, os reformistas liberais, os social-democratas e os socialistas democráticos. Só se excluem a direita fascista e a esquerda revolucionária. E continuam a argumentar estes socialistas: valerá a pena lutar pela implantação de uma democracia burguesa, ainda marcada pela

existência de classes dominantes e por um padrão capitalista de acumulação e distribuição? E o argumento prossegue através de uma análise de perspectivas políticas para a esquerda participar do poder, que afinal se reduziriam a duas: ou assume o poder em nome próprio e inicia imediatamente a realização do socialismo, ou participa de um pacto político com a burguesia nos moldes do finado pacto populista dos anos cinqüenta.

Ora, esse tipo de análise deveria ser atribuído com mais propriedade ao socialismo mal-informado do que ao socialismo radical. As correntes socialistas poderiam ser em princípio classificadas em socialismo revolucionário, socialismo democrático e social-democracia. O socialismo revolucionário é constituído pelos grupos radicais que operam na ilegalidade e esperam a revolução socialista a qualquer momento. O socialismo democrático pode ser mais ou menos radical, mas afirma sempre que a socialização dos meios de produção só poderá ser alcançada nos quadros de um sistema democrático através da luta de classe. Os social-democratas, na medida em que são muito moderados em seu reformismo e negam a luta de classes, a rigor, não são socialistas. Representam a burguesia. Também não podem ser chamados de socialistas os stalinistas. Na verdade, representam setores dominados da tecnoburocracia. As dúvidas acima referidas são próprias de um socialismo que oscila entre o socialismo revolucionário e o democrático.

Não há perspectivas para a tomada a curto prazo do poder pelos socialistas no Brasil. O sistema tecnoburocrático-capitalista vigente é dinâmico e relativamente bem estruturado. Por outro lado, falta à esquerda base popular, organização política e unidade de objetivos. Uma revolução socialista no Brasil, nestas condições, se por acaso ocorresse, é provável, seria rapidamente vítima de uma contra-revolução burguesa, ou então se desvirtuaria e se transformaria em uma revolução tecnoburocrática, como aconteceu com a União Soviética. O socialismo só tem condições de vingar quando possui amplas bases populares, que assumiram uma ideologia e mais amplamente uma consciência social socialista.

É por essa mesma falta de base popular que a tomada de poder por vias democráticas é também improvável a curto prazo para o socialismo. A burguesia, hegemônica ideologicamente, controla os meios de comunicação em massa e o sistema de ensino. Tem amplas condições de manter sua hegemonia política.

Isto, entretanto, não significa que os socialistas democráticos devam caminhar para um novo pacto populista com a burguesia. O



populismo é um modelo político superado, que é inútil tentar recuperar. Baseava-se na liderança de uma burguesia nacional, que jamais se concretizou. Tinha como principal objetivo a industrialização, que então se imaginava a panacéia para todos os males do subdesenvolvimento. Sua ideologia era a do desenvolvimento, que colocava em segundo plano a democracia e a redistribuição da renda. Apoiava-se na idéia da liberação e do desenvolvimento nacional sob a liderança da burguesia com o apoio dos trabalhadores contra o jugo da velha oligarquia agrário-mercantil e do imperialismo.

É óbvio que um pacto político dessa natureza perdeu qualquer viabilidade no Brasil. A burguesia industrial e a burguesia agrário-mercantil unificaram-se politicamente, o imperialismo mudou substancialmente através da entrada das empresas multinacionais manufactureiras, com as quais a burguesia local aliou-se desde a primeira hora. A industrialização revelou-se insuficiente para superar o subdesenvolvimento. Verificou-se que o desenvolvimento e o tipo particular de nacionalismo que o acompanhava, afinal, não passavam de ideologias tecnoburocrático-capitalistas adequadas para legitimar um modelo político autoritário e um modelo econômico excludente.

Mas a inviabilidade e indesejabilidade da renovação do pacto populista não implica a impossibilidade de as esquerdas procurarem alianças. A base natural de um partido socialista democrático são os trabalhadores, mas há frações da média burguesia e da tecnoburocracia que se solidarizam crescentemente com as posições de esquerda. Só alguém com posições rigidamente economicistas poderia hoje imaginar um total determinismo de classe, depois de mais de duzentos anos de ideologia liberal e de mais de cem anos de ideologia socialista a influenciar a burguesia. Os movimentos de esquerda em todo o mundo sempre foram constituídos de trabalhadores e de membros das camadas médias, ou seja, da burguesia e nas últimas décadas da tecnoburocracia. Recentemente essa tendência só se tem acentuado, o que provavelmente decorre da superação paulatina do determinismo econômico, na medida em que as ideologias progressistas e basicamente o socialismo vão ganhando as mentes dos setores mais intelectualizados da burguesia e da tecnoburocracia. O campo de expansão de um partido socialista inclui, portanto, não apenas os trabalhadores, mas também as camadas médias onde se localizam estudantes, religiosos, artistas, profissionais liberais, técnicos dos mais variados tipos.

Em um regime redemocratizado, esse partido poderá eventualmente estabelecer alianças como a frente democrática que hoje se esboça, mas é preciso não se iludir. As circunstâncias em que um partido socialista pode estabelecer alianças com partidos burgueses sem se desfigurar são limitadas. O mais provável é que esse partido seja obrigado a permanecer afastado do poder, representado apenas no parlamento e em governos municipais e estaduais, até o momento em que se transforme em um verdadeiro partido de massas com condições para disputar o poder central.

Para o restabelecimento da democracia e a formação de um partido socialista democrático é essencial uma política trabalhista baseada em sindicatos livres. A conquista da liberdade sindical pelos trabalhadores obviamente não é fácil nem será alcançada automaticamente. Os interesses da tecnoburocracia e da burguesia de controlar os sindicatos através do Estado são muito fortes. Mas a liberdade sindical é o complemento essencial da liberdade política, sem a qual não poderá haver desenvolvimento político para o país.

As mudanças no padrão de acumulação, com uma redução na taxa de concentração da renda, provocada por maiores salários e por um orientação das produção para bens de salários mais trabalho-intensivos, será alcançada paulatinamente, mesmo que o partido socialista não esteja no poder. Os partidos burgueses, para se manter no poder em termos democráticos, serão obrigados a atender a reivindicações crescentes dos trabalhadores. A organização sindical e partidária destes possibilitará a aceleração do processo.

É claro que a burguesia e a tecnoburocracia, se se sentirem muito ameaçadas, poderão tentar voltar a um regime autoritário. No momento a burguesia deseja a volta à democracia. E a longo prazo a tendência da burguesia é democrática, na medida em que é uma classe muito ampla e heterogênea, de forma que necessita de um sistema institucionalizado e democrático para dividir o poder entre os seus diversos grupos constituintes. A chamada democracia burguesa tem origem nesse fato e na possibilidade de a burguesia apropriar-se do excedente no mercado através do mecanismo da mais-valia, sem necessidade do recurso direto à violência através do Estado.

Mas uma vez instalada a democracia burguesa, nos países centrais, na primeira metade do século passado, ela foi sendo obrigada a se abrir. A verdadeira democracia burguesa era censitária, só concedia direito de voto aos proprietários, impedia a formação

de sindicatos. A democracia atual não é ainda a democracia plena, mas deixou de ser estritamente burguesa. Na Declaração dos Direitos do Homem das Nações Unidas estão inscritos alguns princípios democráticos que constituem conquista definitiva da humanidade e não mera tradução de interesses da burguesia. Não há democracia sem socialismo, porque a democracia é incompatível com um sistema de classes e privilégios. Mas também não há socialismo sem democracia. Esta já possui uma forma universal e não meramente burguesa ou liberal que se expressa na garantia das liberdades individuais. No respeito aos direitos humanos de caráter político e social, no sistema eleitoral pleno, na hegemonia de uma Constituição votada por representantes do povo que distinga governo, Estado e sociedade civil, na legitimação do governo a partir da sociedade civil. A legitimação do governo a partir do Estado e não da sociedade civil é a ameaça tecnoburocrática por excelência, enquanto que o controle da sociedade civil por uma classe, com a qual ela podia sob muitos aspectos ser identificada no passado, sempre foi a estratégia da burguesia para manter-se no poder. A democratização, para a implantação do socialismo, deve impedir a constituição de um Estado cujos tecnoburocratas se autolegitimem e assumam o governo em nome do Estado, e ao mesmo tempo deve caminhar sempre no sentido de uma abertura e de uma organização comunitária cada vez maior da sociedade civil.

A colocação do problema do socialismo e da democracia nestes termos destina-se a provocar o debate. Não há dúvida de que a democratização é o objetivo prioritário que tem hoje condições de unir a grande maioria da sociedade civil, definida esta nos termos mais amplos possíveis. Mas entre os socialistas é preciso desde já começar a debater francamente os problemas econômicos e políticos centrais do país com vistas ao futuro. Dentro da democracia não há necessidade de clandestinidade, mas sim de debate franco e aberto. Esse debate já começa a ser possível, na medida em que a ruptura entre a burguesia e a tecnoburocracia se aprofunda, e que crescentes parcelas de população — de trabalhadores, empresários, estudantes, militares, intelectuais, funcionários — se unem em torno da idéia de democracia. Em momentos como esse revela-se toda a fragilidade do Estado autoritário que pratica a ditadura em nome da democracia, a concentração da renda em nome do bem-estar do povo, a desorientação e o desconcerto em nome do planejamento e da racionalidade técnica. E é exatamente em momentos como esse, quando um sistema político perde suas bases na

sociedade, que é preciso voltar a pensar no futuro do país em termos concretos. Afinal, democracia e socialismo só se constroem com participação política efetiva.

# Capítulo 5

## A dialética da redemocratização e da “abertura”\*

---

**A** Revolução de 1964, ao instalar no Brasil um regime militar, consolidou no país o capitalismo tecnoburocrático, ou seja, uma formação social predominantemente capitalista mas crescentemente estatal, baseada na aliança da burguesia com a tecnoburocracia estatal. Dez anos mais tarde, em 1974, inicia-se um processo que será inicialmente chamado pelo governo de “distensão”, depois, de “abertura”. Para entendermos esse lento e contraditório processo político, através do qual, durante os anos setenta, vai ser restabelecido parcialmente o regime democrático no Brasil, é preciso que tenhamos uma clara consciência do regime político instalado e da formação social consolidada pela Revolução de 1964.

Cabe entretanto, desde já, assinalar que desde 1974 até o presente o processo político irá se caracterizar pela dialética entre o processo de “abertura” comandado pelo governo e o processo de redemocratização exigido pela sociedade civil. Esses dois processos não são radicalmente contraditórios, mas têm objetivos diversos. Redemocratização, restabelecimento do Estado de direito, é não apenas o processo real do restabelecimento dos direitos individuais e do processo eleitoral, mas também a própria luta democrática da sociedade. “Abertura”, por sua vez, é o processo através do qual o regime militar controla, cedendo e ao mesmo tempo postergando o

(\*) Capítulo IX do livro *Development and Crisis in Brazil: 1930-1983*, Boulder, Colorado, Westview Press, 1984.

mais possível o processo de redemocratização, com o objetivo último de perpetuar-se no poder.

## **A especificidade do novo militarismo brasileiro**

Depois de o regime militar autoritário e modernizante ter sido implantado no Brasil em 1964, em vários outros países latino-americanos estabeleceram-se (e em alguns deles ainda perduram) regimes militares que procuraram copiar o “modelo” brasileiro. Isto levou muitos analistas a colocar no mesmo nível do regime militar brasileiro, de um lado, regimes militares como os da Argentina e do Chile, e de outro, como os do Peru (do general Alvarado) ou do Panamá (do general Torrijos).

De fato, existem alguns pontos em comum entre esses regimes. A característica comum mais importante reside no fato de serem produto do “novo militarismo”, tecnoburocrático e modernizante, latino-americano. Esse novo militarismo opõe-se ao clássico militarismo dos caudilhos, na medida em que é o produto de forças armadas constituídas na forma de organizações burocráticas, e portanto comprometidas com o projeto de racionalidade autoritária e desenvolvimentista. O “novo militar” latino-americano, que começa a se tornar dominante no após-guerra nos países mais avançados da região, é um tecnocrata estatal fardado, que alia à racionalidade desenvolvimentista o autoritarismo baseado no conceito de segurança nacional. Nesses termos, ele distingue-se claramente dos velhos caudilhos latino-americanos, orientados exclusivamente para a manutenção das oligarquias agrário-mercantis (das quais são parte) no poder.<sup>1</sup>

Apesar dessa semelhança básica, não há dúvida de que, enquanto o regime militar brasileiro alcançou um certo “êxito” (afinal, mantém-se no poder há mais de 18 anos e, embora tenha, por fim, desembocado em uma grande crise, logrou nesse período alcançar elevadas taxas de crescimento econômico), o regime militar peruano já fracassou e foi liquidado, e o argentino e o chileno estão levando seus respectivos países a uma situação gravíssima de desindustrialização e retrocesso econômico.

(1) Examinei o caráter tecnoburocrático do novo militarismo latino-americano em 1972 em “A Emergência da Tecnoburocracia” (ensaio reproduzido em Bresser Pereira (1981c) e depois em Bresser Pereira (1977a).

O fracasso desses regimes, quando comparado com o brasileiro, pode ser explicado de várias maneiras. No caso da Argentina e do Chile, é sem dúvida importante salientar que a existência de um grande exército industrial de reserva constituído de subempregados dificultava o processo de concentração de renda e acumulação de capital. No caso do Peru, o regime militar assumiu o poder quando o país contava com uma base industrial ainda muito débil.

Mas a diferença fundamental reside nas alianças de classe estabelecidas em cada país. Enquanto no Peru a tecnoburocracia militar tenta um projeto autônomo (e um pouco mais tarde, através do SINAMOS, busca infrutiferamente apoiar-se nas massas populares), e na Argentina e no Chile alia-se a suas velhas burguesias agrário-mercantis ligeiramente modernizadas pelo lado do capital financeiro, no Brasil a tecnoburocracia militar vai buscar apoio diretamente no moderno capital industrial e bancário.

A aliança da tecnoburocracia militar com o capital industrial foi o fator fundamental a dar especificidade (e força política) ao regime militar brasileiro, diferenciando-o dos demais regimes militares latino-americanos. Esta aliança não se torna bem definida até aproximadamente 1967. Os militares, sob a influência da UDN, procuram inicialmente, de um lado, aliar-se à tecnoburocracia civil estatal, e, de outro, encontrar apoio nas classes médias pequeno-burguesas (tradicionais) e na burguesia agrário-mercantil. Mas logo percebem que a força estava com o capital industrial e com o capital bancário, e a ambos se aliam de forma decisiva.

Na verdade, a tecnoburocracia militar não tem condições de apoiar-se apenas em si mesma ou mesmo nas novas classes médias assalariadas.<sup>2</sup> Para manter-se no poder não lhe resta outra alternativa senão aliar-se às classes dominantes burguesas. Quando ela deixa de fazê-lo, como foi o caso do Peru, fracassa em prazo relativamente curto. Mas é importante saber com que fração da burguesia e tecnoburocracia se alia. Quando ela se alia à burguesia agrário-mercantil, ou seja, a uma fração de classe retrógrada,

(2) A expressão classe média "assalariada" como sinônimo de classe média tecnoburocrática constitui uma imprecisão, já que seus membros recebem ordenados em vez de salários. A inexistência de um adjetivo relativo a ordenados, e a inconveniência de sempre usar a expressão tecnoburocracia (que tem uma conotação depreciativa desnecessária) levaram-me a decidir usar a expressão classes médias assalariadas. Convém lembrar que, além da classe média assalariada ou tecnoburocrática, empregada em organizações públicas ou privadas, temos a classe média burguesa e pequeno-burguesa.

como aconteceu na Argentina e no Chile, pode manter-se por mais tempo no poder, mas não logra promover um verdadeiro processo de acumulação de capital e desenvolvimento.

### **Força e fraqueza do “tripé”**

A aliança da tecnoburocracia militar com o capital industrial e bancário nacional e multinacional, ao mesmo tempo em que define a natureza do regime militar brasileiro, foi a principal causa de seu relativo êxito econômico e político. O Brasil, em 1964, já dispunha de uma burguesia industrial poderosa, responsável pela implantação de um parque industrial integrado. Por outro lado, as empresas multinacionais industriais já estavam solidamente instaladas no Brasil desde os anos cinqüenta. E o capital bancário, que no Brasil serviu de ponte entre o capital mercantil e o industrial, modernizava-se e integrava-se no processo de acumulação.<sup>3</sup>

Essa classe dominante burguesa e multinacional, entretanto, não tem condições de comandar o processo de acumulação no país através dos mecanismos clássicos do mercado e da democracia liberal. A tecnoburocracia estatal, civil e militar, surge assim em 1964 como a força racionalizadora e ordenadora para, perfeitamente aliada àquela burguesia, consolidar o capitalismo estatal<sup>4</sup> no Brasil.

Forma-se assim, entre 1964 e 1968, o pacto político autoritário e excludente do “tripé”, baseado na aliança da tecnoburocracia estatal com a burguesia local e as empresas multinacionais. A força desse pacto reside na circunstância de, sendo tanto o capital local quanto o multinacional já predominantemente industriais, ter a tecnoburocracia militar no poder sabido reconhecer esse fato. Seu caráter excludente traduz-se na exclusão radical, de caráter econômico e político, dos trabalhadores e de amplos setores da classe média assalariada e da pequena burguesia.<sup>5</sup>

(3) Não chamamos o capital bancário de capital financeiro, como é comum fazer, porque entendemos por capital financeiro a fusão do capital bancário com o industrial sob a liderança do primeiro. Ora, isto jamais ocorreu no Brasil.

(4) Entendemos por “capitalismo estatal” ou por “capitalismo de Estado” ou por “capitalismo tecnoburocrático” uma formação social predominantemente capitalista mas crescentemente tecnoburocrática, que se vem generalizando em todos os países capitalistas industrializados.

(5) Já analisávamos criticamente essa aliança do tripé no começo dos anos setenta, juntamente com outros críticos do regime militar. É significativo, entretanto, que seus defensores, como Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen,



Por outro lado, como ficaria patente a partir de 1974, a fraqueza desse pacto reside em dois fatores: de um lado, no seu caráter excludente, já referido, que lhe subtrai representatividade popular; de outro, no fato de que o comando econômico e político cabe à tecnoburocracia estatal (civil e militar) e não à burguesia.

Verificava-se, assim, uma falta de correspondência fundamental entre a formação social, predominantemente capitalista, e o caráter do regime político, predominantemente militar e portanto predominantemente tecnoburocrático. Não obstante a tecnoburocracia militar tenha sabido se aliar ao capital industrial e bancário dominantes, e transformá-los nos grandes beneficiários do sistema, manteve-se politicamente como grupo dirigente inclusive em matéria de política econômica. Essa tutela política dos militares sobre a burguesia constituía-se, assim, em uma contradição essencial que, aliada à sua falta de bases populares mais sólidas, devido a seu caráter excludente, irá desencadear, a partir de 1974, um processo de crise institucional e de parcial redemocratização do país.

### **Os avanços e retrocessos da “abertura”: 1974-1978**

A partir de 1974 inicia-se o processo de transição para a democracia no Brasil, mas em meados de 1982 esse processo estava longe de estar terminado. Nesse sentido, a “abertura” brasileira é um processo político *sui generis*. Os cientistas políticos que estudam a América Latina têm procurado estabelecer relações e analogias entre a transição democrática ocorrida em países como Portugal, Espanha, Grécia, Peru e Brasil. Como no início dos anos setenta estudava-se a natureza dos regimes autoritários, recentemente tornou-se comum entre os cientistas políticos liberais estudar a natureza da transição para a democracia. E procurou-se estabelecer as similitudes. Acontece, entretanto, que a transição brasileira, embora venha ocorrendo, pouco tem a ver com a daqueles países.

Muitas são as razões para a especificidade do caso brasileiro, a começar pelo fato de que naqueles países a transição foi rápida, enquanto no Brasil vem sendo extremamente demorada e contraditória. No caso de Portugal e da Grécia, a transição implicou

---

não hesitavam em também falar explicitamente do tripé, reconhecendo a sua importância para a sustentação do regime.

ruptura da ordem constitucional, no caso da Espanha e do Peru, o processo ocorreu planejadamente, aliás como se pretende no Brasil. Mas nos quatro casos a transição foi relativamente rápida e completa, enquanto no Brasil já dura mais de oito anos.

Na verdade, a “abertura” brasileira, ao mesmo tempo em que é um real processo de transição para a democracia, é uma estratégia de sobrevivência do regime militar autoritário. É um processo contraditório, uma dialética entre as demandas de redemocratização da sociedade civil e a estratégia procrastinatória da “abertura”.

Nesse processo, que decorre através de fases de “abertura” e momentos de fechamento, o regime militar procura sempre atribuir ao processo de redemocratização a característica de uma dádiva. Por outro lado, jogando com o conservadorismo da burguesia, lembra sempre que a abertura tem necessariamente que ser “lenta e gradual”. Caso contrário haverá a ameaça do retrocesso, já que entre os próprios militares seria preciso distinguir entre os “democratas”, geralmente chamados de “castellistas” (em função do primeiro presidente militar, o marechal Castello Branco), e os “duros”. O curioso, entretanto, é que nesse jogo entre “castellistas” e “duros” nunca é possível perceber com clareza quem joga em que time, porque a unidade burocrática do Exército, embora possa sofrer uma ou outra fissura, tem permanecido intocada desde 1964.

Na verdade, essa contradição entre “castellistas” e “duros” é muito mais uma ficção criada pelo próprio regime e sustentada por analistas apressados, do que uma realidade. Os “duros” são sistematicamente usados pelos “democratas” para ameaçar a sociedade civil e manter o regime autoritário. A “abertura” deve ser “lenta e gradual” porque a ameaça do retrocesso parte dos próprios militares que a propõem.

De qualquer forma, depois do período de institucionalização do regime autoritário, entre 1964 e 1968, e do período de rigorosa ditadura militar, entre dezembro de 1968 (quando é promulgado o Ato Institucional nº 5) e o início de 1974 (quando sai da presidência o general Garrastazu Médici), temos, a partir de 1974, o início da “abertura”.<sup>6</sup> Temos então uma primeira fase, ainda em 1974, em que o presidente Geisel fala e faz promessas de “distensão”. Com a

(6) Para uma história do processo de redemocratização, ver o livro pioneiro de Bernardo Kucinski (1982).

derrota do partido do governo nas eleições majoritárias de novembro de 1974 (o MDB obtém 14,5 milhões de votos para seus senadores, contra 10,1 milhões para os candidatos da Arena), entretanto, ocorre uma primeira crise e um primeiro fechamento assinados pela nova onda de cassações de mandatos políticos de abril de 1975. O ano de 1975 será todo ele um ano de crise, marcada, em outubro, pela morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog e pelo culto ecumênico celebrado pelo cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, primeira manifestação de massa contra o regime.

Em janeiro de 1976, a partir da demissão do general Ednardo D'Avilla de Mello do comando do II Exército em São Paulo (sede dos militares torturadores), inicia-se um tímido processo de "abertura". Mas as novas cassações e a aprovação da "Lei Falcão", destinada a limitar a participação na televisão dos candidatos da oposição às eleições municipais de novembro de 1976, mostram que as intenções democratizantes do general Geisel eram muito limitadas.

Em novembro de 1976, nas eleições municipais, apesar da "Lei Falcão", o partido da oposição realiza um novo grande avanço. A resposta autoritária não tarda em surgir. Em abril de 1977 o general Geisel fecha o Congresso durante quatorze dias e promulga uma série de emendas à Carta Constitucional outorgada em 1969, destinadas a garantir para a Arena a maioria no Congresso nas eleições gerais de 1978. A principal medida autoritária é a criação dos senadores "biônicos", eleitos de forma indireta, garantindo automaticamente para a Arena em novembro de 1978 o preenchimento de quase um terço das vagas para o Senado.

Este, entretanto, será, até 1981, o último grande golpe autoritário do regime. A partir do "pacote de abril", os protestos da sociedade civil se multiplicam, a burguesia, que desde 1975 falava contra a estatização, passa a falar diretamente a favor da democracia, a Ordem dos Advogados, os jornalistas, os intelectuais, os estudantes, a Igreja multiplicam manifestos a favor do restabelecimento do estado de direito. Nas eleições de 1978, o MDB voltaria a ser vitorioso no Senado e quase logra a maioria na Câmara dos Deputados. Não restava outra alternativa ao governo senão aceitar a redemocratização e acelerar a "abertura".

O levantamento da censura à imprensa, entre 1977 e 1978, é o primeiro sinal concreto da redemocratização. E afinal, em junho de 1978, o presidente Geisel anuncia o "cronograma da abertura"

como uma forma de influenciar as eleições e os membros do Colégio Eleitoral que escolheriam o novo presidente da República. De acordo com esse cronograma, seu governo terminaria (como de fato terminou) com a passagem do mandato para o sucessor por ele escolhido, o general João Batista Figueiredo, e com a extinção do Ato Institucional n.º 5, que dava poderes ditatoriais ao presidente da República de cassar mandatos, censurar a imprensa e fechar o Congresso.

### **A burguesia rompe o pacto político autoritário**

Com a extinção do AI-5, em 31 de dezembro de 1978, o país dava um grande passo no sentido da redemocratização. Esse passo fora uma clara conquista da sociedade civil, e dentro desta particularmente da classe dominante, a burguesia, que desde o pacote de abril de 1977, abandonara finalmente a postura autoritária e optara pela redemocratização do país.

Enquanto os demais setores da sociedade, os intelectuais de esquerda, os trabalhadores, os estudantes, a Igreja, a classe média assalariada, a pequena burguesia de profissionais liberais vinham há muito exigindo a redemocratização, a posição da burguesia a favor do restabelecimento do estado de direito era um fato novo. Um fato novo e decisivo, que iria transformar-se na causa fundamental da redemocratização.

Uma indicação clara de que a redemocratização foi uma conquista da sociedade civil e a “abertura” é uma estratégia autoritária e não uma estratégia democratizante dos militares, como estes e seus intelectuais orgânicos pretendem sugerir, está no fato de que o “cronograma da abertura” de junho de 1978, em última análise o que propunha à sociedade civil era uma “troca”. Pressionado pela sociedade civil, o governo concorda com a extinção do AI-5, mas exige em troca a garantia da eleição, pelo Colégio Eleitoral, de João Batista Figueiredo, ou seja, a manutenção do mesmo sistema de poder por pelo menos mais seis anos. Por outro lado, um sinal, entre muitos, de que foi a adesão da burguesia à idéia da redemocratização o fato novo que tornou a “abertura” inevitável para o governo está no comportamento dos principais líderes empresariais, que em 26 de junho de 1978 publicam o “manifesto das oito”, intitulado “Primeiro Documento dos Empresá-

rios".<sup>7</sup> Foi essa mudança de posição da burguesia que abriu espaço para os estudantes, os advogados, os trabalhadores e a Igreja se manifestarem mais fortemente a favor de uma redemocratização pela qual vinham lutando há muito tempo.

Na verdade, conforme assinaei em uma série de artigos publicados nos jornais entre 1976 e 1978, o que se verificou especialmente em 1977 foi uma ruptura da aliança entre a burguesia industrial e a tecnoburocracia militar.<sup>8</sup> Nesses artigos procurei prever e analisar sistematicamente o processo de redemocratização a partir dessa idéia básica. Na medida em que estivesse de fato havendo um rompimento, ainda que parcial, do pacto político autoritário de 1964, era possível prever a inevitabilidade da redemocratização do país e analisar suas causas.

A idéia central então desenvolvida era a de que a redemocratização se tornara inevitável. Mas que este fato não se devia a uma mera estratégia do regime militar para recuperar legitimidade, nem era a tendência liberalizante natural de um regime capitalista como o brasileiro, nem era simplesmente fruto das lutas populares a favor da democracia.<sup>9</sup> Embora cada uma dessas explicações tivesse alguma base na realidade, a explicação mais geral e direta estava no fato histórico novo representado pelo rompimento da aliança da burguesia (principalmente industrial) com a tecnoburocracia estatal e na definição de um projeto de hegemonia política por parte dessa classe. Forma-se então um "pacto social democrático" ao nível da sociedade civil, que levará à redemocratização do país. Nesse processo, o rompimento do pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático de 1964 era o fato novo essencial, na medida em que era da solidez dessa aliança da tecnoburocracia militar com a burguesia (principalmente industrial) que dependia a solidez do regime autoritário. As lutas populares realizadas por trabalhadores, estudan-

(7) Uma análise desse documento encontra-se em Fernando Motta (1979). O último capítulo desse livro é uma competente análise da "abertura" e do papel dos empresários nesse processo.

(8) Esses artigos foram reunidos e sistematizados em Bresser Pereira (1978) e receberam comentários e críticas especialmente de Bolivar Lamounier (1980).

(9) A "abertura" como uma estratégia do regime para recuperar legitimidade é defendida, por exemplo, por Roberto Campos (1979). A "abertura" como uma tendência "natural" do capitalismo é a interpretação preferida pela burguesia liberal. Já a hipótese das lutas populares é defendida (embora jamais sistematizada) por analistas envolvidos diretamente nessas lutas. Embora esta última interpretação seja claramente insuficiente, é preciso salientar, conforme demonstrou cabalmente Goran Therborn (1977), que o surgimento das atuais democracias dependeu decisivamente das lutas dos trabalhadores.

tes, intelectuais, comunidades eclesiais de base, em favor da democracia foram sem dúvida importantes. Mas o fato histórico novo e decisivo foi a adesão de amplos setores da burguesia à idéia de redemocratização.<sup>10</sup>

## **Burguesia e autoritarismo**

A hipótese de que a causa fundamental da redemocratização está no rompimento do pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático por parte da burguesia — particularmente da burguesia industrial e da pequena burguesia de profissionais liberais — parte de um pressuposto básico: ainda que essa classe possua uma longa história de compromissos com o autoritarismo, é errôneo acreditar que ela seja necessária ou intrinsecamente autoritária. Já não faz sentido para uma sociedade capitalista e industrializada como a brasileira a hipótese segundo a qual as únicas alternativas existentes são socialismo ou fascismo. Essa hipótese foi defendida na América Latina pelos autores de “interpretação da superexploração imperialista”, a partir da idéia de que, dada a exploração a que os países latino-americanos estão sujeitos pelos países centrais, não restaria outra alternativa às burguesias locais senão superexplorar autoritariamente, de forma fascista, os trabalhadores.

Na verdade, essa interpretação exagera a exploração imperialista existente sobre países que já alcançaram um nível de industrialização como o brasileiro, ignorando que a capacidade de o imperialismo extrair excedente dos países periféricos tende a diminuir na medida em que esses países se industrializem e definam objetivos nacionais próprios. Ou, em outras palavras, essa interpretação não distingue o velho imperialismo primário exportador da nova dependência via empresas multinacionais industriais. Nem percebe que em uma sociedade industrializada como a brasileira a luta de classes já tem precedência sobre a luta antiimperialista.<sup>11</sup>

Quem é intrinsecamente autoritária é a fração mercantil (especulativa e latifundiária) da burguesia brasileira, que sempre

(10) É preciso, aliás, salientar que os países capitalistas centrais jamais teriam alcançado os níveis de democracia que alcançaram se fossem depender apenas da vontade da burguesia. Nesses países, as lutas populares foram essenciais para a democracia.

(11) Examinei mais extensamente esse problema no primeiro capítulo deste livro

dependeu dos mecanismos da acumulação primitiva para apropriar-se do excedente econômico. Essa burguesia mercantil, que ainda domina muitos estados do Nordeste e do Centro-Oeste brasileiro, é e sempre foi autoritária, porque precisa de um Estado forte para acumular.

Já a burguesia industrial, embora esteja muito longe de não depender do Estado, não é necessariamente autoritária por um motivo estrutural: seu mecanismo básico de apropriação do excedente é a mais-valia. O lucro do empresário realiza-se, assim, no mercado, através da clássica troca de equivalentes, em que os trabalhadores vendem sua força de trabalho e os capitalistas vendem suas mercadorias no mercado pelos seus respectivos valores. Foi o domínio do mecanismo da mais-valia como processo de apropriação do excedente que permitiu que as sociedades capitalistas centrais se democratizassem durante o século XIX. É esse mesmo processo que permite agora que um país em avançado estágio de industrialização como o Brasil também tenha uma burguesia industrial não necessariamente comprometida com o autoritarismo.

Em segundo lugar, a burguesia industrial tende também a adotar ou a aceitar, quando pressionada pelas classes populares, uma postura democrática, porque é uma classe dominante muito grande, muito numerosa, que necessita de mecanismos institucionalizados de alternância no poder dos diversos grupos e frações em que naturalmente tende a se dividir.

A burguesia industrial é, por natureza, uma classe heterogênea e desunida, que só se une e se torna autoritária quando gravemente ameaçada. Por outro lado, a democracia é um mecanismo institucional que, dada a hegemonia ideológica da burguesia, permite que o poder transite entre as diversas frações da burguesia sem colocar em risco, mesmo quando sobe ao poder um partido de esquerda, a própria hegemonia ideológica e o caráter dominante da classe burguesa.

## **A perda de legitimidade do regime militar**

Aceitos esses pressupostos, agora é preciso entender por que a burguesia começa em 1975 a romper sua aliança autoritária com a tecnoburocracia através da campanha contra a estatização e completa esse rompimento (parcial) em 1977, propiciando, afinal, a extinção do AI-5.

A causa fundamental da mudança de posição política da burguesia é a crescente perda de legitimidade do regime militar perante a sociedade civil, já a partir do início dos anos setenta. O regime militar brasileiro nunca foi representativo, e naturalmente jamais foi democrático, mas gozou de legitimidade até aproximadamente 1974 na medida em que contava com o apoio da classe com maior peso na sociedade civil: a burguesia.<sup>12</sup> Esta legitimidade estava baseada em dois fatores: o medo da burguesia de uma revolução de esquerda no Brasil e o êxito econômico do regime. A ameaça de “subversão comunista” foi o fator fundamental para justificar o golpe de estado de 1964, na medida em que a burguesia estava de fato atemorizada; o êxito econômico do “milagre”, a justificativa subsequente do autoritarismo brasileiro.

No começo dos anos setenta, os últimos focos de guerrilha foram eliminados. A esquerda tornou-se extremamente cautelosa e assumiu a bandeira da defesa da democracia, com um vigor muito maior do que no período populista. A burguesia perdeu o medo da subversão, retirando imediatamente grande parte da legitimidade do sistema autoritário.

Por outro lado, a desaceleração econômica, a partir de 1974, revela que a onipotência tecnoburocrática dos dirigentes econômicos era falsa. E finalmente em 1976, quando o grandioso II PND é abandonado, fica absolutamente patente não apenas a incapacidade de a tecnoburocracia estatal se sobrepor aos movimentos do ciclo, mas também a sua imensa capacidade de cometer grandes erros de cálculo econômico. A legitimidade desenvolvimentista da tecnoburocracia estatal é assim gravemente abalada.

Desaparecidas as bases de legitimação do regime autoritário, começam a ficar a nu as suas falhas mais gritantes: o próprio autoritarismo e a concentração de renda, esta última comprovada pelos dados do senso e amplamente analisada pelos economistas críticos do governo. A denúncia da ditadura e da concentração de renda são as duas bandeiras da oposição nas eleições de 1974. E o resultado é a grande derrota da Arena, tomada inteiramente de surpresa, porque até alguns meses antes das eleições seus dirigentes, baseados

(12) “Legitimidade” é aqui entendida como o apoio da sociedade civil, diferentemente de “representatividade”, que é o apoio do povo. “Sociedade civil”, por sua vez, é aqui definida como sendo a população organizada e ponderada pelos respectivos poderes políticos das classes, frações de classes, grupos e instituições que a compõem, diferentemente de “povo”, que é o conjunto de cidadãos iguais perante a lei.



nas eleições de 1970, acreditaram que seu destino era se transformar no PRI brasileiro.

A derrota nas eleições majoritárias para o Senado, em novembro de 1974, foi um golpe mortal na legitimidade do regime, na medida em que tornava patente sua falta de representatividade.<sup>13</sup>

E não é por acaso que a campanha da burguesia contra a estatização tem início em dezembro de 1974, quando o economista liberal Eugênio Gudín, pai da ortodoxia neoclássica no Brasil, faz a denúncia do processo de crescimento das empresas estatais. A denúncia era fortemente exagerada e não reconhecia o fato evidente de que o crescimento das empresas estatais fora rigorosamente orientado para estimular (e jamais para competir) com a acumulação privada. De qualquer forma, a denúncia repercute. Transforma-se em campanha política — primeira manifestação de oposição ao regime por parte da burguesia desde 1964. Na verdade a burguesia, diante da perda de legitimidade do regime militar, estava pronta para ouvir acusações contra ele. E uma crítica de corte liberal clássico, como a denúncia de estatização, era especialmente bem-vinda. Combatendo a estatização, a burguesia manifestava sua insatisfação com a tutela tecnoburocrática.

Essa tutela era agora cada vez mais difícil de ser aceita em face da redução do crescimento de excedente disponível para ser dividido na forma de lucros dos capitalistas e ordenados dos tecnoburocratas. Esta redução da taxa de crescimento do excedente originava-se, de um lado, da redução da taxa de crescimento do PIB por habitante, e de outro, no fato de que a taxa de salários dos trabalhadores deixa de ser reduzida e chega mesmo a crescer devido à mudança de política salarial após as eleições de novembro de 1974.<sup>14</sup> Isto significa que a partir daquele momento a taxa de lucro tenderia a declinar.

(13) Conforme, entretanto, observa corretamente Bolívar Lamounier, é errôneo considerar as eleições de 1974 como “um grande acidente”, a partir do qual começa a “abertura”. Na verdade, o governo já vinha percebendo anteriormente a erosão de sua legitimidade, e “a eleição realizou-se dentro de um processo de abertura que já se havia iniciado” (em Bolívar Lamounier e Jorge Eduardo Faria (1981), p. 39). Paulo Kriscke (1982) observa, aliás, que “o regime trata de antecipar-se às oposições políticas e aos efeitos das contradições sociais, sempre que possível”.

(14) Excedente é aqui entendido como a produção que excede o consumo necessário, o qual, por sua vez, corresponde, em uma economia como a brasileira, ao total de salários. O PIB menos o total de salários é, portanto, igual ao excedente, que, por sua vez, corresponde à soma de lucros, juros, aluguéis dos capitalistas e (altos) ordenados dos trabalhadores.

Em uma economia capitalista, a redução da taxa de lucro na desaceleração cíclica é um fenômeno normal. No caso da economia brasileira, entretanto, o fato de se tratar de uma economia fortemente estatizada, na qual a influência do Estado na repartição do excedente é muito grande, dava ao fenômeno uma imediata conotação política. Enquanto o PIB crescia a taxas superiores a 10%, as eventuais e necessárias arbitrariedades da tutela estatal na repartição do excedente eram aceitáveis. Se algumas empresas recebiam maiores encomendas, se um setor industrial recebia mais subsídios, se determinados empresários recebiam maiores favores, tudo isso era admissível na medida em que todos estavam realizando grandes lucros. Agora, porém, quando o excedente se reduzia relativamente, a arbitrariedade da tutela tecnoburocrática tornava-se muito mais inaceitável. Já a campanha contra a estatização, em 1975, tinha, entre outros, um claro sentido de protesto e de cautela contra os favorecimentos que certamente viriam com os grandes projetos do II PND. Em contrapartida, quando este é abandonado, no segundo semestre de 1976, são os empresários da indústria de bens de capital e insumos básicos, que mais haviam se beneficiado pelo II PND e agora deixavam de sê-lo, aqueles que irão formar o núcleo de oposição empresarial ao regime autoritário.

### **Projeto de hegemonia política da burguesia**

Não são, entretanto, apenas causas negativas relacionadas com a perda de legitimidade do governo que levaram amplos setores da burguesia a romper sua aliança com a tecnoburocracia estatal em 1977 e a apoiar a luta pela redemocratização. Em adição, é preciso considerar que a burguesia formula então um projeto de hegemonia política burguesa — projeto esse que só poderia ser realizado nos quadros de um regime democrático. A burguesia, particularmente a burguesia industrial, quer agora sacudir a tutela militar e assumir o comando da nação. As manifestações dos empresários nesse sentido são então reiteradas. Não basta à burguesia ser a classe economicamente dominante, quer também ser politicamente dirigente.

Esse projeto, embora algo ingênuo da parte dos empresários na medida em que pretendia estabelecer uma relação linear entre dominação econômica e dominação política, tinha, no entanto, sólidas bases na realidade. A acumulação de capital realizava-se no

Brasil em ritmo acelerado desde os anos trinta. Em consequência, uma imensa burguesia empresarial, constituída de pequenos, médios e grandes industriais, agricultores, comerciantes, prestadores de serviços de toda natureza formou-se no país, substituindo cada vez mais a velha burguesia latifundiária e mercantil. Ao lado dessa burguesia empresarial surgiu também, embora em dimensões menores, uma burguesia rentista, vivendo de juros, aluguéis e dividendos. E toda essa burguesia passava agora a ser portadora da ideologia capitalista clássica: liberalismo econômico e político, individualismo, defesa da “iniciativa privada” como único regime compatível com a democracia, valorização da atividade empresarial e do lucro.

Além de assumir muito mais diretamente os valores políticos inerentes à sua própria classe, a burguesia brasileira conseguiu, finalmente, hegemonia ideológica sobre a sociedade. Ou seja, logrou que aquelas idéias em grande parte se impusessem às demais classes, inclusive à classe média tecnoburocrática. Esta possui sua própria ideologia apoiada na racionalidade técnica, no planejamento e no desenvolvimento econômico. Mas, apesar da importância dessas idéias nas sociedades modernas, e da crescente penetração no Brasil de valores socialistas dos mais variados matizes (cristão, marxista, social-democrata...), não há dúvida alguma sobre o amplo domínio dos valores burgueses. Um sintoma entre muitos desse fato está na transformação dos empresários mais conhecidos nos novos “heróis” da sociedade brasileira, disputando com os governantes, os políticos de oposição e os artistas o foco das atenções da imprensa.

Esta hegemonia ideológica da burguesia, mantida pelo controle dos jornais, do rádio e da televisão, e do sistema escolar em todos os níveis, não apenas deu segurança à burguesia de que o jogo democrático de alternância no poder pode ser jogado sem maiores riscos para ela, mas também lhe permitiu um projeto de hegemonia não apenas ideológica mas também política.

Este projeto, apesar de uma série de contratemplos, está até hoje em marcha. E provavelmente é o principal fator a manter a burguesia interessada em uma redemocratização mais completa da sociedade.

## O pacto social democrático de 1977

A rigor, a aceleração do processo de redemocratização a partir de 1977, culminando com a extinção do AI-5, foi fruto do que chamei de “pacto social democrático de 1977”.<sup>15</sup> Através desse pacto tácito, informal, a sociedade civil estabeleceu, acima da luta de classes, aquela unidade básica que tornou possível a redemocratização parcial do país. Não se tratou de um pacto político, já que não envolveu partidos nem implicou uma estratégia de tomada do poder, mas de um fenômeno mais amplo e mais geral que estou chamando de pacto social. Todas as sociedades democráticas, independentemente da luta de classes que nelas se desenrola, estão baseadas em um pacto social do tipo tacitamente estabelecido no Brasil em 1977.

Esse pacto estava baseado em três princípios básicos: 1) redemocratização, que interessava a todas as classes; 2) manutenção do capitalismo, que interessava à burguesia; 3) moderada distribuição de renda, que interessava aos trabalhadores e às esquerdas.

Nesse pacto, a redemocratização não apenas interessava a todos ou à grande maioria, mas agora tornava-se uma conquista dessa maioria. Interessava, sem dúvida, aos trabalhadores, aos intelectuais, às classes médias assalariadas ou tecnoburocráticas. E mais recentemente passara a coincidir com os interesses da burguesia em quase todos os seus níveis (pequena, média e mesmo grande burguesia), e em quase todas as suas frações, com exceção da burguesia mercantil especulativa. Esta, formada pela velha burguesia agrário-mercantil e pela nova grande burguesia diretamente dependente das encomendas e dos subsídios do Estado, continuava autoritária, juntamente com a pequena tecnoburocracia civil e militar no poder e com frações minoritárias de todas as classes. Eram estes os setores sociais que continuavam a apoiar o partido político do governo, então Arena, hoje PDS.

O princípio de manutenção do capitalismo fez parte do pacto social democrático de 1977 de forma praticamente automática. Apenas em um momento na história do Brasil, no período imediatamente anterior a 1964, as esquerdas acreditaram que poderiam chegar ao poder no Brasil. Eram imaturas e estavam enganadas. Em 1977, porém, diante da manifesta hegemonia ideológica bur-

(15) Conforme Bresser Pereira (1981a) e (1981b).

guesa, estava claro para as esquerdas que o capitalismo seria mantido pelo menos a médio prazo no Brasil. Era, portanto, natural deixar a revolução para depois e colocar como prioridade absoluta a redemocratização.

Quanto ao princípio de moderada redistribuição de renda, ele se impôs inclusive para a burguesia diante da evidência da enorme concentração de renda existente no Brasil. Não apenas a renda se concentrava fortemente desde 1960, conforme os estudos estatísticos tornaram claro, mas também o grau de concentração de renda no Brasil, quando comparado com o dos demais países capitalistas, desenvolvidos e subdesenvolvidos, revelava ser um dos maiores do mundo.<sup>16</sup> Diante da denúncia, por parte das esquerdas, dessa concentração, desde o início dos anos setenta, tornara-se aceitável para a grande maioria da burguesia a idéia de que era preciso fazer alguma coisa, especialmente na área da política salarial, no sentido de ir desconcentrando aos poucos a renda.<sup>17</sup>

### **Refluxo conservador da burguesia: 1979**

Entretanto, uma vez eleito pelo Colegio Eleitoral o presidente Figueiredo, e extinto o AI-5, ainda que algumas etapas da abertura continuem a se cumprir (a anistia, em 1979, e o estabelecimento, em seguida, do voto direto para governadores dos estados nas eleições gerais a serem realizadas em novembro de 1982), tem início, ainda em 1979, um processo de recomposição da direita no Brasil, que irá enfraquecer e, quem sabe, paralisar o processo de redemocratização. Ocorre então um refluxo da burguesia, que volta a restabelecer, ainda que em termos muito mais débeis e provisórios,

(16) Um estudo publicado pelo Banco Mundial, em 1980, comparando a participação das famílias 10% mais ricas na renda nacional de 32 países capitalistas, apresentou o Brasil com o maior índice de concentração (50,6%) e a Suécia com o mais baixo (21,3%). Da lista constavam, além de países desenvolvidos, países latino-americanos, asiáticos e africanos.

(17) A título de exemplo, vale aqui reproduzir as palavras de um dos seus representantes mais insuspeitos, Roberto Campos (1979): "A preocupação com a distribuição de renda brota de uma nova percepção de fatores políticos, éticos e econômicos. No plano político é preciso reter e recapturar a lealdade das massas... no plano ético, há a percepção cada vez maior do absurdo contraste entre o consumo ostentatório de certas elites e a abjeção da pobreza absoluta; no plano econômico, a continuidade da expansão exige o fortalecimento do mercado interno de consumo de massa para atingir escalas ótimas de produção".

sua aliança com a tecnoburocracia estatal agora personificada no presidente Figueiredo.<sup>18</sup>

Há vários motivos para o retrocesso da burguesia. Em primeiro lugar, com a extinção dos poderes excepcionais do presidente, a meta ou a etapa mais importante do processo de redemocratização se completava. Para uma boa parte da burguesia, formada nos princípios do autoritarismo, já se havia alcançado a democracia necessária ou possível.

Por outro lado, a eleição do novo presidente foi, afinal, uma vitória do regime militar. A oposição democrática acreditou durante um certo momento que, apoiada na pressão democrática da sociedade civil, conseguiria conquistar os valores de uma parte dos deputados e senadores da Arena, e assim eleger o seu candidato à presidência, general Euler Bentes, nas eleições indiretas. O governo, entretanto, contra-atacou: formulou o “cronograma da abertura” e fez ameaças de novo fechamento caso fosse derrotado. Seja por essa estratégia do governo, seja porque o candidato do MBD era também um militar, que não logrou dividir os militares (pelo contrário, uniu-os) nem conseguiu sensibilizar a burguesia, o fato é que esta acomodou-se. E o presidente Figueiredo foi obedientemente eleito pelo Colégio Eleitoral.

Essa eleição significava para a burguesia pelo menos mais seis anos de poder para a mesma tecnoburocracia civil e militar que ocupava em 1964. Dada a grande dependência, principalmente da grande burguesia (e, portanto, de seus principais líderes empresariais), em relação ao Estado, era necessário ou conveniente para a burguesia uma recomposição com a tecnoburocracia governante. A rápida adesão ao governo da nova diretoria da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o mais importante órgão representativo da burguesia no Brasil), eleita em 1980 com grandes expectativas de independência em relação a esse mesmo governo, é uma clara demonstração desse refluxo conservador e autoritário.

Em terceiro lugar, cabe assinalar que o governo, por sua vez, fazia todos os esforços possíveis para agradar à grande burguesia. A designação de Antônio Delfim Netto para o Ministério do Planejamento, em agosto de 1979, teve esse sentido. A manutenção de grandes encomendas das empresas estatais ao setor de bens de capital, e a manutenção de uma extensa gama de subsídios à

(18) Fernando Henrique Cardoso (1979) percebeu esse fato e o denominou, muito apropriadamente, uma “fronda conservadora”.

acumulação de capital, quando o déficit orçamentário global do Estado alcançava níveis sem precedentes e realimentava uma inflação também sem precedentes, são outras demonstrações do empenho do governo em agradar à burguesia. Em 1981, quando uma recessão torna-se inevitável em face dos erros de política econômica, a burguesia industrial é a principal sacrificada, mas a burguesia financeira é amplamente beneficiada. E mesmo ao nível da burguesia industrial, os setores monopolistas, controlados pelo capital multinacional e pela burguesia local, logram aumentar suas margens de lucro durante a recessão e conseguem, afinal, lucros compensadores, conforme indicam suas demonstrações financeiras publicadas durante o primeiro semestre de 1982.

Além disso, o presidente multiplica suas viagens ao exterior. Nessas viagens convida uma curiosa corte de empresários. A justificativa formal para o convite é a possibilidade de se realizarem contatos comerciais. Na verdade, por parte do governo, é uma forma de relações públicas, e por parte dos empresários uma maneira de homenagearem e manifestarem sua submissão formal ao presidente.

Em quarto lugar, o parcial realinhamento da burguesia com o governo explica-se pela grande dimensão das manifestações sindicais ocorridas em 1978, 1979 e 1980. Especialmente no ABC, nos dois últimos anos, grandes greves ocorrem sob a liderança de Luiz Ignácio da Silva, o Lula. Estas greves, embora realizadas sem o emprego de nenhuma violência, surpreenderam e assustaram a burguesia. Esta afirmava-se disposta a realizar negociações diretas com os trabalhadores e aceitar que fizessem greves, mas quando estas se desencadearam e revelaram grande determinação por parte dos trabalhadores, a burguesia amedrontou-se e afinal apoiou-se nos poderes do governo para reprimir as greves.

### **Novo quadro partidário e novo fechamento — 1980-1982**

Nos quadros desse refluxo conservador da burguesia, o governo sentiu-se suficientemente forte para dissolver autoritariamente o partido da oposição, quando o democrático seria simplesmente permitir que novos partidos fossem criados. Desenrola-se, então, uma estratégia de divisão das oposições, bem-sucedida com o surgimento do PMDB, do PP, do PDT, do PTB e do PT, além do PDS.

O PMDB é o continuador do MDB; reúne a média burguesia, as classes médias assalariadas e os trabalhadores. O PP é o partido

liberal democrático que atrai a alta burguesia, mas acaba se fundindo com o PMDB, quando, em novembro de 1981, o governo proíbe as coligações de partidos para eleições majoritárias. O PDT é um partido com projeto social-democrata, com força apenas no Rio Grande do Sul. O PT é o fenômeno político novo, originário da aliança de uma parte dos líderes sindicais com representantes das comunidades eclesiais de base. É um pequeno partido, orientado para o socialismo e a democracia, que divide com o PMDB o apoio dos intelectuais de esquerda. O PDS é o partido autoritário sucessor da Arena, e o PTB, uma força auxiliar do governo.

Por outro lado, em 30 de abril de 1981 ocorre o atentado terrorista do Riocentro, realizado por integrantes do Exército contra uma manifestação de esquerda relativa ao 1.º de maio. O Exército, entretanto, une-se rapidamente em torno dos responsáveis pelo atentado, a partir da presença do comandante do 1.º Exército no sepultamento de um dos envolvidos, e o presidente sente-se sem força para identificar e punir os culpados. É o sinal de que um processo de fechamento se avizinhava, confirmado logo depois pela demissão do general Golbery do Couto e Silva da direção da Casa Civil da Presidência.

O relativo fechamento, apoiado no refluxo da burguesia de 1979 e no episódio do Riocentro de maio de 1981, irá se confirmar através do “pacote eleitoral de novembro de 1981”, onde se estabelece a vinculação total de votos a cada partido, proibindo-se as coligações de partidos. De acordo com esse monstrengo eleitoral, destinado a dividir formalmente as oposições, o eleitor só pode votar em candidatos de um único partido, desde o vereador e o prefeito da cidade, até os deputados, senadores e o governador.

Finalmente, o novo fechamento adquire todos os seus contornos quando, em junho de 1982, o governo, prevendo sua derrota nas eleições de novembro desse ano, apesar de todas as medidas eleitorais tomadas no novembro anterior, decide (1) congelar a Carta Constitucional outorgada em 1969 por uma junta militar, estabelecendo que ela só poderá ser modificada por maioria de dois terços, e (2) estabelecer uma nova forma de composição do Colégio Eleitoral, que elegerá o presidente da República em janeiro de 1985, assegurando maior peso para os pequenos estados (que o PDS espera controlar), e assim violentando gravemente o princípio da representatividade.



## **1982: perspectivas eleitorais e novo populismo**

Neste quadro de relativo fechamento e de expectativa de uma vitória eleitoral das oposições nas eleições de novembro é que deve ser entendido o ano de 1982. De um lado, o PMDE surge como uma alternativa de poder, e denuncia a ilegitimidade, o autoritarismo, a corrupção e a incompetência do governo. De outro, o PDS assume uma posição cada vez mais populista, tentando alcançar algum apoio popular, ao mesmo tempo que o governo adota as medidas autoritárias já analisadas.

Neste quadro, caso se confirme a vitória das oposições nas eleições de novembro de 1982, e elas obtenham a maioria na Câmara dos Deputados e elejam os governadores em diversos estados importantes, é claro que se podem esperar momentos de turbulência política em 1983. Não bastasse o autoritarismo do regime militar, que quer perpetuar-se no poder, apesar de ter perdido legitimidade e representatividade, há ainda a considerar que o país atravessa uma grave crise econômica. E se houve um refluxo conservador da burguesia, este refluxo não significou o restabelecimento da aliança de 1964.

Por outro lado, é preciso reconhecer que, através desses anos, o PMDB foi-se constituindo em uma alternativa válida de poder no Brasil, na medida em que evitava qualquer radicalização de esquerda. A fusão com o PP foi um passo importante nesse sentido. Hoje o PMDB é um partido multiclassista, de massas, que congrega os setores progressistas da burguesia e das classes médias assalariadas, além de amplos contingentes de trabalhadores. Ora, a existência de uma alternativa válida de poder é uma condição essencial para que o regime militar autoritário seja superado, fazendo com que, afinal, na dialética entre a abertura e a redemocratização, a balança, afinal, penda no sentido da redemocratização.

Mas não é certa a vitória das oposições nas eleições de novembro de 1982. Além das medidas discriminatórias de caráter eleitoral, o governo vem jogando todo o peso de sua "máquina" na obtenção de votos. Todas as repartições públicas e empresas estatais não apenas realizam imensas despesas de propaganda a favor dos governantes, mas também favorecem de todas as formas possíveis os candidatos do PDS.

Por outro lado, o governo, desde 1979, percebendo que só uma mudança efetiva no plano social poderia dar ao seu partido eventual popularidade, realizou essa mudança, definindo uma

nova forma de populismo autoritário. Não é apenas o presidente Figueiredo que procura mudar sua imagem de ex-dirigente do SNI (Sistema Nacional de Informações). Mais importante é a implantação de uma política social populista apoiada na lei salarial de 1979, no aumento da distribuição de terras a posseiros através do Instituto Nacional de Reforma Agrária (obviamente, sem realizar qualquer reforma agrária), na redução para cinco anos do prazo de usucapião de terras ocupadas por posseiros, nos subsídios à agricultura e no aumento das despesas de consumo social, particularmente em habitação e eletrificação urbana e rural.

## Conclusão

Sejam, entretanto, quais forem os resultados das eleições de novembro de 1982, o que é importante assinalar é que o processo de redemocratização ainda não se completou no Brasil. Privado de poderes excepcionais, o governo continua a ameaçar a sociedade civil com o seu restabelecimento, ao mesmo tempo que usa da sua maioria no Congresso para ditar leis abertamente discriminatórias contra a oposição.

O caminho realizado até aqui, entretanto, foi real. Houve, de fato, um processo de redemocratização, cujas causas e dinâmica procuramos esclarecer neste trabalho. É preciso ficar claro, entretanto, que a interpretação que aqui expusemos não se confunde (1) com a interpretação estratégico-autoritária, nem (2) com a interpretação liberal-burguesa, nem (3) com a interpretação popular-basista. Em outras palavras, a redemocratização parcial não foi (1) o resultado de uma mera estratégia de sobrevivência do regime militar, nem (2) a evolução natural de uma sociedade capitalista que tende a se democratizar, nem (3) a consequência das lutas populares a favor da democracia.

A interpretação que agora resumimos, e que foi em grande parte formulada enquanto o processo de redemocratização ocorria, tem diversos pontos em comum com essas interpretações, mas, de um lado, dá ênfase à ruptura da aliança tecnoburocrático-burguesa e ao surgimento de um projeto de hegemonia política da burguesia, e de outro assinala a existência de um pacto social democrático tácito firmado em 1977 e até hoje vigente, apesar de todas suas dificuldades. São esses fatos novos, ocorridos em quadro de progressiva perda de legitimidade do regime militar, que explicam a rede-

mocratização. Sua dinâmica, por sua vez, resumiu-se até agora em uma permanente dialética entre as demandas da sociedade civil de aprofundar a redemocratização e a estratégia do governo de controlar e postergar a “abertura”.

# Capítulo 6

## Os limites da “abertura” e a sociedade civil\*

---

**E**m meados de 1983, depois da derrota parcial e confusa do governo nas eleições de novembro de 1982, e depois do aprofundamento da crise econômica brasileira nos quadros da crise financeira internacional desencadeada a partir de setembro de 1982, o regime político tecnoburocrático-capitalista implantado no Brasil em 1964 vive um momento de aprofundamento da sua própria crise e de impasse político.

A crise da aliança tecnoburocrático-capitalista e, portanto, do regime militar autoritário brasileiro teve início em 1975 com a campanha da burguesia contra a estatização; agravou-se depois do pacote de medidas autoritárias de abril de 1977; amainou com as medidas de abertura política, culminadas com a extinção do Ato Institucional nº 5, que conferia poderes discriminatórios ao presidente da República, e com a capacidade que teve afinal o presidente Ernesto Geisel de fazer seu sucessor, o presidente João Figueiredo, no final de 1978; continuou em fogo brando nos dois primeiros anos do governo Figueiredo graças às novas medidas de abertura política — a anistia e as eleições diretas para os governos dos estados — e devido ao relativo fracasso, enquanto movimento político,

(\*) Comunicação apresentada no painel “The Brazilian Democratic Opening” durante o XI International Congress of the Latin American Studies Association, realizado na cidade do México, de 29 de setembro a 1 de outubro de 1983. Publicado na *Revista de Administração de Empresas*, vol. 23, nº 4, outubro-dezembro/1983.

das grandes greves de 1979 e 1980 em São Paulo; agravou-se novamente em 1981 com a incapacidade do presidente Figueiredo de fazer frente aos grupos militares de extrema direita envolvidos no episódio da explosão no Riocentro, e continuou agravando-se em 1982, com a criação de casuísmos eleitorais para evitar a vitória completa das oposições nas eleições do final de 1982. E agora, depois das eleições e da submissão do governo brasileiro às exigências ou “condicionalidades” do Fundo Monetário Internacional, esta crise alcança seu auge.

Na verdade, desde o início de 1983 já estava claro que o Brasil vivia sua maior crise desde 1963-64. Trata-se, sem dúvida, de uma crise muito diferente, na medida em que naquele momento a burguesia, sentindo-se ameaçada pelo próprio presidente, uniu-se contra o governo e foi buscar apoio nas Forças Armadas. Agora toda a sociedade sentia-se ameaçada, mas não há um “culpado” específico a ser atacado, nem um “agente salvador” (as Forças Armadas) a ser convocado.

Os economistas e os empresários, envolvidos no dia-a-dia da atividade econômica, pensam que a crise é fundamentalmente econômica. E, de fato, o componente econômico da crise é pesado: insolvência externa, estagnação interna, falências, desemprego, maxidesvalorização beneficiando uns poucos em prejuízo de muitos, a efetiva paralisação do governo em matéria de política econômica são alguns dos elementos da crise econômica.

Outros podem pensar que se trata de uma crise moral. Os escândalos se sucedem, e a grande imprensa (e não apenas a imprensa alternativa, dotada de baixa credibilidade, os denuncia de forma implacável e competente.<sup>1</sup>

Na verdade, a crise econômica e a crise moral são apenas aspectos de uma crise maior — a crise político-institucional. O que está em crise hoje no Brasil é o regime autoritário e, em segundo lugar, o padrão de acumulação, baseado na concentração de renda e no envidadamento externo, que o acompanhou. Esta é a crise fundamental, pelo simples motivo de que só o encaminhamento da sua solução poderá reunificar a sociedade civil, ou seja, poderá dar conteúdo a um pacto social-democrático entre a burguesia, a classe média assalariada e os trabalhadores.

Esse pacto, entretanto, só poderá formar-se e garantir a estabilidade básica do regime se este for alterado: democratizado. E

(1) Ver, a respeito, José Carlos de Assis (1983).

esta democratização passa por uma questão fundamental: a eleição do novo presidente da República.

A notícia de que o novo presidente será um civil não resolve em nada o problema. Ninguém escolhido por esse Colégio Eleitoral poderá servir de base àquele mínimo de consenso que um pacto social-democrático exige. Sem uma reforma constitucional que mude a forma de escolha do presidente, a crise institucional só se agravará em todos os planos: econômico, moral e propriamente político.<sup>2</sup>

É certo que as instituições continuam funcionando normalmente. E é certo também que não há nem perspectiva de um novo golpe militar nem de uma sublevação dos trabalhadores ou das massas em geral. Não há, portanto, uma crise aberta, não há um processo revolucionário, de direita ou de esquerda, provocando a desagregação acelerada das instituições. Mas há, da parte de toda a sociedade civil, uma sensação muito clara, primeiro, de que os graves problemas econômicos que o país enfrenta só poderão ser resolvidos no plano político; segundo, de que uma solução política para os problemas do país depende fundamentalmente de um governo com legitimidade política e, portanto, com poder para liderar a sociedade; e, terceiro, de que um governo com essas características, a ser instalado no Brasil no início de 1985, quando termina o mandato do atual presidente, não pode ser uma mera continuidade do regime militar tecnoburocrático-capitalista ainda no poder.

Esta visão, entretanto, não é partilhada pelos próprios membros do governo, que, graças à maioria absoluta que obtiveram no Colégio Eleitoral (52,8%) eleito em novembro de 1982, pretendem eleger indiretamente o novo presidente da República, embora o PDS tenha recebido apenas 41,5% dos votos válidos nas eleições majoritárias para governadores, e 43,2% dos votos válidos nas eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados, conforme demonstra o Quadro 1. Surge, assim, o impasse entre a sociedade civil e o governo: a sociedade ansiosa por eleger um governo com legitimidade que lhe permita enfrentar os graves problemas econômicos; o regime autoritário tecnoburocrático-capitalista, ainda que esvaziado de grande parte do apoio da burguesia e das classes mé-

(2) "Crise do regime", em *Folha de S. Paulo*, 1.3.1983, p. 2. Os seis parágrafos acima constituem praticamente a transcrição desse artigo.

**QUADRO 1**  
**Eleições de 1982**

Partidos	<i>Câmara dos Deputados</i>	<i>Senado</i>	<i>Governos estaduais</i>	<i>Colégio Eleitoral para presidente</i>
	%	%	%	%
PMDB	43,0	43,7	44,0	39,5
PDT	5,8	5,9	6,1	2,0
PTB	4,4	4,6	4,7	4,3
PT	3,6	3,7	3,7	1,3
Subtotal	56,8	57,8	58,5	47,1
PDS	43,2	42,1	41,5	52,8
Total dos votos válidos	100,0	100,0	100,0	100,0
Branco	10,9	10,2	8,3	—
Nulos	4,2	3,3	3,0	—
Total geral	48 455 879	48 746 803	48 188 956	695

dias tecnoburocráticas, que anteriormente representou, pretendendo perpetuar-se no poder a qualquer custo.

Neste artigo não vou fazer novamente uma análise histórica e causal da “abertura”,<sup>3</sup> que culmina no presente impasse. Não vou também tentar compreender a natureza do regime político autoritário brasileiro. Sobre o assunto a bibliografia já é demasiado extensa. Meu objetivo mais limitado é tentar compreender a natureza da crise política atual, ou, o que vem a dar no mesmo, os limites burgueses e tecnoburocráticos para o processo de redemocratização do país.

A questão fundamental que se procurará responder é por que o processo de redemocratização está sendo tão lento. Em trabalhos

(3) Sobre o assunto, ver Bresser Pereira (1984), (1978), (1981a) e (1981b).

anteriores procurei desenvolver a teoria de que a “abertura” resultou de uma demanda da sociedade civil e, mais especificamente, do colapso parcial da aliança entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal ocorrido a partir de 1975. Cabe, entretanto, perguntar por que esse processo vem sendo tão lento. Se a burguesia é a classe dominante, e se essa classe deseja majoritariamente a redemocratização do país, seria razoável esperar que esse processo fosse mais rápido.

Na primeira seção discutirei sumariamente a natureza dos processos de “abertura” e de democratização, distinguindo-os e procurando entender a quem cabe a iniciativa de cada um deles. Na segunda seção examinarei o caráter e as recentes transformações do regime político brasileiro e do pacto social que lhe serve de base. Na terceira seção procurarei definir alguns dos novos conceitos, principalmente o de sociedade civil. Na quarta seção apresentarei duas principais causas da lentidão do processo de redemocratização do país: o autoritarismo da tecnoburocracia estatal e o autoritarismo ambíguo da burguesia. Na quinta seção analisarei uma terceira causa da lentidão do processo de redemocratização: o conservadorismo das classes dominantes brasileiras, completando, ao mesmo tempo, a apresentação dos limites tecnoburocráticos e burgueses da “abertura”. Na sexta seção o problema do impasse político atual será discutido. Na sétima seção examinarei as demandas da sociedade civil em termos de que haja uma ampla negociação política para fazer frente à crise econômica. A oitava seção é uma conclusão não pessimista, na medida em que apresenta as razões que permitem prever que a sociedade civil será afinal capaz de chegar a um acordo mínimo, e, dessa forma, superar a presente crise não apenas econômica mas institucional.

## **Redemocratização × “abertura”**

O Brasil encontra-se hoje, portanto, diante de uma grave crise institucional, ou de uma “crise total”, segundo Luciano Martins, porque passaram a convergir seus componentes fundamentais: econômicos, sociais, políticos e culturais.<sup>4</sup>

Para compreendermos a natureza dessa crise e mais particu-

(4) Luciano Martins (1983), p. 3.



larmente do impasse em que se encontra o processo de redemocratização do Brasil em meados de 1983 é essencial compreender a natureza desse processo, que recebeu o nome de “abertura”.

Em trabalhos anteriores opus o conceito de “abertura” ao de democratização. Enquanto que democratização seria o processo real de transição do regime autoritário para o regime democrático exigido pela sociedade civil, a “abertura” é essencialmente uma estratégia dos detentores do poder para conceder sempre o menos possível, postergando a democratização. As concessões liberalizantes são feitas com o objetivo de atender e acalmar a sociedade, e dessa forma garantir a manutenção do poder. Estabelece-se, assim, uma dialética entre a democratização e a “abertura”. Esta, ao invés de ser o próprio processo de transição, conforme pretendem seus autores — a alta tecnoburocracia estatal civil e militar que ocupa o governo federal — é o freio desse processo. Governo e sociedade, “abertura” e democratização participam, assim, de um jogo de demandas e concessões mútuas.

Aceita essa visão, o debate sobre a quem cabe a iniciativa da transição fica resolvido. À sociedade civil cabe a iniciativa do processo de democratização; ao governo autoritário ou ao “sistema” político-militar que o constitui e sustenta, a iniciativa da “abertura”. O governo autoritário reclama para si a autoria da “abertura”, muitos cientistas políticos aceitam essa idéia porque não distinguem os dois fenômenos.<sup>5</sup> De fato, essa posição só seria correta se ficasse claro que a “abertura” é muito mais uma estratégia autoritária de manutenção do poder via concessões imitadas. A iniciativa da democratização obviamente cabe à sociedade civil.

Uma forma complementar de se compreender o processo de “abertura” no Brasil, entretanto, é pensá-lo em termos de um processo político conservador em que estão engajadas não apenas a tecnoburocracia estatal no poder mas a sociedade civil brasileira. O objetivo da sociedade civil, onde o peso das classes dominantes é decisivo, seria o de transitar de um regime autoritário puro, como o existente no Brasil entre dezembro de 1968 (decretação do Ato 5) e dezembro de 1978 (extinção do ato 5), para um regime relativamente democrático, sem colocar em risco a essência do sistema de dominação capitalista-tecnoburocrático.

(5) Veja-se, por exemplo, Bolivar Lamounier (1983), para quem, desde 1973, a “abertura foi esposada e de fato iniciada por uma facção da tecnocracia militar — aquela que assumiu o poder com o general Ernesto Geisel e seu governo”.

Encarado o problema nesses termos, continua a existir um processo de conflito e de negociação entre a sociedade e o governo, continua a haver uma dialética entre a democratização e a “abertura”, mas nessa relação o elemento negociação sobrepõe-se ao elemento conflito. A sociedade civil, da qual o governo é afinal fruto, estabelece um complexo processo de negociações internas para deixar intactos o sistema básico de dominação e a natureza da formação econômico-social mista, capitalista-tecnoburocrática.

A partir dessa perspectiva, os limites da abertura não são apenas definidos por uma alta tecnoburocracia civil e militar que se constitui em governo, mas também por grande parte da sociedade civil que, conservadoramente, não está disposta a arriscar-se em um processo completo de democratização.

### **Formação social brasileira**

Para compreendermos esse fenômeno é preciso que façamos uma rápida incursão sobre a natureza da formação social brasileira e do sistema político de dominação sobre ela constituído. Ou, em outras palavras, é necessário definir o caráter da sociedade civil brasileira e de sua relação com o Estado.

Até 1930 a formação social brasileira era predominantemente capitalista agrário-mercantil. O capital fundamental estava aplicado no café e era essencialmente mercantil ou especulativo, na medida em que estava orientado para o lucro especulativo e não para a incorporação de progresso técnico e para o aumento da produtividade.

Nestes últimos cinquenta anos o capital industrial foi aos poucos se tornando dominante. Em um primeiro momento, nos quadros do pacto populista, procurou-se estabelecer, para facilitar a emergência do capital industrial, uma aliança entre a burguesia industrial e os trabalhadores urbanos. Essa aliança, entretanto, jamais chegou a ser firmada completamente, e, afinal, entrou em colapso no início do anos sessenta, quando a transferência de renda do capital mercantil cafeeiro para o capital industrial, que servia de base para o pacto populista, esgotou suas virtualidades.

O capital industrial, entretanto, não tinha condições de autoafirmar-se apenas com base na própria burguesia industrial. E a partir de 1964 estabelece-se uma nova aliança, que já vinha se esboçando desde o Estado Novo (1937-45): a aliança entre a burguesia

industrial e a tecnoburocracia estatal. Na verdade essa aliança foi mais ampla, englobando, de um lado, não apenas a burguesia industrial, mas toda a burguesia, inclusive a mercantil e a bancária; e, de outro, não apenas a alta tecnoburocracia estatal mas grande parte das classes médias tecnoburocráticas ou assalariadas situadas no aparelho do Estado e nas grandes organizações burocráticas privadas. E deve ainda ser a ela acrescentado um terceiro parceiro: o capital internacional representado pelas empresas multinacionais e pelo sistema financeiro internacional.

É essa aliança capitalista-tecnoburocrática que continua a dominar o país até hoje. O Brasil é uma formação social mista, capitalista-tecnoburocrática, na medida em que o modo de produção capitalista é dominante mas o modo tecnoburocrático tem peso crescente.

Nessa aliança alguns autores, baseados em uma analogia com a Alemanha de Hilferding, sugeriram que o capital financeiro tendia a ser dominante.<sup>6</sup> Trata-se, entretanto, de uma visão duplamente equivocada. O "capital financeiro", ou seja, a fusão do capital bancário mercantil com o capital industrial, sob o controle do primeiro, é um fenômeno histórico que não se verificou no Brasil (da mesma forma que na grande maioria dos países capitalistas), pela razão muito simples de que neste país o financiamento do processo de acumulação não coube aos bancos, mas ao Estado. Os bancos, beneficiados pelos altos juros decorrentes de políticas monetaristas de combate à inflação, de fato têm apresentado altos lucros. Mas seu poder político é limitado, já que suas atividades e inclusive seus empréstimos estão fortemente controlados pelo Estado através do Banco Central, de forma que os bancos, no Brasil, acabam se constituindo em meros agentes repassadores de recursos federais ou então em instrumentos obedientes da tecnoburocracia estatal.

Na verdade, a fração da burguesia cujo poder e prestígio não pararam de crescer desde 1930 foi a industrial. Apesar de liderada oficialmente por figuras geralmente medíocres, foi a grande acumulação industrial que mudou a face econômica e social do Brasil, e tudo indica que se uma fração de classe tende a ser hegemônica no Brasil, esta será a burguesia industrial. Jamais, entretanto, será plenamente hegemônica, devido à dimensão do apare-

(6) O notável ensaio de Maria da Conceição Tavares, "Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente" (1971) em Maria da Conceição Tavares (1972).

lho estatal e, portanto, ao poder da tecnoburocracia estatal. Por outro lado, o poder das empresas multinacionais e o do capital bancário internacional não devem ser esquecidos.

O auge dessa aliança da burguesia com a tecnoburocracia estatal e com os interesses estrangeiros, que foi adequadamente chamada de “tripé”, ocorreu no período 1964-74. A exclusão radical dos trabalhadores do pacto social e a montagem de uma superestrutura política autoritária permitiram que o processo de acumulação de capital voltasse a se acelerar, principalmente no setor moderno e oligopolista da economia, formado pelas grandes empresas públicas e privadas, nacionais e multinacionais, às custas de um forte processo de concentração da renda. Garantia-se, assim, através de um Estado autoritário, a extração da mais-valia dos trabalhadores e a marginalização dos frutos do crescimento econômico de uma grande parte da população.

A partir de 1975, em função da crise econômica desencadeada em 1973 com o primeiro choque do petróleo e em função da derrota do governo nas eleições majoritárias para o Senado, em novembro de 1974, a aliança capitalista-tecnoburocrática entra em colapso e tem início aquele processo dialético já referido entre a “abertura” e a redemocratização.

É preciso entender, entretanto, que esse colapso jamais foi completo ou radical. A aliança básica continuou. Perdeu sua nitidez, entretanto, na medida em que tanto a grande e a média burguesia quanto as classes médias tecnoburocráticas se dividiam em seu próprio seio. Perdeu também a nitidez porque um novo parceiro, que havia sido excluído inteiramente do jogo político em 1964 — os trabalhadores urbanos — volta a ser readmitido.

Essa readmissão dos trabalhadores no pacto social brasileiro ocorre por duas vias: pela via eleitoral e partidária e pela via sindical. A via eleitoral de participação dos trabalhadores fica clara nas sucessivas eleições em que o seu apoio é decisivo para a vitória do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e depois, com a redefinição do sistema partidário, para a vitória dos partidos da oposição. A via sindical ganha força entre 1978 e 1980, quando uma série de greves, principalmente na região do ABCD (municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, pertencentes à Grande São Paulo), caracterizadas pela mobilização de grande massa de trabalhadores, restabelece em um nível mais alto o poder dos sindicatos. A criação do Partido dos Trabalhadores, com base nas lideranças sindicais novas que surgiram no meio da grande

indústria oligopolista e moderna — principalmente a indústria automobilística multinacional — foi o resultado da conjugação da via eleitoral e da via sindical com vistas ao aumento da participação dos trabalhadores no processo político.

A readmissão dos trabalhadores — como sócios secundários, naturalmente — no pacto político foi conseqüência, em primeiro lugar, de sua própria luta e capacidade de organização política, mas também foi resultado do interesse da burguesia, principalmente da burguesia industrial, de firmar novas alianças em substituição à aliança com a alta tecnoburocracia estatal, civil e militar, que a beneficiava economicamente, mas a mantinha sob tutela política.

Para sacudir aquela tutela e tornar-se classe não apenas dominante mas também dirigente, a burguesia necessitava estabelecer novas alianças. A classe média assalariada ou tecnoburocrática, empregada nas grandes empresas industriais privadas e nas atividades terciárias, era o sócio natural. Mas seu número era ainda limitado, de forma que uma certa aliança também com os trabalhadores industriais era importante.

Essa aliança é firmada de maneira muito vaga e imprecisa em 1977. Constitui-se, então, o “pacto social democrático de 1977”, que tinha como objetivo básico o restabelecimento da democracia no país. Mas além desse objetivo comum, que interessava a todos, o pacto tinha duas cláusulas adicionais: a burguesia admitia a necessidade de uma moderada redistribuição da renda e os trabalhadores comprometiam-se a não radicalizar, ou seja, a não colocar em questão o regime capitalista.

Esse pacto, embora tenha sofrido sérios arranhões devido às greves de 1978 a 1980, mantém-se provavelmente até hoje. Não implica a reprodução do velho populismo, na medida em que não há uma explícita subordinação política dos trabalhadores à burguesia em nome do desenvolvimento econômico ou do nacionalismo. As partes conservam uma ampla margem de autonomia. Mas implica uma mudança significativa no regime político.

De fato, enquanto em termos econômico-sociais o Brasil continua uma formação social mista, predominantemente capitalista mas crescentemente estatal e uma economia subdesenvolvida embora industrializada, no plano político deixa de prevalecer no país um regime tipicamente autoritário. Desde aproximadamente 1977, o que existe no Brasil é um regime político contraditório: autoritário ao nível do governo e relativamente democrático ao nível da sociedade civil.

## **Democratização da sociedade civil**

Esse caráter contraditório do regime político brasileiro está na base da atual crise política, na medida em que revela a dessintonia que hoje existe entre o governo e a sociedade civil. Ou, em outras palavras, na medida em que demonstra a falta de legitimidade do governo.

Não temos nem um regime autoritário tecnoburocrático-burguês nem um regime democrático-burguês, mas um regime de transição eminentemente contraditório e em crise.

Para que possamos compreender melhor o que está sendo afirmado, alguns conceitos precisam ser sumariamente esclarecidos.

Um regime político será plenamente autoritário não apenas se o governo dispuser de poderes discricionários, mas também se a sociedade civil for ela própria autoritária. Foi o que tivemos no Brasil a partir de 1964 até meados dos anos setenta.

Entendemos por sociedade civil a dimensão política da base material da sociedade. Nestes termos, a sociedade civil distingue-se do povo, porque neste todos os cidadãos são formalmente iguais perante a lei, enquanto na sociedade civil as classes e frações de classe aparecem organizadas e ponderadas de acordo com o poder político e/ou a importância econômica que possuam. A sociedade civil é, portanto, uma expressão do poder real da sociedade.<sup>7</sup>

Este conceito de sociedade civil tem óbvias relações com os utilizados por Hegel, Marx e Gramsci, mas deles deve ser distinguido. Hegel tem um conceito mais abrangente de sociedade civil e acaba confundindo-a com o Estado; para Marx a sociedade civil corresponde à infra-estrutura econômica e social; Gramsci identifica a sociedade civil com o conjunto de relações ideológico-culturais situadas na superestrutura não estatal. Nos termos aqui apresentados, a sociedade civil é um conceito eminentemente político na medida em que relaciona-se com o poder real das classes, ao mesmo tempo que está baseado nas relações materiais de produção. Por outro lado, enquanto conceito político, serve de base para o poder do e sobre o Estado, mas dele se distingue.

Uma sociedade civil será autoritária na medida em que o poder estiver concentrado exclusivamente nas classes dominantes e especialmente nos altos estratos dessas classes. Foi o que aconteceu

(7) Ver a respeito Norberto Bobbio (1982), pp. 19-36.

no Brasil após 1964, quando o poder se concentrou na burguesia e na alta tecnoburocracia. Será também autoritária na medida em que essas classes dominantes adotem uma atitude autoritária. Mas essa segunda condição é menos significativa, já que é dependente da primeira. Uma sociedade civil excludente, elitista, leva quase necessariamente a classe dominante a adotar atitudes políticas autoritárias.

No Brasil, a partir de 1975-77, ocorreu um processo de democratização interna da sociedade civil na medida em que as classes médias e os trabalhadores passaram a ter um peso político consideravelmente maior. E esse fato foi decisivo para o processo de redemocratização então iniciado. Na medida em que a burguesia rompia parcialmente sua aliança com a alta tecnoburocracia estatal, abria-se espaço político para as classes médias tecnoburocráticas e para os trabalhadores. Em consequência, a sociedade civil se democratizava internamente e passava a exigir a democratização do Estado.

A resposta do governo foi o processo de "abertura", ou seja, um processo controlado de ceder às demandas de democratização, sempre adiando no tempo e limitando na amplitude as concessões realizadas.

Em consequência, o processo de democratização interna da sociedade ocorreu de forma mais rápida e profunda do que o processo de restabelecimento das garantias democráticas. E, à medida que isto ocorria, surgiu o problema da ilegitimidade do governo. Além de lhe faltar representatividade, ou seja, apoio do povo, do conjunto dos cidadãos, e de possuir uma legalidade muito discutível, já que o seu poder era antes arbitrário do que apoiado em leis, passava agora a faltar ao governo também legitimidade, que é o apoio da sociedade civil.

Ora, a representatividade pode muitas vezes ser dispensada pelos governos que se mantêm no poder. Todos os regimes autoritários são em princípio não-representativos. Legalidade, por sua vez, é um princípio sempre muito relativo. Mas é muito difícil um regime qualquer, autoritário ou democrático, sustentar-se sem legitimidade, sem apoio da sociedade civil. De fato, legitimidade é o vínculo que relaciona e em princípio subordina o governo à sociedade civil. Um governo sem legitimidade, cujo poder deriva dele próprio ou do Estado, do qual o governo é o grupo dirigente, é por definição um governo fraco, instável. O governo de Getúlio Vargas, por exemplo, não se sustentou em 1954, embora tivesse representatividade, porque lhe faltava legitimidade. Na medida em

que a sociedade civil é a base real do poder político da sociedade, torna-se difícil manter um regime sem legitimidade.

## **O autoritarismo da burguesia**

Exatamente por essa razão, para não perder completamente sua legitimidade, é que o governo, desde 1975, começou a falar em “distensão” e, a partir de 1977, passou a falar e a praticar a “abertura”. Mas, ao invés de termos um processo rápido de transição para a democracia, como aconteceu, por exemplo, na Espanha e na Grécia, esta transição está ocorrendo de maneira muito lenta e agora chegou a um impasse.

As causas da lentidão no processo de redemocratização são provavelmente três.

A primeira causa relaciona-se com o caráter predominantemente autoritário da tecnoburocracia estatal, ao mesmo tempo que define o próprio caráter da “abertura”. É preciso admitir que, apesar das crises por que passou, a “abertura” foi até recentemente uma estratégia autoritária, postergadora de redemocratização, bem-sucedida — uma estratégia que estabeleceu os limites tecnoburocráticos da redemocratização. Já que a sociedade civil demandava redemocratização, esta foi concedida, mas a conta-gotas, paulatinamente. De acordo com a terminologia adotada repetidamente pelos membros do governo, que assim confessam seu caráter autoritário e procrastinador, “a ‘abertura’ deve ser lenta, gradual e segura”.

Ao mesmo tempo o governo procurava, sob todas as formas, restabelecer seus vínculos com a sociedade civil. Com esse objetivo, é interessante observar as mudanças que passaram a ocorrer no PDS, o partido do governo. Ao invés de adotar uma política sistematicamente conservadora e autoritária, muitos de seus líderes passaram a levantar bandeiras liberais e sociais, e a manter uma relação de relativa “oposição” ou independência em relação ao governo. E o próprio governo passou, não só a fazer concessões no plano democrático, mas também no plano social, procurando ele próprio reinventar o populismo. Exemplos de medidas nesse sentido, ocorridas principalmente a partir do governo Figueiredo, foram: a nova política salarial inaugurada em 1979, que concedia aumentos reais de salários de 10% mais aumento de produtividade para os assalariados até três salários mínimos; a lei reduziu para cinco anos o usucapião, procurando com isto contornar a questão da terra e dos pos-



seiros; o aumento considerável, ainda que muito reduzido em termos absolutos, de títulos de propriedade distribuídos pelo INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária); o aumento das verbas destinadas à construção de casas efetivamente populares.

Através de medidas como essas no plano social, e de medidas democratizantes no plano político, como a eliminação da censura da imprensa, a extinção ao Ato 5, a anistia e as eleições diretas para governadores dos estados, o governo procurava recuperar sua legitimidade, reduzindo o fosso entre o seu próprio caráter autoritário, que no fundo permanece intacto, e a democratização interna da sociedade civil.

O sucesso dessa estratégia razoavelmente bem-sucedida de postergar a democratização através da "abertura", entretanto, só foi possível devido ao caráter ainda basicamente autoritário ou contraditoriamente autoritário da burguesia brasileira.

Esta é a segunda causa da lentidão do processo de redemocratização. Se os empresários fossem decididamente democráticos, é difícil imaginar que a "abertura" pudesse ser tão lenta. Na verdade, a burguesia brasileira deu um grande passo no sentido da democracia quando, a partir de 1977, passou a apoiar a redemocratização. Mas isto não significa, em absoluto, que a burguesia seja intrinsecamente democrática, como pretendem seus ideólogos, da mesma forma que ela não é intrinsecamente autoritária, como afirmam seus críticos de esquerda mais radicais.

A burguesia abandonou uma posição rigorosamente autoritária, que manteve entre 1964 e 1977, porque, de um lado, perdeu o medo da subversão comunista, e, de outro, verificou que a tutela a que estava submetida pela tecnoburocracia no governo não lhe dava mais benefícios econômicos. Nesse momento, e percebendo que a burguesia possuía uma tranqüila hegemonia ideológica, os membros mais representativos e mais conscientes do empresariado, como o Grupo dos Oito em 1978, ligado ao Fórum da Gazeta Mercantil, imaginaram que poderiam alcançar também hegemonia política: tornar-se classe dirigente. Por isso aprofundaram sua inclinação para a democracia.

É preciso, entretanto, não exagerar essa inclinação democrática. O autoritarismo é algo de muito antigo e muito profundo na formação do empresariado brasileiro. Em uma sociedade de classes, em que as diferenças de classes são tão profundas, esse autoritarismo é quase uma decorrência necessária.

Na verdade, os empresários só passam a adotar posições polí-

ticas claramente democráticas quando são pressionados pelas classes médias tecnoburocráticas e pelos trabalhadores. Ou, em outras palavras, quando ocorre a democratização interna da sociedade civil, graças ao êxito das lutas populares. Estudos realizados nos países centrais revelaram claramente esse fato. A democracia que hoje existe nesses países foi essencialmente fruto das lutas dos trabalhadores e das classes médias.<sup>8</sup> A burguesia não é intrinsecamente autoritária, como é, por exemplo, a aristocracia feudal ou o patriciado escravista, mas só se torna democrática se a sociedade civil se democratiza por pressão das classes populares.

Ora, no Brasil, ainda que tenha havido um processo de democratização em termos de sociedade civil, esse processo é ainda limitado. O número de trabalhadores marginalizados econômica e politicamente neste país é ainda imenso, principalmente nas regiões mais pobres, como o Nordeste. Mas mesmo no estado mais avançado, que é São Paulo, essa marginalização é muito significativa, permitindo à burguesia manter-se relativamente autoritária.

Esse autoritarismo da burguesia tem um outro componente que é a sua dependência econômica em relação ao Estado. Na medida em que o Estado no Brasil tem um grande poder econômico, não apenas através de suas empresas estatais, mas também através de sua capacidade de definir política econômica, o empresariado dele depende e a ele tende a submeter-se. Se o Estado é dominado por um governo autoritário, o empresariado tende a também ser autoritário, ou, quando adota, como vem adotando desde 1975, posições democráticas, estas são ambíguas e limitadas. Conforme observa, nesse sentido, Eli Diniz, referindo-se especificamente à posição dos empresários em relação à redemocratização:

“O posicionamento do empresariado como um todo em relação à abertura do regime político tem sido a um tempo oscilante e ambíguo. Esta ambigüidade manifesta-se sobretudo quanto ao alcance do processo de democratização”.<sup>9</sup>

(8) Sobre este assunto, a pesquisa histórica definitiva foi realizada por Gore Therborn, “The Rule of Capital and the Rise of Democracy” (1977). Nesse trabalho, Therborn observa que “a democracia burguesa, da mesma forma que sua predecessora ateniense, apareceu inicialmente como uma democracia para os representantes masculinos da classe dominante ... o segundo estágio da luta pela democracia foi fortemente determinado pela luta da classe trabalhadora e do movimento sindical” (pp. 33-34).

(9) Eli Diniz, “O empresariado e a nova conjuntura”, em Hélió Trindade (org.) (1982), p. 116.

Além disso, existe no Brasil um extraordinário respeito burocrático aos poderes formais do Estado. A idéia de desobediência civil, por exemplo, é praticamente estranha à burguesia. Se o governo detém o poder formal ou legal, é necessário respeitá-lo, ainda que as origens desse poder sejam espúrias.

Em consequência desses fatores, o conflito entre a burguesia e a tecnoburocracia jamais chega ao ponto de ruptura total. E a falta de legitimidade do governo não chega a ser absoluta. A burguesia, em grande parte, continua a jogar o jogo do governo e, no máximo, a personalizar suas divergências, atribuindo os problemas à incompetência dos dirigentes políticos, em vez de perceber que é o próprio regime militar autoritário que está em questão.

Em 1983, depois que as eleições de novembro de 1982 definiram o novo Colégio Eleitoral, esse fato pode ser observado de duas maneiras. De um lado, uma boa parte do grande empresariado deixou-se envolver na disputa dos "presidenciáveis" do PDS, sem perceber com clareza que a legitimidade perante a sociedade civil de um candidato saído desse colégio estará sempre e irremediavelmente comprometida. Diante da crise econômica sem precedentes, estavam conscientes de que a solução teria que ser, antes de mais nada, política. Só um governo com força derivada da legitimidade poderia enfrentar com êxito os graves problemas presentes. Mas, sem se dar conta da contradição, aqueles empresários continuavam entretidos no "jogo dos presidenciáveis".

O compromisso com o autoritarismo da burguesia, que é um claro limite para a redemocratização, pode ser visto sob um outro ângulo nos acontecimentos da crise econômica de 1983. Depois da maxidesvalorização de fevereiro desse ano, que coroava uma série de desacertos e de desinformações por parte das autoridades econômicas, a indignação dos empresários voltou-se para as pessoas responsáveis. Dessa forma, imaginava-se que uma simples troca de ministério resolveria o problema, quando, evidentemente, o problema não estava nas pessoas mas na ilegitimidade do regime militar, que paralisava ou tornava contraditórias e ineficientes as medidas de política econômica tomadas pelos ministros, fossem eles quem fossem.

Os fortes ranços de autoritarismo do empresariado, particularmente do grande empresariado, são, portanto, um limite burguês fundamental para a democratização. Ao mesmo tempo que foi o movimento da burguesia em direção à democracia que iniciou o processo, são suas restrições a uma democracia plena que dificultam que a redemocratização se complete.

## Os movimentos sociais

É preciso, entretanto, assinalar que o autoritarismo presente nas classes dominantes — burguesia e tecnoburocracia — brasileiras propaga-se por toda a sociedade. E dessa forma acaba, através do processo de hegemonia ideológica, atingindo os trabalhadores, especialmente as populações marginalizadas localizadas no setor informal ou paracapitalista da economia.

No processo de redemocratização do país é indiscutível que o papel da classe trabalhadora foi importante. A participação dos trabalhadores é decisiva em novembro de 1974, quando ocorre a inesperada vitória do partido de oposição nas eleições então realizadas. Essa vitória, que retirou representatividade do governo e desencadeou o processo de redemocratização, só foi possível graças ao apoio maciço dos trabalhadores do MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Em seguida, na luta direta em favor da democratização, foi muito importante a participação dos movimentos populares, muitos deles organizados em torno da Igreja Católica, que desde os anos sessenta passara por uma revolução política profunda.<sup>10</sup>

Essa participação crescente dos movimentos sociais urbanos levou, entretanto, alguns analistas a propor a idéia de que o processo de redemocratização teria como sua base fundamental os movimentos populares. Trata-se, evidentemente, de um equívoco.

Na verdade, a participação desses movimentos populares em favor da democratização só ocorreu de forma indireta, principalmente nas eleições. Conforme observaram em suas conclusões José Álvaro Moisés e Verena Martinez-Alier, os movimentos sociais urbanos no Brasil, nos anos setenta, estudados a partir dos quebra-quebras ocorridos nos trens de subúrbio do Rio de Janeiro, representaram dois fatos: 1) “uma clara reação das massas suburbanas diante de uma deterioração de suas condições de existência”; 2) “uma relação antagônica com o Estado” e mais especificamente “contra a gestão dos serviços públicos levada a efeito pelo Estado”.<sup>11</sup>

Não se fala, portanto, nos estudos empíricos realizados, dos

(10) Estudei este problema em um ensaio escrito em 1969, “A Revolução Política na Igreja”, publicado em Bresser Pereira (1972a), e republicado em Bresser Pereira (1979). A bibliografia que surgiu depois sobre o assunto é imensa.

(11) José Álvaro Moisés e Verena Martinez-Alier (1977), pp. 52-55.

quais este é um excelente exemplo, que os movimentos urbanos fossem dirigidos contra o autoritarismo do Estado. O objetivo desses movimentos era e é muito mais o protesto contra condições materiais de existência geralmente insuportáveis, cuja responsabilidade é atribuída ao Estado, na medida em que este representa as classes dominantes.

Nesse sentido, Ruth Cardoso, examinando as pesquisas que procuram descrever a ação política popular no Brasil, conclui que:

“Os movimentos estudados não são convincentes quanto ao papel democratizador da participação popular, que colocaria em xeque o autoritarismo do Estado. Mostram, pelo contrário, que as várias faces que o Estado apresenta nesse diálogo aumentam sua margem de manobra e são capazes de absorver efetivamente algumas das demandas populares”.<sup>12</sup>

Nesses termos, embora os trabalhadores, especialmente aqueles mais marginalizados, não possam ser responsabilizados pela lentidão do processo de democratização, não há dúvida de que, influenciados pela ideologia autoritária dominante, não foram capazes de se constituir em um elemento decisivo para apressar esse processo. Certamente, para os trabalhadores industriais organizados essa conclusão deve ser menos negativa. Sua luta pela democratização, através de partidos como o PMDB e o PT, tem sido muito clara. Mas mesmo entre os trabalhadores organizados as influências autoritárias são profundas e limitam sua ação democratizante.

## **O conservadorismo da burguesia**

Uma terceira causa para a lentidão do processo de “abertura” é o caráter conservador das classes dominantes — a burguesia e a tecnoburocracia — brasileiras. Esta terceira causa é, ao mesmo tempo, um limite tecnoburocrático e burguês para a “abertura”.

O conservadorismo das classes dominantes no Brasil está diretamente relacionado com o grande fosso existente entre a grande classe média burguesa (médios empresários e rentistas) e a grande classe média tecnoburocrática (administradores e técnicos

(12) Ruth C. L. Cardoso, “Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico”, em Sebastião Velasco e Cruz e outros (1983), p. 224.

das organizações públicas e privadas), e a grande massa dos trabalhadores brasileiros.

Observe-se que, neste momento, não me refiro à imensa distância entre a alta burguesia e a alta tecnoburocracia (que com a alta burguesia quase se confunde porque logo se torna também proprietária) e os trabalhadores. Essa distância tende a ser grande em qualquer país. No Brasil, entretanto, todo o extraordinário processo de acumulação de capital e de concentração de renda desencadeado a partir dos anos trinta teve como consequência fundamental criar essa grande camada média burguesa e tecnoburocrática, separando-a da massa de trabalhadores urbanos e rurais. A remuneração dos membros dessa “classe média” burguesa e tecnoburocrática é dez a trinta vezes maior do que um salário mínimo — salário mínimo esse que em 1980 ainda era recebido por 33,3% da população, e que serve de base para a remuneração da grande massa dos trabalhadores manuais brasileiros.

Ora, essa “classe média”, na verdade constituída da fração numericamente majoritária das duas classes dominantes — a burguesia e a tecnoburocracia —, é a base da sociedade civil brasileira. Se adicionarmos a alta burguesia e a alta tecnoburocracia, teremos o total das classes dominantes no país. E essa grande classe dominante, exatamente porque está tão distanciada da classe trabalhadora, é uma classe que, além de possuir tendências autoritárias, é conservadora. É uma classe — ou mais precisamente são duas classes — que sabe ser privilegiada e teme perder seus privilégios.

Francisco de Oliveira observou muito precisamente esse fato:

“O que emerge no Brasil pós-milagre é uma sociedade conservadora ... No exato e simples sentido do termo: tem algo para conservar, as elites, as classes médias, as burguesias, as tecnoburocracias estatais e privadas”.<sup>13</sup>

É claro que o conservadorismo dessa classe não é monolítico. Qualquer generalização a respeito de um conjunto de pessoas ou famílias tão amplo e tão diversificado é necessariamente arriscada e deve ser feita com cautela. Mas é difícil não reconhecer o conservadorismo básico de uma classe rodeada por uma imensa massa de trabalhadores marginalizados ou semimarginalizados do processo de desenvolvimento ocorrido no país.

(13) Francisco de Oliveira (1983).

Esse conservadorismo se traduz principalmente pelo medo da mudança. Há uma percepção muito generalizada de que, diante da crise econômica e política, mudanças importantes são necessárias. No plano político as mudanças fundamentais são as eleições diretas para a presidência da República e a convocação de uma Assembléia Constituinte. No plano econômico, o rompimento do acordo com o Fundo Monetário Internacional e a declaração da moratória da dívida externa. Há muitos membros das classes médias favoráveis a essas mudanças, mas elas não ocorrem porque a massa dos membros dessas duas classes permanece prudentemente calada, acomodada. Em consequência, mudanças não ocorrem ou tendem a ocorrer lentamente: a “abertura” paralisa-se ou caminha no ritmo que os seus dirigentes mais autoritários desejam.

É preciso, entretanto, assinalar que essa atitude conservadora não apenas da alta mas também da média burguesia e da média tecnoburocracia é eminentemente contraditória. Porque a base social do processo de redemocratização do país está nessas duas “classes médias”. São frações dessas classes aliadas aos setores mais politizados da classe trabalhadora que têm servido de base de sustentação, nos partidos de oposição, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na Igreja Católica, nas universidades, para o processo de democratização do país.

Na verdade a existência dessas duas grandes classes médias é, em última análise, a garantia maior que o país tem de que caminha para um regime democrático. E também é o ponto de apoio básico para a resistência da sociedade civil contra as políticas econômicas recessivas que os credores internacionais e o FMI estão impondo ao país.

Temos, assim, uma situação duplamente contraditória. De um lado, há um descompasso entre uma sociedade civil que se democratiza e o Estado que continua autoritário e sem legitimidade, de outro lado, as mesmas classes que formam a sociedade civil e desejam a democratização conservam fortes traços de autoritarismo e são suficientemente conservadoras para não colocar todo o seu peso político no sentido de restabelecer a plenitude democrática através da convocação de uma Assembléia Constituinte e da realização de eleições diretas.

## Impasse e conciliação

Esses limites burgueses e tecnoburocráticos ao processo de redemocratização do país permitiram que a “abertura” chegasse, em meados de 1983, a uma situação de impasse. A vitória das oposições, nas eleições de novembro de 1982, embora claríssima, já que elas obtiveram cerca de 58% dos votos válidos, não foi suficientemente decisiva para impedir que o governo conservasse a maioria no Colégio Eleitoral. Essa vitória teria sido muito maior e teria neutralizado os casuísmos eleitorais do governo, se as classes médias não se tivessem dividido entre o PMDB, que lutava pelo retorno à democracia, e o PDS, que representava a manutenção de um regime semi-autoritário.

Em conseqüência, o país se vê hoje perante um impasse político. Necessita de um governo com legitimidade política para enfrentar a crise econômica, e no entanto tem como perspectiva eleger um novo presidente através de um Colégio Eleitoral sem um mínimo de representatividade e de legitimidade.<sup>14</sup> Esta falta de legitimidade do governo expressa-se não apenas no seu caráter minoritário em termos eleitorais (falta de representatividade), mas na perda do apoio da maioria da burguesia brasileira. As manifestações insistentes de empresários e das classes médias burguesas e tecnoburocráticas contra o governo não deixa qualquer dúvida a respeito. Por outro lado, o eleitorado nos dez estados (dos 23 existentes no país) em que a oposição foi vitoriosa não só é mais populoso (58,5% da população), mas também muito mais rico. De fato, nos termos de um estudo realizado por Helival Rios, os dez estados em que as oposições foram vitoriosas representam 75,2% da arrecadação do imposto sobre o valor adicionado (ICM — Imposto de Circulação de Mercadorias) e 70,5% da arrecadação de tributos federais.<sup>15</sup> Na medida em que o peso econômico tem uma correspondência muito grande na sociedade civil, é fácil verificar o alto grau de ilegitimidade do governo depois das eleições de 1983.

Diante do impasse, a palavra mais em voga na política brasileira, em meados de 1983, era “negociação”. Todos percebem que

(14) Conforme observa Hélio Jaguaribe (1983), “a partir do momento em que o processo de redemocratização teve efetivo êxito e restaurou, em ampla medida, os mecanismos democráticos no sistema político brasileiro, reduzindo significativamente o poder político do sistema militar, o atual Colégio Eleitoral perdeu viabilidade, como instituição política”.

(15) Helival Rios (1983).



há uma urgente necessidade de negociação, que permita a superação do impasse.

O problema novo nesta negociação, entretanto, é que ela não poderá mais ser a clássica "conciliação de elites" que sempre caracterizou o processo político brasileiro. Não será também um processo democrático amplo, que envolva todo o povo. Mas, dado o grande crescimento da sociedade civil brasileira, essa negociação terá que ocorrer no seu âmbito. Ao invés de uma conciliação de uma pequena elite oligárquica, será necessária agora uma conciliação de uma elite muito ampliada, uma conciliação da sociedade civil brasileira, que inclua a parte mais atuante, politicamente, da classe trabalhadora.

A rigor não se deveria falar de necessidade de conciliação da sociedade civil, mas de necessidade de definição de um pacto democrático amplo. Em 1977 foi um pacto dessa natureza que serviu de base para o processo de redemocratização parcial do país. Agora a sociedade civil sente mais do que nunca que o restabelecimento da democracia, em um nível mais elevado do que houve no período 1945-1969, é essencial para que possa fazer frente à crise econômica. O regime autoritário esgotou todas as suas virtualidades e perdeu toda a legitimidade. O governo Figueiredo vem sofrendo um processo de deterioração contínua, que a crise econômica se encarrega de agravar.

Na verdade, a sociedade civil já perdeu quase que totalmente as esperanças de que neste governo os problemas econômicos do país possam encontrar alguma solução. A expectativa, entretanto, é de que um novo governo, com mais legitimidade, possa, a partir de 1985, fazer frente à crise econômica. E para isto será necessário um processo amplo de negociação, que, por isso mesmo, se tornou o tema dominante dos debates políticos em 1983.

A legitimidade política é essencial para que o governo possa interferir de maneira positiva na crise econômica, não apenas porque esta é extremamente grave, mas também porque tem um caráter distributivo básico.

A grande limitação que sofre hoje a economia brasileira é a sua dívida externa, que beira os 90 bilhões de dólares. Qualquer que seja a política que se adote para fazer frente a essa restrição, implicará sempre sacrifícios. Algumas classes ou alguns setores da economia terão que sofrer mais do que os outros. Todo o esforço dos economistas de oposição, quando criticam as políticas econômicas ortodoxas que estão sendo adotadas, é o de demonstrar que

existem alternativas não recessivas de política econômica. Em outras palavras, o que se pretende é reduzir esses sacrifícios, ao invés de maximizá-los, como está sendo feito atualmente. Esta alternativa existe, mas limitadamente. É possível reduzir os sacrifícios, não eliminá-los. E por isso, o elemento político e distributivo de qualquer política econômica para enfrentar a crise — a dívida externa, a dívida interna, a inflação, a estagflação econômica — será sempre fundamental na presente conjuntura.

Nestas circunstâncias, a negociação política para se chegar a um governo com legitimidade torna-se essencial. De acordo com uma pesquisa publicada na *Folha de S. Paulo*, 76,2% da população paulista consideravam que o governo e as oposições deveriam iniciar entendimentos para negociar uma saída para a crise.<sup>16</sup> Apesar das deficiências metodológicas da pesquisa, há pouca dúvida de que ela reproduz um sentimento generalizado da sociedade brasileira. Não é por outra razão que a direção nacional do PMDB, ainda que não vendo com clareza com quem negociar na área do governo, tomou uma série de medidas para tornar viável, no nível interno do partido, essa negociação.

Duas dificuldades fundamentais, entretanto, existiam para a negociação. Em primeiro lugar, dadas as profundas divisões existentes no interior do governo — o que, aliás, é típico das crises generalizadas — tornava-se difícil para as oposições definir interlocutores válidos. Os problemas de saúde do presidente da República agravaram esse problema. E, em segundo lugar, tínhamos, naturalmente, o fato de que o PDS apegava-se ao Colégio Eleitoral para garantir mais seis anos de poder, enquanto a oposição considerava esse colégio essencialmente ilegítimo. O PMDB dispunha-se a negociar, mas colocava como condições novas regras para a escolha do novo governo: a mudança na política econômica recessiva e a mudança no Decreto-Lei n.º 2.045, de junho de 1983, que estabelece que os salários serão corrigidos em 80% do INPC. Esse decreto fortemente concentrador de renda, destinado a reduzir a taxa de inflação que nos meses de maio a julho de 1983, anualizados, atingia 239%, foi resultado de uma imposição do Fundo Monetário Internacional aceita pelo governo, que assim se viu obrigado a abandonar a política salarial favorável aos trabalhadores que adotara desde 1979.

(16) Conforme *Folha de S. Paulo*, 17.7.1983, p. 6.

## Perspectiva otimista

Resta perguntar se a renegociação é possível. Se, apesar dessas dificuldades, a sociedade civil tem condições de chegar a um acordo mínimo que lhe permita sair do impasse político.

Minha resposta a essa pergunta é, em princípio, positiva. Por duas razões principais, interdependentes.

Em primeiro lugar, porque a sociedade civil não vem fazendo outra coisa desde que o processo de redemocratização começou, em torno de 1975, senão negociar. Negociações ocorrem entre o governo e a oposição, entre a burguesia e a tecnoburocracia, entre as classes dominantes e os trabalhadores, entre o governo e a Igreja. Quem observou esse fato com muita clareza foi Bolivar Lamounier, em uma conferência (não escrita) pronunciada na FUNDAP (Fundação de Administração Pública de São Paulo), em julho de 1983. Se não houvesse essa disposição para a negociação na sociedade brasileira, a oposição não teria jamais participado do jogo eleitoral viciado montado pelo governo. Este, por sua vez, jamais teria feito as “concessões” que afinal tomaram o nome de “abertura”.

Em segundo lugar, porque a oposição não é radical. Está pronta, portanto, para negociar. Na verdade, o PMDB transformou-se em uma clara alternativa de poder no Brasil quando passou a disputar o apoio e a obter a confiança da sociedade civil. Na medida, entretanto, em que o PMDB ia obtendo um certo êxito nessa estratégia — e se tornando, de fato, uma alternativa de poder a curto prazo — esse partido caminhava para a direita. Sua fusão com o partido de centro PP, Partido Popular, em 1981, e a obtenção de dez governos estaduais nas eleições de 1982 acentuaram essa tendência. É certo que não perdia suas características de um partido democrático e progressista. Enquanto partido de esquerda, entretanto, apresentava uma postura ideológica muito moderada, caracterizando-se, na melhor das hipóteses, por uma posição de centro-esquerda, que não chega sequer a se definir por um projeto social-democrata. Essa tendência do PMDB para a direita pode ser comprovada pelas reações do eleitorado após as eleições. De acordo com pesquisa realizada na cidade de São Paulo, em agosto de 1983, 19,5% dos que votaram no PMDB, em 1982, votariam agora em um partido claramente mais à esquerda, o PT, enquanto apenas 4,1% passariam para o PDS. Os eleitores de esquerda abandonavam

assim, o PMDB. Em contrapartida, os eleitores do PDS migravam principalmente para o PMDB (16,6%) depois das eleições.<sup>17</sup>

Essa falta de radicalizações na política brasileira atual e principalmente no maior partido da oposição, o PMDB, é, talvez, a garantia maior de que o processo de democratização, afinal, continuará e de que se conseguirá eleger um governo com legitimidade no Brasil. É a garantia principal de que uma solução golpista e, portanto, um novo fechamento político não ocorrerá no Brasil. Apesar da crise econômica, que é mais grave do que a de 1963-64, não há perspectivas de um novo golpe militar, não apenas porque os militares que ainda estão no poder não têm mais soluções “salvadoras” para o país, como imaginavam ter em 1964, mas também porque, ao contrário do que ocorria em 1963-64, não existe um processo de radicalização política no país.<sup>18</sup>

Em síntese, os limites burgueses e tecnoburocráticos à “abertura”, ou, mais precisamente, ao processo de democratização são concretos. A sociedade civil brasileira ainda não é uma sociedade internamente democrática. As classes dominantes que a compõem majoritariamente conservam ainda traços de autoritarismo e de conservadorismo relativamente fortes, embora nas classes médias assalariadas e em setores mais progressistas do empresariado industrial encontremos as bases da provável democratização que acabará ocorrendo no Brasil. O papel dos trabalhadores — eles próprios também vítimas do autoritarismo em muitas ocasiões — na democratização interna da sociedade civil é ainda limitado, embora tenha crescido. Mas se esses limites e essas contradições ajudam a explicar a lentidão do processo de democratização, não apontam no sentido do restabelecimento da ditadura.

É preciso, entretanto, assinalar que, quando a instituição da presidência da República entra em processo de deterioração e esvaziamento no Brasil, temos um sinal seguro de que a crise político-institucional está chegando a um ponto perigoso. Ora, todos os fatos indicavam, em setembro de 1983, após o presidente Figuei-

(17) Cf. *Folha de S. Paulo*, 4.9.1983, p. 6.

(18) Philippe Faucher (1981a) admite a possibilidade de um novo fechamento, mas reconhece a precariedade de uma solução desse tipo: “Não podemos colocar de lado a possibilidade de um fechamento violento ... Esta, entretanto, seria uma solução extremamente precária. Implicaria uma profunda divisão da sociedade brasileira. As forças armadas seriam a instituição atingida em primeiro lugar e mais duramente”. (p. 29)

redo haver assumido a presidência, que o país estava chegando próximo desse ponto. Agora não eram mais apenas os ministros ou os tecnoburocratas civis e militares o alvo da crítica e da insatisfação da sociedade, era o próprio presidente da República.

A instituição da presidência da República sempre foi muito poderosa no Brasil. Não apenas porque o sistema de governo é presidencialista e o sistema político tem sido quase sempre autoritário, mas também porque está na tradição da sociedade brasileira um extraordinário respeito por quem ocupa a presidência da República.

É preciso não confundir o autoritarismo com o prestígio da instituição presidência da República. Embora os dois fenômenos sejam relacionados, é possível termos um sistema político razoavelmente democrático e ao mesmo tempo uma presidência da República forte e respeitada. Porque o presidencialismo não é necessariamente autoritário. Tende a sê-lo, mas nada impede — pelo contrário, tudo favorece — que um presidente da República exerça com grande autoritaridade e prestígio seu cargo nos quadros da democracia.

Esse prestígio natural ou tradicional da presidência da República traduz-se principalmente no fato que a sociedade tende sempre a criticar os subordinados diretos ou indiretos do presidente, mas não o próprio presidente. Este tende a ficar em uma espécie de limbo, como se fosse um árbitro, muito mais do que um ator do processo político.

Até há pouco era exatamente isto o que ocorria no Brasil. Embora o governo viesse sofrendo uma progressiva perda de legitimidade, agravada pelos resultados das eleições de 1982 e pelo aprofundamento da crise econômica, e embora os ministros ficassem sob pesada crítica da sociedade civil, o presidente era sempre preservado.

Essa situação, entretanto, mudou completamente nos últimos meses. A total incapacidade do presidente da República de se sensibilizar e responder positivamente às manifestações formais e informais da sociedade civil, agravada por sua doença e pela operação cirúrgica a que teve que submeter-se, levaram-no a um total isolamento. A consequência disso foi um acelerado processo de desgaste da instituição presidência da República. Não só o presidente passou a ser criticado diretamente, mas começou-se a pedir publicamente a sua renúncia ou até mesmo seu *impeachment*.

Para contrabalançar esse processo organizaram-se manifestações oficiais, primeiro do PDS, depois dos próprios militares. Mas

é claro que essas manifestações artificiais não lograram seu intento: restabelecer o prestígio e o poder da Presidência.

Segundo a tradição que se estabeleceu no regime autoritário brasileiro após 1964, cabe ao presidente da República escolher seu sucessor. Insiste-se em repetir essa prática na presente conjuntura, depois de “ampla consulta à sociedade”, segundo se anuncia, mas é óbvio que suas probabilidades de êxito são mínimas. O mais provável, caso se mantenha essa idéia, é um desgaste ainda maior do presidente, com graves riscos para o “lento, gradual e seguro” processo de redemocratização.

Nessas circunstâncias, restaria ao presidente uma alternativa para recuperar o prestígio da presidência: abandonar a idéia autoritária de que lhe cabe escolher seu sucessor e adotar a idéia alternativa — esposada pela grande massa da sociedade civil — de que seu papel no presente momento é estabelecer as condições constitucionais para que a própria sociedade escolha seus futuros governantes. Nada, entretanto, garante que essa solução venha a ser adotada. E o país permanece, assim, imerso em uma crise econômica e político-institucional sem precedentes.

# Capítulo 7

## Da união nacional à incerteza

---

O capítulo anterior termina a análise em meados de 1983. Nele estão estabelecidas as bases analíticas do que iria acontecer no Brasil nos dezoito meses seguintes, quando, afinal, a luta popular e da sociedade civil a favor da redemocratização torna-se vitoriosa sobre a estratégia protelatória do autoritarismo.

Todas as classes sociais estavam interessadas na redemocratização. A grande burguesia, entretanto, era menos entusiasta em relação à redemocratização rápida e colocava como condição para ela a conciliação nacional, ou seja, um tipo de transição que não arriscasse a ordem capitalista estabelecida.

Para a burguesia, o candidato ideal teria sido Aureliano Chaves, que garantia, ao mesmo tempo, a continuidade do regime e sua relativa redemocratização. A alternativa Tancredo Neves só foi possível, de um lado, porque o presidente Figueiredo não teve condições para cerrar fileiras em torno do candidato natural de seu partido, e, de outro, porque a histórica campanha cívica pelas eleições diretas, no primeiro semestre de 1984, tornou inviável uma solução conservadora de mera conciliação de elites.

Neste capítulo reúno, sem qualquer alteração, alguns dos artigos que publiquei na *Folha de S. Paulo* desde o segundo semestre de 1983 (quando termina a análise do capítulo anterior) até o processo de união nacional interclassista que se formou em torno de Tancredo Neves em seguida à campanha das eleições diretas, e que afinal o elegeu presidente da República em nome da redemocratização do país, da conciliação nacional demandada pela burguesia e

das mudanças sociais exigidas pelos trabalhadores e pelas classes médias tecnoburocráticas ou assalariadas.

No dia previsto para a posse de Tancredo Neves, 15 de março de 1985, um acontecimento trágico e inesperado abala a nação: o presidente eleito é submetido a uma operação cirúrgica de emergência. Depois de 39 dias de ansiedade, falece no dia 21 de abril, assumindo em seu lugar o vice-presidente José Sarney. Neste capítulo publico também os artigos que escrevi sobre o assunto nesse período.

### **Unidade na difícil travessia**

Nestes últimos dias tivemos duas manifestações decisivas da sociedade civil: de um lado o documento corajoso dos doze empresários, de outro a reunião de mais de cinco mil delegados do CONCLAT em São Bernardo do Campo. Em ambos os casos, o repúdio à política econômica oficial foi a tônica. A sociedade não quer se ver vencida pela crise e protesta, propõe soluções alternativas, organiza-se.

Enquanto o governo federal permanece em total imobilismo, que a fugaz presença de Aureliano Chaves na presidência não chegou a alterar, a sociedade civil continua a movimentar-se. O imobilismo do governo reflete sua ilegitimidade, sua impotência diante da crise. Em contrapartida, a movimentação da sociedade civil revela sua vitalidade e sua determinação de ganhar independência não apenas em relação ao governo mas também em relação ao Estado.

O interessante é que nem o Documento dos Doze nem o CONCLAT de São Bernardo são manifestações "oficiais". Não têm a chancela do Estado. Quem tem essa chancela são as confederações e federações de empresários, de um lado, e de trabalhadores, do outro; são as manifestações do Estado corporativo brasileiro. E por isso mesmo não têm a representatividade dos doze empresários ou do CONCLAT, este ainda que dividido.

Porque representatividade não é sinônimo de unidade. Se os empresários, da mesma forma que os trabalhadores, são classes imensas e complexas, não há por que esperar dessas classes unidade. O que se espera é que se organizem, e que assim surjam dentro delas grupos ou organizações que representem de forma efetiva frações importantes.

Essas duas manifestações da sociedade civil foram comple-



mentadas na semana passada por um documento da mais alta importância: o discurso do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

Esse discurso, que era esperado com grande ansiedade, afinal correspondeu às expectativas que em torno dele haviam-se formado. E provavelmente será o documento político fundamental deste ano.

Por meio desse documento três resultados foram alcançados: 1) o PMDB reuniu-se em torno de uma proposta e de uma liderança comum; 2) o PMDB estabeleceu as bases da difícil mas possível negociação; 3) o PMDB deixou claro que representa de maneira quase perfeita os anseios da sociedade civil brasileira.

A unidade do próprio PMDB em torno das propostas apresentadas no discurso é evidente. O partido viu-se fortalecido com as palavras do seu presidente porque sentiu-se por elas representado. As bases para a negociação com o governo foram também estabelecidas. O discurso define objetivos mas não fecha portas, porque sabe, como Guimarães Rosa, que Ulysses Guimarães citou com muita propriedade, que “o real não está na saída nem na chegada. Ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

Finalmente, a representatividade do PMDB em relação à sociedade civil ficou óbvia pela já prevista proximidade das suas propostas em relação ao Documento dos Doze e as reivindicações do CONCLAT.

Na verdade, o que existe hoje da parte dos empresários é um grande desejo de aproximar-se dos trabalhadores. Por exemplo, a crítica de muitos empresários à recessão e ao Decreto n.º 2.045 é uma demonstração desse fato. As propostas do PMDB de “elevação imediata e progressiva do nível de atividade econômica” e de “elevação do salário médio em função do aumento da produtividade média”, entre muitas outras, seriam provavelmente subscritas sem hesitação por trabalhadores e empresários. Constitui-se ou poderá constituir-se assim uma unidade ou um pacto social que, apesar das suas contradições naturais, ainda poderá arrancar este país da crise e do imobilismo em que se encontra imerso. (30.8.83)

## **Desapareceu o medo das eleições diretas**

A eclosão do movimento nacional pelas eleições diretas do presidente da República aconteceu na última semana, primeiro,

quando o governador Franco Montoro reuniu, no sábado, todos os governadores da oposição para assinarem um manifesto, e, segundo, quando as principais entidades da sociedade civil brasileira realizaram no domingo um comício em São Paulo a favor das eleições diretas.

Antes disso, os fatores recentes que contribuíram para a eclosão desse movimento nacional foram quatro: 1) a declaração de independência do Congresso, recusando os Decretos presidenciais nºs 2.024 e 2.045; 2) as eleições diretas na Argentina; 3) o lançamento da campanha por eleições diretas pelo governador de São Paulo no início de novembro; e, finalmente, 4) as declarações do presidente da República em Lagos, manifestando-se pessoalmente a favor das eleições diretas, que só não se realizariam devido à oposição de seu partido, o PDS.

O último fator foi decisivo. A instituição da presidência da República é ainda muito forte no Brasil. Embora a sociedade civil, representada politicamente pela oposição e pela maioria dos governadores do PDS, já houvesse optado pelas eleições diretas, ela parecia à espera do sinal verde do presidente. Quando este surgiu, de nada adiantaram os desmentidos posteriores. As comportas estavam abertas para um grande movimento nacional de restabelecimento da democracia.

As oposições que restam às eleições diretas provêm apenas de dois focos: dos políticos oportunistas dentro do PDS, ligados principalmente ao sr. Paulo Maluf, e dos restos da extrema direita militar e civil, que têm medo da manifestação popular representada pelas eleições diretas.

A oposição representada pelo sr. Paulo Maluf ou pelo sr. Mário Andreazza às eleições diretas é cada vez menos importante, na medida em que o PDS sente cada vez mais claramente que apoiá-los será um suicídio político. A oposição representada pela direita ou pelos grupos conservadores existentes no país, entretanto, era muito mais significativa. Durante um longo período, a partir de 1964, a posição contra as eleições diretas tornou-se dominante na sociedade civil brasileira. Não era uma posição exclusiva da extrema direita, sequer da alta burguesia conservadora, já que contava com o apoio de amplos setores das classes médias.

Nos últimos anos, entretanto, esta posição mudou paulatina mas firmemente, na medida em que o regime autoritário instalado em 1964 se esgotava e entrava em processo de deterioração. No início deste ano, entretanto, quando o alto empresariado brasileiro,

que apoiou a redemocratização, se lançou decididamente (e irresponsavelmente) no jogo dos presidencialistas, ficou claro que ainda havia setores importantes da sociedade civil jogando nas eleições indiretas e com medo das diretas.

Entretanto, o aprofundamento da crise econômica, de um lado, e o crescente impasse político representado pela perspectiva da escolha via Colégio Eleitoral de um novo presidente sem legitimidade política — quando essa legitimidade torna-se mais importante do que nunca para se enfrentar a crise econômica —, de outro lado, levaram a uma mudança rápida nas resistências às eleições diretas por parte dos setores conservadores da sociedade. Sobraram apenas, isolados, os oportunistas e a extrema direita.

O fato de que a eclosão do movimento pelas diretas tenha ocorrido em São Paulo e que o governador do estado tenha tido um papel importante no processo, não é fortuito. São Paulo é a sede da sociedade civil brasileira, e as eleições diretas são hoje não apenas um pleito do povo brasileiro mas também da sociedade civil deste país. Nesse sentido, tudo indica que o caminho em direção às eleições diretas é irreversível. (29.11.83)

### **Probabilidades eleitorais em 1984**

As eleições diretas vão se transformando em uma tese vitoriosa não apenas porque contam com o apoio maciço da sociedade civil brasileira, mas também porque, por paradoxal que possa parecer essa afirmação, através de eleições diretas o governo e o PDS têm melhores condições de eleger o sucessor do presidente Figueiredo do que através de eleições indiretas.

Em qualquer das hipóteses, a probabilidade de um candidato das oposições ser eleito é maior do que a de um candidato do PDS. Mas no caso de eleições indiretas, apesar de a maioria do Colégio Eleitoral pertencer ao PDS, a probabilidade de um candidato das oposições ser eleito é maior do que no caso de eleições diretas.

No caso de eleições indiretas, os candidatos prováveis do PDS serão ou Paulo Maluf ou Mário Andreazza. O PMDB, por sua vez, e provavelmente os demais partidos da oposição deverão fechar com Tancredo Neves. Nem Ulysses Guimarães nem Franco Montoro são candidatos em eleições indiretas. Ora, para um número considerável de representantes do PDS, o nome do governador de Minas Gerais é mais aceitável do que os daqueles dois políticos do

PDS. Acresce que, como deixou muito claro Leitão de Abreu, a fidelidade partidária não poderá ser exigida na eleição indireta. Com o maciço apoio que Tancredo Neves contará da sociedade civil, a pressão da opinião pública sobre os membros do Colégio Eleitoral será enorme. É natural, portanto, prever a vitória do governador de Minas Gerais.

Por outro lado, no caso de eleições diretas, as oposições se dividirão. O PMDB apresentará ou Ulysses Guimarães ou Franco Montoro. O PDT lançará Leonel Brizola. E o próprio PT é capaz de lançar seu candidato, mesmo que a legislação eleitoral seja democrática e permita coligações. O PDS, por sua vez, conta com um candidato forte em eleições diretas: Aureliano Chaves. As possibilidades de vitória do PDS são, portanto, concretas apesar do desprestígio popular do governo.

O PDS encontra-se, portanto, preso em uma armadilha: a armadilha do Colégio Eleitoral. É certo que suas probabilidades nesse colégio aumentariam se escolhesse Aureliano Chaves como candidato às indiretas, porque nesse caso as probabilidades de Tancredo Neves diminuiriam. Mas é pouco provável que o faça, dada a campanha que Paulo Maluf vem fazendo para conquistar os convencionais do PDS.

Estes convencionais estão sendo seduzidos de todas as maneiras possíveis. Mas não são suicidas. Escolherão Paulo Maluf no caso de eleições indiretas, porque imaginam que em seguida será eleito pelo Colégio Eleitoral e cumprirá suas promessas em termos de cargos e favores. Não o escolherão, porém, em eleições diretas, porque sabem que não terá a mínima condição de, em seguida, ser eleito.

Escolhido Paulo Maluf, como é mais provável, para disputar as eleições indiretas o PDS rachará, a começar pelo próprio presidente da República. E teremos a provável escolha de Tancredo Neves. O mesmo tenderá a ocorrer, embora com menos segurança, se o candidato for Mário Andreazza.

É a percepção desse fato por um número crescente de membros do PDS, a partir do presidente da República, além de sua própria sensibilidade política quanto à atitude dos seus eleitores, que os está levando a propor eleições diretas. Como as eleições diretas são, mais do que um anseio, uma demanda do povo e da sociedade civil, dificilmente deixarão de vingar em 1984. Só a inércia das instituições ou a falta de capacidade de negociação dos políticos poderá impedir que uma tese apoiada por toda a sociedade deixe de

ser vitoriosa. A Convenção Nacional do PMDB, domingo último, em Brasília, quando sua unidade foi reafirmada, foi mais um passo importante nesse sentido. Mas o passo decisivo ainda deverá ser dado pelo presidente da República e pelo PDS. (6.12.83)

## Conservadorismo e democracia

Há dois ventos fortes soprando na sociedade brasileira desde pelo menos 1977, quando a sociedade civil optou definitivamente pela redemocratização do país: o vento democrático e o vento conservador. As classes dominantes brasileiras — a burguesia e secundariamente a classe média tecnoburocrática — sentem que o retorno à democracia é essencial, mas ao mesmo tempo revelam um sólido conservadorismo político, que atrasa a redemocratização e, no momento, dificulta o retorno às eleições diretas.

O conservadorismo, no Brasil, está relacionado basicamente com a idéia de “ordem” — expressão que aparece no dístico da bandeira brasileira ao lado de “progresso”. Ordem significa disciplina política e social; significa segurança; significa o respeito à hierarquia social, política e burocrática; significa que todos os participantes do drama econômico e social desempenharão rigorosamente seus papéis; significa a segurança das instituições que garantem essa disciplina: de um lado, a Constituição e as demais leis do país, de outro, as Forças Armadas e a polícia — e portanto o Poder Executivo —, o Poder Judiciário e o próprio Poder Legislativo.

O conservadorismo tem outros conteúdos ideológicos, mas o essencial é o da ordem, porque afinal todos os demais valores são-lhe implícita ou explicitamente subordinados. A ordem é essencial para as classes dominantes brasileiras porque elas sabem — apesar de toda a estabilidade política que existe hoje no Brasil — que elas só terão a perder diante de qualquer avanço econômico ou político das classes populares. Especialmente porque as desigualdades de riqueza, de renda, de prestígio social e de poder político neste país são imensas.

Dois exemplos desse conservadorismo das classes dominantes brasileiras são a atitude dos empresários e do presidente da República em relação às eleições diretas.

As eleições diretas — aliás, como uma política mais firme em relação aos credores na área externa — podem resultar em uma certa desordem social. A “desordem” seria limitada, perfeitamente

controlável, expressar-se-ia fundamentalmente em um certo grau de imprevisibilidade. Mas esse fato é suficiente para a burguesia, como o presidente, embora declarando-se sempre a seu favor, não lhe dê todo o apoio necessário.

Elio Gaspari, em artigo recente no *Jornal do Brasil*, afirmou, com muita agudeza que a elite brasileira “tem um comportamento ambíguo: defende a liberdade em público, disputa o poder nas conversas privadas e busca favores nas conversações com o poder público”. Para ela, “a realização de eleições diretas é desejável para mudar a equipe de governo, mas não a ponto de permitir mudanças tão profundas quanto são as possíveis”. (“Deu-se a reação conservadora”, 9.12.83)

O presidente, por sua vez, declara e repete em entrevistas que é favorável às eleições diretas, mas posterga-as, protestando, em um discurso dirigido aos militares, contra aqueles que “tentam pressionar o governo no sentido de que dê mais velocidade ao processo de abertura democrática, esquecidos de que o fundamental, o básico para a condução segura do processo de democratização, está sendo realizado: o fortalecimento das instituições, inclusive o das instituições militares” (discurso de 9.12.83).

É significativo que esse vento forte do conservadorismo convive com a reafirmação muitas vezes sincera dos valores democráticos. Na verdade, o conservadorismo não é a mesma coisa que o autoritarismo. É uma atitude política mais refinada, mais matizada, mesmo quando tem a ordem como seu valor fundamental. Mas não há dúvida de que existe uma contradição intrínseca entre o espírito conservador e o espírito democrático. Quando um democrata pertence à classe dominante, ele precisa estar disposto a aceitar — ou arriscar — mudanças em certas características da ordem estabelecida para continuar a ser democrata. Aceito esse critério, vale a pena perguntar quem é, afinal, democrata neste país. E para responder a essa pergunta a tese das eleições diretas tornou-se um divisor de águas. (12.12.83)

### **Impasse militar no final de 1983**

1983 foi um mau ano para o Brasil. No plano econômico, a recessão iniciada em 1981 transformou-se em depressão, ao mesmo tempo que a inflação dobrava de patamar: o produto interno decresceu 3,9% e a inflação alcançou 211%. O saldo comercial de 6,3

bilhões de dólares foi, em parte, uma vitória de Pirro, porque logrado às custas de violenta redução das importações. A negociação da dívida externa foi uma somatória de equívocos durante o primeiro semestre; ganhou mais consistência no segundo, mas permaneceu tímida e afinal não logrou a adesão necessária de todos os bancos para o modesto empréstimo-jumbo de 6,5 bilhões de dólares. A dívida externa cresceu como estava previsto. E nossa credibilidade externa não aumentou em nada, apesar de todo o sacrifício imposto à nação. As perspectivas para 1984 continuam negras; os empresários prevêem em geral um novo ano pior ou igual a 1983.

No plano político 1983 não foi melhor. Depois da vitória eleitoral das oposições em 1982, que obtiveram 58% dos votos populares nas eleições para a Câmara dos Deputados e mais do que isso nas eleições majoritárias para o Senado e os governos dos estados, o Brasil viveu o impasse político causado pela ilegitimidade do Colégio Eleitoral que elegerá o novo presidente da República.

Esse impasse já estava definido no amanhecer das eleições de novembro de 1982, mas era de se esperar que durante 1983 ocorressem progressos no sentido de resolvê-lo. Esses progressos ocorreram, especialmente ao nível das classes dominantes, que perderam o medo das eleições diretas, mas ficaram aquém das expectativas devido à pouca sensibilidade do governo.

O primeiro semestre foi lastimável. Enquanto os escândalos continuavam a estourar — Delfim, Capemi, Coroa-Brastel —, as classes dominantes e o PDS atiravam-se ao “jogo dos presidencialíveis”. Os empresários optavam por Aureliano ou por Beltrão, o presidente demonstrava preferência por Andreazza; e Paulo Maluf, apesar da fragorosa derrota do PDS em São Paulo e do desmoralizante governo que aqui realizou, corrompia com promessas e amabilidades de todos os tipos boa parte dos convencionais do PDS.

No segundo semestre, a percepção de que as eleições diretas são a única solução para a crise institucional em que se encontra o país ganhou toda a sociedade civil. E quase sensibilizou o presidente, conforme ficou claro em suas declarações durante a viagem à África.

O ano, entretanto, foi tristemente encerrado pelo discurso do presidente no último dia 29, em que se demitiu da coordenação da escolha do nome do novo presidente. Ele recebera essa delegação do PDS, que, ao fazê-lo, refletira as preocupações do alto comando militar. Ao devolver a delegação, o impasse político brasileiro ganha uma nova dimensão: a dimensão militar.

A percepção de que chegou o momento de terminar o regime militar e eleger um presidente civil ocorrera também no primeiro semestre de 1983. No processo de transição, entretanto, pareceu aos militares que deveria caber ao seu representante maior, o presidente da República, ouvidos os membros do PDS e do restante da sociedade, coordenar a escolha do novo presidente. Só essa prerrogativa militar justificava para o próprio regime militar a existência de um Colégio Eleitoral não representativo, ao invés de um processo diretamente democrático de escolha do novo presidente.

Ao demitir-se o presidente dessa coordenação surge o novo impasse. Um instrumento espúrio como o Colégio Eleitoral cai nas mãos de civis, que declaram abertamente que o utilizarão em seu benefício próprio. A "legitimidade" do Colégio Eleitoral perante os militares desaparece imediatamente. E o impasse político ganha agora um perigoso ingrediente militar. De fato, a utilização, por civis, de um instrumento autoritário como é o Colégio Eleitoral para beneficiar interesses particulares é algo que será muito difícil de ser aceito pelos militares brasileiros.

E se afinal, apesar de tudo, um presidente for eleito por esse Colégio Eleitoral — sem apoio nem do povo, nem da sociedade civil, nem dos militares — é fácil imaginar que os problemas políticos brasileiros só se agravarão: o Brasil estará dando uma demonstração de irresponsabilidade nacional. (3.1.84)

## **O comício da Sé e a sociedade civil**

O comício da Praça da Sé, no último dia 25 de janeiro, foi a maior manifestação popular ocorrida nas últimas décadas no Brasil. Além de um extraordinário ato de presença do povo, entretanto, o comício foi uma indicação segura de que a sociedade civil brasileira democratizou-se, ampliou suas bases, e neste momento está quase plenamente identificada com o povo na campanha pelas eleições diretas para presidente da República.

Entendo por sociedade civil o povo organizado e ponderado segundo o poder das classes, frações de classe e grupos de interesses. Na sociedade civil as classes dominantes são, portanto, mais poderosas do que o povo. E, na medida em que forem mais poderosas, a própria sociedade civil será menos democrática, mais fechada, e, contraditoriamente, mais fraca, porque mais sujeita ao arbi-



trio autoritário de organizações militares ou políticas de extrema direita ou de extrema esquerda.

No Brasil, nos últimos dez anos, há um contínuo fortalecimento e democratização da sociedade civil, e, portanto, há uma aproximação maior entre a sociedade civil e o povo, na medida em que a redemocratização do país se transformou em uma aspiração nacional. O comício da Praça da Sé foi um momento culminante desse processo.

Embora o governador Franco Montoro tenha decidido sua realização, quando muitos duvidaram do seu êxito, o comício não foi do governador de São Paulo. Como não foi de nenhum partido político, nem das organizações de extrema esquerda com suas bandeiras fora do lugar. E não foi um comício dos trabalhadores, nem da classe média, nem dos estudantes, nem dos jovens, nem dos velhos, porque foi de todos. Não foi também um comício dos seus organizadores, nem da campanha publicitária que o procedeu, porque, se a causa não houvesse tomado anteriormente as mentes e os corações da grande maioria da população paulista, jamais teria sido possível reunir na Praça da Sé e arredores tamanha multidão.

A sociedade civil e o povo manifestaram-se, assim, unidos na Praça da Sé. Resta saber agora quem ainda é contra as eleições diretas. Praticamente só os oportunistas reunidos em torno de dois "presidenciáveis" pelas indiretas: Maluf e Andrezza. Sobre eles nada há a fazer.

Mais importante, entretanto, é saber quem, sendo a favor, ainda não decidiu colocar-se abertamente na luta pelas eleições diretas. São os conservadores, que têm medo que as eleições diretas permitam a subida ao poder de um líder populista. São uma parcela dos militares, que têm medo que se registre no Brasil o que vem ocorrendo na Argentina. São membros do PDS, como o sr. Aureliano Chaves, que declaram-se a favor das diretas, mas aceitam disputar as indiretas e não participam da campanha por uma questão de disciplina.

As razões dos conservadores, dos militares temerosos e dos democratas do PDS devem ter ficado abaladas depois do comício da Praça da Sé: um comício tão pacífico e não-radical quanto espetacular. Ulysses Guimarães já percebeu que um objetivo fundamental da campanha pelas diretas é agora convencer esses grupos. Por isso vai procurar falar com Aureliano Chaves. Por isso tem tranqüilizado continuamente os militares e os conservadores.

Como analista político tenho o defeito do otimismo, mas

depois do comício da Praça da Sé, do qual participei no meio do povo, sinto que as eleições diretas e, portanto, a democratização deste país estão muito mais próximas. (31.1.84)

### **Classes dirigentes e Aureliano Chaves**

A contradição intrínseca da posição do sr. Aureliano Chaves em relação à crise política brasileira — apóia as eleições diretas já mas candidata-se também pela via indireta — reflete com precisão a contradição das classes dirigentes brasileiras. Estas são favoráveis às eleições diretas em 1984, mas não acreditam que o movimento pelas diretas venha a ser vitorioso, e portanto tratam de articular-se em função da escolha de um candidato indireto que possa fazer frente à ameaça intolerável representada pelos senhores Maluf e Andreazza.

Este “realismo” das classes dirigentes — particularmente da alta burguesia — é “confirmado” pela posição dos três ministros militares e do presidente da República, que comunicam à nação seu veto as eleições diretas. Se os militares não querem eleições diretas e se os oportunistas do PDS também não a desejam, as classes dirigentes concluem que não teremos eleições diretas, e tratam de pensar o que fazer depois da derrota da emenda Dante de Oliveira.

Acontece que a afirmação de que a posição dos ministros militares representa a real posição dos militares brasileiros é, no mínimo, muito discutível. Os militares brasileiros sempre refletiram com razoável fidelidade os sentimentos da sociedade civil. E a sociedade civil brasileira, identificada com o povo, continua indiferente às advertências e aos vetos; continua engajada na mais extraordinária campanha cívica de que esta nação tem notícia: a campanha pelo restabelecimento definitivo da democracia através de eleições diretas.

Nesse quadro, o editorial da *Folha de S. Paulo* de domingo último cobrando mais coerência do sr. Aureliano Chaves é de extrema importância. Aureliano Chaves já caminhou muito, com coragem e ousadia, mas para se transformar em um estadista precisará dar mais alguns passos decisivos.

O primeiro será o de convocar abertamente todos os seus correligionários para votar a favor da emenda constitucional pelas eleições diretas. Compreende-se que não queira subir no palanque com os líderes da oposição para participar dos grandes comícios

pelas diretas. Mas nada justificará que ele se omita na campanha ao nível do Congresso para votar pela reforma da Constituição. O restabelecimento das eleições diretas é hoje muito mais importante para esta nação do que sua fidelidade às posições políticas de um governo contraditório, desorientado e dissociado da nação, como ele próprio o admite.

Se as classes dirigentes deste país e o sr. Aureliano Chaves — que é sem dúvida um dos seus mais legítimos representantes — pararem por um momento de articular eleições indiretas e concentrarem todo seu esforço na emenda pelas diretas, nada segurará sua aprovação. O governador Tancredo Neves, que é outro representante indiscutível dessas classes dirigentes, já tomou esta posição. Já percebeu que não pode dissociar-se do povo e da própria sociedade civil. O resultado foi um comício em Belo Horizonte provavelmente ainda maior do que o organizado pelo governador Montoro em São Paulo.

O momento, agora, é para concentração de esforços, com vistas à aprovação da emenda. Vamos ver se as classes dirigentes deste país e o sr. Aureliano Chaves compreenderão este fato e dirão aos parlamentares do PDS ainda não comprometidos com as diretas o que a grande maioria dos seus próprios eleitores já está dizendo: resgatemos o Brasil de um autoritarismo já superado através do restabelecimento imediato das eleições diretas. (28.2.84)

### **Ulysses, impasse e negociação**

A sociedade brasileira deposita uma firme esperança de que a votação da emenda restabelecendo as eleições diretas neste ano resolva o impasse político gravíssimo criado pela ilegitimidade do Colégio Eleitoral. Não há, entretanto, garantia de que esse impasse seja resolvido, dada a recusa à negociação por parte do governo federal.

Negociação significaria, da parte do governo, ou aceitar a tese das eleições diretas já — esta seria, aliás, a solução mais democrática e mais patriótica —, ou então significaria propor um governo de transição de curta duração (dois anos e meio) acompanhado da convocação de Assembléia Constituinte a ser eleita em 15 de novembro de 1986. Em seis meses haveria tempo para a Assembléia Constituinte definir a forma de eleição do novo presidente e proceder-se a sua eleição.

O governo, entretanto, recusa-se a negociar, ainda que haja uma atitude favorável à negociação em certos setores minoritários do governo não comprometidos com o continuísmo autoritário representado pelas candidaturas Andreazza e Maluf.

No seio da oposição, por sua vez, embora haja um amplo setor favorável a algum tipo de negociação, aumentou nas últimas semanas, à medida que a campanha cívica pelas eleições diretas se tornava vitoriosa, o número dos que adotam uma atitude extremamente negativa à negociação. Com mais insistência e às vezes com indignação passou-se a ouvir que negociação é ilusão, é traição, é conciliação de elites contra o povo. Estas atitudes partem dos setores mais radicalmente democráticos ou mais de esquerda da oposição, enquanto que os setores mais moderados da oposição e as classes dominantes burguesas e tecnoburocráticas comprometidas com as eleições diretas continuam a falar na necessidade de algum tipo de negociação com o governo ou, pelo menos, com os setores aurelianistas do PDS, para viabilizar a emenda Dante de Oliveira, ou, no caso de sua derrota, para tornar possível o lançamento pela oposição de um candidato de centro, mas pertencente a seus quadros, que seja capaz de uni-la e obter uma parte dos votos de representantes do PDS no Colégio Eleitoral.

Neste quadro de impasse entre governo e oposição e de divisão entre os setores mais de esquerda e os mais moderados, ou entre os setores mais utópicos e os mais realistas dentro da oposição, o papel que vem desempenhando e continuará a desempenhar o sr. Ulysses Guimarães é fundamental.

Com admirável sentido de patriotismo e de coragem ele vem liderando a oposição democrática brasileira nestes últimos doze anos. No momento ele é acusado pelos conservadores de radical, porque recusar-se-ia a negociar com o governo. Na verdade, quem se recusou até agora a negociar com a oposição sobre uma agenda mínima de retorno à democracia a curto prazo foi o governo federal.

O presidente do PMDB vem sendo pressionado de todos os lados. Dentro de seu partido, principalmente, vem sendo pressionado pelos moderados ou realistas. Mantém, entretanto, sua independência.

Essa independência será fundamental na eventualidade da recusa da emenda Dante de Oliveira. Esta recusa implicará lançar o país em um período de turbulência social e política sem precedentes. E nesse momento, diante da irresponsabilidade dos congressistas do PDS, só um homem que soube manter sua integridade demo-

crática terá condições de negociar em nome da oposição uma saída para o impasse. (10.4.84)

## **Maturidade política e união nacional**

Ontem estávamos todos na grande passeata pelas diretas de São Paulo. Passeata-comício que novamente trouxe para a praça pública representantes de todas as classes — trabalhadores, classe média tecnoburocrática, burguesia. E este fenômeno político repete-se em todo o Brasil. Em todas as cidades a população comparece em massa aos comícios, sem distinção de classes, de credos, de raças. Estão todos na praça: extrema esquerda, esquerda, centro e até a direita. Só a extrema direita e alguns oportunistas que ainda contam com a manutenção do regime autoritário não estão engajados na mais extraordinária campanha cívica de que o Brasil tem notícia.

Na verdade, o que se produziu no Brasil nestes últimos meses foi uma grande união nacional, uma grande união interclassista, que geralmente só ocorre, de fato, quando um país está em guerra, enfrentando um inimigo externo. Não estamos em guerra, não há inimigo externo de quem se defender, mas há um inimigo interno a ser derrotado: o regime autoritário que há vinte anos domina o país, o regime autoritário que levou o país a uma crise econômica e a uma situação de desmoralização dos governantes sem precedentes.

Diante dessa situação produziu-se a união nacional, a união interclassista de toda a sociedade brasileira, a identificação da sociedade civil com o povo.

Conforme observa o historiador Bóris Fausto, entretanto, esta campanha cívica só se constituirá em um fenômeno histórico marcante se lograr seu objetivo, se modificar a estrutura de poder existente no Brasil.

Há uma semana havia ainda muita gente que duvidava do êxito da campanha. Depois do comício do Rio de Janeiro no último dia 10, entretanto, a mudança de posição dos deputados do PDS acelerou-se. E ganhou ainda mais força quando o presidente, em um de seus momentos de espontaneidade, afirmou que se estivesse no Rio seria o milionésimo primeiro participante do comício e criticou o PDS por sua insensibilidade à idéia das diretas. Os desmentidos ridículos do dia seguinte não mudaram em nada o fato. E certamente indignaram muitos membros do PDS, que aceitam o coman-

do do presidente contra a voz de toda a sociedade. Ao fazer aquela declaração, o presidente confundiu todos os deputados e senadores do PDS com o grupo de oportunistas que apóia as candidaturas indiretas de Maluf e Andreazza. E os responsabilizou por uma tomada de posição que na verdade é oficialmente do presidente.

A probabilidade de aprovação da emenda das diretas apoiada nessa extraordinária campanha interclassista aumenta, portanto, dia a dia.

Com essa campanha o povo brasileiro vem dando uma demonstração de maturidade política que surpreende a muitos. A preocupação em manter a unidade do movimento moderou todos os radicalismos. Quando grupos de esquerda davam um passo mais ousado, como foi o caso da proposta de transformar a paralisação aprovada pelo Comitê Pró-Diretas em greve geral no dia 25 de abril, ou o excesso de bandeiras vermelhas nos comícios, os demais membros do movimento pediam moderação e a moderação era lograda.

Depois desta campanha, a velha tese autoritária de que o Brasil não está preparado para a democracia perdeu qualquer sentido. A democracia convive perfeitamente com o conflito e o debate entre as classes, mas só é possível quando existe um pacto social básico unindo o povo e a sociedade civil em torno de certos valores essenciais como a liberdade e o respeito aos direitos humanos. A campanha pelas diretas demonstrou que esse pacto já existe no Brasil. (17.4.84)

## **Negociar? Só com democratas**

Depois da rejeição, apenas por 22 votos, da emenda Dante de Oliveira, as classes dominantes e bem pensantes voltam a falar em negociação. “É preciso negociar, é preciso negociar, é preciso negociar”, dizem e repetem empresários e políticos conservadores.

Mas, “negociar o quê?”, pergunta a sociedade civil, perguntam os trabalhadores, perguntam os políticos de oposição. “Negociar contra o povo? Negociar traindo o povo? Negociar traindo toda a própria sociedade civil que participou desta campanha cívica pelas eleições diretas?”

Para a oposição é extremamente difícil negociar neste momento, porque qualquer transigência em relação ao adiamento das eleições diretas é uma traição.

Por outro lado, é difícil acreditar que seja possível convencer

mais 22 deputados do PDS a deixarem a covardia ou o oportunismo de lado, quando da votação da subemenda à emenda do governo. Mas não é impossível, se o sr. Aureliano Chaves tomar uma posição mais clara e decidida, e se a pressão popular continuar sem que se perca a unidade partidária e interclassista da campanha.

No momento não há outra alternativa para a oposição senão continuar a luta e a mobilização popular. O comício nacional do próximo dia 13 será o primeiro passo.

O novo prazo é a votação da emenda do governo. O argumento hoje mais válido do que nunca a favor da mobilização popular pacífica é que é impatriótico eleger um presidente pelo Colégio Eleitoral. Já era impatriótico antes da campanha pelas diretas e da votação da emenda Dante de Oliveira. Agora, depois da campanha e dos 298 votos dados à emenda, é duplamente impatriótico — é na verdade uma irresponsabilidade para com a nação — eleger alguém pelo Colégio Eleitoral. E é bem possível que mais 22 deputados do PDS acabem se apercebendo deste fato.

É claro que existe também a hipótese do mandato de transição. Mas quem terá autoridade para exercê-lo? E que programa mínimo deverá esse eventual candidato de união nacional apresentar à nação? O mínimo seria a convocação de Assembléia Constituinte, a capitalização forçada dos juros da dívida externa e uma política econômica orientada para a retomada do crescimento. Ora, nenhum candidato do governo tem condições políticas para adotar esse programa, e um candidato da oposição não será aceito pelo governo.

Na verdade, não é possível negociar porque o governo, ao procurar adiar a extinção do regime autoritário, colocou-se contra a nação. Por isso a luta continuará. As negociações serão possíveis, mas com os democratas do PDS, que são uma minoria mas existem e podem crescer. Com o governo, infelizmente, não há negociação possível. (1.5.84)

### **Inviabilidade da conciliação de elites**

Uma pergunta está nos lábios de todos os verdadeiros democratas nestes dias. Eles querem saber se, ao sabor das negociações desejadas pelo governo e pelos setores conservadores das classes dominantes e da oposição, não se desenha uma nova conciliação de elites. Eles querem saber se, afinal, não se chegará a uma fórmula que garanta o poder das elites contra o povo.

Chamo de “democratas verdadeiros” os democratas que não vêem na democracia uma mera fórmula jurídica de garantia de liberdades. Que entendem que a democracia só é verdadeira quando alia o conceito de liberdade ao de igualdade. Que entendem a igualdade entre os homens, entre as classes e entre as raças como sendo intrínseca, só não se realizando na prática em função das diferenças de oportunidade de educação, poder e riqueza. E que repudiam, portanto, os conceitos de elite natural e de rotação das elites.

A preocupação desses democratas com uma nova conciliação de elites é fundada. Afinal, as grandes crises políticas no Brasil sempre foram resolvidas através de um acordo ao nível das classes dominantes. Em certos momentos, como na proclamação da República ou na Revolução de 1930, e ao contrário do que ocorreu em 1964, houve mudança do “sócio maior” — na expressão de Ignácio Rangel — do bloco de poder. Mas sempre o poder ficou firmemente encastelado nas mãos de uma elite.

Hoje, entretanto, a tradicional conciliação de elites não é mais possível no Brasil.

Em meados de 1983 escrevi um artigo (Bresser Pereira, 1983a) em que procurei mostrar que a negociação desejada pelas classes dominantes não poderia resultar na clássica conciliação de elites, porque houve nos últimos anos no Brasil um amplo processo de ampliação e portanto democratização da sociedade civil.

A sociedade civil, onde se situa o verdadeiro poder político em um país, deixou de ser constituída exclusivamente pela alta burguesia, apoiada na pequena burguesia e na tecnoburocracia militar conservadora. Houve uma explosão da classe média no Brasil, não apenas burguesa mas também tecnoburocrática. Por outro lado, os trabalhadores organizaram-se e ganharam poder político ao nível dos sindicatos e dos partidos.

Esta ampliação e democratização da sociedade civil já tornava difícil, senão inviável, a pura e simples conciliação das elites. A histórica campanha cívica pelas eleições diretas deu uma nova dimensão a essa ampliação da sociedade civil porque trouxe um outro ator para o palco político: o povo — o conjunto de cidadãos iguais perante a lei. Nesse momento o povo ganhou maioria, identificou-se com a sociedade civil e abriu um novo capítulo para a história política do Brasil.

Isso não significa, obviamente, que o Brasil deixou de ser uma sociedade de classes, nem que os militares perderam todo o



poder de veto, mas significa que as classes médias e os trabalhadores já não podem ser mais desconsiderados em qualquer acordo político no Brasil.

Ora, o povo e a sociedade civil desejam maciçamente eleições diretas já. Por isso está certo Ulysses Guimarães quando afirma que este ponto não é negociável. Por isso faz sentido a afirmação de Carlos Castello Branco em artigo recente, quando afirma que “a decisão, afinal, estará entre os que traçam os limites — o povo, que já se manifestou, e as Forças Armadas, que reduzem ou ampliam a mobilidade do Palácio do Planalto”. Há três meses o notável analista político provavelmente não teria atribuído ao povo papel político dessa importância. (8.5.84)

### **A saída para o impasse político**

O governador Montoro fez na última semana um manifesto à Nação, no qual pode estar contida a saída para o atual impasse político. Propôs o governador de São Paulo um programa de três pontos: eleições diretas já, candidato único da oposição escolhido “com a possível brevidade” e programa econômico e social básico.

O impasse político atual está na recusa do presidente e de grande parte do PDS de apoiar a emenda das diretas. Por isso faltam no mínimo 22 votos às oposições democráticas.

Para obter esses 22 votos é necessário um fato político novo. E esse fato político pode ser a imediata união da oposição em torno de um candidato único, especialmente se esse candidato for um político de centro, que goze da confiança de um amplo espectro da sociedade brasileira.

No PMDB esse candidato é provavelmente, embora não necessariamente, Tancredo Neves. Ulysses Guimarães, que é o candidato natural do PMDB, não tem as mesmas condições para unir toda a oposição. Sua posição decidida a favor das diretas transformou-o no herói de uma campanha cívica, mas criou-lhe obstáculos em muitos setores da sociedade. Montoro encontra menos restrições, mas não tem o perfil conciliador e de centro para um candidato de transição.

Porque este candidato único das oposições deve ser necessariamente um candidato de transição. A duração ideal de seu mandato seriam três anos: dois anos para terminar a atual legislatura e

um ano para presidir uma Assembléia Nacional Constituinte a ser eleita no final de 1986.

A escolha imediata de um candidato único, com o apoio do PDT, do PT e do PTB, ao oferecer a todos, inclusive aos militares, uma perspectiva concreta e não ameaçadora do que será o futuro governo, facilitará enormemente a aprovação da subemenda das diretas.

Brizola já deixou claro que está disposto a apoiar um candidato nessas condições. Lula ainda não. Ulysses, ao ver sua tese das eleições diretas vitoriosa, provavelmente não terá dificuldades em aceitar o plano de Montoro.

Com esta articulação o governador de São Paulo assume mais uma vez o papel político que lhe cabe na recondução do país a uma democracia plena. Uma articulação ao nível das oposições. Mas uma articulação equilibrada e serena, que abre novas perspectivas para o grave impasse político em que se encontra o país.

Esta articulação, entretanto, só terá êxito se contar com o apoio decidido de Ulysses Guimarães. A maioria das oposições deseja uma solução moderada para a crise. Montoro apontou o caminho. Ulysses poderá levá-lo adiante não apenas porque é o presidente do PMDB, mas também porque ganhou crédito junto à nação para ser o fiador deste grande acordo entre as oposições, do qual certamente participarão os setores democráticos do PDS. (15.5.84)

## **O candidato da sociedade civil**

Hoje os governadores do PMDB deverão estar reunidos em São Paulo para discutir e aprovar a proposta do governador Montoro de que se escolha imediatamente um candidato único das oposições — especificamente para lançar a candidatura do governador Tancredo Neves.

O argumento do governador de São Paulo é que a escolha de um candidato de centro, como é o caso do governador de Minas Gerais, aumentará extraordinariamente a possibilidade de aprovação da emenda das diretas. Será o fato novo que, somado ao grupo pró-diretas, permitirá a vitória dos democratas no Congresso.

O argumento do governador de São Paulo é indiscutível. As oposições necessitam com urgência não apenas de um programa mínimo mas principalmente de um candidato que polarize a luta

pelas diretas e, mais amplamente, a luta pelo restabelecimento da democracia no país. Neste episódio decisivo para o processo de redemocratização, o papel do governador Montoro tem sido fundamental: definiu um projeto político viável para toda a nação e está tomando medidas concretas para a sua realização.

Embora em nenhum momento tenha admitido que sua proposta também vise o Colégio Eleitoral — onde bastam 51 por cento dos votos ao invés de 67 por cento necessários para mudar a Constituição — o governador deve ter considerado essa possibilidade. Prefere, entretanto, não discuti-la e assim concentrar todo o esforço possível e imaginável nas eleições diretas. O comício proposto para o dia 26 é a consequência natural desta atitude.

Está claro para todos, entretanto, que a probabilidade de aprovação da emenda das diretas, embora real, é ainda pequena, enquanto que é muito grande a possibilidade de um candidato das oposições ser eleito no Colégio Eleitoral. Basta, para isto, que a oposição e os setores do PDS liderados por Aureliano Chaves ajam com rapidez e escolham imediatamente seu candidato único.

Por outro lado, a sociedade civil e o povo, que se uniram na campanha pelas eleições diretas, estão unidos de forma mais ampla pela idéia de que é preciso restabelecer imediatamente a democracia no Brasil. E para isto é necessário recusar o continuísmo autoritário representado pelas candidaturas Maluf e Andreazza. O ex-governador de São Paulo foi, inclusive, transformado no inimigo público número um de quase toda a sociedade.

Nesses termos, a tese do candidato único e competitivo das oposições tende a impor-se naturalmente. Pode não ser aprovada definitivamente hoje porque talvez ainda sejam necessários alguns acertos entre os líderes da oposição, e também porque talvez se deseje esperar o dia 25, quando o diretório nacional do PDS deverá recusar a idéia de uma prévia no partido, e assim justificar o rompimento dos democratas do partido.

O fato concreto, entretanto, é que há uma unidade nacional democrática apontando na direção de um candidato único das oposições para o exercício de um mandato de transição de três anos: dois para que termine o mandato dos atuais congressistas e um para presidir a Assembléia Nacional Constituinte. Adiar a escolha deste candidato, que se transformou no candidato natural da sociedade civil, é não saber interpretar o sentimento de toda a nação brasileira. (19.6.84)

## União nacional democrática

Dois fenômenos contraditórios caracterizam o atual momento político brasileiro. De um lado, temos uma grande confusão e um impasse político, na medida em que o sistema de eleição do novo presidente da República está ainda em aberto. De outro lado, assistimos a um grande processo de união nacional visando terminar de vez com o regime autoritário estabelecido em 1964.

A confusão e o impasse político derivam diretamente da ilegitimidade do Colégio Eleitoral constituído pelas eleições de 1982, em que as oposições alcançaram quase 60% dos votos populares, mas não lograram o direito de eleger o presidente da República.

O fato político novo do último mês, entretanto, é o da união nacional, sob a hegemonia dos setores democráticos da burguesia — hoje amplamente majoritários no seio da própria burguesia — contra essa resistência do regime autoritário. O impasse existia desde novembro de 1982; a união nacional, entretanto, constituiu-se ou consolidou-se nos últimos meses e só se tornou clara recentemente.

A causa mais óbvia e mais direta desta união nacional democrática foi a extraordinária intensidade da campanha popular pelas eleições diretas. Sua base está no pacto social democrático, que se vem formando desde meados dos anos setenta, quando começou a ruptura da aliança da burguesia com a tecnoburocracia estatal autoritária. A partir desse momento, particularmente do “pacote de abril” de 1977, a sociedade civil passou a exigir a redemocratização e o governo a procurar postergar a volta à democracia com a estratégia da “abertura”.

Com a eleição do general João Figueiredo em 1978, o sistema autoritário logrou êxito em sua estratégia protelatória, garantindo para si mesmo uma sobrevida de seis anos. Entretanto, depois (1) da profunda crise econômica a que o país foi levado, (2) da derrota nas eleições de 1982, e, finalmente, (3) da campanha popular pelas diretas, a estratégia do regime autoritário de protelar sua existência por ainda mais seis ou quatro anos tornou-se inviável ou então irresponsável.

Essa tentativa está consubstanciada nas candidaturas indiretas de Maluf e Andreazza à presidência. Ao insistirem em se candidatar contra a vontade do povo e da sociedade civil, estes senhores tornaram-se alvo da execração geral. E o sr. Maluf transformou-se em uma espécie de inimigo público número um.

A união nacional democrática a que estou me referindo ocorre em dois planos. Ocorre no plano das classes, na medida em que povo e sociedade civil, trabalhadores, classes médias tecnoburocráticas e burguesia se unem para restabelecer imediatamente a democracia no Brasil via eleições diretas. A campanha pelas diretas foi uma campanha rigorosamente interclassista. Nesse plano, a união nacional significa, portanto, a unidade da nação — ou seja, de toda as classes — contra um inimigo interno: o regime autoritário.

Mas a união nacional democrática ocorre também ao nível dos partidos. A fusão do PP ao PMDB, a ampla vitória em termos de voto popular deste partido e das oposições em geral nas eleições de 1982, ao mesmo tempo que criava um impasse político (dada a maioria casuística do PDS no Colégio Eleitoral), constituiu-se em mais um passo na formação da frente nacional democrática. A eleição de governadores oposicionistas socialmente consolidou o PMDB como alternativa óbvia de poder para a própria burguesia.

O PMDB, que já contava com amplo apoio entre os trabalhadores e as classes médias assalariadas, passou assim a ter também amplo apoio da burguesia. Dada a hegemonia ideológica da burguesia, ou seja, a ampla capacidade desta classe de transmitir para as demais classes seus próprios valores e crenças, a opção democrática da burguesia levou-a a um rompimento (relativo) com a tecnoburocracia estatal e estabeleceu as bases políticas sólidas para a união nacional democrática de hoje.

Esta união nacional democrática tem como eixo político o PMDB e tem apoio no PT e no PDT. A proposta do governador Montoro de lançar um candidato único das oposições — especificamente o governador Tancredo Neves — teve um papel decisivo em operacionalizar essa união. O apoio do governador Brizola, por outro lado, foi fundamental para que a idéia ganhasse impulso.

Setores significativos, ainda que minoritários, do PDS não ficaram, entretanto, insensíveis em relação a esse movimento da burguesia em direção da democracia. Enquanto o núcleo autoritário do PDS, situado no Planalto, postergava a redemocratização através da criação sistemática do “impasse”, um outro grupo, que encontrou seu líder no vice-presidente Aureliano Chaves e apoio em alguns governadores ou ex-governadores, caminhou também em direção à democracia e à tese do restabelecimento das eleições diretas.

O país ficou, assim, dividido em pelo menos quatro grandes grupos: de um lado, dois grupos democráticos, amplamente maio-

ritários, as oposições baseadas no PMDB e o grupo democrático do PDS liderado pelo vice-presidente; de outro lado, dois grupos autoritários, estritamente minoritários, o grupo do Planalto e o malufismo, o primeiro baseado na força política da máquina do Estado e no prestígio institucional da Presidência, o segundo no oportunismo e na falta de princípios éticos que assolam uma parte da sociedade brasileira.

Diante dessa perspectiva, a solução óbvia é uma transitória aliança dos dois grupos democráticos: esta união ocorreu na votação da emenda das diretas, no último dia 25 de abril, com o apoio do grupo pró-diretas do PDS de base aurelianista, e tende a traduzir-se no apoio das oposições unidas e dos aurelianistas ao governador Tancredo Neves.

Com o recuo do presidente em relação à prévia, e, em seguida, com a retirada da emenda constitucional restabelecendo as diretas em 1988, o grupo democrático do PDS foi lançado na direção do candidato único das oposições. Estas, entretanto, divididas internamente, e não obstante os esforços do governador Montoro, têm revelado pouco realismo ou pouca efetividade política, na medida em que demoraram em lançar um candidato único. Não há dúvida, porém, de que para a nação, consubstanciada nesta união nacional democrática, o continuísmo, representado pelas manobras continuístas do presidente Figueiredo — baseadas na criação de impasses — ou pelas candidaturas autoritárias de Andreazza e Maluf, é insuportável.

Nestes termos, as probabilidades de vitória de um candidato único das oposições são hoje maiores do que nunca. Sua base será, de um lado, a união nacional de transição para a democracia, e de outro, o esfacelamento do regime autoritário que nada mais representa neste país. (1.7.84)

## **O futuro governo da união nacional**

Há uma justificada euforia no plano político na medida em que a candidatura Tancredo Neves se consolida. Ao apoio de toda a sociedade, que as pesquisas de opinião pública estão agora confirmando, somou-se o apoio da Frente Liberal. Ainda que haja muito a fazer para derrotar de vez o autoritarismo, e, portanto, que o otimismo deva ser combinado com a devida cautela, não há dúvida de que a união nacional interclassista a favor do restabelecimento da

democracia tomou forma na candidatura Tancredo Neves. Lançada pelo governador de São Paulo há cerca de dois meses, passou a ser coordenada politicamente por Ulysses Guimarães, a partir da retirada da emenda Figueiredo, e agora, com o apoio da Frente Liberal, tornou-se definitiva. A tentativa do general Geisel de impedir ou adiar o apoio de Aureliano Chaves e da Frente Liberal a Tancredo Neves não funcionou. A presidência encontra-se agora sem instrumentos para reunificar o PDS. Os militares não pretendem intervir no processo. E a eleição de Tancredo Neves pela via indireta, por um mandato mínimo de três anos, com o compromisso da convocação de uma Assembléia Constituinte em 1986, é hoje uma quase certeza.

Candidato de transição e de união nacional, o governador Tancredo Neves será, por definição, um governo de centro e de compromisso. Não se deve esperar, portanto, nenhum favorecimento especial seja à classe trabalhadora, seja à classe capitalista, seja às classes médias assalariadas.

Mas no plano econômico e social algumas medidas que, como a própria candidatura Tancredo Neves, constituem um consenso nacional, deverão ser tomadas.

Entre essas medidas de consenso, a mais óbvia será a retomada do crescimento econômico, o aumento do nível da produção não apenas para exportação mas também para o mercado interno, e a recuperação dos níveis de emprego. O maior problema social do Brasil hoje é o desemprego. E a única forma de efetivamente aumentar os níveis de emprego será aumentando a demanda efetiva através de medidas monetárias e fiscais desconstracionistas.

Estas medidas implicarão necessariamente o aumento das importações. Como, por outro lado, (1) as taxas de juros no mercado internacional deverão continuar a crescer, e (2) como as altas taxas de crescimento das exportações do Brasil neste primeiro semestre não deverão se manter porque estão baseadas em um déficit comercial dos Estados Unidos insustentável, o superávit comercial brasileiro tenderá a cair em 1985 e o déficit em conta corrente deverá aumentar. Nesses termos, os acordos com o Fundo Monetário Internacional não poderão ser mantidos.

Em consequência, e já sabendo desses fatos, o governador Tancredo Neves tem insistentemente afirmado que renegociará a dívida brasileira dilatando os prazos e fixando a taxa de juros em níveis viáveis. Este é o outro consenso nacional. Uma mudança profunda em nossas relações com nossos credores é uma neces-

sidade reconhecida por todos, inclusive por nossos próprios credores, e não deixará de ser realizada pelo futuro governo de união nacional. (17.7.84)

## **Pacto social e aliança política**

A candidatura Tancredo Neves, majoritária na opinião pública e no Colégio Eleitoral, representa na prática o pacto social a que o candidato da Aliança Democrática se referiu em seu discurso aos empresários na última semana. Em Manaus, Tancredo Neves voltou ao assunto quando afirmou: "Meu opositor me acusa de que a minha campanha tem desde banqueiros até comunistas. Tem mesmo. Porque represento a conciliação nacional. Mas isto não quer dizer que meu governo não vá ser coerente".

Na verdade, a candidatura Tancredo Neves, além de consubstanciar o pacto social democrático que vem se constituindo no Brasil desde 1977 (em resposta ao "pacote de abril"), representa também uma aliança política concreta: a aliança de liberais-conservadores da Frente Liberal, com o centro e esquerda independente do PMDB e do PDT, e com a esquerda comunista do PCB, do PC do B e do MR-8.

Porque é preciso distinguir com clareza pacto social de aliança política. Pacto social é um entendimento básico que se forma entre as diversas classes e frações de classe de uma sociedade para aceitar os princípios básicos de um determinado regime político. Em todas as sociedades democráticas e capitalistas existe um pacto social democrático, da mesma forma que em países estatais como a União Soviética ou a China existe um pacto social autoritário. O pacto social é o instrumento básico que garante estabilidade política a um regime político. Não impede a luta de classe, muito menos disputa entre partidos políticos de diversas colorações ideológicas, mas limita a extensão da luta de classes e dos conflitos partidários na medida em que certos princípios básicos são aceitos pela grande maioria da população.

No caso brasileiro, o pacto social democrático de 1977 está baseado em três princípios: a restauração democrática, a preservação do capitalismo e a distribuição moderada mas efetiva da renda.

Esse pacto confluiu em 1984 para um denominador comum, a candidatura Tancredo Neves, consumando-se assim uma aliança



política sem precedentes, da qual só estão excluídos a direita do PDS e os setores radicais do PT.

Para o futuro governo Tancredo Neves o ideal é manter essa aliança política a nível federal. Mas não será fácil. Para isso todos contam com a extraordinária capacidade de conciliação de Tancredo Neves. Mas seus esforços serão inúteis se sua habilidade política não for complementada por uma elevada capacidade de tolerância da parte dos grupos políticos que participam da aliança.

A classe empresarial já foi basicamente conquistada pela candidatura Tancredo Neves: muitos por convicção, outros tantos por oportunismo, ao perceberem que essa seria a candidatura vitoriosa. E, ao assumir a presidência Tancredo Neves terá certamente o apoio de quase toda a burguesia. Uma prática constante das classes dominantes em qualquer país democrático é tratar de aderir ao governo eleito e cooptá-lo se não antes do pleito, certamente depois.

Tancredo Neves precisará, entretanto, do apoio popular. E para isto sabe que não poderá ficar em meras promessas. Por isso tem dado ênfase em suas declarações, inclusive a última em Manaus, para a necessidade de aumentar a tributação sobre os ganhos de capital e sobre as rendas mais elevadas das pessoas físicas.

Em qualquer hipótese, entretanto, deveremos ter no governo Tancredo Neves um forte aumento dos movimentos sociais reivindicatórios. Os sindicatos aumentarão seu poder, na medida em que, de um lado, diminua o desemprego e, de outro, a legislação repressiva seja eliminada. O PT será um ferrenho adversário do governo. As bases sindicais do PMDB e dos PC serão então importantes para contrabalançar o radicalismo. Elas só se legitimarão, entretanto, se obtiverem vantagens efetivas para os trabalhadores.

A aliança política existe, portanto, mas não está garantida; o pacto social que lhe deu origem, entretanto, é sólido e, somado à competência de Tancredo Neves, poderá garantir a continuidade da aliança política necessária para a transição democrática. (16.10.84)

## **Dos rumores de golpe à idéia de conciliação**

A penúltima semana — quando a maioria obtida por Tancredo Neves na escolha dos delegados das Assembléias Legislativas estaduais deixou claro para todos sua invencibilidade no Colégio Eleitoral — foi uma semana muito nervosa. Em meio às denúncias

de tentativas frustradas do sr. Paulo Maluf de corromper eleitores e às ameaças de golpes "legais" através da mesa do Senado, falou-se insistentemente em golpe militar. A última semana foi muito mais calma. A tônica passou do golpe para a idéia de conciliação nacional.

Os rumores de golpe, apoiados em manobras militares em Brasília, em reuniões de oficiais tentando inutilmente vincular Tancredo Neves ao comunismo, e em declarações apaixonadas do general Iris Lustosa, chefe do Centro de Informações do Exército, perderam grande parte de sua força por não encontrarem senão repúdio em toda a sociedade e provavelmente entre os próprios militares.

Na verdade, tudo indica que entre os militares o restabelecimento da democracia no país, representado pela candidatura Tancredo Neves, só encontra resistência efetiva em um grupo de oficiais ligados ao Sistema de Informações, especificamente ao SNI, e em uma estrita minoria ao nível da tropa. O artigo de Boris Casoy no domingo último deixou claro esse fato. Não há, portanto, condições objetivas para um golpe no Brasil.

Ao contrário de uma lenda segundo a qual os militares seriam um enclave dentro da sociedade brasileira, eles são uma parte integrante dessa sociedade. São uma parte da classe média tecnoburocrática, constituída também pelos técnicos e administradores estatais civis e pelos técnicos e administradores que trabalham nas grandes empresas privadas.

Esta classe média tecnoburocrática funciona no Brasil como força auxiliar da classe capitalista. Dentro dela os militares, em especial, tiveram um papel político desproporcional ao seu poder técnico e organizacional entre 1964 e 1974, quando tutelaram a burguesia ao mesmo tempo que se puseram a seu serviço. A partir do início do processo de redemocratização, porém, foram perdendo poder para os políticos e para os empresários. E, atualmente, tudo indica que a grande maioria dos militares não deseja outra coisa senão desvincular-se do regime autoritário, para assim preservar sua própria corporação.

Hoje a hegemonia ideológica pertence claramente à burguesia no Brasil, e esta classe percebe que para exercer essa hegemonia necessita da democracia. Os militares, também condicionados por essa hegemonia, já que são parte integrante da sociedade, não irão se pôr irresponsavelmente contra essa mesma sociedade. No passado, quando intervieram, tiveram sempre apoio majoritário das

classes dirigentes do país. Hoje não têm esse apoio para intervir, e certamente preferem ficar nos seus quartéis.

Por isso, na última semana a ênfase do noticiário político passou do golpe para a conciliação. É verdade que nessa conciliação há ainda elementos de golpe ou de casuismo: a idéia de um terceiro candidato de conciliação, ou a idéia de substituir o senador José Sarney por outro candidato de confiança do Planalto.

Essas especulações, entretanto, são obviamente vãs. A conciliação é a demanda fundamental da sociedade civil brasileira, particularmente da burguesia. E se consubstancia na pessoa de Tancredo Neves, que desde as eleições de novembro de 1982 vem falando insistentemente em conciliação e consenso. Daí a imensa força de sua candidatura.

Por outro lado, na medida em que o sr. Paulo Maluf desmoraliza-se cada vez mais — e para isto o ataque firme do governador Montoro eliminou seu último álibi, o de que teria recebido “um atestado de idoneidade” do governador de São Paulo —, e na medida em que seu discurso dá sinais de desespero, radicaliza-se e se descola de seu único apoio, que é a direita, não é impossível que o presidente Figueiredo, desde que obtenha certas garantias que parece desejar, abandone de vez a candidatura Maluf e assumo o papel de árbitro do Colégio Eleitoral. Nesse momento, a conciliação e a redemocratização estarão consumadas no país. (6.11.84)

## **Conservadorismo ou transição democrática**

A transição para a democracia hoje em curso no Brasil sob a égide de Tancredo Neves não é obviamente a transição revolucionária que os utopistas desejariam, mas também não é a transição conservadora, a “conciliação das elites”, que certos críticos, como Francisco Weffort, pretendem.

Weffort publicou recentemente um livro, *Por que democracia?*, que é ao mesmo tempo um manifesto político utópico e uma brilhante análise política. Nesse livro ele afirma a um certo momento: “O comando militar dos presidentes condiciona o perfil conservador da transição. E este reforça a hegemonia liberal no âmbito das oposições. Abre-se assim a perspectiva de um projeto, tão tradicional quanto elitista, de ‘conciliação nacional’, do qual o ex-governador de Minas, Tancredo Neves, é o expoente máximo” (p. 87).

Esta frase possui uma certa veracidade na medida em que, de fato, a transição democrática está sendo apoiada inclusive pelos setores conservadores da sociedade. Mas aí termina seu acerto e começam seus equívocos.

Em primeiro lugar, Weffort sugere nessa frase, quando fala no “comando militar” — e em outras passagens do livro afirma essa idéia com mais clareza —, que a eleição de Tancredo é mais um capítulo da “abertura” idealizada por Golbery, originalmente com o nome de “distensão”. Ora, ao fazer tal afirmação, o dirigente petista ignora a diferença fundamental entre “abertura” e “redemocratização”. A estratégia autoritária de postergar e controlar a redemocratização exigida pela sociedade foi a “abertura”. A conclusão “ideal” da “abertura” seria a eleição de um candidato do PDS perfeitamente alinhado aos setores mais autoritários do estamento militar e aos grupos mais conservadores e de direita da burguesia. Paulo Maluf foi, afinal, indicado para assumir esse papel. A escolha hoje já praticamente certa de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral representa a vitória da redemocratização exigida pela sociedade e a derrota da “abertura” autoritária.

Em segundo lugar, Weffort fala em “conciliação das elites” e pretende que o processo ora em curso reproduza o clássico fenômeno ocorrido em tantos momentos da vida nacional brasileira — em 1822, em 1889, e de forma já um pouco diferente em 1930 — quando, depois de uma crise política, as elites se realinharam, entraram em acordo e mantiveram para si o comando do país, com total exclusão dos trabalhadores e das próprias classes médias.

Ora, não é isto que está ocorrendo no Brasil. Existe, de fato, uma grande união nacional em torno da candidatura Tancredo Neves. Uma união nacional sem precedentes na história política deste país. Uma união nacional em que a hegemonia ideológica é burguesa, porque, no Brasil, a classe dominante continua sendo a burguesia e o modo de produção prevalecente na formação social brasileira continua sendo o capitalista. Mas uma união nacional da qual os trabalhadores representados no PMDB e presentes na campanha histórica pelas eleições diretas constituem uma força fundamental e atuante. Confundir o Brasil de 1984 com o de 1822, o de 1889 ou mesmo o de 1930 é indesculpável.

Em terceiro lugar, Weffort engana-se ao sugerir que Tancredo Neves seja o representante máximo do conservadorismo no Brasil. Não é fácil definir politicamente o candidato da Aliança Democrática. Sem dúvida ele não é um homem de esquerda, mas certamente

não é um representante da direita. E não pode ser considerado um conservador, a não ser que cometamos a violência teórica de considerar todos aqueles que não forem de esquerda ou socialistas como conservadores. Tancredo Neves teve sempre posições democráticas no campo político e progressista no plano social. Na medida em que tem a confiança da burguesia, sua vitória não representará uma revolução, nem uma ameaça ao sistema capitalista; mas na medida em que tem o apoio das classes médias e dos trabalhadores, seus compromissos com a mudança social e política — com o aprofundamento da democratização e com uma distribuição de renda mais justa — acabarão por se constituir na marca necessária de seu governo: um governo que, pela natureza dos seus apoios e pelo caráter do seu partido majoritário, será um governo de transição democrática, não de transição conservadora. (20.11.84)

### **As bases do pacto social proposto por Tancredo**

O PMDB será necessariamente a base política do pacto social proposto por Tancredo Neves. O novo presidente da República, em vias de ser escolhido pelo Colégio Eleitoral, teve sua vitória assegurada por uma aliança política do PMDB com a Frente Liberal. Esta aliança, entretanto, só foi possível na medida em que a posição eminentemente conciliadora de Tancredo Neves o tornou o candidato natural daqueles que desejavam o restabelecimento da democracia no Brasil. Em seguida, o apoio firme do governador Franco Montoro, liderando os demais governadores da oposição, logo após a derrota da emenda Dante de Oliveira, assentou as bases políticas de sua candidatura. A desistência de Ulysses Guimarães de sua própria candidatura e, afinal, o apoio de Aureliano Chaves e de Marco Maciel, ao mesmo tempo que constituíam a Frente Liberal, selaram a aliança política, que, na verdade, refletia o consenso nacional que se formara em torno de Tancredo Neves.

O novo presidente sabe, entretanto, que no plano social e político terá que enfrentar graves problemas depois desta lua-de-mel representada pela transição para a democracia. E para resolvê-los propõe um pacto social formal entre trabalhadores e empresários.

Falo em pacto social “formal” porque um pacto social básico, que está permitindo esta transição para a democracia, já existe no Brasil desde meados dos anos 70, quando a burguesia rompeu

sua aliança autoritária com a tecnoburocracia estatal. Esta pacto tinha e tem como bases (1) o retorno à democracia, (2) a manutenção do capitalismo e (3) uma moderada desconcentração de renda.

Mas agora o novo presidente necessita de um pacto social formal, que permita a retomada do crescimento e uma melhor distribuição da renda, sem, ao mesmo tempo, incorrer no risco da explosão inflacionária decorrente de elevações irresponsáveis de salários.

Um pacto social dessa natureza, entre trabalhadores e empresários, sob a égide do governo, só poderá ser bem-sucedido se contiver propostas claras e viáveis.

O objetivo fundamental desse pacto será o combate à inflação. Para isto não são necessários mais sacrifícios, não se justifica mais recessão, já que a economia brasileira está ajustada: o déficit comercial externo transformou-se em grande superávit, o déficit público operacional também transformou-se em superávit, e os preços artificiais decorrentes de subsídios desapareceram quase que totalmente. A inflação autônoma só se mantém devido à indexação formal e informal da economia.

Mas, se não são necessários sacrifícios recessivos, será preciso reformular a atual forma de indexação salarial, já que com a atual lei, que estabelece o reajuste dos salários de acordo com a inflação passada, é rigorosamente impossível reduzir a inflação. De acordo com a atual sistemática, no momento em que esta começasse a se reduzir, o salário médio real subiria. E o aumento dos salários reais acima do aumento da produtividade é sempre inflacionário.

Será preciso, portanto, que os trabalhadores aceitem uma nova lei salarial, que reajuste os salários em parte de acordo com a previsão de uma inflação futura declinante. Só assim será possível compatibilizar a fórmula de indexação salarial com a redução da inflação.

Em contrapartida, os trabalhadores deverão ter três garantias. Primeiro, que se houver erro na previsão da inflação futura, o erro será imediatamente compensado no próximo reajuste salarial. Segundo, que os salários reais crescerão de acordo com o aumento da produtividade média da economia, medido pelo aumento da renda por habitante. E, terceiro, que uma reforma tributária profunda, que, de um lado, onere principalmente as pessoas físicas que recebem altas rendas e, de outro, que financie investimentos públicos de caráter social, deverá ser a base do projeto distribuidor de renda do novo governo.

Nesse processo caberá ao PMDB o papel de ser o instrumento

político e o fiador desse pacto. Suas bases populares, de um lado, e a confiança que hoje inspira nos empresários, permitem-lhe desempenhar esse papel, transformando-se, assim, em um agente fundamental da política econômica e social do presidente Tancredo Neves. (*São Paulo Hoje*, ano 1, nº 8, jan. 85)

### **15 de janeiro: tudo muda mas pouco muda**

Hoje, 15 de janeiro de 1985, e depois 15 de março — a eleição e a posse de Tancredo Neves na presidência da República — ficarão como marcos na história deste país: marcos do estabelecimento da democracia após vinte e um anos de regime militar. Ao mesmo tempo que comemoramos, entretanto, é preciso que não tenhamos ilusões: tudo muda mas pouco muda.

Tudo muda porque termina formalmente o regime autoritário; porque um presidente com efetivo apoio popular e com profundas convicções democráticas chega ao poder; porque haverá mudanças para melhor na política econômica e social do governo; porque novos homens, com novas idéias e com compromissos mais sólidos com os interesses populares, ocuparão os principais cargos públicos; porque os princípios críticos de tantos anos de oposição democrática, somados ao bom senso de quem é obrigado a enfrentar a realidade do poder, servirão de orientação para os atos do presidente e de seus auxiliares.

Mas pouco muda porque informalmente esse regime vinha se liquidando há dez anos; porque as estruturas sociais e econômicas do país continuam as mesmas; porque a mudança de governante não implica mudança de classe dominante; porque as diferenças de riqueza, de renda e de poder entre as classes neste país continuam enormes; porque o Brasil continua um país subdesenvolvido, apesar de ser a oitava economia capitalista do mundo; porque a miséria, a fome e o analfabetismo caracterizam ainda uma parte considerável da população brasileira; porque esta população continua a crescer a uma taxa de 2,4% ao ano; porque continua a haver um enorme desemprego estrutural neste país; porque a renda por habitante brasileira continua muito baixa, porque a dívida externa é de 100 bilhões de dólares; porque a inflação supera duzentos por cento e ameaça acelerar-se; porque a dívida interna é muito alta e vence a curto prazo; porque a corrupção e os privilégios continuam entranhados no capitalismo desigual brasileiro; porque este capitalismo

é oligopolista e tecnoburocrático; porque o autoritarismo misturado com preconceito social e racial está profundamente impregnado nas classes dominantes capitalistas e tecnoburocráticas brasileiras.

Por tudo isto — e não porque seja mais uma “conciliação de elites” ou uma “transição conservadora” — é preciso não ter ilusões. Com Tancredo Neves a democracia nos é formalmente restituída. Esta é a grande transformação. Porque a democracia é um bem final, que vale por si só. Mas mesmo a democracia precisará ser construída a partir de agora: a democracia política, a democracia econômica, a democracia social. A liberdade, que consubstancia a democracia política, a igualdade de poderes entre as classes que define a democracia social, e a igualdade de riqueza e de rendas que caracteriza a democracia econômica não são meras utopias, mas também não se conquistam de um dia para o outro. (15.1.85)

## **A política e a vontade do povo**

Gabriel Valdez, presidente do Partido Democrata Cristão do Chile e uma das personalidades mais eminentes da América Latina, em uma reunião com o governador Franco Montoro e o ex-presidente da Venezuela, Andrés Perez, em Brasília, afirmou que a política deve ter precedência sobre a economia porque “a política é a realização da vontade dos povos”.

A política, que muitos confundem com o clientelismo, ou com a mentira, ou com o compromisso, ou com a busca do poder pelo poder, ganha através desta frase sua verdadeira dimensão. Uma dimensão que não está apenas no plano do “deve ser”, da ética, mas também no plano do real, como temos podido ver em muitas ocasiões na história deste país, naqueles momentos em que os políticos se transformam em estadistas.

No episódio da última semana, quando o presidente Tancredo Neves foi operado na madrugada do dia em que tomaria posse, pudemos novamente ver este fenômeno.

Em primeiro lugar temos o próprio presidente, que vinha sentindo dores há três dias, mas resistia. E quando definiu-se a necessidade da operação, insistiu em adiá-la até o momento após a posse.

Depois temos os principais líderes políticos nacionais que estavam em Brasília — Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Aureliano Chaves, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lira, o sena-



dor José Fragelli — que na madrugada do dia 15 tomaram com serenidade a decisão de dar posse perante o Congresso ao vice-presidente da República, José Sarney. Neste episódio o papel de Ulysses Guimarães voltou a ser decisivo. Enquanto muitos, de todos os lados, lhe acenavam com a idéia da declaração de vacância da presidência da República, de forma que ele, na qualidade de presidente da Câmara dos Deputados, a assumisse provisoriamente, ele foi firme em recusar a idéia — em nome do texto constitucional, que não era claro, e principalmente em nome do interesse nacional que apontava claramente na direção da posse do vice-presidente.

Foi, aliás, o argumento do interesse nacional, que naquele momento estava em jogo, que o governador Franco Montoro foi obrigado a utilizar explicitamente, e com veemência, para convencer um dos líderes do PDS a aceitar a solução institucional afinal adotada por unanimidade.

O “interesse nacional”, a “vontade do povo”, são esses os objetivos, são a razão de ser da política com P maiúsculo, da política própria dos estadistas. Nem sempre o interesse nacional ou a vontade do povo estão claros. É compreensível que as interpretações sobre o tema variem em cada caso, condicionadas por posicionamentos ideológicos. O que não é compreensível nem aceitável, entretanto, é que os interesses pessoais, corporativos ou de classes, se sobreponham aos interesses nacionais, à vontade do povo. Isto não aconteceu na última semana porque aqueles que, em um momento de crise, decidiram em nome do povo, souberam representar, interpretar e respeitar sua vontade. (19.3.85)

## **Alternativas nacionais**

Há quase quatro semanas toda a Nação vive e se emociona com o drama pessoal de Tancredo Neves, ao mesmo tempo que, perplexa, procura pensar em seu próprio destino, ao ver seu presidente eleito, depois de 21 anos de autoritarismo, não poder tomar posse.

Estamos diante de um drama pessoal e nacional. Um drama, entretanto, que nos obriga a pensar com a maior serenidade possível nas diversas alternativas políticas que se abrem.

São duas as alternativas mais prováveis: ou a convalescença de Tancredo Neves dura alguns meses, ou então seu impedimento

definitivo. Em ambos os casos, o papel que desempenhará o vice-presidente da República José Sarney, no exercício da presidência, será crucial.

Prevalendo, como todos desejam, a primeira alternativa, José Sarney deverá governar utilizando a plenitude dos poderes que lhe confere a Constituição. Para isso já vem contando com o apoio de todas as lideranças expressivas do PMDB e do PFL.

Entretanto, mesmo neste caso, ainda que a legalidade de seu mandato seja indiscutível, a sua legitimidade — ou seja, o apoio que conta na sociedade civil — é limitada. O vice-presidente sabe disso, e por isso é de se esperar que não só peça o apoio mas também se apóie, peça a ajuda e o conselho de seu ministério e especialmente dos principais líderes da aliança democrática — Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lira, Marco Maciel e Aureliano Chaves — e do principal representante da vontade pessoal do próprio presidente — Francisco Dornelles.

Não é possível, entretanto, ignorar o pior — o impedimento definitivo — ainda que todos estejam torcendo ou rezando para que tal não aconteça.

Neste caso temos duas alternativas principais: ou José Sarney procura se manter no governo durante quatro anos, ou propõe imediatamente a redução de seu mandato para dois anos e a convocação de eleições diretas em novembro de 1986 juntamente com a convocação da Assembléia Constituinte.

A primeira alternativa é menos provável. Caso adotada, trará conseqüências desastrosas. A pressão por eleições diretas de toda a sociedade será enorme. Os partidos da oposição empunharão imediatamente essa bandeira. Em 1986 teremos em qualquer hipótese eleições gerais, e o PMDB, seja por exigência de suas bases populares, seja por necessidade eleitoral, não terá condições de dar apoio ao governo.

Considero essa alternativa menos provável porque a inteligência e o espírito público de José Sarney deverão prevalecer sobre as pressões daqueles acólitos interessados em arriscar a ordem institucional do país em troca de mais dois anos de poder.

O mais provável, portanto, é que o vice-presidente assuma imediatamente o compromisso de reduzir seu mandato e convocar eleições diretas para 1986.

Nesse caso, transformar-se-á em herói nacional, além de poder realizar dois anos de governo de transição que serão também

dois anos de governo de união nacional. Em 1986 surgirão candidaturas à presidência, e José Sarney, entre os candidatos da Aliança Democrática — caso surja mais de um — poderá agir como árbitro entre o PMDB e o PFL, mantendo assim o apoio de toda a Aliança para seu governo.

Vamos esperar que esta alternativa não venha a ser necessária. Mas vamos esperar também que José Sarney e os líderes nacionais que o assessoram e apóiam saibam pensar e agir com grandeza diante deste momento grave da vida nacional. As notícias mais recentes sobre a saúde do presidente, depois da crise da última quinta-feira, são muito animadoras. A alternativa da recuperação de Tancredo Neves, porém, também exige coragem e decisão nos próximos meses. Até o momento, o comportamento do presidente em exercício José Sarney tem sido irrepreensível. Caberá agora a ele, em qualquer hipótese, assumir integralmente sua função de chefe de Estado e passar a governar, sabendo que seu governo será sempre transitório, mas terá que ser pleno. (9.4.85)

### **Sarney diante da nação desorientada**

Não foi justo para Tancredo, não foi justo para o Brasil. Depois de 21 anos de autoritarismo o povo brasileiro recuperou a democracia, com Tancredo, contando com Tancredo. Uma união nacional se formou em torno deste homem para elegê-lo. Agora era preciso governar e promover as mudanças que a sociedade reclamava. Todas as esperanças estavam depositadas na sua inteligência, no seu equilíbrio, na sua integridade, na sua visão política. E de repente este homem nos falta. Só um milagre poderá salvá-lo.

Tancredo tinha muito claro para si, e sempre deixou claro para todos, que seu governo seria um governo de transição e de construção. De transição para a democracia. De construção da democracia. Sabia que também teria de enfrentar graves problemas econômicos e sociais. Mas estes problemas estão inseridos na estrutura da formação social capitalista, subdesenvolvida e industrializada do Brasil. E por isso não contemplam soluções rápidas, milagrosas, radicais.

A transição para a democracia também não comporta milagres. Mas pode ser feita de forma rápida, radical no plano institucional, ao mesmo tempo que vai sendo construída passo a passo no nível real da economia e da sociedade. No nível da economia, redu-

zindo-se as disparidades de renda. No nível da sociedade, organizando-se os trabalhadores politicamente, tornando-os atores do processo político.

Agora, para o presidente Sarney, à frente de uma nação desorientada e perplexa, nada é mais prioritário do que a transição para a democracia. Essa transição se fará de duas formas: no plano institucional, através das reformas constitucionais em curso, visando acabar com o "entulho autoritário" e, em seguida, através do trabalho da Constituinte, no plano real, através da capacidade que a nação brasileira, liderada pelo próprio Sarney, revele de enfrentar e superar a crise política provocada pela agonia de Tancredo Neves.

Teremos momentos difíceis porque os problemas são graves e Sarney, embora tenha a legalidade, embora tenha a Constituição a apoiá-lo, só recentemente começou a obter legitimidade política derivada do apoio da sociedade civil. Seu comportamento irrepreensível em todo este trágico episódio da doença de Tancredo tem sido importante nesse sentido. É fundamental para a transição democrática do Brasil que essa legitimidade continue em ascensão.

Para isso, é importante que o presidente tome a iniciativa de definir com clareza o caráter transitório de seu governo. E, ao mesmo tempo, que reafirme os compromissos da Aliança Democrática de mudança no plano econômico e social.

O regime brasileiro é radicalmente presidencialista. O poder do presidente da República é enorme. E nestes momentos de crise, é maior do que nunca. É um poder que precisa ser usado com grandeza, com espírito público, com capacidade de sacrifício pessoal.

Tancredo teve seu grande momento quando renunciou ao governo de Minas Gerais e liderou a arrancada para a redemocratização do Brasil. Transformou-se, então, nas palavras do governador Montoro, no "símbolo de unidade do povo brasileiro". Assim ele permanecerá. Agora é a hora e a vez de José Sarney. Ele terá inicialmente o apoio de toda a sociedade, mas para conservá-lo ele deverá agir com coragem e decisão — com a coragem e a decisão que definem os estadistas nas horas difíceis, em que a sorte parece ter abandonado a nação. (16.4.85)

### **Saber interpretar a vontade do povo**

A morte do presidente Tancredo Neves é uma tragédia que atinge todo o povo brasileiro. O Brasil havia colocado todas as suas

esperanças nas mudanças políticas, econômicas e sociais que faziam parte de seu compromisso para com a nação. Agora, depois de um sofrimento de 39 dias, Tancredo Neves nos deixa, delegando a seu vice-presidente, José Sarney, e a todos nós, cidadãos, o cumprimento de seu compromisso.

Enfrentaremos problemas difíceis nos próximos meses. A hora é grave e as dificuldades não devem ser subestimadas. Não há razão, entretanto, para que assumamos posições apressadas, muito menos para que percamos a esperança de tornar este país uma democracia mais próspera, mais justa e verdadeiramente livre.

O movimento que levou Tancredo Neves à presidência da República foi por ele liderado, mas foi um movimento de toda a sociedade brasileira. A luta pela redemocratização do país foi ganhando o coração e as mentes de todo o povo brasileiro a partir de meados dos anos setenta. E tornou-se um processo irreversível após a campanha nacional pelas eleições diretas.

Agora, quando o líder eleito nos falta, toda a sociedade civil deverá se unir para realizar a tarefa de Tancredo Neves. Ou melhor, para completá-la, porque os primeiros grandes e decisivos passos já foram dados, com o restabelecimento da democracia.

Nessa tarefa, o papel de todos os líderes políticos nacionais e em particular do presidente constitucional, José Sarney, é fundamental. Sua missão será, sem dúvida, a de liderar o processo político, de tornar efetivos os compromissos do programa da Aliança Democrática. Mas para realizar essa tarefa será necessário conhecer e interpretar a vontade de toda a sociedade civil e de todo o povo. E manter unida essa sociedade civil identificada com o povo.

Porque este é o grande desafio: manter unida a sociedade civil em torno dos ideais da democracia, do desenvolvimento e da afirmação pacífica da soberania nacional. Não foi por acaso que Tancredo Neves, em seu último pronunciamento à nação, afirmou “não vamos nos dispensar”.

A sociedade é naturalmente dividida em classes sociais e em posições ideológicas. Mas nos momentos de crise, como foi o da luta pela redemocratização, e agora será o da perda de Tancredo Neves, ela poderá ser mantida unida, se as lideranças políticas forem capazes de interpretar a vontade dos trabalhadores, das classes médias assalariadas e dos empresários, antecipar suas necessidades e mediar os seus conflitos.

O povo de São Paulo deu ontem a Tancredo Neves um maciço e comovente adeus. Cantou o Hino Nacional, reafirmou sua

esperança e sua disposição de luta pacífica e ordeira pela democracia.

Cabe agora ao presidente José Sarney assumir o comando da nação e, com a firmeza de seu primeiro pronunciamento logo após a morte de Tancredo Neves, obter o apoio de todos e conduzir o país a seus objetivos maiores: a democracia, a paz, o desenvolvimento e a justiça social. (23.4.85)

## **Conflito social e regra salarial**

As greves que estão ocorrendo em todo o estado já eram esperadas, mas, assim mesmo, preocupam. Preocupam especialmente os empresários que estão sendo desafiados pelos trabalhadores organizados sindicalmente. E ao mesmo tempo deixam o governo em uma situação difícil. Seu papel é, de um lado, tentar intermediar, arbitrar. De outro, através do poder de coerção da polícia, manter a ordem, fazer respeitar a lei, o direito de greve, a liberdade de cada cidadão, a propriedade.

Os empresários imaginam que a lei e a ordem estão apenas do lado deles. No caso da invasão de fábricas ou da constituição de reféns isto é obviamente verdade. Mas nos demais casos as situações são muitas vezes dúbias, ficam na área cinzenta dos direitos de ambas as partes. Os trabalhadores têm o direito à greve, têm o direito à propaganda da greve, têm o direito de fazer piquetes, desde que não seja para impedir fisicamente os colegas de entrar na fábrica, têm ou deveriam ter o direito de não ser demitidos por suas ações legítimas de mobilização dos trabalhadores. E esses direitos dos trabalhadores muitas vezes não são respeitados pelas empresas.

No meio do conflito de classes fica o governo, até há dois anos decididamente a favor das empresas. Hoje tenta ser neutro, atender a ambas as partes. O resultado são críticas tanto do lado dos trabalhadores quanto do lado dos empresários. Para os trabalhadores, o governo está sempre a serviço do capital. Para os empresários que ainda não perderam o vezo autoritário, a polícia é sempre omissa.

A omissão, entretanto, é menos da polícia e mais das autoridades econômicas e sociais que não conseguem definir uma regra geral que sirva de base para as negociações. Com a redemocratização e a aceleração da inflação, a regra formalmente vigente, o Decreto n.º 2.045, entrou em desuso. Os trabalhadores, vendo seus

salários reais serem comidos pela inflação, partem para demandas radicais de trimestralidade, de reposição salarial e redução de jornada de trabalho, que, na medida em que vão sendo atendidas, aceleram inapelavelmente a inflação. Os empresários, por sua vez, fazem contrapropostas insuficientes. Ambas as partes participam de um jogo, mas, diferentemente do que acontece nos países centrais, esse jogo, além de um jogo de forças, é um jogo de azar. Porque há um terceiro parceiro do jogo, a taxa de inflação, que, ao acelerar-se (ou desacelerar-se) altera o resultado efetivo das barganhas realizadas.

A única forma de acabar com esse elemento de roleta, de azar, nas relações entre o capital e o trabalho, é assegurar aos trabalhadores a manutenção do salário médio real mais o aumento da produtividade. Esta é a regra geral necessária, que não seria um teto, mas um piso, a não ser para as empresas em notórias dificuldades, cujos trabalhadores poderiam voluntariamente fazer acordos abaixo desse piso para garantir seu emprego.

A regra da manutenção do salário médio real — inclusive uma forma simples de calculá-lo — é necessária e urgente. E só pode partir do governo. Essa regra não resolverá todos os problemas, porque, afinal, os conflitos sociais não se resolvem com leis, muito menos com aritméticas, mas será essencial para estabelecer uma base racional em torno da qual se trave o conflito. (30.4.85)

## **O momento é de incerteza**

Tancredo Neves não resolveria todos os nossos problemas. Teria que enfrentar todas as contradições internas à união nacional que construiu em torno de sua candidatura e através da qual logrou derrotar definitivamente o pacto político autoritário, que dominava o país desde 1964.

Estas contradições não nos autorizavam certezas. Podíamos, entretanto, confiar em que Tancredo, apoiado em uma excepcional legitimidade política, saberia combinar seu próprio conservadorismo com os compromissos de mudança política e social que sua consciência moral e sua sensibilidade política compreendiam inarredáveis.

Com sua morte o sentimento de incerteza volta a ser dominante em toda a nação. As classes dirigentes tiveram maturidade suficiente para resolver com rapidez o problema institucional cria-

do, dando posse a José Sarney. Este, a partir do fato de que era a única solução democrática viável, passou imediatamente a ganhar legitimidade junto à sociedade civil. Seu comportamento discreto ajudou-o nesse processo.

Mas esse movimento rápido da sociedade, buscando a qualquer custo preservar a democracia tão duramente conquistada, está longe de garantir um período de tranqüilidade política para o país. A união nacional construída por Tancredo dificilmente seria mantida por ele; para Sarney essa tarefa será ainda mais difícil.

Na verdade, a partir do momento em que Tancredo e Sarney foram eleitos, já não se podia mais falar em união nacional. Não apenas os partidos de oposição já passaram a adotar posições divergentes, mas, dentro do bloco de poder que os elegeu, começavam a reaparecer as clivagens ideológicas e de grupos de interesse. O conflito trava-se, fundamentalmente, (1) entre conservadores e progressistas, (2) entre ortodoxos ou monetaristas em matéria de política econômica e os estruturalistas, (3) entre os que consideram o problema social um problema a ser enfrentado com repressão policial e os que preferem combinar a firmeza e a prudência da ação repressiva com mudanças cautelosas mas efetivas na estrutura social, (4) entre os que consideram inviável escapar às determinações do FMI e dos credores internacionais e aqueles que acreditam viável uma negociação soberana da dívida externa, (5) entre os que não estão jamais dispostos a sacrificar um pouco da ordem em nome da justiça e aqueles que estão, (6) enfim, entre aqueles que têm uma concepção mais formal e aqueles que têm uma concepção mais substantiva de democracia.

Estas contradições refletem-se todas sobre o governo Sarney e o levam ao imobilismo ou então à adoção de medidas muito tímidas e contraditórias. Tem-se reclamado muito que Sarney comece a governar. Sarney já começou, mas sente-se naturalmente manietado pelas contradições de seu governo, expressas em seu ministério, e, mais do que isto, expressas no esquema de forças que o elegeu juntamente com Tancredo.

Na verdade, há dois pactos políticos possíveis em conflito dentro da Aliança Democrática: um pacto liberal burguês e um pacto democrático popular, que não correspondem necessariamente ao PMDB e ao PFL. O pacto liberal burguês, de caráter conservador, corresponde ideologicamente à primeira das seis alternativas acima enumeradas; o pacto democrático popular, às outras cinco



alternativas. Ambos são pactos democráticos, mas termina aí sua identidade.

O presidente procurará por todas as formas manter a união nacional, não deixando prevalecer nenhum dos dois pactos políticos. Mas, ao fazer isto, imobilizará seu governo. E deixará que o jogo das forças políticas sociais se encarregue de determinar, à sua revelia, qual sistema de poder político prevalecerá.

Em síntese, o pacto político capitalista-tecnoburocrático, de caráter não apenas conservador mas também autoritário, que prevaleceu no Brasil entre 1964 e 1984, está terminado. O pacto democrático de união nacional que elegeu Tancredo e Sarney teve caráter transitório. Agora as alternativas são (1) ou um pacto democrático popular, apoiado nas classes médias progressistas e nas trabalhadoras, (2) ou um pacto liberal burguês, apoiado na grande burguesia e nas classes médias conservadoras, (3) ou o imobilismo do governo, que provavelmente nos levará à estagnação econômica e à instabilidade social crônica. (Examinaremos estas alternativas mais extensamente no próximo capítulo.) (7.5.85)

## Capítulo 8

# Os pactos políticos possíveis depois da redemocratização\*

---

Depois de 21 anos de autoritarismo, o Brasil retornou finalmente à democracia com a eleição de Tancredo Neves. Diante da ameaça concreta de aceleração da inflação, o presidente eleito falou sobre a necessidade de um pacto social — um pacto entre empresários e trabalhadores, com a mediação do governo — para conter e reverter a aceleração inflacionária. Esse pacto é sem dúvida necessário. Mas ele só será viável se um pacto político mais amplo for estabelecido entre as diversas classes sociais, com a mediação não apenas do governo, mas também dos partidos políticos. Este capítulo visa discutir, a partir da experiência histórica recente, qual o possível pacto político que presidirá esta nova fase da história brasileira.

A hipótese geral é a de que esse pacto não repetirá o populismo e naturalmente opor-se-á ao pacto autoritário-capitalista. Será marcado pela hegemonia burguesa, mas terá como seu epicentro as “classes médias”, mais especificamente a classe média burguesa, de um lado, e a classe média tecnoburocrática, de outro. Duas alternativas de pacto político ou de bloco de poder assumirão caráter competitivo: um, de caráter mais conservador, apoiar-se-á diretamente na grande burguesia, nos setores médios conservadores e nos trabalhadores não organizados; o outro terá como base de poder os setores mais progressistas tanto da classe média burguesa

(\*) Capítulo escrito especialmente para este livro.

quanto tecnoburocrática e como base eleitoral os trabalhadores organizados.

### **Fim da união nacional**

Em 1977, logo após o “pacote de abril” — o último grande espasmo autoritário do regime militar — formou-se o que tenho chamado de “pacto político democrático de 1977”. Esse pacto nascia da indignação da burguesia e das classes médias tecnoburocráticas não diretamente comprometidas com o governo. Representava o rompimento, ainda que parcial, da burguesia com a tecnoburocracia estatal. Dava início a um processo de aliança da burguesia com os trabalhadores e com os setores democráticos da classe média.

Esse pacto político democrático, ainda que muito informal e impreciso, estava baseado em três pontos concretos: 1) restabelecimento da democracia, que interessava a todos; 2) moderada distribuição da renda, que interessava aos trabalhadores; 3) aceitação, por todos, do sistema capitalista, que interessava à burguesia.

Esse pacto concretizou-se na obtenção da anistia política e das eleições diretas para governadores, na vitória das oposições nas eleições de 1978 e de 1982, na histórica campanha cívica pelas eleições diretas que uniu todo o povo no primeiro semestre de 1984, e finalmente consubstanciou-se na cisão do PDS e na formação da Aliança Democrática, que elegeu Tancredo Neves e pôs fim a 21 anos de regime militar. Esse pacto foi presidido, do ponto de vista da burguesia, pelo princípio da “conciliação” (Bresser Pereira, 1983a; Florestan Fernandes, 1984). Não obstante todo o seu poder econômico e ideológico, a grande burguesia em especial sentiu que, para fazer a inevitável transição para a democracia sem romper a ordem estabelecida, a idéia chave seria a de conciliação. Este objetivo foi plenamente atingido com a união nacional em torno de Tancredo Neves.

Até o início dos anos sessenta, o Brasil foi governado sob a égide do pacto populista, através do qual a burguesia e a classe média nascente manipulavam os trabalhadores, mas lhes davam algum espaço. A partir de 1964 forma-se o pacto autoritário-capitalista-tecnoburocrático, com radical exclusão dos trabalhadores. Em meados dos anos setenta — à medida que o “milagre” econômico se esvaía, o medo da “subversão comunista” se desvaneceu e

a ilegitimidade do governo aumentou — a burguesia começou a romper o pacto autoritário com a tecnoburocracia estatal. Formou-se, afinal, mais do que um pacto político; formou-se uma aliança política, uma união nacional, que elegeu Tancredo Neves. Pergunta-se agora: essa união nacional pode ser mantida? Se não pode, que tipo de pacto político presidirá o governo Tancredo Neves e o futuro a médio prazo da sociedade brasileira?

A resposta provavelmente mais correta à primeira pergunta é negativa. Tancredo Neves faria todos os esforços para manter a união nacional, mas mesmo ele não teria condições de mantê-la. Poderia manter por algum tempo a grande coalizão que o elegeu, baseada na aliança entre o PMDB e o PFL, mas, na medida em que “a viabilidade da coalizão depende da possibilidade de formulação de um programa de políticas que lhe confira identidade substantiva” (Sérgio Abranches, 1985), principalmente na área crítica da política econômica, dificilmente Tancredo Neves conseguiria que essa aliança política assumisse a forma maior de uma união nacional.

Com sua morte, seu sucessor, o vice-presidente José Sarney, tem ainda menos possibilidade de manter a união nacional, dada sua óbvia falta de legitimidade política. Ex-presidente do PDS, renunciou ao cargo para ingressar na Frente Liberal e participar da Aliança Democrática como seu candidato à vice-presidência, inscrevendo-se, então, no PMDB. Com a doença e em seguida a morte de Tancredo Neves, José Sarney constituiu-se na única alternativa constitucional para suceder Tancredo Neves, obtendo, assim, o imediato apoio de todos os partidos. É claro, entretanto, que esse apoio limita-se ao direito de exercer o cargo de presidente da República, não ao seu próprio exercício. O país já enfrentaria graves problemas e profundas divisões com Tancredo Neves. Com José Sarney esses problemas e essas divisões serão maiores ainda. Os primeiros sinais já começam a ocorrer na divisão do governo e da sociedade em matéria de política econômica. Enquanto isso, no campo social, os trabalhadores organizados passam a fazer reivindicações salariais, como a trimestralidade e a redução da jornada de trabalho, que terão fortes efeitos inflacionários, apoiando suas reivindicações em greves que mostram a força e o sentido da luta de classes.

Na verdade, uma união nacional tão sólida, quase monolítica, como aquela que elegeu Tancredo Neves, em que todas as classes, todas as frações de classe, apoiaram um homem, só pode ocorrer

rer em momentos especiais. Quando há uma tarefa maior a cumprir: a restauração da democracia.

### **As classes sociais**

Se a manutenção da união nacional não é factível, também o retorno puro e simples ao populismo dos anos cinquenta não é viável. Os trabalhadores estão hoje muito mais organizados, têm uma consciência muito maior de seus próprios interesses, não estão dispostos a ser tão facilmente manipulados.

Por outro lado, 1964 representou a consolidação do modo capitalista de produção no Brasil, ainda que por vias transversas — com o apoio decisivo da tecnoburocracia, que durante os primeiros anos inclusive tutelou a burguesia. A enorme acumulação de capital industrial, que vinha ocorrendo no Brasil desde os anos trinta, acelerou-se após 1964. Ocorreu não apenas uma acumulação oligopolista em torno das grandes empresas nacionais e multinacionais, mas também uma acumulação competitiva, que deu origem a uma enorme média burguesia industrial, comercial e agrícola, não apenas nas grandes cidades, mas também nas cidades médias do interior.

A consequência deste grande avanço do capitalismo — na cidade e no campo — foi uma clara e crescente hegemonia ideológica da burguesia. Os valores clássicos do capitalismo — a livre empresa, o mercado, o individualismo, o lucro, o discurso sobre a igualdade de oportunidade — tornaram-se dominantes, colocando em segundo plano os valores tecnoburocráticos emergentes — o planejamento, a administração, o Estado, a racionalidade técnica, o administrador profissional, a carreira.

A classe média tecnoburocrática, entretanto, embora tenha perdido poder depois do auge de poder que sua fração estatal e particularmente militar alcançou nos dez anos que vão de 1964 a 1974 (a partir de 1975, com a campanha contra a estatização, começa o declínio do poder tecnoburocrático), apesar dessa perda relativa de poder, continuou poderosa enquanto classe. Segundo um estudo recente, esta nova classe média de administradores, funcionários, técnicos e cientistas, que representava 7,3% da força de trabalho brasileira em 1960, passou para 16,6% em 1980 (Hassemblag e Silva, 1983).

Nesses termos, nenhum pacto político poderá ser firmado no Brasil sem que sejam atendidas três condições: 1) hegemonia da

burguesia; 2) participação decisiva da tecnoburocracia; 3) abertura de espaço efetivo para os trabalhadores.

## Frações de classe

Acontece que essas classes não são monolíticas. A burguesia não está dividida como nos anos quarenta e cinquenta entre uma oligarquia agrário-mercantil exportadora de café e uma burguesia industrial nascente, a primeira sendo obrigada a transferir renda para a segunda através de mecanismos cambiais. Mas há uma burguesia rentista, que vive de juros e aluguéis, e uma burguesia produtiva; há uma burguesia industrial e uma burguesia financeira. E ainda que essas burguesias se misturem, se entrecruzem e sejam basicamente solidárias entre si, distingui-las pode ser significativo do ponto de vista político.

Na verdade, a distinção política hoje mais importante no seio da burguesia não é aquela que opõe estratos superiores a inferiores, o setor industrial ao agrícola ou ao financeiro, nem o setor voltado para o mercado interno ao voltado para a exportação, nem mesmo a fração produtiva à fração rentista. Estas distinções materiais não podem deixar de ser consideradas mas têm papel secundário na análise dos pactos políticos.

Não é também a clássica distinção entre uma burguesia nacionalista e uma burguesia compradora ou entreguista que esclarecerá o problema. Este tipo de debate tornou-se superado no Brasil quando, nos anos cinquenta, as empresas multinacionais, diante da impossibilidade de conquistar o mercado brasileiro via exportações, entram em massa na economia brasileira através de investimentos diretos, associando-se sob as mais variadas formas com a burguesia local, a qual, assim, abandonou as posturas nacionalistas tímidas — meramente protecionistas — que então adotava.

Os dois debates ideológicos importantes no Brasil desde os anos setenta são dois: democracia *versus* autoritarismo e conservadorismo social (concentrador de renda) *versus* progressismo social. E este debate atingiu a burguesia, até um certo ponto a dividiu, de forma que é possível detectar tanto uma burguesia autoritária quanto uma burguesia democrática, e tanto uma burguesia conservadora quanto uma burguesia socialmente progressista. A linha divisória entre a burguesia autoritária e a progressista é móvel. A burguesia não é uma classe nem essencialmente autoritária nem

essencialmente democrática. Quando não se sente fortemente ameaçada pelas esquerdas, ou, em outras palavras, quando percebe que pode exercer sua dominação política através da hegemonia ideológica que naturalmente possui, a burguesia tende a ser democrática. Da mesma forma, a fronteira entre a burguesia conservadora e a progressista é variável. Depende da capacidade que os trabalhadores e principalmente a classe média tecnoburocrática tenham de participar do controle dos aparelhos ideológicos da sociedade.

A tecnoburocracia também pode ser fracionada de um ponto de vista político. Há a tecnoburocracia militar, no momento em recesso, e a civil. A tecnoburocracia civil, por sua vez, divide-se em tecnoburocracia estatal (somada à militar) e tecnoburocracia privada, que trabalha nas grandes organizações privadas. Além disso, da mesma forma que existe uma alta, uma média (e uma pequena) burguesia, podemos falar em uma (1) alta tecnoburocracia, que no setor privado tende a tornar-se proprietária e confundir-se com a burguesia; uma (2) média tecnoburocracia, ou nova classe média, ou classe média assalariada, ou classe dos colarinhos brancos, que constitui o centro da nova classe; e finalmente temos uma (3) baixa tecnoburocracia de escriturários e funcionários subalternos, que embora realizando trabalho coordenativo — próprio da tecnoburocracia — pode ser confundida com os trabalhadores, que realizam o trabalho produtivo, que produzem diretamente bens e serviços.

Esta classe média tecnoburocrática, que a partir de 1964 assumiu grande parte do poder no país à base de seu saber técnico e de seu poder militar, viu depois de 1977 seu poder diminuir, à medida que a sociedade voltava aos poucos a se redemocratizar e, portanto, a se politizar. Mas o fato de os tecnoburocratas terem perdido relativamente poder não significa que vão perder todo o poder com o restabelecimento da democracia. Significa apenas que agora terão que ser também políticos, terão que estar filiados a partidos políticos. E participarão mais ou menos do poder político, na medida em que seus partidos sejam vitoriosos.

Conforme observa Wanderley Guilherme referindo-se apenas ao setor estatal da classe média tecnoburocrática, “a nova classe média estatal também vem se organizando, não preponderantemente como grupo funcional, ocupacional, mas fundamentalmente como ator político que deseja co-participar das decisões” (1984, p. 110).

Por outro lado, essa classe média assalariada ou tecnoburo-

crática, constituída em grande parte dos antigos “profissionais liberais”, tendeu não a proletarizar-se mas a organizar-se sindicalmente e passar a fazer greves como os trabalhadores manuais, da mesma forma que já vem ocorrendo em outros países do mundo. Renato Boschi estudou o fenômeno no Brasil e conclui que “o surgimento do movimento da classe média de profissionais em conjunto com o movimento associativista de bairros (de classe média) mostra mais do que a definição coletiva desse segmento social como um ator político. Talvez revele principalmente como novas identifições políticas formam-se através da rejeição dos velhos e tradicionais padrões de controle sobre os trabalhadores e a atividade eleitoral” (1985, p. 19).

Finalmente, os trabalhadores estão longe de ser uma classe unida. Há os trabalhadores organizados sindicalmente, que ainda constituem minoria, e os não-organizados, que servem de massa de manobra fácil para as classes dominantes, ou seja, para a burguesia e a tecnoburocracia. Entre os trabalhadores organizados, há os trabalhadores reformistas, preocupados principalmente com melhores salários e condições de trabalho, e os trabalhadores políticos, que identificam a atividade sindical com a partidária. Entre estes há o grupo da CONCLAT, relacionado com o PMDB e com os PC, e o da CUT, ligado ao PT.

## **Apropriação do excedente**

Examinamos até agora, sumariamente, dois condicionantes básicos necessários para que possamos compreender o novo pacto político em formação hoje no Brasil: 1) a ruptura e, afinal, o colapso do pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático; 2) as classes sociais brasileiras e suas principais ciivagens econômicas e políticas. É necessário examinar um terceiro condicionante de caráter mais diretamente econômico: a evolução do processo de geração e de apropriação do excedente.

Durante o pacto populista, a geração do excedente econômico concentrou-se principalmente na indústria nacional. A correspondente apropriação do excedente foi feita pela burguesia industrial e pela tecnoburocracia nascente. Esta apropriação era feita não apenas do excedente gerado no processo produtivo mas também através de transferências de renda do setor exportador cafeeiro para o industrial. Esta transferência, viável graças aos elevados preços do



café no mercado internacional, permitia compatibilizar as altas taxas de lucro no setor industrial e o crescimento, ainda que incipiente, de uma tecnoburocracia estatal com uma modesta elevação do padrão de vida dos trabalhadores urbanos.

Quando, nos anos cinqüenta, de um lado a queda do preço do café inviabiliza novas transferências de excedente, e de outro verifica-se a penetração em massa das empresas multinacionais no setor industrial brasileiro, em firme associação com a burguesia local, o pacto populista inviabiliza-se.

No pacto autoritário capitalista tecnoburocrático a geração do excedente irá ocorrer principalmente na grande indústria oligopolista multinacional e nacional, estatal e privada, embora ocorra também nas pequenas e médias empresas. A apropriação do excedente será realizada pela burguesia, em primeiro lugar, e secundariamente pela tecnoburocracia então triunfante mas sempre força auxiliar da burguesia. Dentro da burguesia, entretanto, surge uma clivagem importante: com o desenvolvimento do sistema financeiro e com o aumento das taxas de juros reais internacionalmente e no Brasil, como reflexo de políticas econômicas monetaristas, uma parte considerável do excedente passa a ser apropriada por uma fração de classe da burguesia: os rentistas. Esse processo se acentua com o endividamento externo do país e o aumento da dívida interna, ambas as dívidas inter-relacionadas e crescendo como bola de neve com a simples capitalização dos juros.

Nesse processo em que a concentração de renda se acentua, principalmente nos anos sessenta, os trabalhadores, radicalmente excluídos do pacto, são mera fonte de excedente. A partir de meados dos anos setenta, entretanto, quando o pacto autoritário tecnoburocrático capitalista começa a entrar em colapso, os trabalhadores, que dão à oposição vitórias significativas em 1974, 1978 e 1982, logram estancar temporariamente o processo de concentração de renda (Bresser Pereira, 1978). Este processo, entretanto, é retomado a partir de 1981, quando a grande recessão que então se desencadeia, nos quadros de um violento processo de ajustamento interno e externo, transforma os trabalhadores nos grandes perdedores e os rentistas, beneficiados por altas taxas de juros, nos ganhadores dessa batalha de soma menor do que zero.

Os rentistas, beneficiados por taxas de juros superiores à taxa de crescimento do produto, são credores internos e credores externos. As altas taxas de juros internas são decorrência não apenas de políticas internas monetaristas, que pretendem ajustar a economia

via redução da oferta monetária, elevação da taxa de juros, redução dos investimentos, redução dos salários reais e das margens de lucro, mas também são conseqüência da elevação das taxas de juros internacionais a partir de 1979, também em decorrência da aplicação do monetarismo nos Estados Unidos. A taxa de juros internacional, somada aos *spreads* e comissões, transforma-se em um piso abaixo do qual a taxa de juros interna não pode baixar, já que os devedores internos conservam um certo grau de liberdade de transformar seus débitos de cruzeiros em dólares e vice-versa. Esta liberdade foi reduzida a partir de 1982, quando deixou de haver oferta de empréstimos no mercado para o Brasil, mas ainda existe.

Com a elevação da taxa de juros e com a formação de uma grande dívida contraída internamente e externamente, principalmente pelo governo e pelas empresas estatais, a apropriação do excedente passa a ser feita principalmente por esses credores improdutivos e em boa parte externos.

Juros tão elevados — em torno de 25% ao ano em termos reais, entre 1981 e 1984 — só podem ser compatibilizados com desenvolvimento sob duas condições: 1) que as empresas obtenham taxas de lucro substancialmente maiores para poderem pagar os juros e continuar investindo — o que só seria viável através de um fortíssimo processo de concentração de renda —; 2) que os credores externos se disponham a continuar a transferir recursos reais para o Brasil, ou seja, conceder novos empréstimos em volume maior do que o recebimento de juros e amortizações. A primeira condição vem em parte ocorrendo, graças a uma violenta contração dos salários reais dos trabalhadores — cerca de 25% entre 1980 e 1984 —, mas é óbvio que é insustentável a médio prazo. A segunda condição não se cumpriu. Pelo contrário, em 1983 e 1984 o Brasil transferiu recursos reais para o exterior, ao invés de receber.

Nestes termos, o pacto capitalista-tecnoburocrático, que começou dando ênfase à apropriação do excedente pela grande empresa produtiva capitalista nacional e multinacional associada à tecnoburocracia estatal — o clássico tripé —, terminou em crise quando essa apropriação do excedente passa a ocorrer em benefício não mais do capital produtivo, mas do capital rentista. E não mais em benefício do capital que é reinvestido no próprio país, mas do capital financeiro internacional, que passa a extrair recursos líquidos do Brasil.

O pacto político capitalista-tecnoburocrático começou a romper-se em meados dos anos sessenta, quando estanca-se o processo

de concentração da renda e começa a ocorrer uma redução relativa do excedente apropriado pela burguesia, na medida em que reduzem-se as taxas de crescimento econômico e ao mesmo tempo os salários médios deixavam de ser reduzidos em termos reais (Bresser Pereira, 1978). Tornou-se insustentável no início dos anos oitenta, quando a própria natureza da apropriação do excedente mudou, na medida em que essa apropriação passava a ser feita não mais em benefício do capital produtivo, mas do rentista beneficiado por altos créditos e elevadas taxas de juros.

### **Dois pactos possíveis**

É neste quadro que Tancredo Neves e José Sarney são eleitos com o apoio de um partido majoritário, o PMDB, que durante todo o período autoritário permaneceu na oposição, e do novo PFL, nascido da dissidência liberal do PDS. Somam-se a esses dois grupos dissidências dos demais partidos, principalmente do próprio PDS, dada sua insopitável vocação governista.

Tancredo Neves foi eleito em um quadro de união nacional, e obviamente almeja mantê-la. Mas dificilmente esse objetivo poderá ser alcançado, ainda que sejam mantidas formalmente as alianças políticas a nível federal. Por outro lado o novo presidente propõe um pacto social antiinflacionário, que, antes de ser formalizado, já encontra oposição dos trabalhadores — principalmente dos sindicatos ligados ao PT.

Mas para que o poder político possa ser exercido, um pacto político terá que ser concluído. Este pacto político terá que ter participação da burguesia enquanto classe dominante das classes médias tecnoburocráticas, e dos trabalhadores.

A partir do momento em que a Aliança Democrática entrar em crise, dois pactos alternativos serão possíveis: um pacto que poderíamos chamar de “liberal burguês” e outro que denominaríamos “democrático popular”. Caso qualquer um desses dois pactos se torne hegemônico, isto significará que não apenas as classes ou frações de classe que os constituem assumiram o poder, mas também que passaram a exercê-lo efetivamente, de modo a atender, ainda que de forma insatisfatória, as demandas dos grupos envolvidos, inclusive os trabalhadores. Significará, portanto, a retomada do crescimento econômico e alguma forma de distribuição (ou não-concentração) de renda. Em consequência, caso nenhum dos dois

pactos torne-se hegemônico, não se constituindo um governo com legitimidade política, viveremos o terceiro cenário possível: um período de semi-estagnação e conturbação social.

O pacto político liberal burguês teria como base a grande burguesia. Teria apoio decisivo da média burguesia conservadora, inclusive a que pretende ser liberal porque, ao mesmo tempo que é democrática, repudia a intervenção do Estado na economia. E teria como massa de manobra os trabalhadores não organizados politicamente. A tecnoburocracia teria também, obviamente, um papel no pacto liberal, porque a burguesia necessita de técnicos e administradores, mas seu papel será reduzido, na medida em que a burguesia adota uma posição contraditória em relação ao Estado e às grandes organizações burocráticas. De um lado, apóia-se nos tecnoburocratas públicos e privados e no Estado para garantir a sua acumulação de capital, de outro, faz a crítica sistemática e apaixonada do estatismo e da tecnocracia. Este pacto, em termos partidários atuais, corresponderia ao PFL e a setores do PDS.

O pacto político baseado no PMDB é o chamado de pacto democrático popular. Não terá o apoio da grande burguesia, a não ser de alguns setores industriais. Terá amplo apoio na média burguesia progressista, que alia aos valores democráticos as preocupações com justiça social, contará com apoio decidido da classe média tecnoburocrática que administra e coordena as grandes organizações privadas e principalmente públicas, e terá sua base eleitoral mais importante nos trabalhadores organizados sindicalmente ou não vinculados ao PT. Um núcleo de poder básico desse pacto será a nova classe média tecnoburocrática. Conforme observa Leôncio Martins Rodrigues, “o PMDB expressa fundamentalmente não as classes baixas ou as classes médias, mas a ‘nova classe’ da burguesia intelectual, dos cientistas, dos artistas, dos professores, dos produtores culturais, dos tecnocratas não ligados ideologicamente e/ou profissionalmente à burguesia privada” (1984). Ainda que esta análise seja limitativa, porque na verdade o PMDB é um partido-frente, um partido de massas, ela é importante para salientar um dos núcleos sociais fundamentais desse partido que serve de base para o pacto democrático popular.

O Quadro 2 sumariza a participação das frações de classe nos dois pactos alternativos. O eixo do pacto liberal burguês é a própria burguesia — a grande burguesia conservadora; o do pacto democrático popular, a classe média burguesa progressista e a classe média tecnoburocrática, com efetiva participação dos trabalhadores.

QUADRO 2  
Classes sociais nos novos pactos políticos

<i>Pacto democrático popular</i>	<i>Pacto liberal burguês</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>— média burguesia progressista</li> <li>— classe média tecnoburocrática</li> <li>— trabalhadores organizados reformistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>— grande burguesia</li> <li>— média burguesia conservadora</li> </ul>

Os trabalhadores não organizados e os setores indefinidos ideologicamente das classes médias serão os fiéis da balança entre os dois pactos.

O pacto liberal conservador será naturalmente conservador no plano econômico e social. Estará mais preocupado, conforme observa Francisco de Oliveira, em “preservar” e “aperfeiçoar” a ordem existente do que em superá-la, porque “aperfeiçoar é um verbo de conjugação conservadora quando falta o verbo superar” (1985). Caso prevaleça, representará a continuação da política econômica monetarista e da política social minimamente assistencialista dos governos autoritários dos últimos vinte anos, na qual a estabilidade dos preços será a prioridade básica. Os trabalhadores necessariamente lograrão algumas conquistas graças à sua organização política e sindical, mas essas conquistas serão menores na medida em que a continuidade da política econômica inviabilizará a solução do impasse econômico, baseado na elevada taxa de juros e na conseqüente apropriação do excedente por rentistas improdutivos.

O pacto democrático popular, por sua vez, caso se torne dominante, pretenderá mudanças na política econômica. A retomada do crescimento e melhor redistribuição de renda serão suas prioridades básicas. Isto não significará, entretanto, que a inflação seja desconsiderada. A partir do conceito rangeliano de inflação, segundo o qual — e ao contrário do que afirma a teoria econômica convencional —, em determinadas circunstâncias, quanto maior o crescimento, menor a taxa de inflação,<sup>1</sup> ou então com base no conceito de inflação autônoma ou inercial, segundo o qual a inflação presente tende a reproduzir a inflação passada, mesmo que haja

(1) Ver Ignácio Rangel (1963, 1985) e Bresser Pereira e Nakano (1984).

insuficiência de demanda,<sup>2</sup> os economistas identificados com o pacto democrático popular não verão conflito, mas coincidência entre a retomada do desenvolvimento e a queda da inflação. Neste pacto, entretanto, haverá o constante risco de uma aceleração inflacionária, devido à dificuldade de resistir às pressões por aumentos salariais. A passagem, por exemplo, do regime da semestralidade para o da trimestralidade no reajustamento dos salários já vem acelerando a inflação desde o final de 1984 e deverá acelerá-la muito mais caso a trimestralidade se generalize em 1985.

Qualquer um dos dois pactos políticos só se tornará hegemônico na medida em que a articulação de classes que representa consigo (1) uma solução minimamente satisfatória para os problemas econômicos que o país enfrenta e (2) apoio popular traduzido em vitória eleitoral. Caso essas duas condições não sejam preenchidas, teremos ainda assim o exercício do poder por governantes, mas o país atravessará um período difícil de semi-estagnação e de conflitos sociais intensos.

### **Qual prevalecerá? Critérios**

Na medida em que o atual governo é ainda resultado de uma união nacional e que tem no seu ministério representantes dos dois pactos políticos, torna-se difícil prever qual dos dois prevalecerá. Caso prevaleça o pacto liberal burguês, terá razão Francisco Weffort quando, em um ensaio brilhante mas apressado, chamou o processo de redemocratização de uma "transição conservadora" (1984). Nesse trabalho, o que Weffort claramente subestimou foi a organização popular, sindical e partidária dos trabalhadores e das camadas médias tecnoburocráticas. Essa organização dificulta a pura e simples repetição do velho processo de conciliação das elites, embora não impeça a manutenção da hegemonia das classes dominantes ampliadas numericamente e os acordos entre elas.

Para prevermos qual dos dois pactos políticos possíveis prevalecerá no cenário político brasileiro dos próximos anos, é necessário que adotemos alguns critérios analíticos.

Um primeiro critério para se prever qual dos dois pactos ten-

(2) Ver, entre outros, Mário Henrique Simonsen (1970), Bresser Pereira e Nakano (1984), Adroaldo Moura da Silva (1983), Francisco L. Lopes (1985) e Arida e Lara Resende (1985).

derá a ser hegemônico é o da organização política que o sustenta. O partido político majoritário, o PMDB, identifica-se com o pacto democrático popular. Partido de massas, abrange um leque extremamente amplo de correntes políticas, que têm como denominador comum a democracia, o aumento da participação popular no processo político e uma melhor distribuição de renda. Todas as classes estão nele representadas. Já o pacto liberal burguês tem apoios majoritários no próprio PMDB e tem suas bases em dois partidos no momento em conflito: o PFL e o PDS. Este conflito deriva do simples fato de que o PFL surgiu de uma dissidência do PDS. Ambos os partidos enquadram-se razoavelmente no figurino do pacto liberal burguês. Talvez o PFL mais liberal, o PDS mais burguês e certamente mais autoritário, mas ambos conservadores, comprometidos com a preservação mais do que a mudança na ordem estabelecida.

Um segundo critério é o apoio popular que esses partidos obterão nas eleições para prefeitos das capitais, ainda em 1985, e para as eleições gerais para governadores e para os parlamentos, previstas para novembro de 1986. Por enquanto tudo indica que o PMDB será vitorioso nessas eleições, o que representa nova vantagem para o pacto democrático popular. O PMDB, entretanto, na medida em que se tornou governo não apenas em nove estados, mas agora também a nível nacional, enfrenta um problema difícil. O novo governo assumiu, no plano econômico, uma atitude claramente conservadora, de cunho monetarista evidente. Em consequência, os conflitos com os setores populares serão profundos, embora nada indique que os interesses da burguesia venham a ser atendidos. Caso uma política econômica dessa natureza prevaleça, os grandes beneficiários serão os credores internos e externos: os rentistas improdutivos, portanto. Ao PMDB caberá a complexa tarefa de ser governo, apoiar o presidente da República, e ao mesmo tempo não se comprometer com a política econômica monetarista, antipopular.

Embora em desvantagem de acordo com o critério de organização política e o da probabilidade de sucesso eleitoral, o pacto liberal burguês conta com clara vantagem em um terceiro critério: o da hegemonia ideológica. A hegemonia ideológica hoje no Brasil pertence à burguesia. Depois do extraordinário processo de acumulação de capital ocorrido nos últimos cinquenta anos, o Brasil tornou-se um país capitalista associado à potência hegemônica norte-americana. A hegemonia política e ideológica interna é da burguesia, e a hegemonia externa é dos Estados Unidos. Com esse

país e, portanto, com suas classes dominantes está solidamente associada a burguesia brasileira.

Este fato é reconhecido pelo pacto democrático popular, que não pretende negar ou atacar frontalmente nem a hegemonia burguesa interna nem a dominação norte-americana externa. Não há dúvida, entretanto, de que há neste pacto aspectos nacionalistas e de esquerda que levam necessariamente a uma tentativa de reduzir os dois tipos de dominação, enquanto que o pacto liberal burguês identifica-se inteiramente com elas.

Temos, assim, segundo esse terceiro critério, uma clara vantagem para o pacto liberal burguês em termos de probabilidade de prevalecer como pacto hegemônico. Enquanto o pacto democrático popular, pelo seu caráter nacional e popular, implica um certo desafio à ordem hegemônica interna e externa, o pacto liberal burguês apóia-se nessa hegemonia. Sob certos aspectos, ele já é o próprio poder, independentemente dos resultados das eleições parlamentares.

### **As bases econômicas em crise**

Haveria pouca dúvida sobre a provável prevalência do pacto liberal burguês, apesar da maior organização política e das maiores chances eleitorais do PMDB, se as bases em que está assentado esse pacto — a hegemonia externa norte-americana e a continuidade do modelo de subdesenvolvimento industrializado, modernizador, concentrador de renda — não estivessem em crise.

Essa crise, entretanto, que tem como seu fulcro o endividamento externo e as altas taxas de juros internas, existe. E, enquanto não for resolvida, inviabiliza a hegemonia seja de um ou de outro pacto político.

Uma dívida externa de mais de 100 bilhões de dólares, que os credores tentam reduzir através da negativa de novos empréstimos, ao mesmo tempo que cobram juros reais altíssimos por ela, constitui-se em um obstáculo estrutural ao desenvolvimento e ao aumento do padrão de vida dos trabalhadores. E este obstáculo torna-se ainda maior quando lembramos que a dívida externa, através das maxidesvalorizações e das medidas de “inflação corretiva” (ajustamento dos preços relativos), foi a principal responsável pela aceleração da inflação, que girava em torno de 50% ao ano no primeiro semestre de 1979, e que no primeiro semestre de 1985 encontra-se



em um patamar cinco vezes mais elevado. E mais, que as altas taxas de juros, que inviabilizam não apenas a retomada do crescimento mas também uma mínima redistribuição da renda, estão ligadas diretamente ao problema da inflação e da dívida externa.

É compreensível, portanto, que os representantes do pacto liberal burguês insistam sempre em afirmar que “o problema da dívida externa já foi equacionado” e que agora “o problema fundamental é a inflação causada pelo déficit público”. Se admitissem que a dívida externa e a taxa de juros estão no fulcro da crise, se aceitassem que a inflação é autônoma ou inercial, se admitissem que o déficit público veio se reduzindo desde 1981 e em 1984 transformou-se em superávit público de 0,2% do PIB, então seriam obrigados a advogar medidas de política econômica que representariam um tipo qualquer de enfrentamento com os credores internacionais, com o Fundo Monetário Internacional e com os rentistas e especuladores internos. Obviamente, esse tipo de atitude não será adotado pelos participantes do pacto liberal burguês, entre os quais estão os rentistas e os especuladores, além dos meramente cautelosos ou conservadores. Se o preço do não-enfrentamento for uma relativa estagnação econômica, a contínua redução dos salários reais dos trabalhadores, taxas de lucro reduzidas a não ser no setor exportador onde continue a ocorrer a melhora da relação câmbio-salários, e, em consequência, o crescimento das exportações — se for esse o preço —, os representantes do pacto liberal burguês estarão dispostos a pagá-lo.

Esse preço, entretanto, poderá implicar um terceiro cenário, que não interessa a ninguém, nem aos representantes do pacto liberal burguês nem aos do pacto democrático popular: a estagnação econômica e a conturbação social.

Os representantes do pacto liberal burguês, entretanto, não têm possibilidade de propor uma alternativa coerente de política econômica, que desate o nó górdio da crise representada pela dívida externa e os altos juros internos. Quem poderá fazer isto são os representantes do pacto democrático popular, que hoje já não se encontram mais totalmente alheios ao poder governamental. Embora minoritários nos órgãos definidores da política econômica, conseguiram obter postos importantes no aparelho estatal federal. Apenas eles terão condições políticas para adotar a única medida possível de equacionamento da dívida externa brasileira: a capitalização forçada e automática de uma porcentagem dos juros vencidos cada ano (além da redução dos *spreads*). A decisão sobre qual

a porcentagem de juros que será paga e qual será capitalizada — ou transformada em “dinheiro novo”, se o credor o desejar — será uma decisão soberana do país tomada cada ano. Dessa forma estaremos pagando nossos compromissos e estaremos ainda transferindo recursos reais para fora do país, mas teremos condições de definir nossa própria política econômica interna, que deverá ser responsável e austera, mas não recessiva.

Tudo indica, portanto, que a alternativa à estagnação e à perturbação social será a prevalência do pacto democrático popular. Porque este pacto não apenas tem organização política e força eleitoral, mas tem condições políticas e técnicas necessárias para enfrentar a crise econômica brasileira. Entenda-se por “condições políticas” o apoio da sociedade e a relativa independência em relação aos interesses dominantes apoiados exclusivamente no princípio da ordem, e por “condições técnicas”, a existência neste pacto de economistas competentes de acordo com padrões internacionais mas críticos da teoria econômica convencional e, portanto, capazes de formular, em conjunto com os políticos, os empresários e os trabalhadores, uma alternativa de política econômica que rompa o nó górdio da crise, e permita ao país crescer, reduzir a inflação e redistribuir gradualmente a renda.

Os economistas conservadores ou ortodoxos que assessoram o pacto liberal burguês, embora possam ser eventualmente competentes, não têm condições de enfrentar a crise atual, porque a dívida, os juros e a inflação assumiram no Brasil de hoje dimensões estruturais, exigindo soluções correspondentes, que a lei do mercado e as políticas econômicas convencionais não têm possibilidade de solucionar.

Em contrapartida os economistas estruturalistas — entendida essa expressão em um sentido muito amplo — que assessoram o pacto democrático popular têm a possibilidade de enfrentar a crise, mas correm o risco de perder-se ou não conseguirem limitar devidamente as demandas reprimidas de toda a sociedade. As demandas dos trabalhadores por reposição salarial, especialmente, são muito fortes. E se forem atendidas a curto prazo, acelerarão a inflação e inviabilizarão o esforço já realizado até agora para ajustar a economia e sair da crise.

Esse esforço, consubstanciado na recessão de 1981-83, implicou custos sociais e econômicos muito grandes, redução em cerca de 10% da renda por habitante e de 25% dos salários médios reais. Mas possibilitou a eliminação do déficit público, o forte aumento

das exportações graças à mudança a favor dos exportadores da relação taxa de câmbio-salários, a obtenção de um grande superávit comercial, a eliminação dos subsídios e, portanto, o acerto dos preços relativos. Possibilitou, portanto, o ajustamento básico da economia brasileira, que deixou de gastar mais do que produz.

Da mesma forma que não faz sentido, como pretendem os economistas ortodoxos e o Fundo Monetário Internacional, em nome do combate da inflação autônoma, continuar o processo de ajustamento através da obtenção de grandes superávits públicos e de enormes superávits comerciais, que permitam o pagamento da dívida interna e externa às custas de mais recessão, também será um sinal de irresponsabilidade anular todo o esforço já realizado de ajustamento através de uma política salarial e de gastos públicos como certamente desejam amplos setores do pacto popular democrático.

A capitalização forçada dos juros garantirá ao país reservas cambiais e independência em relação às diretrizes equivocadas de política econômica definidas pelo FMI e os credores internacionais. Permitirá que internamente sejam tomadas as medidas de desindexação — que incluem a estabilização da taxa de câmbio —, as quais são imprescindíveis para o controle da inflação inercial vigente no país. A desindexação da economia brasileira, seja via choque heterodoxo, seja via indexação de moeda, é uma medida que exige coragem e legitimidade política, além de competência técnica para ser corretamente implementada. Em uma economia basicamente ajustada como a brasileira, mas com uma inflação inercial de quase 300 por cento, é a única forma de combater a inflação. Adotada essa política, os trabalhadores não deverão mais ser penalizados pela inflação, mas não poderão também obter imediatamente a reposição de suas perdas salariais ocorridas durante o processo de ajustamento, entre 1981 e 1984.

## Conclusão

Em síntese, diante do colapso do pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático, o Brasil se defronta com três alternativas, depois que a união nacional que levou o presidente Tancredo Neves ao poder for desaparecendo: 1) a formação de um pacto liberal burguês, com base na grande burguesia e na média burguesia conservadora; 2) um pacto democrático popular com base nas classes médias tec-

noburocráticas e burguesas e nos trabalhadores organizados; 3) a estagnação econômica e a conturbação social, em decorrência do fato de nenhum dos dois pactos conseguir tornar-se hegemônico e, principalmente, ser capaz de enfrentar com êxito a grave crise econômica com a qual o país se defronta.

Em uma avaliação das possibilidades de um dos dois pactos prevalecer, verificamos que o pacto liberal burguês conta com a vantagem da clara hegemonia ideológica da burguesia. Qualquer pacto político no Brasil, entretanto, só poderá tornar-se dominante se contar com o apoio da burguesia, e o pacto democrático popular, que tem como base político-partidária o PMDB, conta também — ainda que em menor grau — com esse apoio. Por outro lado, o pacto democrático popular conta com uma organização partidária e com perspectivas eleitorais claramente superiores às do pacto liberal burguês.

Entretanto, o teste fundamental para levar qualquer um dos blocos de poder à hegemonia política será sua capacidade de enfrentar com êxito a crise econômica. Esta está baseada em uma dívida externa superior a 100 bilhões de dólares, que leva, de um lado, a taxas de juros elevadas, só compatíveis com a retomada do crescimento se as taxas de lucro forem ainda maiores, o que só será possível com uma perda do poder aquisitivo dos salários ainda maior do que aquela que já ocorreu. De outro lado, essa dívida externa leva o FMI e os credores internacionais a pressionarem em favor da adoção de políticas econômicas ortodoxas, monetaristas, que não têm a possibilidade de resolver a crise econômica porque se baseiam em um diagnóstico equivocado da economia brasileira.

Os representantes do pacto democrático popular, por sua vez, têm condições técnicas de enfrentar essa crise, na medida em que reconhecem a gravidade do problema da dívida externa e advogam negociações mais soberanas, com base na capitalização de parte dos juros; na medida em que reconhecem o caráter autônomo ou inercial da inflação e propõem medidas decididas de desindexação e controle administrativo de preços; na medida em que não aceitam o benefício para o capital improdutivo, rentista, derivado das altas taxas de juros, e se propõem a atacar de frente esse problema.

Uma política econômica dessa natureza, entretanto, apresenta riscos. Pode fracassar se não houver firmeza do governo e um mínimo de apoio das classes dominantes. Além disso, pode fracassar se não for pautada por uma atitude de austeridade que mantenha sob controle a política salarial e a despesa pública. Ora, é preciso não

subestimar as pressões que os representantes do pacto democrático popular receberão nesta área.

Em síntese, não há dúvida de que o Brasil enfrenta um desafio político fundamental: o desafio de estabelecer um pacto democrático sólido. Esse desafio é político, na medida em que a política é o processo de realização da vontade dos povos. Mas esse desafio tem um condicionamento econômico, exatamente na medida em que a economia estabelece sempre os limites dessa vontade.

# Obras citadas

---

- Abranches, Sérgio  
1978 — *The Divided Leviathan*, Cornell University, tese não publicada.  
1985 — “A Recuperação Democrática. Dilemas Políticos e Institucionais”, Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo.
- Afonso, Carlos A. e Souza, Herbert de  
1977 — *Estado e Desenv. Capitalista no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Almeida, Cândido Mendes  
1963 — *Nacionalismo e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Afro-Asiáticos.
- Almeida, Maria Hermínia Tavares de  
1981 — “Os Democratas no Fio da Navalha”, em *Estudos CEBRAP*, vol. 1, nº 1, dez. 1981.
- Arida, Persio e Resende, André Lara  
1985 — “Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil”, Rio de Janeiro, Departamento de Economia da PUC, Texto para Discussão nº 85.
- Assis, José Carlos  
1983 — *A Chave do Tesouro: Anatomia dos Escândalos Financeiros: Brasil 1974-1983*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Bacha, Edmar  
1973 — “Sobre a Dinâmica de Crescimento da Economia Industrial Subdesenvolvida”, em *Pesquisa e Planejamento*, vol. 3, nº 4, dez. 1973.  
1974 — “Hierarquia e Remuneração Gerencial”, em *Estudos Econômicos*, vol. 4, nº 1, jan.-maio 1974.  
1976 — *Os Mitos de uma Década*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Baer, Werner, Isaac Kerstenetzky e Anníbal Villela  
1973 — “As Modificações no Papel do Estado na Economia Brasileira”, em *Pesquisa e Planejamento*, vol. 3, nº 4, dez. 1973.
- Beilguelman, Paula  
1966 — “A Propósito de uma Interpretação da História da República”, em *Revista Civilização Brasileira*, nº 9-10, set.-nov. 1966.
- Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello  
1977 — “A Intervenção do Estado no Período Recente”, em *Ensaios de Opinião*, nº 2-3, 1977.

- Berlinck, Manoel T.  
1975 — *Marginalidade Social e Relações de Classe em São Paulo*, Petrópolis, Vozes.
- Bobbio, Norberto  
1982 — *O Conceito de Sociedade Civil* (trad. do italiano *Gramsci e la Concezione della Società Civile*, 1967), Rio de Janeiro, Graal.
- Bonelli, Regis e Malan, Pedro Sampaio  
1976 — “Os Limites do Possível: Notas sobre o Balanço de Pagamentos nos Anos 70”, em *Pesquisa e Planejamento*, vol. 6, n.º 2, ago. 1976.
- Boschi, Renato Raul  
1979 — *Elites Industriais e Democracia*, Rio de Janeiro, Graal.  
1985 — “Structural Changes, Political Oppening and the New Middle Class in Politics: Brazil 1977-1982”, trabalho apresentado ao Research Committee on Economy and Society of the International Sociological Association, São Paulo, fev. 1985, mimeo.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos  
1963 — “O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira”, em *Revista de Administração de Empresas*, vol. 2, n.º 8, jul.-set. 1963 (republicado em Bresser Pereira, 1974).  
1964 — “Origens Étnicas e Sociais dos Empresários Paulistas”, em *Revista de Administração de Empresas*, n.º 11, jun. 1964 (republicado em Bresser Pereira, 1974).  
1968 — *Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930-67*, 1.ª ed., Rio de Janeiro, Zahar.  
1970 — “Dividir ou Multiplicar: A Distribuição de Renda e a Recuperação da Economia Brasileira”, em revista *Visão*, nov. 1970, republicado em Bresser Pereira (1972: 211-221).  
1972 — *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, 3.ª ed. ampl., São Paulo, Brasiliense.  
1972a — *Tecnoburocracia e Contestação*, Petrópolis, Vozes.  
1973 — “O Novo Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”, em *Dados*, n.º 11, 1973.  
1974 — *Empresários e Administradores no Brasil*, São Paulo, Brasiliense.  
1977a — *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, São Paulo, Brasiliense.  
1977b — “A Estratégia Brasileira de Desenvolvimento entre 1967 e 1973”, em *Revista de Administração de Empresas*, vol. 17, n.º 4, jul.-ago. 1977.  
1977c — “Após a Redemocratização”, em *Contexto*, n.º 4, nov. 1977, publicado como quarto capítulo deste livro.  
1977d — “A Ruptura de uma Aliança Política”, em *Folha de S. Paulo*, maio, 1977.  
1977e — “Do que Ter Medo”, em *Folha de S. Paulo*, 5.7.1977.  
1978 — *O Colapso de uma Aliança de Classes*, São Paulo, Brasiliense.  
1979 — *As Revoluções Utopicas*, Petrópolis, Vozes.  
1981a — “Pacto Social Ameaçado”, em *Folha de S. Paulo*, 26.3.1981.  
1981b — “Pacto Social e Aliança Política”, em *Leia Livros*, n.º 36, jun.-jul. 1981.  
1981c — *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*, São Paulo, Brasiliense.  
1983 — “Seis Interpretações sobre o Brasil”, em *Dados*, vol. 25, n.º 3, publicado como primeiro capítulo deste livro.  
1983a — “Os Limites da ‘Abertura’ e a Sociedade Civil”, em *Revista de Administração de Empresas*, vol. 23, n.º 4, out.-dez. 1983, publicado como sexto capítulo deste livro.  
1983b — “Crise do Regime”, em *Folha de S. Paulo*, 1.3.1983.  
1984 — “The Dialectic of Redemocratization and ‘Abertura’”, cap. 9 de *De-*

*velopment and Crisis in Brazil, 1930-1983*, Westview Press, Boulder, Colorado, publicado como quinto capítulo deste livro.

Bresser Pereira, Luiz Carlos e Nakano, Yoshiaki

1984 — *Inflação e Recessão*, São Paulo, Brasiliense.

Campos, Roberto de Oliveira

1963a — *Ensaio de História Econômica e Sociológica*, Rio de Janeiro, APEC.

1963b — *Economia, Planejamento e Nacionalismo*, Rio de Janeiro, APEC.

1967 — *A Técnica e o Riso*, Rio de Janeiro, APEC.

1968 — *Do Outro Lado da Cerca*, Rio de Janeiro, APEC.

1969 — *Ensaio Contra a Maré*, Rio de Janeiro, APEC.

1979 — "Como Administrar a Transição", em *Folha de S. Paulo*, 21.1.1979.

Cano, Wilson

1977 — *Raízes da Concentração Industrial no Brasil*, São Paulo, DIFEL.

Cardoso, Fernando Henrique

1964 — *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

1972 — *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

1975 — *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

1977 — "O Consumo da Teoria da Dependência nos Estados Unidos", em *Ensaio de Opinião*, nº 4, 1977 (republicado em Cardoso, 1980).

1979 — "A Fronda Conservadora", em *Folha de S. Paulo*, 21.1.1979.

1980 — *As Idéias e Seu Lugar*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Cardoso, Fernando H. e Faletto, Enzo

1970 — *Dependência e Desenvolvimento na A. Latina*, Rio de Janeiro, Zahar.

Castro, Antonio Barros de

1969 — *7 Ensaio sobre a Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, Forense.

Corbisier, Roland

1958 — *Formação e Problema da Cultura Brasileira*, Rio de Janeiro, ISEB.

Coutinho, Luciano e Reichstul, Henri Philippe

1977 — "O Setor Produtivo Estatal e o Ciclo", em Carlos E. Martins (org.), *Estado e Capitalismo no Brasil*, São Paulo, HUCITEC-CEBRAP.

Cruz Costa, João

1956 — *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio.

Dean, Warren

1971 — *A Industrialização de São Paulo*, São Paulo, DIFEL.

Diniz, Eli

1978 — *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

1982 — "O Empresariado e a Nova Conjuntura", em Héglio Trindade (org.), 1982.

Diniz, Eli e Boschi, Renato R.

1978 — *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

Doelinger, Carlos Von

1981 — *Estatização, Finanças Públicas e suas Implicações*, Rio de Janeiro, CEDES, mimeo.

Evans, Peter

1979 — *Dependent Development: The Alliance of Multinational, State and Local Capital in Brazil*, Princeton, Princeton University Press.

Faoro, Raymondo

1957 — *Os Donos do Poder*, Porto Alegre, Globo, 2ª ed., 1975.



- Faucher, Philippe  
 1981 — *Le Brésil des Militaires*, Montreal, Les Presses de l'Université de Montreal.  
 1981a — "The Paradise that Never Was: the Breakdown of the Brazilian Authoritarian Order", em Thomas C. Bruneau e Philippe Faucher (orgs.), *Authoritarian Capitalism: Brazil's Contemporary Economic and Political Development*, Boulder, Colorado, Westview Press.
- Fausto, Bóris  
 1972 — *A Revolução de 1930*, São Paulo, Brasiliense.
- Fernandes, Florestan  
 1968 — *Estrutura de Classes e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar.  
 1974 — *A Revolução Burguesa*, Rio de Janeiro, Zahar.  
 1984 — "O movimento burguês", em *Folha de S. Paulo*, 28.5.1984.
- Franco, Maria Sylvania Carvalho  
 1978 — "O Tempo das Ilusões", em Marilena Chaui e Maria Sylvania Carvalho Franco, *Ideologia e Mobilização Popular*, São Paulo, CEDEC/Paz e Terra.
- Frank, Andrew Gunder  
 1966 — "Desenvolvimento do Subdesenvolvimento", em Luiz Pereira (org.), *Urbanização e Subdesenvolvimento* (publicado originalmente em *Monthly Review*, vol. 18, nº 5, set. 1966).  
 1969 — *Capitalism and Development in Latin America*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
- Furtado, Celso  
 1949 — "Características Gerais da Economia Brasileira", em *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro.  
 1954 — *A Economia Brasileira*, Rio de Janeiro.  
 1958 — *Perspectivas da Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, ISEB.  
 1959a — *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.  
 1959b — *A Operação Nordeste*, Rio de Janeiro, ISEB.  
 1961 — *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.  
 1962 — *A Pré-Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.  
 1964 — *Dialética do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.  
 1966 — *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.  
 1967 — *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.  
 1972 — *Análise do "Modelo" Brasileiro*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.  
 1974 — *O Mito do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.  
 1981 — *O Brasil "Pós-Milagre"*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Gaspari, Elío  
 1983 — "Deu-se a Reação Conservadora", em *Jornal do Brasil*, 9.12.1983.
- Guimarães, Alberto Passos  
 1963 — *Inflação e Monopólio no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.  
 1964 — *Quatro Séculos de Latifúndio*, Rio de Janeiro, Paz e Terra (2ª ed., 1968).
- Hassemlag, Carlos A. e Silva, Nelson do Valle  
 1983 — "Industrialização, Emprego e Estratificação Social no Brasil", Nova Friburgo, Seminário Stanford-Berkeley-IUPERJ "Oportunidades e Limites da Sociedade Industrial Periférica: O Caso do Brasil", mimeo.

## Ianni, Octávio

- 1968 — *O Colapso de Populismo no Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 1970 — *Imperialismo y Cultura de la Violencia en América Latina*, México, Siglo XXI.
- 1971 — *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 1975 — *Formação do Estado Populista na América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 1976 — "A Classe Operária vai ao Campo", São Paulo, *Cadernos CEBRAP*, n.º 24.

## Jaguaribe, Hélio

- 1956 — "Sentido e Perspectivas do Governo Kubitschek", em *Cadernos de Nosso Tempo*, jan.-mar. 1956 (artigo não assinado).
- 1958a — *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Rio de Janeiro, ISEB.
- 1958b — *Condições Institucionais do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, ISEB.
- 1962 — *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- 1974 — *Brasil: Crise e Alternativas*, Rio de Janeiro, Zahar.
- 1979 — "Um Breve Depoimento e uma Apreciação Crítica", em *Cadernos de Opinião*, n.º 14, out.-nov. 1979.
- 1980 — "A Classe Média é o Pêndulo do Sistema", em *O Estado de S. Paulo*, 15.6.1980.
- 1983 — "A Democratização Ameaçada", em *Folha de S. Paulo*, 9.7.1983.

## Kowarick, Lúcio

- 1973 — *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975 (1973 é a data da defesa da tese).
- 1979 — *A Espoliação Urbana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

## Kowarick, Lúcio e Caldeira Brand, Vinícius (coords.)

- 1976 — *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza* (participação de Cândido Procopio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Frederico Mazzucchelli, José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares e Paul Israel Singer), São Paulo, Loyola/CEBRAP.

## Kucinski, Bernardo

- 1982 — *Abertura, a História de Uma Crise*, São Paulo, Brasil Debates.

## Kriscke, Paulo

- 1982 — "Os Descaminhos da 'Abertura' e os Desafios da Democracia", em Paulo Kriscke (org.), *Brasil, do "Milagre" à "Abertura"*, São Paulo, Cortez.

## Lafer, Celso

- 1975 — *O Sistema Político Brasileiro*, São Paulo, Perspectiva.

## Lamounier, Bolívar

- 1979 — "O Discurso e o Processo (da Distensão às Opções do Regime Brasileiro)", em Henrique Rattner (org.), *Brasil 1990*, São Paulo, Brasiliense.
- 1980 — "Notes on the Study of Redemocratization", Washington, *Working Paper*, n.º 58, Latin American Program of the Woodrow Wilson International Center for Scholars, Smithsonian Institute.
- 1981 — "O Porquê da Abertura", em B. Lamounier e J. E. Faria, *O Futuro da Abertura: Um Debate*, São Paulo, Cortez.
- 1983 — "Opening through Elections: Will the Brazilian Case Become a Paradigm?", a ser publicado em *Government and Opposition*, outono.

## Lamounier, Bolívar e Faria, Jorge Eduardo

- 1981 — *Futuro da Abertura: um Debate*, São Paulo, IDESP.

Lessa, Carlos

1975 — *15 Anos de Política Econômica*, São Paulo, Brasiliense.

1979 — “Nação-Potência como um Projeto do Estado para o Estado”, em *Cadernos de Opinião*, n.º 14, dez. 1979-ago. 1980.

Lima, Euwaldo Correa

1956 — “Política do Desenvolvimento”, em Alberto Guerreiro Ramos e outros, *Introdução aos Problemas do Brasil*, Rio de Janeiro, ISEB.

Lopes, Francisco L.

1985 — “Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação”, em *Revista de Economia Política*, vol. 5, n.º 2; abril 1985.

Lopes, Juarez Brandão

1967 — *Crise do Brasil Arcaico*, São Paulo, DIFEL.

1976 — “Do Latifúndio à Empresa”, São Paulo, *Cadernos CEBRAP*, n.º 26.

Malan, Pedro e John Wells

1972 — “Furtado, Celso — Análise do Modelo Brasileiro”, em *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. II, n.º 2, dez. 1972.

Mantega, Guido e Maria Moraes

1980 — *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Marini, Ruy Mauro

1969 — *Subdesarrollo Revolución*, México, Siglo XXI.

1973 — *Dialéctica de la Dependencia*, México, Ediciones Era.

Martins, Carlos Estevam

1977 — *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*, São Paulo, Graal.

Martins, Luciano

1968 — *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Saga.

1976 — *Pouvoir et Developpement Economique*, Paris, Anthropos.

1981 — “O Significado do ‘Pacote’ de Novembro”, em *Folha de S. Paulo*, 6.12.1981.

1983 — “Terra em Transe”, em *Folha de S. Paulo*, 17.7.1983.

1983a — “A Crise do Processo de Abertura”, em *Folha de S. Paulo*, 22.9.1983.

Mello, João Manoel Cardoso de

1975 — *O Capitalismo Tardio*, Campinas, UNICAMP, tese não publicada.

1977 — “O Estado Brasileiro e os Limites da Estatização”, em *Ensaio de Opinião*, n.º 2-3, 1977.

Mello, João Manoel e Belluzzo, Luiz G. Mello

1977 — “Reflexões sobre a Crise Atual”, em *Escrita Ensaio*, ano I, n.º 2, 1977.

Miceli, Sérgio

1979 — *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, DIFEL.

Moisés, José Álvaro e Martinez-Alier, Verena

1977 — *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC.

Moore Jr., Barrington

1967 — *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, Lisboa, Cosmos, 1975 (trad. do inglês).

Motta, Fernando Prestes

1979 — *Empresários e Hegemonia Política*, São Paulo, Brasiliense.

Nicol, Robert Cajadó

1974 — *Agricultura e Industrialização no Brasil (1850/1930)*, São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, mimeo.

Novaes, Fernando A.

- 1973 — *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1677-1808)*, São Paulo, HUCITEC, 1979 (1973 é a data da defesa da tese).

Oliveira, Francisco de

- 1972 — “Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista”, em *Estudos CEBRAP*, n.º 2, out. 1972.  
 1977 — *A Economia da Dependência Imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal.  
 1983 — “O Minueto”, em *Folha de S. Paulo*, 6.8.1983, p. 3.  
 1985 — “Era uma vez há 21 anos”, em *Folha de S. Paulo*, 30.3.1985.

Oliveira, Francisco de e Mazzuchelli, Fred

- 1977 — “Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil”, em Francisco de Oliveira (1977).

Pereira, Luiz

- 1965 — *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, DIFEL.

Pinto, Álvaro Vieira

- 1957 — *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*, Rio de Janeiro, ISEB.  
 1960 — *Consciência e Realidade Nacional*, Rio de Janeiro, ISEB.

Pinto, Aníbal

- 1970 — “Naturaleza e Implicaciones de la ‘Heterogeneidad Estructural’ de la América Latina”, em *El Trimestre Económico*, vol. XXXVII, n.º 145, jan.-mar. 1970.

Prado Jr., Caio

- 1933 — *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, 2.ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1957 (1.ª ed., Revista dos Tribunais).  
 1942 — *Formação do Brasil Contemporâneo*, 5.ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1957.  
 1945 — *História Econômica do Brasil*, 4.ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1956.  
 1960 — *A Questão Agrária*, São Paulo, Brasiliense, 1979. (Este livro reúne artigos publicados na *Revista Brasiliense*, entre 1960 e 1964.)  
 1966 — *A Revolução Brasileira*, São Paulo, Brasiliense.  
 1967 — “Adendo à Revolução Brasileira”, em *Revista Civilização Brasileira*, n.º 14, jul. 1967.

Prado, Paulo

- 1928 — *Retrato do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio (6.ª ed., 1962).

Ramos, Alberto Guerreiro

- 1954 — *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, Rio de Janeiro, Andes.  
 1958 — *A Redução Sociológica*, Rio de Janeiro, ISEB.  
 1960 — *O Problema Nacional do Brasil*, Rio de Janeiro, Saga.  
 1961 — *A Crise do Poder no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar.  
 1963 — *Mito e Verdade sobre a Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar.

Rangel, Ignácio

- 1957a — *Dualidade Básica da Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, ISEB.  
 1957b — *Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, Salvador, Livraria Progresso Editora.  
 1960 — *Recursos Ociosos na Economia Nacional*, Rio de Janeiro, ISEB.  
 1963 — *A Inflação Brasileira*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.  
 1978 — “Posfácio” em *A Inflação Brasileira* (3.ª ed.), São Paulo, Brasiliense.  
 1981 — “A História da Dualidade Brasileira”, em *Revista de Economia Política*, vol. 1, n.º 4, out.-dez. 1981.  
 1985 — “A Recessão, a Inflação e a Dívida Interna”, em *Revista de Economia Política*, vol. 5, n.º 3, jul.-set. 1985.

Ribeiro, Darcy

- 1970 — *As Américas e a Civilização*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.  
 1971 — *El Dilema de América Latina*, México, Siglo XXI.  
 1972 — *Teoria do Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- 1978 — “Sobre o Óbvio”, em *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º 1, jul. 1978.
- Rios, Helival  
1983 — “Oposições Vão Governar o ‘País Rico’”, em *Folha de S. Paulo*, 13.3.1983, p. 6.
- Rodrigues, Leôncio Martins  
1973 — “Um Novo Modelo Latino-Americano?”, São Paulo, mimeo.  
1984 — “Uma Nova Classe”, em *Jornal da Tarde*, 14.4.1984.
- Saes, Décio  
1975 — *Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, Cad. UNICAMP n.º 6.
- Santos, Theotônio dos  
1967 — *El Nuevo Caracter de la Dependencia*, Santiago, Centro de Estudios Socio-Econômicos, Universidade do Chile (CESO).  
1970 — *Dependencia y Cambio Social*, Santiago, Centro de Estudios Socio-Econômicos, Universidade do Chile (CESO).  
1973 — *Socialismo o Facismo — el Nuevo Caracter de Dependencia y el Dilema Latinoamericano*, Buenos Aires, Ediciones Periferia.
- Santos, Wanderley Guilherme  
1963 — *Reforma, Contra-Reforma*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.  
1978a — *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*, São Paulo, Duas Cidades.  
1978b — *Poder e Política: Crônica do Autoritarismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.  
1984 — “A Pós-‘Revolução’ Brasileira”, parte do projeto “Brasil, Sociedade Democrática”, Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Políticos e Sociais, mimeo.
- Schwartzman, Simon  
1963 — “Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político”, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. III, n.º 1, mar. 1963.  
1975 — *São Paulo e o Estado Nacional*, São Paulo, DIFEL.
- Serra, José  
1979 — “As Desventuras do Economicismo: Três Teses Equivocadas sobre Autoritarismo e Desenvolvimento”, em *Dados*, n.º 20, 1979.
- Serra, José e Cardoso, Fernando H.  
1979 — “As Desventuras da Dialética da Dependência”, em *Estudos CEBRAP*, n.º 23.
- Silva, Adroaldo Moura da  
1983 — “Regras de Reajuste de Preços e Salários e a Inércia Inflacionária”, em *Estudos Econômicos*, vol. 13, n.º 2, maio 1983.
- Silva, Golbery do Couto e  
1967 — *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio.
- Silva, Sérgio  
1973 — *Expansão Cafeeira e Origem da Indústria no Brasil*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976 (1973 é a data da defesa de tese).
- Simonsen, Mário Henrique.  
1970 — *Inflação: Gradualismo × Tratamento de Choque*, Rio de Janeiro, ANPEC.
- Singer, Paul  
1965 — “Ciclos de Conjuntura em Economias Subdesenvolvidas”, em *Revista Civilização Brasileira*, n.º 2, maio 1965.  
1968 — *Desenvolvimento e Crise*, São Paulo, DIFEL.  
1972 — “O Milagre Brasileiro: Causas e Conseqüências”, São Paulo, *CADERNOS CEBRAP*, n.º 6.  
1973 — “As Contradições do Milagre”, em *Estudos CEBRAP*, n.º 6, out.-dez., 1973.

- 1976 — *A Crise do "Milagre"*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Soares, Gláucio Ary Dillon  
1978 — "Depois do Milagre", em *Dados*, nº 19, 1978.
- Sodré, Nelson Werneck  
1957a — *As Classes Sociais no Brasil*, Rio de Janeiro, ISEB.  
1957b — *O Tratado de Methuen*, Rio de Janeiro, ISEB.  
1959 — *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, ISEB.  
1961 — *A Ideologia do Colonialismo*, Rio de Janeiro, ISEB.
- Stepan, Alfred  
1971 — *The Military in Politics*, Princeton, Princeton University Press.
- Stevenhagen, Rodolfo  
1965 — "Sete Teses Equivocadas sobre la América Latina", em *Política Externa Independente*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, ano I, nº 1, maio 1965. Republicado em José Carlos Garcia Durand, *Sociologia do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- Suplicy, Eduardo M.  
1977 — *Política Econômica Brasileira e Internacional*, Petrópolis, Vozes.
- Tavares, Maria da Conceição  
1972 — *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Rio de Janeiro, Zahar.  
1974 — *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, Campinas, UNICAMP, tese não publicada.  
1978 — *Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira*, Rio de Janeiro, FEA, Univ. Fed. do Rio de Janeiro, tese não publicada.
- Tavares, Maria da Conceição e Serra, José  
1971 — "Mas Allá del Estancamiento: una Discusión sobre el Estilo de Desarrollo Reciente", em *El Trimestre Económico*, vol. XXXIII, nº 152, out.-dez. 1971. Publicado em português em Maria da Conceição Tavares (1972).
- Therborn, Goran  
1977 — "The Rule of Capital and the Rise of Democracy", em *Newleft Review*, nº 103, mai.-jun. 1977.
- Toledo, Caio Navarro de  
1977 — *ISEB: Fábrica de Ideologias*, São Paulo, Ática.
- Trindade, Hêlgio (org.)  
1982 — *Brasil em Perspectiva: Dilemas da Abertura Política*, Porto Alegre, Sulina.
- Velasco e Cruz, Sebastião e outros  
1983 — *Sociedade e Política no Brasil pós-1964*, São Paulo, Brasiliense.
- Velho, Octávio Guilherme  
1976 — *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, São Paulo, DIFEL.
- Vianna, Oliveira  
1922 — *Evol. do Povo Brasileiro*, Rio de Janeiro, J. Olympio (4ª ed., 1956).
- Weffort, Francisco C.  
1965 — "Política de Massas", em Octávio Ianni, *Política e Revolução Social no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.  
1966 — "Estado e Massas no Brasil", em *Revista Civilização Brasileira*, ano I, nº 7, maio 1966.  
1968 — "Populismo e Política no Brasil" em Celso Furtado (org.), *Brasil: Tempos Modernos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.  
1978 — *Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.  
1984 — *Por que Democracia?*, São Paulo, Brasiliense.